

Marxismo Vivo

Revista do Koorkom - Nº 3 - maio de 2001

**É possível a paz
no Oriente Médio
enquanto existir o
Estado de Israel?**

Fórum Social Mundial

Dossiê

**Restauração capitalista em Cuba:
Debate entre a LIT e a
delegação cubana ao
Fórum de Porto Alegre**



Marxismo Vivo

Revista do Koorkom

(Comitê Coordenador pela Construção de um Partido Operário Internacional)

maio/2001



Colaboradores

Alejandro Iturbe (Argentina), Alberto Airoidi (Itália), Angel Luis Parras (Espanha), Antonio Ferreira (Brasil), Bill Hunter (Inglaterra), Carlos Taibo (Espanha), Cecília Toledo (Brasil), Cristina Portella (Portugal), Francisco Cruz Retama (México), Guillermo Navarro Jiménez (Equador), Isabel Teresa Jezierski (Argentina), João Lopes (Portugal), Jonas Potyguar (Brasil), José Martins (Brasil), Joseph Weil (Brasil), José Welmovick (Brasil), Júlio Flores (Brasil), Marcelo García (Argentina), Mariúcha Fontana (Brasil), Martín Hernández (Brasil), M. Razi (Irã), Radoslav Pavlovic (Iugoslávia), Ricardo Antunes (Brasil), Viacheslav Rodin (Rússia).

Expediente

Marxismo Vivo é uma revista do

Koorkom

publicada pelo *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*

CGC 73282.907/000-64

Atividade principal 61.81.

Endereço: Rua Loefgreen, 909

Vila Clementino – São Paulo-SP

Fone 5084-2982

Impressão

GRAPHBOX CARAN

Fotolito & Gráfica

Rua Cipriano Barata, 1645

04205-001-São Paulo-SP

Fone 272-5355

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia

MTb 12.471

Editor

João Ricardo Soares

Capa

Nazareno Godeiro

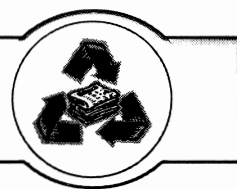
Diagramação

Mercedes Potyguar

Entre em contato com *Marxismo Vivo*

E-mail: marxismovivo@osite.com.br

Sumário



APRESENTAÇÃO

ANO 2001

 **MARCELO GARCÍA**

Alca e Dolarização: Avança a recolonização da América Latina **7**

 **JOSÉ WELMOVICK**

Fórum Social Mundial: Morte ao capitalismo ou capitalismo cidadão? **14**

 **MARIÚCHA FONTANA E JÚLIO FLORES**

Orçamento Participativo: Nos limites da ordem burguesa **26**

 **HASSÁN EL HADJ**

Marrocos: O fim das ilusões **33**

DOSSIÊ

Oficina sobre Cuba: Debate entre a LIT-QI
e a delegação cubana no Fórum de Porto Alegre **37**

ISTO É HISTÓRIA

 **CECÍLIA TOLEDO**

Israel: Cinco décadas de pilhagem e limpeza étnica **64**



PONTOS DE VISTA



ANGEL LUIS PARRAS SEN E JOSEPH WEIL

A encruzilhada palestina: Dois Estados ou uma Palestina laica, democrática e não-racista? **78**



GEOFF PILLING

Desenterrando Karl Marx (Parte 2) **91**



BILL HUNTER

A Revolução Russa não foi um golpe **103**



M. RAZI

Irã: Uma revolução burguesa ou uma revolução proletária? **108**



NATUREZA DOS ESTADOS



ALBERTO AIROLDI

Crítérios para definir o caráter da formação sócio-econômica cubana **118**



CULTURA



JOÃO LOPES

A evolução da política cultural dos bolcheviques e a pintura na União Soviética: da liberdade ao monolitismo do realismo socialista **125**



CARTAS

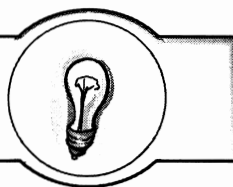


JAIME MUÑOZ MANTILLA

Sobre os artigos relativos ao Equador **132**



Apresentação



O projeto norte-americano do ALCA, assim como as recentes manifestações contra ele em Buenos Aires ou Quebec; as brutais agressões sionistas ao povo palestino, assim como a heróica Intifada, são expressões categóricas de um mundo cada vez mais convulsionado.

Essa situação alenta e empurra obrigatoriamente milhares de lutadores a buscar uma “compreensão comum” do mundo e as tarefas que daí se derivam para mudá-lo. Ou, em linguagem marxista, a buscar um programa.

Marxismo Vivo, seguindo com a razão de ser de seu nascimento – colocar-se a serviço desse debate programático – aborda neste número centralmente dois blocos temáticos. Um, em relação ao Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre. Outro, como anunciamos na edição anterior, refere-se ao conflito no Oriente Médio.

O Fórum suscitou um enorme entusiasmo entre milhares de ativistas. Um entusiasmo apoiado na esperança de encontrar um espaço internacional onde, depois dos combates nas ruas, fábricas e escolas, muitos lutadores se encontram para tentar “passar a limpo” a ação desenvolvida, buscar essa “compreensão comum das tarefas comuns”.

Os organizadores do Fórum ressaltaram que as atuais mobilizações são limitadas; que **não bastava dizer não**, era necessário apresentar uma alternativa. É um critério correto. **Não basta dizer não**. É preciso apresentar um programa alternativo. Mas qual é esse programa alternativo? Os organizadores do Fórum de Porto Alegre foram esboçando um programa, um programa de reformas ao capitalismo para conseguir “um outro mundo”

Enquanto isso, a milhares de quilômetros de Porto Alegre, os lutadores palestinos continuam comovendo o mundo com sua Intifada. As massas palestinas passam por cima dos mal-chamados “planos de paz” e escrevem, pela enésima vez, páginas de heroísmo, enfrentando de forma revolucionária o opressor Estado de Israel, e deixam no ar uma pergunta que, por sua vez, é uma questão programática central: é possível a paz no Oriente Médio enquanto existir o Estado de Israel?

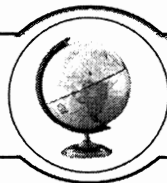
Não escapará ao leitor o conteúdo polêmico das matérias selecionadas. Não há nisso o menor interesse em instaurar controvérsias inúteis. Ocorre que em todos esses debates, volta a ganhar atualidade o velho debate que dividiu o marxismo no século passado: reforma ou revolução?

O Fórum de Porto Alegre chegou a uma conclusão que não podemos deixar de compartilhar: “um outro mundo é possível”, mas o problema é como chegar a ele, com que programa. Com um programa de reformas do capitalismo ou com o programa da revolução socialista?

Esperamos, pois, que os artigos que apresentamos aqui, independente do grau de acordo que inspirem, sejam de interesse e utilidade para os leitores, já que *Marxismo Vivo* nasceu para contribuir, a partir de uma ótica marxista, com esse debate programático, teórico, político e organizativo em curso.



Ano 2001



 **MARCELO GARCÍA**


Alca e Dolarização: Avança a recolonização da América Latina **7**

 **JOSÉ WELMOVICK**

Fórum Social Mundial: Morte ao capitalismo ou capitalismo cidadão? **14**

 **MARIÚCHA FONTANA E JÚLIO FLORES**

Orçamento Participativo: Nos limites da ordem burguesa **26**

 **HASSÁN EL HADJ**

Marrocos: O fim das ilusões **33**



ALCA E DOLARIZAÇÃO: AVANÇA A RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

MARCELO GARCÍA

**Jornalista e militante da FOS - Frente Operária Socialista,
de Comodoro Rivadavia, Argentina**

Os Estados Unidos querem aumentar seu pátio traseiro às custas de dólares, livre comércio e tiros e, para isso, estão aprofundando o processo recolonizador na América Latina. Para atingir seu objetivo expansionista, têm como metas principais a dolarização do continente e a instalação do livre comércio, concretizado no ALCA (Acordo de Livre Comércio Americano).

As dívidas externas, as privatizações, a flexibilização do trabalho e a militarização da região – como é o caso do Plano Colômbia – são os elementos centrais de sua política recolonizadora.

Um salto qualitativo vem ocorrendo em relação à recolonização da América Latina pelos Estados Unidos. O imperialismo mais poderoso do planeta aprofunda suas políticas de expansão expoliadora para todo o continente latino-americano. É por isso que acelerou o caminho dolarizador das nações da região e busca colocar em marcha o livre comércio por meio do ALCA. Entre os objetivos que fundamentam a escalada recolonizadora sobre os povos latino-americanos se destacam a desaceleração na economia norte-americana, a cobrança das fraudulentas dívidas externas, a necessidade das multinacionais de superexplorar novos mercados – mediante a flexibilização trabalhista ou a privatização das empresas estatais ⁽¹⁾. Mas também jogam um papel importantíssimo as reservas energéticas (especialmente as petrolíferas) e as dificuldades para abastecer o consumo de energia que se prevê para todo o mundo.

Esta última causa pode converter-se em uma das chaves para compreender as crises e flutuações do preço do barril de petróleo cru no mercado internacional. Um informe do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais afirma que “a demanda estadunidense de petróleo para 2020 requer uma total produção desse recurso por parte das três nações árabes sancionadas (Iraque, Irã e Líbia). Isso se nesse momento não tenham sido descobertas novas reservas”.

O estudo “*As geopolíticas da energia no século XXI*” analisa a produção e disponibilidade de petróleo no mundo para os próximos 20 anos, baseando-se na crescente demanda mundial do cru. Os especialistas asseguram que em algum momento, durante as próximas duas décadas, “os países pobres do planeta gas-tarão mais combustível que os sete países mais desenvolvidos do mundo”. Se prevê que para 2020 o consumo mundial de petróleo crescerá 50% e a produção dos países do Golfo Pérsico se transformará em um elemento fundamen-



tal, já que se estima que o Oriente Médio fornecerá 80% do cru mundial. Não se pode esquecer que a explosão econômica “capitalista?” da China poderia significar um ponto de conflito internacional devido a demanda de petróleo dessa que é a nação mais populosa do mundo. ⁽²⁾

Um dos elementos mais novos desse período é que o militarismo norte-americano está retomando um papel preponderante, situação que não se registrava desde a catastrófica derrota assestada pelos vietnamitas às tropas do Império. A aguda crise que assola os países latino-americanos está provocando reações populares de todo tipo e é por isso que os EUA decidiram colocar em funcionamento sua maquinaria bélica, que está a serviço dos lucros do capitalismo e suas multinacionais.

Como é de imaginar, muitos desses aspectos não são reconhecidos pelo governo americano. Pelo contrário. Tanto Bill Clinton como George W. Bush negam categórica e enfaticamente que estejam fazendo com que 34 países da América Latina se subordinem a suas políticas financeiras e monetárias ⁽³⁾; ou que, com o ALCA, imporão um funcionamento desregulatório, privatizador e flexibilizador em toda a região; ou que o Plano Colômbia – e as bases militares satélites instaladas na região – visam combater a guerrilha colombiana, reprimir os levantes populares e desarticlar os multimilionários lucros dos narcotraficantes, uma das poucas “indústrias” florescentes do continente ⁽⁴⁾.

Desde sua chegada ao governo, Bush pôs ênfase especial na instalação do livre comércio entre todas as nações latino-americanas. Muitos analistas consideram que esta será uma das principais estratégias da gestão conservadora do republicano na Casa Branca. É por isso que as próximas reuniões que se realizarão com vistas ao lançamento do ALCA, originalmente projetado para 2005 mas que pode ser antecipado para 2003, serão determinantes para o futuro do continente.

Com a expansão comercial, os Estados Unidos aspiram a aplicar uma política de desregulamentação, impondo uma forte onda privatizadora, que garanta o lucro dos grandes

capitais; e abrir a porta para que o Acordo Multilateral de Inversões (AMI) comece a vigorar, possibilitando que as empresas multinacionais processem os Estados pela aplicação de medidas regulatórias. Dessa maneira, os trabalhadores explorados do México poderão ser substituídos por qualquer dos superexplorados que vivem no restante da América Latina.

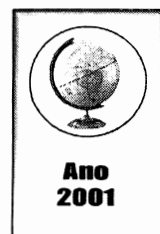
Enquanto isso as massas operárias, camponesas e indígenas – estas últimas estão na vanguarda da luta – iniciaram uma dura resistência contra as políticas neoliberais que vêm aprofundando a pobreza, o desemprego, a queda dos salários e os níveis de vida. Isso se refletiu claramente durante a insurreição que ocorreu no Equador em janeiro de 2000 e que terminou com a fuga do presidente Jamil Mahuad e a posterior tomada do poder, que durou poucas horas, situação que desembocou em um verdadeiro processo revolucionário.

Os protestos equatorianos foram o pico mais elevado da luta pelo poder e até geraram uma dualidade do mesmo, mas também houve mostras de resistência entre os camponeses bolivianos e paraguaios; no conjunto da população peruana, ao derrubar Fujimori; nas três greves e múltiplos cortes de caminho dos trabalhadores e pobres argentinos; na luta dos sem terra brasileiros; ou no incremento das guerrilhas colombianas das FARC (Forças Armadas Revolucionárias Colombianas) e do ELN (Exército de Liberação Nacional).

Fruto do aprofundamento recolonizador, que cada vez deixa menos margem de manobra aos governos (desaparecendo quase totalmente o velho Estado de bem-estar) e as burguesias nacionais, é muito provável que a perspectiva latino-americana se encaminhe para um beco sem saída, no qual aparentemente restariam somente duas opções: o avanço da recolonização imperialista ou a revolução libertadora das massas oprimidas.

Panorama dolarizador

O processo de introduzir uma moeda única na América Latina tem antecedentes bem longínquos, mas jamais houve um impulso tão



grande como o que ocorre hoje. Existem duas formas para introduzir a dolarização. Há aqueles países que se aferram ao dólar de forma oficial e os que o fazem informalmente; mas no primeiro dos casos estão os que abandonam suas moedas locais de forma bilateral (em acordo com a Reserva Federal dos Estados Unidos, o que implica compartilhar a servidão e obter uma cobertura para a emissão de dólares segundo a nova demanda) ou aqueles que optam por fazê-lo unilateralmente.

Já são quatro as nações latino-americanas que ancoraram formalmente suas economias ao dólar. Os países dolarizados são Equador (ver box), El Salvador, Guatemala e Panamá. Neste último caso, o balboa foi substituído pelo dólar em 1994; a dolarização equatoriana se deu em janeiro de 2000; a de El Salvador um ano mais tarde (janeiro de 2001) e a da Guatemala entrará em vigência a partir de 1º de maio deste ano, depois que o Congresso guatemalteco aprovou em dezembro passado a lei de livre circulação do dólar, moeda que no princípio irá conviver com o quetzal. A eles poderia somar-se em breve a economia da Costa Rica, ainda que no momento se aguardam os resultados das experiências em curso.

O restante do continente latino-americano se divide entre os países que estão dolarizados informalmente, os que estão em vias de estar e os que ainda demonstram resistência. Nações do tipo da Argentina, Colômbia, Peru, Paraguai e Honduras estão em vias de dolarizar-se formalmente. Algo similar ocorre com o México, porque seu tipo de cambio está relacionado com a livre flutuação, em vigor desde a crise de dezembro de 1994, que ficou conhecida como “Efeito Tequila”. O presidente Vicente Fox ainda não deu mostras favoráveis a uma dolarização total da economia mexicana, mas a proximidade e a estreita dependência em relação aos EUA e sua participação no Tratado de Livre Comércio (TLC) – mais conhecido por sua sigla em inglês, NAFTA (North American Free Trade Agreement) – fazem do México uma presa fácil para o projeto dolarizador.⁽⁵⁾

O caso argentino é o mais categórico, já que desde 1991 – durante a presidência de Carlos Menem e a gestão econômica de Domingo Cavallo – se colocou em prática o denominado “Plano de Convertibilidade”. Com isso se “inventou” a paridade de um por um entre o peso e o dólar. Aí está a chave da dolarização informal. O Fundo Monetário Internacional (FMI) defende que um país deve ser considerado dolarizado quando tem mais de 30% de seus depósitos em dólares, e na Argentina existem dados contundentes para pensar que a pátria de San Martín perdeu boa parte de sua independência monetária. Cerca de 60% dos depósitos são efetuados na moeda norte-americana, enquanto que 66% dos empréstimos bancários também estão denominados nessa moeda. O mesmo ocorre com 92% da dívida pública e 85% da dívida privada⁽⁶⁾. Não obstante, ainda restaria que se apliquem as reformas já impostas no Equador e que os argentinos percam definitivamente a soberania econômica.

Paraguai e Colômbia não diferem muito do exemplo anterior. O economista guarani César Barreto disse que *“em nosso país, 65% dos depósitos estão denominados em dólares, assim como 50% dos empréstimos do setor privado. O Paraguai está virtualmente dolarizado e o guarani perdeu totalmente seu papel de reserva de valor e unidade de conta”*⁽⁷⁾

Entre os Estados que se mantêm um pouco mais distantes do processo dolarizador por enquanto se destaca o Brasil. Seu presidente, Fernando Henrique Cardoso, disse que a dolarização brasileira é “impensável”, ainda que não tenha fechado todas as portas, e por isso vaticina que “quando chegar o momento” o país pode adotar a livre convertibilidade como política de câmbio.

Soberania econômica e Lei IMSA

A perda total e absoluta da soberania econômica e monetária é uma das principais características da dolarização, o que sem dúvida traz consigo o naufrágio da independência política da nação dolarizada. Hoje, a totalidade dos países latino-americanos estão atados aos desígnios do imperialismo americano e é por isso que obedecem religiosamente as ordens e pautas que o FMI e o Banco Mundial vão impondo em matéria econômica, política e social. Mas a adoção do dólar aprofundaria ainda mais a submissão.

Qualquer país dolarizado perderá absolutamente toda possibilidade de traçar uma política de crescimento, de desenvolvimento independente dos Estados Unidos, ou de atenção real e certa das necessidades sociais de seus habitantes. A estratégia econômica estará aferrada à Reserva Federal norte-americana, fazendo com que os governos nacionais se convertam em meros gerentes ou administradores dos EUA e suas multinacionais.

O economista brasileiro Theotônio dos Santos explicou claramente: *“essa política é uma renúncia a controlar a moeda, a qualquer política monetária e deixar que os preços se acomodem à referência direta do dólar. Mas se não temos recursos e não há liquidez, então a economia não funciona. Os países que adotarem a dolarização vão entrar em recessões muito graves.”*⁽⁸⁾

Os defensores da mudança de moeda garantem que a principal vantagem está na erradicação do risco cambial como fator na formação de preços, sobretudo na taxa de juros, sendo que o *risco país* e o risco crédito ficariam sujeitos à percepção do mercado sobre

a capacidade e segurança do pagamento.

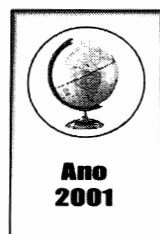
Para o pesquisador cubano do CEIE, Rubén Piñeiro Santana, tudo isto poderá derivar em uma deflação que dificilmente será assimilada pelo aparato produtivo nacional, fruto de sua ineficiência e escassa tecnologização. *“É muito provável que a indústria local não consiga reduzir os custos a níveis compatíveis com a queda dos preços internos. O resultado será a descapitalização das empresas nacionais e sua progressiva substituição pelo capital estrangeiro”*, afirma em sua análise para a revista *El Economista*, de Cuba.

Além de tudo isto, os EUA continuam abrindo caminho para a unificação monetária no continente e, para isso, o professor norte-americano Steve Hanke elaborou uma lei de dolarização destinada à Argentina⁽⁹⁾. Esse é apenas um passo, já que o senador republicano pelo estado da Flórida, Connie Mack, redigiu um projeto de dolarização para toda América Latina que já está sendo discutido no Congresso americano.


O projeto, denominado Lei para a Estabilidade Monetária Internacional (em inglês IMSA) explicita as supostas vantagens da dolarização, entre elas a estabilidade monetária, a redução da inflação e das taxas de juros a níveis dos Estados Unidos, um maior crescimento econômico, que estimularia as poupanças e investimentos, uma férrea disciplina fiscal, além de contribuir para o fortalecimento do sistema financeiro. Mas ninguém diz que um país dolarizado poderia converter-se facilmente em um paraíso fiscal, possibilitando a lavagem de divisas e a falsificação de dólares.

Nessa mesma linha de argumentação, se assegura que tais mudanças ajudariam a estabilizar os mercados exportadores e fazer com que cresçam mais rapidamente; que daria aos investidores norte-americanos a possibilidade de reduzir os riscos frente as flutuações pelo tipo de câmbio de mercados emergentes, ou que se mitigaria a carga dos contribuintes ao reduzir a ajuda a países com problemas financeiros; que se incrementaria os lucros dos EUA, complementando-se com seus esforços por fortalecer a arquitetura financeira internacional.

Segundo o especialista em política monetária



ria do Banco Central de Cuba, Guillermo Gil, “a dolarização total da América Latina asseguraria a existência, para as empresas norte-americanas, de mercados seguros para seus produtos, com um mínimo de riscos e uma praça igualmente segura para os investimentos. Além disso, representaria a hegemonia total do dólar na região, em detrimento do euro, do que se pode inferir facilmente que esta é a resposta dos EUA à penetração econômica da Europa na América Latina, além de significar a expulsão das empresas e bancos europeus do continente. E seria a ‘arma’ mais eficaz para destruir os blocos comerciais regionais—Mercosul—evitando o surgimento de uma moeda comum e a integração total da região—por fora de seus desígnios.”⁽¹⁰⁾

Conclusão, a perspectiva é que os povos latino-americanos que aceitem este engendro se converterão em integrantes de colônias úteis para o Império e os governos dessas nações se transformarão, para os Estados Unidos, em simples administradores de províncias de segunda categoria. 

NOTAS

(1) No balanço macro-econômico latino-americano de 2000, a CEPAL expressou que “com a recuperação do dinamismo da atividade econômica, as privatizações recobram o impulso que tinham antes da crise. O capital acumulado nessa região por esse conceito superaram os 15 bilhões de dólares, cerca de 3 bilhões a mais do que no ano anterior... Os países nos quais o processo de privatização estava estancado havia vários anos (Equador, Paraguai) adotaram em 2000 leis que permitirão um rápido avanço no futuro. Também cabe destacar a maior importância que as concessões estão adquirindo, em uma situação na qual os ativos estatais privatizáveis são cada vez mais escassos, enquanto que as necessidades de investimento em infra-estrutura continuam sendo muito altas”.

(2) Dados publicados pela agência noticiosa equatoriana Pulsar (15/2/2001) no artigo “Estados Unidos sugerem acabar com as sanções ao Iraque, Irã e Líbia em troca de mais petróleo”.

(3) Os projetos que têm sido feitos para a criação do ALCA falam de 34 nações, quando na verdade são 35. Isto se deve à exclusão de Cuba do “livre comércio” continental, já que por enquanto os Estados Unidos não pensam em reduzir a zero o tão comentado bloqueio, apesar de que já estão se abrindo as portas cubanas para a chegada de empresários e magnatas (entre eles, David Rockefeller), que vêm com muito apetite o quase virgem mercado cubano.

(4) No número 2 da revista *Marxismo Vivo* (outubro 2000/janeiro 2001), o professor de Ciências Sociais da Universidade de Campinas, no Brasil, José Welmovicki, publicou o artigo “América Latina na virada do século: revolução ou colônia”. Nele afirma que “a indústria do narcotráfico move no mundo 750 bilhões de dólares, o que a coloca entre os setores econômicos de ponta. Seus lucros são muito superiores aos de outros setores devido à brutal diferença existente entre o preço da matéria prima e o do produto final. É, sem dúvida, o negócio mais rentável do mundo, já que alcança lucros da ordem de 3.000%”. Para fundamentar essas afirmações, Welmovicki afirma que “a folha de coca é vendida a 2,5 dólares o quilo na Bolívia ou na Colômbia; depois que é transformada em cocaína, passa a valer 3.000 dólares na Colômbia, chegando a valer em São Paulo (Brasil) 10.000 dólares, e o preço estratosférico de 40.000 dólares no mercado norte-americano”.

(5) Depois da conformação do NAFTA, estima-se que mais de um milhão de postos de trabalho desapareceram nos EUA, conseqüência da instalação de companhias norte-americanas no território mexicano, o que lhes permitiu tirar proveito de sua regulamentação trabalhista, mais débil. Não se pode esquecer que mais de um milhão de mexicanos trabalham por menos de 3,40 dólares por dia (salário mínimo) e que durante a aplicação do NAFTA, oito milhões de mexicanos passaram da classe média para a pobreza.

(6) Informação publicada pelo jornal *El País*, da Espanha (11/2/2001) com o título “América Latina teme o fantasma da dolarização”

(7) Idem.

(8) Conceito transcrito da nota “Eles não discutem, se impõem a partir do poder” (de 30/5/2000) publicada em *El Economista*, de Cuba.

(9) Alfredo Eric Calcagno e Eric Calcagno, “A lei de dolarização já está redigida”, *Le Monde Diplomatique*, Ed. Cone Sul, nº 12, junho de 2000.

(10) Dados divulgados por *El Economista*, de Cuba, sob o título “Estados Unidos e a dolarização na América Latina” (12/6/2000).

O DESASTRE EQUATORIANO

Para analisar o verdadeiro significado da dolarização, há um bom exemplo. Trata-se do processo iniciado no Equador há mais de um ano.

Esse país trocou o sucre pelo dólar depois da decisão tomada pelo ex-presidente equatoriano Jamil Mahuad, que anunciou o início da mudança monetária em 11 de janeiro de 2000. Para elaborar seu projeto dolarizador, Mahuad contratou o ex-ministro argentino Domingo Cavallo e seus assessores. Essa foi a última medida adotada por Mahuad, porque logo depois foi expulso do governo por uma insurreição popular-militar. Naquele momento o ex-mandatário havia prometido que a adoção do dólar significaria uma brusca queda da inflação a não mais de 10% anual, a que entre dezembro de 1998 e janeiro de 2000 havia chegado a 293% acumulados.

A crise econômica e social do Equador atingiu dimensões alarmantes durante os últimos anos, especialmente em 1999 e 2000. Quase 85% da população está submersa na pobreza; dois de cada dez habitantes sobrevivem com menos de um dólar por dia; entre 40 e 50% das crianças estão desnutridas; um terço das pessoas não têm acesso a água potável e 40% não têm acesso aos serviços básicos de saúde. O desemprego atingiu 18%; o subemprego atinge mais 50% da população economicamente ativa; os salários caíram cerca de 20% e obviamente a distribuição das riquezas é uma das mais desiguais do continente. ⁽¹⁾

A promessa de Mahuad de reduzir a inflação foi para o espaço no primeiro aniversário da dolarização. Depois de 12 meses, esse país andino registrou a mais alta taxa de inflação de todo o continente, chegando a 91% durante 2000.

O mito do dólar salvador não passou disso, porque nenhum dos indicadores da crise equatoriana se reduziu. Nem sequer os grandes

lucros obtidos com o aumento do preço do cru ⁽²⁾ deram ao governo de Gustavo Noboa condições para atender as necessidades da população porque a maioria desses fundos foram destinados, por ordem do FMI e a Reserva Federal dos EUA (FED), para a dívida externa, que o país havia deixado de pagar.

O tema da dívida externa é uma das maiores cargas que carregam os equatorianos, como o restante dos latino-americanos. O endividamento equatoriano foi crescendo de forma estrepitosa durante os últimos três anos: em 1998, as contas a pagar significavam 66% do PIB, mas em 1999 subiram para 90% e no ano passado ultrapassaram os 105% do produto interno bruto. Frente a uma possível nova redução do preço do cru, sérias dificuldades tem o Equador pela frente na hora de cumprir com seus compromissos externos.

Enquanto isso, Noboa cumpriu religiosamente – ou como as mobilizações permitiram – as ordens do FMI e do Banco Mundial, que para tirar o país momentaneamente do “*default*”, lhe emprestaram dois bilhões de dólares. Mas o empréstimo não deixou de incluir um pacote de condições.

Da mesma maneira que vêm fazendo no restante das nações do continente, os organismos financeiros internacionais pautaram uma série de metas que o governo de Noboa cumpriu à risca. Entre as restrições impostas estão a flexibilização das formas de contratação dos trabalhadores e leis trabalhistas; a eliminação – antes de 2002 – de cerca de 26 mil postos de trabalho no setor público; a redução das margens de pressão e negociação dos sindicatos e a introdução de reduções salariais com as que supostamente se facilitaria a chegada de investimentos de empresas multinacionais.

Como se isso fosse pouco, o FMI e Banco Mundial buscam forçar a privatização de uma série de organismos de importância na estrutu-

ra estatal equatoriana. Em primeiro lugar, impulsionam a entrega a companhias estrangeiras de seis empresas de fornecimento de energia e outras dezoito de distribuição, além de duas empresas de telecomunicações. Certamente não ficou de fora a Petroecuador, para a qual traçaram um esquema que contempla a convivência mista entre o capital estatal e o privado.

O último e mais conflitivo requisito para a obtenção do empréstimo internacional foi a exigência de aumentar em 60% o preço do óleo doméstico e 40% o gás, antes de 1º de julho de 2000, e em 60% o preço da gasolina (especial) e 30% o diesel antes de 1º de outubro. No entanto, devido à oposição dos diversos setores sociais, que voltaram a pôr o governo contra a parede, Noboa teve de retroceder no ajuste e postergar as medidas antipopulares.

A situação revolucionária equatoriana continua aberta, marcada por uma profunda crise econômica e social, e o desfecho desse processo está absolutamente em aberto. 🌐

M.G.



NOTAS

(1) Dados da revista eletrônica *Rebelión* (23/2000) e da Comunidad Web de Movimientos Sociales de Ecuador (Ecuaurunari-Feine-Fenocin-FEI-Fenacle-Confeunassc) de 4/1/2001.

(2) Segundo o analista equatoriano Lucas Kintto, em uma nota publicada pelo IPS (10 de janeiro de 2001) denominada "Equador: Inflação recorde no ano da dolarização", "as divisas pela exportação de petróleo somaram 2.045 milhões de dólares em 2000, frente a 1.375 em 1999, informou o Banco Central", e pois acrescenta que "para o economista Alberto Acosta, consultor da Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha, esse aumento de divisas amortizou relativamente o efeito da dolarização, pois permitiu manter as reservas internacionais, pese a massiva troca de sucos por dólares".

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: MORTE AO CAPITALISMO OU CAPITALISMO CIDADÃO?

JOSÉ WELMOVICK

Professor de Ciências Sociais

Quem entrasse no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em janeiro, ficava impressionado pela quantidade de vezes que o termo **cidadania** era citado, seja nas faixas de recepção, nas bancas de venda de materiais e, especialmente, nos painéis centrais do evento. O Fórum foi dominado ideologicamente por essa 'fórmula mágica' que tem penetrado de forma crescente nas correntes que organizaram o evento e tido grande impacto hoje na vanguarda.

O Fórum se realizava após o esgotamento do discurso do neoliberalismo frente à dura realidade da fome, da desigualdade social brutal, da injustiça contra as minorias étnicas e sexuais, contra povos inteiros, contra a ordem mundial em que os mercados dominam cada vez mais a economia e a política. O grito das ruas de Seattle, Praga, Washington, Nice, contra esse estado de coisas unira setores sociais e nacionais diversos, expressara uma consciência política radical contra essa situação. Aparecendo como o anti-Davos, uma alternativa contra o neoliberalismo e suas ideologias, como a do mercado e o indivíduo como panacéias universais, os organizadores do Fórum se propunham começar a dar uma resposta política e programática. Mas nessa resposta a palavra chave era **cidadania**.

Ser propositivo...

Havia um discurso comum aos organizadores do Fórum antes de sua realiza-

ção e que marcou os principais painéis. **Não basta dizer não** à ordem mundial injusta, simbolizada pelo Fórum de Davos. É preciso ter propostas. Em palavras de Ignacio Ramonet no artigo "A necessidade da utopia", "*cada cidadão sente a necessidade urgente como uma barreira contra a ressaca neoliberal— de um contra-projeto global, uma contra-ideologia, um edifício conceitual que se possa contrapor ao modelo atualmente dominante.*"¹

Dito de outra forma, sintetizada na bandeira "um outro mundo é possível", os que se opõem à globalização necessitariam ir além de negar a ordem liberal de mercado; deveriam apresentar um contra-projeto, um programa para a transformação, para que as mobilizações possam evoluir para a proposta de 'um novo mundo'.

É uma preocupação correta; afinal, por mais que os movimentos se multipliquem, é necessário (e cada vez mais) ter uma perspectiva, um programa para contrapor-se ao projeto já em execução pelos poderosos que se reuniram em Davos e cujas nefastas conseqüências são diariamente sentidas na realidade dos milhões de explorados em todo o planeta. Essas dezenas de milhares de ativistas de todos os continentes e camadas sociais, que expressam a crescente vontade das massas exploradas de uma mudança radical desse estado de coisas, necessitam ver uma perspectiva internacionalista de transformação.

O Fórum Social Mundial é, em essência, uma organização cuja razão de ser é levantar

um programa, uma compreensão do mundo e as tarefas – propostas – que daí se derivam. O problema está em qual proposta está sendo introduzida com esse discurso. Na visão da ampla maioria dos organizadores e conferencistas, é possível mudar a realidade humanizando o capitalismo internacional, e o ‘edifício conceitual’ adotado é o da **cidadania**, e a ideologia assumida é a da **democracia**. Isso valeria não só para cada movimento em sua realidade nacional e local, mas agora se estenderia até o mundo, o qual seria possível mudar via a ‘**cidadania planetária**’.



... Não pode significar aceitar a ordem existente

Citamos a seguir alguns dos principais interlocutores do Fórum para que fique claro o contexto em que esse ‘contra-projeto’ é introduzido. O jornal *Le Monde Diplomatique*, promotor da ATTAC e do próprio evento, em editorial falando do Fórum, “Davos, não, Porto Alegre” assinado por Ignacio Ramonet dizia: “O Fórum Social Mundial será um espaço de intercâmbios e debates, ... mas diferentemente de Davos, elas serão abordadas numa perspectiva cívica, isto é, do ponto de vista dos cidadãos e não do mercado financeiro.” A ATTAC, uma das associações convocantes do Fórum, é a *Associação pela Taxação das Transações Financeiras e pela Ajuda aos Cidadãos*. Ou seja, busca contrapor aos interesses do capital financeiro, ao dos cidadãos.

O Partido dos Trabalhadores, por intermédio de seu presidente, José Dirceu, fez a seguinte análise no artigo *Os consensos de Porto Alegre* publicado no jornal *Folha de S. Paulo* de 3/2/2001:

“O acontecimento social mais importante desse início de milênio representa, sem dúvida, a reafirmação do compromisso com a democracia, com a cidadania e com a participação direta dos cidadãos na política e na gestão pública ...”

“O FSM deixou claro que há a necessidade de ação política e luta social; de compromisso com a ética e de luta contra a corrupção política; de procurar formas de controle social sobre o governo e o Estado; e de reformar as organizações financeiras internacionais, controlar e taxar os movimentos financeiros de capitais (taxa Tobin) e solucionar o grave problema das dívidas dos países do Terceiro Mundo, com a anulação das dívidas dos países pobres”

“Temos de levantar a bandeira da luta pela inclusão social; de definir políticas públicas de distribuição de renda, de pleno emprego e de garantia de acesso à saúde e à educação públicas e gratuitas. É preciso lutar contra a fome, pela reforma agrária e por políticas públicas que assegurem a segurança alimentar e o acesso democrático às tecnologias e à produção de alimentos.” (Grifos nossos)

Esses textos são uma expressão concreta de um determinado processo de convergência programática entre os setores mais importantes que participaram da organização do Fórum em relação às propostas alternativas a apresentar, sobre seu edifício conceitual, ou como poderíamos dizer seus conteúdos programáticos. Independente dos matizes entre eles, pode se dizer que o ‘contra-projeto’ anunciado por Ramonet foi abordado do seguinte ângulo no Fórum: para esse “outro mundo possível” é necessário um movimento para reformar a sociedade, o estado e as instituições mundiais existentes de modo a mudar a lógica que hoje impera, dada pelo capital financeiro (ou pelo mercado).

Ataca-se duramente o chamado pensamento único, típico dos presentes em

Davos, defensores do ultraliberalismo, mas se contrapõe a eles um projeto centrado na participação dos cidadãos em benefício da grande maioria excluída, pelos 'direitos do homem'. A ação começaria pela participação na política (sem negar a chamada democracia representativa) dos movimentos sociais existentes em uma série de áreas e países, utilizando ou criando mecanismos da democracia direta, cujo melhor exemplo seria o Orçamento Participativo de Porto Alegre. A palavra síntese dessas propostas, a mais repetida em todos os painéis, foi **cidadania**. Estamos então obrigados a analisar essas propostas, esse esboço de programa mundial (ou contra-projeto) e seu fio condutor, a estratégia da cidadania.

A cidadania, para esses setores, seria definida pelos 'princípios da democracia', se materializaria na criação de movimentos sociais em luta por mais e mais direitos, e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente uma nova ordem legal, a conquista e consolidação de uma nova ordem social e política superior à atual.

A negação da divisão em classes sociais por meio da adoção da cidadania

A expressão classes sociais, seja as dominantes ou as exploradas, praticamente não apareceu no Fórum, como pode se ver nesses mesmos textos que citamos. Aí aparece o primeiro e decisivo problema da concepção cidadã: vê as terríveis divisões e a desigualdade social reinante como resultado de uma ordem perversa, fruto de uma opção política (no caso, da opção neoliberal), mas não ressalta a existência da dominação de classe que a sustenta. Não enfatiza que a concentração total da propriedade dos meios de produção, e o monopólio das finanças nas mãos de uma cada vez mais reduzida quantidade de grandes grupos multinacionais, são a causa de toda essa desigualdade. Que capital e trabalho têm a partir daí interesses antagônicos.

Em essência, para esses setores, a fonte da

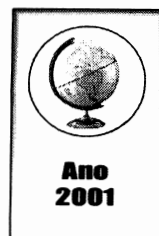
desigualdade não está no sistema de produção capitalista, mas no âmbito da distribuição, na "irracionalidade" da distribuição. Coerente com isso, os defensores da cidadania situam todas as suas propostas em uma tentativa recorrente de racionalizar a distribuição... no marco do próprio capitalismo. Pregam que é possível superar os graves e crescentes problemas sociais pela inclusão social, sem mexer na infra-estrutura econômica e na estrutura da sociedade. Pregam uma justa distribuição de renda sem dizer que para acabar com a desigualdade social é necessário expropriar os meios de produção, tomar as riquezas das mãos dos capitalistas e desse punhado de monopólios privados que dominam a economia e a sociedade em todo o mundo. Ou, tomando as palavras agitadas pelos manifestantes das ruas de Seattle e Praga, "o capitalismo mata: morte ao capital!"

Os argumentos dos defensores da possibilidade de uma cidadania sem destruição do capitalismo variam, mas costumam acentuar a possibilidade de uma gestão pública diferenciada a partir da participação política ampliada dos cidadãos. Por outro lado, argumentam que não se pode mais pensar em uma revolução dos trabalhadores devido à perda de importância do trabalho, ou como dizem alguns deles, não existiriam mais as bases objetivas para uma "utopia da sociedade do trabalho", mas também porque as diferentes causas colocadas em questão pelos ataques do capital (ecologia, questão feminina, racial, infantil) põem outros sujeitos em ação.

Já no início do século XX, Rosa Luxemburgo, em seu clássico *Reforma e Revolução* atacava os que, como o dirigente social-democrata revisionista Bernstein, queriam procurar uma saída acima das classes: "*Fiel à sua lógica até o fim, ele mudou, junto com sua ciência, política, moral e maneira de pensar; a linguagem histórica do proletariado pelo da burguesia. Quando utiliza a palavra 'cidadão' sem distinções para referir-se tanto ao burguês quanto ao proletário, querendo com isso, referir-se ao homem em geral, identifica o homem em geral com o burguês, e a sociedade humana como a sociedade burguesa.*"²

Trazendo essa discussão para os dias de hoje, quando se fala em obter a cidadania para to-

dos, se esquece que há uma guerra social entre o capital e os explorados, que os homens de Davos não são cidadãos equivocados, mas os generais do capital se reunindo para ver como e quantos seres humanos vão matar de fome nos próximos anos para que seus lucros astronômicos continuem a subir. Foi exatamente esse o teor da pergunta que a líder das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, fez ao megainvestidor George Soros e seus colegas no debate via TV durante o Fórum. É necessário tirar as fontes de poder e riqueza das mãos desses ‘cidadãos’ bilionários, que lhes permitem continuar a manter a maioria da humanidade na fome e na miséria. E isso significa expropriação dos meios de produção, que só pode ser imposta pela ação revolucionária das classes exploradas.



Estado “de direito” capitalista e cidadania

O mesmo raciocínio é feito para a questão do Estado, quando negam que o Estado seja de classe. Não existiria mais uma natureza de classe, uma dominação de determinada classe no Estado. Ele seria definido como ‘de direito’ ou não, seria definido por sua forma: se existem liberdades políticas e eleições regulares será um Estado de direito. Não importa o conteúdo, as relações sociais que o determinam e que ele defende.

“Num Estado democrático, cabe ao Direito o papel normativo de regular as relações interindividuais, as relações entre o indivíduo e o Estado, entre os direitos civis e os deveres cívicos, entre os direitos e deveres da cidadania, definindo as regras do jogo da vida democrática. A cidadania poderá, dessa forma, cumprir um papel libertador e contribuir para a emancipação humana, abrindo ‘novos espaços de liberdade’ (Guattari, 1987, 1990), por onde ecoarão as vozes de todos aqueles que, em nome da liberdade e da igualdade, sempre foram silenciados.”³

Mas, como essa citação reconhece, a realidade de ser cidadão nesta sociedade é ter direitos - ser livre, poder fazer contratos - e deveres - de aceitar a ordem e o contrato que lhe asseguram a “paz”. O Estado zela por esta ‘paz’ sempre em nome das leis. Encarrega-se de fazer cumprir a lei. Para isso, tem um aparato de coerção e o monopólio da violência por meio das forças armadas e da polícia, como reconhecia o próprio Max Weber. Aliás, para não deixar dúvidas, toda vez que as mobilizações como as de Seattle, Praga, Nice tentam impedir a realização das reuniões em que os senhores de Davos ou do G-7 combinam como vão continuar a manter a ampla maioria da humanidade na miséria e acertar suas diferenças menores, as polícias dos respectivos “estados de direito” mostram como seus cassetetes democráticos estão lá para garantir que nada perturbe a ordem do capital. O mesmo ocorre quando os sem terra do Brasil invadem um latifúndio improdutivo ou os camponeses da França fazem uma demonstração contra os transgênicos.

Mas o Estado burguês não tem somente aparatos de coerção, pois ele atua também para legitimar-se como representante do conjunto da sociedade, do que seria a vontade geral da população. Com a divisão em três poderes e a possibilidade de renovação periódica dos governantes, a burguesia sempre tentou apresentar seu Estado como a representação da sociedade. Que existiria uma igualdade básica entre os cidadãos representados por ele. E isso só pôde funcionar à medida que a ilusão de ser a expressão de um consenso, ou da

maioria, se manteve. E essa aparência consensual levou a que inclusive tendências dentro do movimento operário apostassem na alternância de poder via eleições e uma possível maioria parlamentar, como Bernstein e seus seguidores social-democratas durante todo o século XX.

Os defensores da cidadania, coerentes com a interpretação do Estado como um espaço em disputa, pregam a sua democratização, ao invés de pregarem sua destruição pela revolução proletária. Se não há um aparato de dominação de classe a ser destruído, se poderia ir aumentando aos poucos os espaços democráticos e construindo a cidadania cada vez mais ampliada até transformar esse Estado num Estado de todos, que realizem de verdade a vontade geral sonhada por Rousseau, o ideal republicano. Mas como a realidade é muito diferente do modelo, mesmo nos países de maior tradição 'democrática', como na Europa Ocidental, as correntes de esquerda que falam em democracia tratam de agregar um conteúdo com uma nova forma que inclua uma participação dos cidadãos.

Por isso, era muito ouvido no Fórum o apelo à **democracia participativa**, que seria mais profunda e superior à 'democracia representativa', que não se ateriam somente às eleições periódicas. Esta democracia seria uma forma de instalar o controle social sobre os aparelhos de poder. Para os que defendem essa posição, haveria contradições entre os cidadãos/pessoas e o Estado, independente de sua natureza de classe. Seria como a contradição entre o particular e o geral, entre os indivíduos e a "vontade geral", expressa nos organismos estatais, os quais teriam uma tendência inerente à sua burocratização.⁴ Por isso, seria necessário ampliar a participação da sociedade civil, para corrigir excessos e tornar ativa a cidadania.⁵

Mas a utopia da democratização do Estado burguês se choca contra a realidade dos Estados existentes que dominam a cena e são os instrumentos não da vontade popular, mesmo quando há eleições periódicas, mas sim da vontade dos monopólios, dos "homens de Davos". Embora existam eleições regulares nos EUA nos últimos dois séculos, seria muito difícil convencer

algum participante do Fórum Mundial de que as ações de Clinton ou de Bush têm como fonte de decisão as necessidades do povo norte-americano e, obviamente, não a preocupação com os povos da América Latina. Mas seguramente têm na sua origem os interesses imperialistas e os ditames de Wall Street.

Cidadania planetária ou internacionalismo proletário

Hoje, como o Fórum demonstrou, uma nova proposta se incorporou a essa teoria – programa: a idéia da *cidadania planetária* ou ainda de um '*novo internacionalismo*'. Que seria distinto do anterior que, acrescentamos nós, foi o internacionalismo proletário, característico do movimento operário desde a fundação da I Internacional e depois substituído pelo stalinismo. Quais eram as características desse internacionalismo? Partia de uma análise do caráter mundial da exploração capitalista, de uma negação dos trabalhadores a aceitar submeter seus interesses aos da 'pátria'; que o proletariado era a única classe que tinha interesse em investir contra a ordem vigente a escala internacional. Por isso, o *Manifesto Comunista* terminava com um claro chamado internacionalista e de classe: "*Proletários do mundo inteiro, uni-vos!*" "*Nada tendes a perder e não servos os grilhões.*"

Já aqueles que hoje falam em um novo internacionalismo estão abandonando os dois elementos característicos do *Manifesto*: a luta mundial contra o sistema e o ponto de vista de classe; estão propondo outra perspectiva. Da coletânea de textos *Tudo sobre a ATTAC*, no item *Por um novo internacionalismo*, extraímos os trechos seguintes: "Criar a nível mundial um espaço democrático... *Frente a uma transformação do mundo apresentada como uma lei natural, os cidadãos e seus representantes se propõem a disputar o poder de decidir seus destinos.*" "... *De uma maneira geral, se trata de reconquistar os espaços perdidos pela democracia em prol da esfera financeira e de se opor a todo novo abandono da soberania dos Estados sob o pretexto do 'direito' dos investidores e dos mercados, e de criar, em nível mundial, um espaço democrático. Trata-se simplesmente de se reapropriar do conjunto do futuro de nosso mundo.*"



Depois de mais de 150 anos do Manifesto Comunista, das duas guerras mundiais, da Revolução Russa, Chinesa, Cubana, da Guerra do Vietnã, da força de intervenção da OTAN, da permanente ofensiva imperialista econômica, política e militar sobre os povos, cujos efeitos aliás estão na raiz das mobilizações anti-Davos, os proponentes de um novo internacionalismo não vão além de pedir um espaço democrático e de exigir mais participação para os cidadãos e seus representantes que assim poderiam decidir seus destinos!

Exatamente quando a consciência anticapitalista e internacionalista vem novamente se desenvolvendo (Seattle, Praga, Liverpool, UPS etc) devido à globalização e ao colapso do stalinismo, essas correntes querem dar como alternativa a formação de grupos de pressão que seriam ouvidos pelas autoridades e pelo poder econômico de modo a evitar os abusos do capital globalizado.

Segundo a teoria da *cidadania planetária*, é necessário um governo mundial democrático, não o socialismo internacional, não arrancar os grillhões dos trabalhadores nem libertar o mundo da dominação imperialista, mas apenas mudar os valores e tornar conscientes os direitos: “Ao contrário da pretensão universalista do neoliberalismo e da pretensão do socialismo do passado, é preciso um novo conceito de humanidade e de civilização que seja ao mesmo tempo pluralista, multicultural e multicivilizacional. O que se deve universalizar são alguns valores, alguns objetivos e alguns direitos comuns a todos os seres humanos” (grifos nossos) afirma o deputado federal e dirigente do PT brasileiro José Genoíno em seu artigo sobre o Fórum no jornal *O Estado de S. Paulo*, (fev.2001).

Não há mais que destruir o imperialismo, nem pretender um socialismo internacional, mas construir um *mundo humano* (e que, por omissão, continuaria capitalista como é hoje) a partir de alguns pólos de países ‘em desenvolvimento’. A teoria da cidadania planetária não denuncia o verdadeiro papel dos países capitalistas avançados como países imperialistas, que exploram os demais, que se apoiam na dominação sobre as colônias e semicolônias. Ainda quando se conseguem algumas conquistas nesses países, elas têm a ver com a exploração sem piedade dos trabalhadores e dos povos dos chamados atrasados e emergentes. As maquiladoras do México e Nicarágua são a dura realidade que espera esses países se não se acaba com a dominação das multinacionais na economia mundial.

“Proletários do mundo inteiro, uni-vos!” ou “Cidadãos do mundo inteiro de todas as classes, uni-vos!” É possível juntar os povos explorados e as multinacionais?? O trabalhador da Nike e seus proprietários? Os latifundiários e os sem terra? Um outro mundo é possível, ou nos contentemos com este, só que ‘um pouco mais solidário’? Só é possível conquistar um outro mundo se acabamos com a exploração do homem pelo homem, com o imperialismo; se houver outra lógica, a da grande maioria, e não a do lucro do capital, se houver outra classe no comando, se for um mundo socialista!

A outra questão que engloba a saída internacional é a das instituições de poder mundial. Ignácio Ramonet, em seu artigo *A necessidade da utopia* diz: “Por uma ética do futuro:

Para reinstaurar as Nações Unidas no lugar que lhes cabe do direito internacional, uma ONU capaz de decidir, de agir e de impor um projeto de paz perpétuo; para adaptar os tribunais internacionais que julgarão crimes contra a humanidade, contra a democracia e

contra o bem comum; para proibir a manipulação das massas; para acabar com a discriminação das mulheres; para estabelecer novos direitos de caráter ambiental; para instaurar o princípio do desenvolvimento durável; para proibir a existência de paraísos fiscais; para incentivar uma economia solidária, etc.”

Para mostrar que é uma concepção bem generalizada a dos organizadores e expositores do Fórum, a seguir reproduzimos trechos do texto de Fábio Konder Comparato apresentado ao painel do Fórum presidido por ele sobre o tema *Como democratizar o poder mundial?*:

“Como não perceber que o reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos e dos direitos da própria humanidade exige, para sua efetividade, a instituição conseqüente de um governo democrático mundial?...”

“Ora, tal como no plano constitucional dos Estados, só a democracia assegura a organização da vida internacional com base no respeito integral à dignidade humana. Ora, a instituição de um governo democrático mundial deve ser construída com base nos alicerces já existentes; ou seja, ela há de fazer-se mediante a ampliação dos poderes de natureza legislativa, executiva e judiciária das Nações Unidas..” (grifos nossos)

Como esses dirigentes e autores não partem da característica mais desenvolvida da chamada globalização, ou seja, de que estamos na fase do agravamento das características destrutivas do imperialismo, que a concentração do capital chegou a escala nunca vista, não tiram a conclusão lógica: para acabar com as guerras, para conseguir um verdadeiro *governo mundial democrático*, é necessário defrontar-se com o capital e seus Estados imperialistas. A estrutura institucional montada pelo imperialismo, primeiro em colaboração com a burocracia da ex-URSS no pós-guerra e depois do colapso desta entre 89 e 91, com a ordem atual em que sob a hegemonia dos EUA, se incluem a ONU, o FMI e mais recentemente a OMC, cada um com seu papel. Querer basear uma ordem mundial justa e democrática em uma reforma desses organismos é como querer que o lobo cuide bem dos cordeiros à sua disposição. A ONU, muitas vezes

apresentada como um tipo diferente de organismo, foi criada por um pacto entre os EUA e Stalin para ser um órgão de dominação a serviço dos interesses imperialistas.⁶

Essa concepção é a extensão para o cenário mundial da idéia de que não há raiz de classe nas instituições. Que seriam espaços a serem preenchidos de acordo com a maior ou menor participação cidadã. Assim como o Estado nacional poderia ser *democratizado*, as instituições interestatais dominadas pelos Estados imperialistas também poderiam ser.

O problema é que é impossível reformar o imperialismo. Assim, essa proposta acaba por desviar e domesticar a tendência internacionalista e antiimperialista dos movimentos operários e populares, assim como das marchas anti-Davos como as de Seattle, Washington, Praga em grupos de pressão por uma ‘abertura’ nas estruturas que servem aos poderosos do mundo.

Que a saída é internacional, e cada vez mais, não temos dúvida. O grito da I^a Internacional e do **Manifesto Comunista** é cada vez mais atual: *Proletários do mundo, uni-vos!* Atualizando para os dias de hoje, esta unidade dos oprimidos seria uma frente dirigida pelo proletariado, mas incluindo todos os setores explorados e oprimidos pelo capital, os camponeses, os desempregados, as mulheres, as etnias e minorias perseguidas. Justamente por isso, dirigir o movimento de luta internacional contra a oligarquia financeira para a reforma dessas instituições significa abandonar a dinâmica anticapitalista desses movimentos e trocar o internacionalismo proletário por uma utópica reforma das instituições internacionais do próprio capital (FMI, OMC, ONU etc). E apelar a uma vaga *solidariedade* entre os povos. Que não seria a solidariedade de explorados e oprimidos, dos que nada têm a perder, irmãos na luta, mas o apoio caridoso de um setor mais bem aquinhoado aos desvalidos dessa sociedade, que ainda que imperfeita, é a única que essa orientação pró-reformas vislumbra no horizonte.

Como a teoria da cidadania se transforma em uma ideologia

A teoria da cidadania cumpre uma função ideológica de primeira grandeza. Afinal, a ideologia da *igualdade de todos* nas democracias burguesas sempre foi uma das armas mais importantes da burguesia em sua disputa pela consciência dos trabalhadores e explorados de modo geral. A idéia de que há um contrato social, um consenso entre indivíduos cujas oportunidades são iguais. Ocultam o monopólio, o totalitarismo terrível que se dá com a propriedade privada dos meios de produção e o poder econômico, impedindo a igualdade real. Em palavras de Marx e Engels, a “guerra social” permanente que opõe capital e explorados em forma implacável; ou, em outros termos, a lógica do lucro contra a lógica social. Por isso, todos aqueles que pregam a cidadania e a democracia como caminho para a conformação de uma sociedade de iguais, sem tocar no problema central da propriedade privada dos meios de produção, não fazem mais que repetir os dogmas mais difundidos da ideologia burguesa.

O outro ângulo pelo qual se torna uma ideologia é a proposta da chamada inclusão social, que aparece como a de incluir os marginalizados na sociedade como ela é hoje. Evidentemente, é muito importante defender a manutenção e extensão dos direitos sociais e democráticos a toda população. Mas essa idéia da inclusão se transforma em discurso para colocar a possibilidade de conseguir uma distribuição de renda justa, sem modificar a ordem. E acaba por ter como consequência prática, em nome da democracia, defender a ordem na qual seria possível melhorar e ter acesso à cidadania.

Ao definirem esse eixo, os defensores da cidadania aceitam também (são os deveres do cidadão) a ordem vigente capitalista, inclusive igualam-se programaticamente aos partidos burgueses que, com raras exceções, também defendem a “melhoria da ordem”, desde que respeitando as leis.

Então, essa teoria é a versão para o século XXI da ideologia reformista da colaboração de classes. Justifica, fundamenta e “autoriza” a participação na gestão do Estado burguês, sob o argumento de que seria possível e (óbvio) extraordinariamente positivo, a conquista dos direitos-cidadãos, com de uma simples gestão “honesta”, “popular” e democrática do Estado. Sua omissão sobre a raiz da desigualdade social ou a ilusão que alimenta sobre a possibilidade de superar as contradições a nível local, e sem tocar nas estruturas da propriedade privada, serve para desviar o movimento operário e popular, leva-lo à conciliação de classes. >

Por exemplo, quando dão como alternativa a participação *cidadã* nas gestões locais: “Contra quem é o Orçamento Participativo?”, pergunta Bernard Cassen em seu artigo *Democracia participativa em Porto Alegre*⁷. E responde: “contra ninguém, é a favor de todos”. Ou seja, na visão dos defensores da participação cidadã, é possível ter propostas que ‘todos aceitem’, e que sejam do interesse *social*, da ampla maioria dos explorados, sem entrar em choque com os donos do poder. É a mesma matriz dos projetos de ‘desenvolvimento local’ de ‘melhoria no emprego’ que chamam empresários e trabalhadores a juntar-se. Mas a dura realidade não é bem assim. Capital e trabalho continuam a se enfrentar na guerra social implacável de todos os dias. A proposta da cidadania evita que os explorados tomem consciência dessa contraposição, e se converte em um ins-



trumento de primeira grandeza contra a organização independente da classe trabalhadora.

O que seria dos movimentos populares se tentassem seguir a teoria-programa da cidadania

No Fórum Social se encontraram ativistas do mundo inteiro reunidos pela força das manifestações e pela consciência crescente da insuportabilidade do mundo criado pela globalização capitalista. Entre o mosaico de forças presentes, aqueles que haviam dado a tônica e atraído a simpatia da maioria dos participantes foram os movimentos de combate, como o MST brasileiro, as ações de José Bové na França e mesmo no Brasil contra as multinacionais, os ativistas que tomaram as ruas de várias cidades contra a OMC e o FMI.

Uma das causas que mais simpatia despertavam era a do movimento de Chiapas, dirigido pelo EZLN, e também a luta guerrilheira do ELN e das FARC da Colômbia. Suas ações tinham em comum o fato de se pautarem pela ação direta e se chocarem com a ordem capitalista e os Estados. A recente marcha dos zapatistas e as declarações de seu dirigente, o subcomandante Marcos é sao uma forma de testar o que significa o discurso da cidadania aplicado na prática. Para que se veja a diferença entre a origem e o atual, lembremos que a insurreição de Chiapas, que marcou a aparição do EZLN em 1994, teve como detonante a assinatura do NAFTA entre México, EUA e Canadá.

Vejamos como o subcomandante Marcos, do EZLN, modifica suas posições, incorporando a cidadania em sua entrevista a Ignacio Ramonet publicada no *El País* de 25/2/2001: *“Porque nossa tarefa política não é tomar o poder. Não é tomar o poder pelas armas, nem tampouco pela via eleitoral ou por outra via, putschista etc. Em nossa proposta política, nós dizemos que o que há que fazer é subverter a relação de poder, entre outras coisas porque o centro do poder já não está nos Estados Nacionais. De nada serve, pois, conquistar o poder. Um governo pode ser de esquerda, de direita, de centro e, finalmente, não*

poderá tomar as decisões fundamentais. E tampouco sonhamos com tomar o poder nos grandes organismos financeiros. Do que se trata é de construir outra relação política, ir a uma cidadanização da política. Finalmente, os que damos sentido a essa nação, somos nós, os cidadãos, e não o Estado. Vamos fazer uma política sem capuzes, mas com nossas idéias.”

Aí existe um elemento de verdade no que diz Marcos: Estados como o mexicano, são cada vez mais esvaziados de sua autoridade, de soberania, pelos tratados que assinam, como o NAFTA, e que chega ao ápice com a subida ao poder de Fox, executivo da Coca Cola. Mas, ao contrário do que diz Marcos, se as classes exploradas não conquistam o poder de Estado, os trabalhadores e o povo mexicano vão ser cada vez mais colonizados; não serão os cidadãos mexicanos que estarão dando ‘sentido à nação’, mais ainda, se não colocam a questão do poder, estarão perdendo seus direitos e sua soberania para um outro Estado muito mais poderoso, o do vizinho imperialista EUA, o verdadeiro senhor do NAFTA e que se prepara para a incorporar o petróleo mexicano, condenar os trabalhadores mexicanos a viverem eternamente com um salário miserável, a fazer dos “cidadãos” mexicanos que arriscam a vida atravessando a fronteira para ir trabalhar no território ianque um inferno cada vez pior. Deixa-se de lado a estratégia da tomada do poder em função de não ver o papel do Estado ou até mesmo considerá-lo secundário, dando como alternativa apenas a participação cidadã e chamando a que os cidadãos assumam a política e a nação. Renunciar à luta pelo poder de Estado em nome da cidadanização é, além de abstrato, o mesmo que renunciar aos direitos e aceitar a recolonização, entregar os destinos da nação.

Então, fica um dilema para quem queira seguir a tese da cidadania: esses movimentos teriam que recuar das ações contra a propriedade privada para investir nas políticas de participação cidadã? Apostar tudo nas reformas do Estado nacional e do mundo ou na ação direta enfrentando a lei?

Concretizando: o MST quando invade terras, está infringindo a lei. Vai se apoiar ou con-

denar as ações do MST? O governo do Rio Grande do Sul, tão incensado como representante da democracia participativa, já recorreu à ação policial para enfrentar ocupações do MST. No próprio Fórum se viu esse problema, quando houve fortíssimas pressões sobre os sem terra e outros setores para não se manifestarem na porta do McDonald's. Na Argentina, apesar do governo ser recentemente eleito, sua submissão total ao FMI está levando os trabalhadores a cortar estradas para exigir emprego. Já houve enfrentamentos com feridos e mortos. São justas ou não essas ações? Ou se deve esperar novas eleições nacionais para então com base na democracia, poder fazer as mudanças com legitimidade?

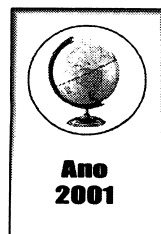
Temos visto os neoliberais voltarem a esgrimir uma velha acusação da burguesia contra os grevistas e sindicatos: a de que são corporativos, só pensam em si, não na 'sociedade'. Isso é mais forte ainda no caso de greves que envolvem ou paralisam o transporte ou a saúde. Se os movimentos sindicais assumirem a concepção da cidadania, como responder a essas acusações de corporativismo? E como reagir às sentenças judiciais cada vez mais usadas pelos patrões e seus Estados contra os movimentos grevistas?

O discurso da cidadania faz com que se aceite como legal a ordem vigente, levando a recuos (como é *legal*, tem que cumprir) nas próprias propostas populares. Durante o Fórum houve uma discussão pública sobre a questão da anulação da dívida externa. Embora a ampla maioria dos que se pronunciaram durante o Fórum fosse a favor do cancelamento, quando Lula deu uma entrevista, ele aclarou que a posição do PT era pela renegociação. Quando confrontado pela imprensa por uma declaração de Eric Toussaint, que defendeu a anulação, José Dirceu disse que Toussaint falava isso "porque não era governo". Ou seja, se incorporou a idéia do respeito ao Estado de Direito, à legalidade burguesa, às leis. Ações como a do PT em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, em que seus governos acatam e buscam ser os primeiros a cumprir e, portanto, a cortar verbas da área social, partem do mesmo critério de respeitar a lei.

Imaginemos então uma greve geral insurrecional em um Estado que tenha um governo eleito. Rosa Luxemburgo já mostrava o papel desempenhado pelos social-democratas no início do século a partir de uma polêmica contra Kautsky sobre a justeza da linha de *greve de massas* sob regimes democráticos burgueses. Na I Guerra Mundial de 14-18 se veria o alcance e a gravidade da discussão envolvida.

A estratégia da cidadania leva a entregar os direitos sociais

Já tivemos alguns exemplos dessa pressão sobre partidos que adotam a estratégia da cidadania: acabam aceitando entregar os direitos sociais de cidadania que dizem defender. Ao assumir a possibilidade de uma evolução dentro da ordem vigente, acabam por considerar como inevitáveis as privatizações, a terceirização, a "flexibilização" trabalhista. Sua ação política seria então para minorar os efeitos "inevitáveis" da ação imperialista contemporânea, negociando danos menores. Por isso, aqueles que a defendem no interior do movimento operário acabam muitas vezes capitulando e cedendo esses mesmos direitos na prática. No Brasil, quando o governo FHC tratou de impor a reforma da Pre-



vidência, a direção da CUT decidiu abrir mão de uma conquista para negociar uma perda inevitável e que não se podia derrubar ao se tratar de um 'governo legítimo'.

A crise do capitalismo mundial permite cada vez menos concessões por parte do imperialismo – ao contrário, exige uma superexploração crescente e acelerada – a estratégia da cidadania em vez de conseguir mais direitos, como é seu discurso habitual, acaba aceitando como 'inevitáveis' as perdas, tratando apenas de amenizá-las via negociação ou participação na gestão do Estado burguês. Isso os obriga a assumir um papel destacado na administração da crise do capitalismo mundial. Assim, na realidade, seu principal papel é o de convencer os trabalhadores a aceitar os inevitáveis sacrifícios. Acaba por anestesiar a classe trabalhadora diante do ataque do inimigo, fazendo com que aceite passivamente a chamada "globalização".

A luta pelos direitos só pode ser bem sucedida se for dirigida contra o capital

A alternativa cidadã tenta fazer passar suas posições alegando ser mais próxima, ser uma 'utopia do possível'. Mas a realidade é que essa política acaba na impotência, pois é irrealizável um capitalismo mais humano ou 'solidário' e é em nome dessa meta que se chama a abandonar a única estratégia realista possível, o que não quer dizer que seja fácil: a estratégia revolucionária anticapitalista e internacionalista.

Uma alternativa de esquerda que queira transformar de fato o mundo tem de romper com a estratégia da cidadania; se não rompe com estes postulados, se transforma em uma espécie de 4ª via. O problema não reside em lutar ou não por direitos mínimos, democráticos, sociais e sim em com que perspectiva se dá essa luta. A luta por toda e cada uma das necessidades mínimas e democráticas é a primeira tarefa de qualquer movimento transformador, mas a única forma de levá-las adiante numa perspectiva mobilizadora é a visão de classe. Como bem argumentava Rosa Luxemburgo em seu texto con-

tra Bernstein, a dialética reforma-revolução significa que são termos relativos, mas se subtraímos o segundo pólo, e aceitamos que basta uma série de mudanças acumuladas para transformar o capitalismo, caímos na aceitação da sociedade burguesa:


*"Vai contra o processo histórico apresentar a obra reformista como uma revolução prolongada a longo prazo e a revolução como uma série condensada de reformas. A transformação social e a reforma diferem não por sua duração, mas por seu conteúdo... É por isso que aqueles que se pronunciam a favor do método da reforma legislativa em lugar da conquista do poder político e da revolução social em oposição a estas, em realidade não optam por uma via mais tranqüila, calma e lenta em direção ao mesmo objetivo, mas sim por um objetivo diferente. Em lugar de tomar partido por uma nova sociedade, o fazem pela modificação superficial da velha sociedade."*⁸

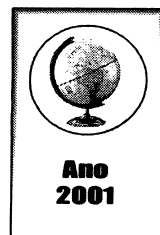
A luta necessária e urgente por melhores condições de vida, o que muitos chamam os direitos sociais ou de cidadania, exigem para seu avanço uma perspectiva revolucionária, não reformista.

A idéia de uma cidadania gradativamente ampliada até que os direitos triunfem sobre o mercado, a de ampliar a democracia pela participação ativa dos cidadãos até tornar o Estado de Direito representante da vontade geral, a de criar um governo mundial democrático sem quebrar a ordem do capital, não são teorias novas! São recordações dos ideais iluministas⁹. Que cumpriram um papel progressivo na época das revoluções democrático-burguesas e inclusive nas primeiras lutas operárias. Mas hoje, as velhas utopias apresentadas como novas são impotentes frente à nova realidade criada pela 'globalização', cumprem um papel de ilusionismo para os movimentos de contestação. Já em 1901 Rosa Luxemburgo dizia a Bernstein:

"A teoria que consiste em basear o socialismo na concepção moral da justiça, na luta contra o modo de distribuição, em lugar de baseá-lo na luta contra o modo de produção, na concepção do antagonismo de classes como antagonismo entre pobres e ricos, o intento de enxertar o princípio cooperativista na economia capitalista – todas as lindas idéias que se encontram na dou-

trina de Bernstein— já existiam antes dele. E estas teorias, apesar de sua insuficiência, foram, em seu momento, teorias efetivas para a luta de classes proletária. Foram as botas de sete léguas infantis com as quais o proletariado aprendeu a caminhar na cena histórica... Por isso, o retorno às teorias sociais pré-marxistas já não significa retornar às botas de sete léguas da infância do proletariado, mas sim às débeis e gastas pantufas da burguesia."¹⁰

Dessa forma, por trás do conceito-programa da cidadania reaparece, de forma pouco original, uma velha e recorrente polêmica que novamente é divisória de águas na esquerda: reforma ou revolução? 



NOTAS

1 *Diplô Brasil*, cadernos de *Le Monde Diplomatique*, edição brasileira, n.º 1, dez. 2000, p. 17.

2 Luxemburgo, Rosa. Obras escogidas, vol. I, Bogotá, Pluma, 1979, 2ª ed., p.137.

3 VIEIRA, Liszt *Cidadania e Globalização*, Rio de Janeiro, Record, 1997, p.41.

4 Ou ainda, como define Habermas em vários textos, haveria que evitar dois perigos: a colonização do mundo dos cidadãos, do 'mundo da vida' pelo mercado e pelo poder/estado.

5 E nessa visão convergem teóricos de tão distintas origens quanto o próprio Habermas e os Verdes, os intelectuais do Partido Comunista Francês, os ideólogos das maiores correntes petistas, Catherine Samary e Raul Pont, etc.

6 Vide artigo de Angel Luis Parras em *Marxismo Vivo* n.º 2

7 *Le Monde Diplomatique*, edição em português, n.º 2

8 Luxemburgo, Rosa. op.cit. p.124

9 Os iluministas foram os filósofos que inspiraram a Revolução Francesa.

10 Idem, p.140

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: NOS LIMITES DA ORDEM BURGUESA

MARIÚCHA FONTANA

Membro da Direção Nacional do PSTU - Brasil

JÚLIO FLORES

Presidente do PSTU do Rio Grande do Sul

Há uma forte propaganda mundial de que a cidade de Porto Alegre e o Estado do qual faz parte o Rio Grande do Sul – ambos governados pelo PT – seriam um novo modelo para toda a esquerda mundial. Inclusive, alguns setores referem-se ao governo da Frente Popular, como o “governo marxista do Rio Grande do Sul”.

No centro deste “novo paradigma” estaria o Orçamento Participativo, que no Brasil é apresentado como uma das principais estrelas do “modo petista de governar”.

O Orçamento Participativo, criado em 1989 na gestão do então prefeito Olívio Dutra em Porto Alegre, depois do PT abandonar a proposta de Conselhos Populares com a qual foi eleito em 1988, é apresentado de forma diferente por setores da esquerda brasileira.

Entre as correntes internas do PT, a Democracia Socialista – seção brasileira do Secretariado Unificado da IV Internacional –, que teve Raul Pont como prefeito de Porto Alegre na gestão 1996-2000 e que tem seus quadros ocupando os postos-chaves do governo do Rio Grande do Sul – afirma que o Orçamento Participativo é o início de um processo de democratização radical do Estado na via da construção do socialismo. Já Tarso Genro, atual prefeito de Porto Alegre, e um dos expoentes do que no Brasil se conhece como a ala direita do PT, afirma que o Orçamento Participativo é um modelo de aprofundamento do controle público do Estado e de co-gestão, cujo norte é dar nova força aos poderes republicanos.

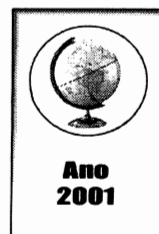
Fora do PT, o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – afirma que: “A

situação em Porto Alegre não foge ao cenário de desemprego, fome, opressão e sofrimentos vividos pela classe trabalhadora. Apesar da propaganda em torno da “qualidade de vida” em nossa cidade, na verdade a realidade é praticamente a mesma de qualquer outra grande cidade do Brasil sob o governo FHC: alto custo de vida, falta de emprego e moradia, arrochos salarial, escassez de atendimento à saúde e educação públicas... (...) O debate sobre o Orçamento Participativo é também especialmente importante. (...) O OP está muito longe de ser um organismo efetivo de poder. Decide (consultivamente!) sobre uma parcela muito pequena do orçamento (em torno de 10%) e apenas no que diz respeito aos investimentos. Ainda assim tem que remeter para a Câmara de Vereadores, onde a burguesia tem ampla representação. Mas o mais importante: tudo o que efetivamente poderia atingir diretamente à burguesia é mantido longe do Orçamento Participativo.” (Um programa revolucionário para Porto Alegre – out/2000).

O que é o OP e como funciona

Segundo definição de Ubiratan de Souza¹, “No caso do Orçamento Participativo, cabe registrar a sua importância como uma experiência revolucionária de planejamento democrático, que se contrapõe à visão tecnoburocrática de planejamento central. A elaboração do orçamento público e do plano de investimentos não é feita pelo governo e seus técnicos isolados em gabinetes, mas sim, a partir da discussão e do diagnóstico técnico/político, elaborado por três vertentes fundamentais: população na base geográfica da cidade, população nas cinco plenárias temáticas e governo.”

A cidade é dividida em 16 regiões. Nestas



regiões, a população levanta suas necessidades, escolhendo quatro prioridades temáticas entre oito – saneamento básico, política habitacional, pavimentação comunitária, educação, assistência social, saúde, transporte e circulação, organização da cidade –, e hierarquiza as obras e serviços em cada tema. As cinco plenárias temáticas não são realizadas por região, mas por temas: transporte e circulação; saúde e assistência social; educação; cultura e lazer; desenvolvimento econômico e tributação; organização da cidade e desenvolvimento urbano.

O governo, por sua vez, é sujeito no processo de discussão e definição do Orçamento Participativo, pois é a Secretaria da Fazenda e o Gabinete de Planejamento, que de fato elaboram e propõem o Orçamento Geral e, sobretudo, definem as verbas (nunca superiores a 10%) destinadas aos investimentos. Por outro lado, os critérios técnicos para se definir se uma obra x ou y deve ser realizada também é um critério que pesa na definição e escolha e os técnicos são do governo.

Anualmente são realizadas pelo menos duas assembleias regionais e temáticas. As temáticas são abertas a participação de qualquer indivíduo da região determinada ou de qualquer morador da cidade. Estas são precedidas de reuniões intermediárias, onde se levantam as carências dos bairros. Na primeira rodada das assembleias gerais é feita uma Prestação de Contas do plano de investimentos aprovado no ano anterior e a apresentação do plano para o ano atual. Na segunda rodada os representantes do OP (conselheiros) apresentam para o Executivo as demandas priorizadas e aprovadas nas reuniões intermediárias. Nesta rodada são eleitos os delegados e conselheiros de cada região e temática, são formados o Fórum de Delegados Regionais e Temáticos (FROPs) e o Conselho do Orçamento Participativo (COP). O Conselho é a instância máxima de decisão do OP e é composto por 48 representantes: 2 conselheiros titulares e 2 suplentes eleitos em cada uma das 16 regiões, o mesmo em cada temática, mais representantes da União da Associação de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), do Sindicato dos Municipários (Simpá); do Gabinete de Planejamento do Governo (GAPLAN) e da Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC).

A proposta de orçamento é feita pelo GAPLAN, depois é construído com o OP o Plano de Investimentos, observando três critérios: a) a prioridade da região: cada item de acordo com a prioridade recebe uma nota e um peso; b) a população total da região: as populações mais numerosas recebem peso maior, c) carência do serviço ou infra-estrutura: as regiões mais carentes recebem peso maior. As assembleias do município reúnem cerca de 15 mil pessoas.

Consolidada a proposta final do Plano de Investimento, este é submetido à aprovação do Conselho. O Orçamento Municipal é encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores, onde será analisado e votado pelos membros do Legislativo.

O OP estadual funciona de modo semelhante ao municipal. O Estado é dividido em 22 regiões. Ocorrem Assembleias Públicas Municipais em todos os municípios do Estado, que elegem delegados para as Plenárias Regionais que, por sua vez, escolhem os membros do Conselho Estadual, que é formado por 204 membros. No caso do OP estadual, em 1999, 190 mil pessoas participaram das assembleias municipais, que por sua vez totalizaram 622. Também no Estado, a decisão final cabe à Assembleia Legislativa.

Os delegados e Conselheiros do OP Municipal e Estadual, depois também

fiscalizam a construção da obra ou serviço votado.

Segundo pesquisa realizada em 1998, a motivação que leva as pessoas a participarem das assembléias regionais são as demandas de obras: 53,9% vêem importância em participar por esta razão. Nesta mesma pesquisa, no município, em onze anos de OP, as principais prioridades foram saneamento básico e pavimentação. Em 1998, a coleta de esgoto atingia 76% de Porto Alegre e a pavimentação 77%.²

Mas afinal, o que é e qual é o objetivo do OP?

Para Ubiratan de Souza, “*A luta contra a exclusão social exige políticas públicas que modifiquem a distribuição de renda e do poder nas cidades e nos países, concretizando formas de participação da população nas gestões públicas. Por isso o OP é tão reconhecido nacional e internacionalmente, porque responde aos desafios da modernidade e, sobretudo, à crise de legitimidade do Estado*”

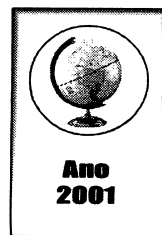
Na verdade, o Orçamento Participativo é um instrumento de co-gestão de uma parcela ínfima dos recursos do Estado. Evidentemente, esse pouco submetido – ainda que parcialmente, porque o governo também influi nas definições – diretamente ao povo pobre é aplicado de modo mais eficiente e infinitamente mais democrático do que pelo Executivo ou pelo antro de picaretas que conformam as Câmaras e Assembléias Legislativas, o que só demonstra que se o poder estivesse de fato nas mãos dos trabalhadores auto-organizados se fariam maravilhas. Porém, o Orçamento Participativo – para onde afluem milhares de trabalhadores de baixa renda – é também, sob a direção da Prefeitura do PT, sobretudo um instrumento para gerir a crise do capitalismo e cooptar o movimento popular para colaborar com a burguesia nos limites do Estado burguês e da sacrossanta propriedade privada, para evitar o confronto, a contestação, a mobilização, a ação direta. No OP, os delegados e regiões disputam entre si as prioridades e a pouca verba, respeitando os “limites” financeiros do Estado e depois submetem ao Executivo e ao Legislativo suas escolhas. Limi-

tes esses impostos pelo FMI, pelo Governo Federal neoliberal e pela burguesia do município e do Estado, com os quais o governo de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul não se confronta. Essa é a “educação cidadã” que a Prefeitura e o governo do Estado vão inoculando nos trabalhadores e no movimento popular.

O verdadeiro poder não está com o Orçamento Participativo

Tudo o que efetivamente poderia atingir diretamente a burguesia é mantido longe do OP. A legislação sobre tributação (IPTU, por exemplo) é atribuição mantida nas mãos do Executivo e da Câmara. As decisões sobre concessões do transporte coletivo são tomadas exclusivamente pelo Executivo. Os aumentos das passagens de ônibus ou o controle sobre os lucros e relações de trabalho das empresas concessionárias são restritos a um pequeno Conselho Municipal, controlado pelo Executivo. As decisões sobre a política de terceirizações – aplicada em larga escala nos serviços municipais pela prefeitura do PT – e recursos humanos são mantidas exclusivamente pela Administração Central. O Orçamento Participativo não tem, por exemplo, o poder de decisão sobre uma política de expropriação dos grandes vazios urbanos da cidade para construção de moradias populares.

A verdade é que o Orçamento Participativo decide sobre algumas migalhas diante das enormes necessidades da população pobre de Porto Alegre. Desta maneira, o conteúdo da democracia é formal, não se constituindo numa efetiva e substantiva democratização do Estado. O pior é que a propaganda do PT oculta o fato categórico de que sob o capitalismo é impossível uma verdadeira democracia para os trabalhadores e o povo pobre. Não há democracia possível num sistema em que a maioria esmagadora da população, quando consegue emprego, é obrigada a trabalhar de 8 a 14 horas por dia, em benefício exclusivo dos grandes capitalistas, donos de toda a riqueza, dos meios de produção, das redes de televisão, jornais e revistas. Não é à toa que a maioria que participa das assembléias regionais abertas são aposentados, segundo pesquisa feita pela própria prefeitura.



É assim que não se sustenta a afirmação de que há uma redistribuição de renda em Porto Alegre, quando nestes últimos 13 anos o desemprego praticamente triplicou, como em todo o país. Segundo o Dieese/Seade, 17,1% da população de Porto Alegre está desempregada, bem como os salários foram rebaixados, seja nas empresas, seja em parcelas consideráveis do funcionalismo. A política de terceirizações da prefeitura, que ajudou sobremaneira no seu “equilíbrio fiscal”, atuou no aumento da precarização do trabalho.

No Rio Grande do Sul, a situação ainda é pior. Engessado o orçamento pela Lei de Responsabilidade Fiscal – imposta pelo Governo Federal, conforme orientação do FMI, à qual o governo do RS se submete e defende –, o governo Olívio Dutra tem atacado os trabalhadores para deixar intacto os acordos com a burguesia.

O governo destina 15% – R\$ 800 milhões – do orçamento por ano para pagar a dívida com a União, que por sua vez paga a dívida externa. Uma dívida ilegítima, que deveria ser auditada e não paga, já que cresceu 300% em 4 anos em função de juros escorchantes. No início do segundo mandato do governo FHC, o Estado de Minas Gerais declarou moratória da dívida, o governo do RS não e se somou à reunião de governadores que foram assegurar a governabilidade do Executivo Central. Eleito com um discurso de combate ao neoliberalismo, o governo, no entanto, não atacou nenhum dos acordos escandalosos do governo neoliberal anterior. Pois, além de seguir pagando a dívida, mantém contratos de isenção fiscal com grandes empresas nacionais e multinacionais, como a GM, Dell, Gerda e outras, num total de R\$ 5 bilhões ao ano. De outra parte, a sonegação de impostos das empresas atinge R\$ 3 bilhões no RS e o governo, entretanto, não torna pública a lista dos grandes devedores.

Essa opção por manter os contratos e acordos com o governo central e com a burguesia do Estado, nos limites do Estado de Direito Burguês, tem levado o governo a não cumprir seus acordos e promessas com os trabalhadores e a maioria do povo pobre. Não cumpre as metas de assentamento da Reforma Agrária, prometidas aos sem terra, arrocha os salários do funcionalismo, propõe cobrar a previdência dos aposentados do serviço público, e se enfrenta com os movimentos sociais.

Com a palavra, o ex-Secretário de Administração do governo do Rio Grande do Sul, Jorge Santos Buchabqui, que se demitiu em novembro de 2000: *“Passados dois anos, muitos dos sonhos surgidos no final de 1998 estão se desfazendo. Na condição de Secretário da Administração, cargo que ocupei até o início de novembro de 2000, e ainda de membro da Coordenação de Governo e da Junta Financeira, vivi por dentro da estrutura de poder a deterioração burocrática de nosso projeto. (...) O documento que escrevi ao Partido... faz uma apreciação das razões que determinaram meu pedido de demissão... O primeiro deles é a falta de uma centralidade política demarcatória do projeto dentro da luta de classes. Na medida em que apenas alcançamos uma parcela do poder do Estado e que o projeto socialista vai muito além desta etapa, é preciso concentrar esforços nos enfrentamentos que representam mudanças estruturais. O nosso governo, ao contrário, dispersou sua energia em um gerencialismo de quem acredita no Estado burguês e acha que, administrando-o e democratizando-o, pelo controle popular do orçamento, será possível fazer as transformações necessárias.*

O segundo colocado na incapacidade de estabelecer interlocuções com as forças sociais(...) Na questão agrária, o tensionamento foi permanente, com

confrontos verbais com a FARSUL⁴ e espancamentos na militância do MST. De prático, um número insignificante de famílias assentadas. Com o funcionalismo, o que se viu foi um repetido discurso de que não estávamos demitindo e que valorizaríamos o trabalho dos servidores, enquanto mantivemos o arrocho salarial e negamos o reconhecimento de direitos(...) Na interlocução com os sindicatos de servidores, exigimos solidariedade na crise e, ao mesmo tempo, fomos elogiados por FHC por nosso empenho no ajuste fiscal.

O terceiro...A vontade política do grupo que controla o Governo vale como lei e busca se legitimar de forma populista (...)

*O quanto problema...inexiste espaço para o debate e as tomadas de decisão estão centralizadas em um pequeno grupo que age orientado apenas por seus interesses de corrente (...). A Secretaria de Administração foi vítima direta desta situação no que se refere à política de pessoal. A Secretaria da Fazenda e o grupo do Palácio impuseram seu entendimento, inspirado no ajuste financeiro(...)*⁵

O governo “marxista” do RS, na hora H defende a propriedade dos “cidadãos” burgueses e reprime os “cidadãos” trabalhadores

Em março de 2000, em uma assembléia com mais de 15 mil pessoas, teve início a greve dos trabalhadores em Educação, que significou um novo capítulo da história do governo da Frente Popular na sua relação com os trabalhadores.

Antes do enfrentamento com os professores, o governo já tinha demonstrado sua política de transferir a crise do Estado para as costas dos trabalhadores, quando ao invés de anular as isenções fiscais às grandes empresas, apresentou um pacote que aumentava a contribuição da previdência para o funcionalismo e aumentava impostos indiretos que recairiam sobre os trabalhadores. Esse pacote foi rejeitado pela CUT/RS e pelo CPERS⁶, mas o governo passando por cima do Conselho do OP e das entidades dos trabalhadores, buscou o apoio da FIERGS⁷ e da maioria burguesa na Assembléia

Legislativa para impor seu ajuste.

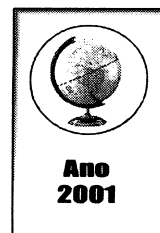
Os trabalhadores da Educação por mais de um ano vinham buscando negociação com o governo, que não apresentava proposta. Durante esse tempo, os professores estavam confiante de que o governo apresentaria uma alternativa que contemplaria suas reivindicações: passar de R\$ 129,00 para R\$ 377,00 o vencimento básico dos professores e de R\$ 121,00 para R\$ 353,00 o vencimento dos funcionários de escola. O governo argumentou que não tinha dinheiro e propôs dar um reajuste de 10%, parcelado em 6 vezes. Em 30 dias de greve e manifestações de milhares, os professores buscaram dar uma lição o governo. Diziam “Eu quero ver, é faltar dinheiro para o FHC”; “Olívio, ataque os sonegadores e não os trabalhadores”, “Olívio, a Educação quer o dinheiro da isenção”. Mas o governo não aprendeu a lição, aliou-se com a RBS⁸ numa campanha procurando jogar a população contra os professores. Ao final, derrotou a greve do maior sindicato de trabalhadores do RS, que tem uma história de lutas enorme, lutas essas que derrotaram o governo anterior a Olívio e permitiram sua eleição.

Mas a natureza de classe do Estado fica ainda mais nítida quando a sua força de coerção, a Brigada Militar, entra em ação para defender a propriedade privada da burguesia.

É assim que o MST, além de não ver o cumprimento das promessas de assentamento do governo, quando ocupou a sede do INCRA⁹ em Porto Alegre para exigir crédito e assentamentos do Governo Federal e também do governo do RGS, foi reprimido violentamente pela Brigada Militar, com inúmeros feridos, por ordem do governo da Frente Popular. Ou seja, o MST teve o mesmo tratamento que tem por parte do Governo Federal. Da mesma forma, o governo atende aos mandatos de reintegração e posse pedidos pela FARSUL e aprovados pelo Judiciário contra a ocupação de latifúndios pelo MST.

Uma propaganda enganosa

Dizíamos no início deste artigo que existe uma grande campanha propagandística, em nível internacional, tratando de mostrar Porto Ale-



gre e o Estado do Rio Grande do Sul como os exemplos nos quais a esquerda deve inspirar-se. Um dos que está a frente dessa campanha é Bernard Cassen, diretor geral do jornal francês *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC. Como exemplo do que dizemos está o artigo que publicou em um dos *Cadernos de Le Monde Diplomatique* intitulado “Democracia participava em Porto Alegre”, onde entre outros conceitos afirma que em Porto Alegre se dá “uma experiência exemplar: o orçamento participativo”, que “constitui uma experiência de democracia direta sem equivalentes no mundo” (*Cadernos de Le Monde Diplomatique* nº 2, p. 22)

O artigo é bastante extenso e por sua riqueza de “detalhes” fica evidente que o autor é um profundo conhecedor da experiência brasileira. No entanto, é muito evidente que Cassen deixou de lado alguns “detalhes”.

Cassen não menciona em nenhum momento que o Orçamento Participativo só tem a ver com as verbas destinadas aos investimentos, que nunca podem passar de 10% do orçamento total, e tampoco menciona que as decisões do OP são submetidas à Câmara de Vereadores que é, em última instância, a que resolve. Esses esquecimentos de Cassen não nos parecem casuais, já que se eles não existissem seria bastante difícil sustentar a tese de uma “democracia direta, sem precedentes no mundo”. Que tipo de democracia é essa na qual a população não pode se manifestar sobre 90% do orçamento? Que tipo de democracia direta é essa onde as resoluções do OP são submetidas à Câmara de Vereadores?

Por outro lado, em especial para os leitores que não são brasileiros, é necessário assinalar que Cassen se equivoca quando diz que esse tipo de “democracia direta” não tem precedentes no mundo. Para não ir tão longe, no Brasil, mais de cem cidades têm um Orçamento Participativo, boa parte delas governadas pelos partidos da burguesia, inclusive, os mais neoliberais e de direita, como é o caso do PFL e do PSDB do presidente Fernando Henrique Cardoso. A este fato é preciso agregar que a experiência de Porto Alegre recebeu o respaldo da ONU (coisa que Cassen menciona) e também de outros órgãos do imperialismo, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (coisa que Cassen não menciona). Representantes dos dois bancos imperialistas foram palestrantes no Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, promovido pela prefeitura de Porto Alegre no ano de 1999, sob a gestão do então prefeito Raul Pont.

Para finalizar, uma pergunta: o que permite uma unidade – com diferenças – que vai da Democracia Socialista – que se reivindica “marxista”, passando por Tarso Genro e chegando até o Banco Mundial? O que permite essa unidade é que todos dizem ser possível construir uma cidade, um país e um mundo “cidadão” sem a destruição do Estado burguês, apenas com sua reforma.

A questão do Estado, então, volta ao centro do debate da esquerda e, por ironia da história, novas embalagens, revestidas de “originalidade”, embalam velhos conteúdos, alguns ressuscitando Bernstein, outros Kautsky e outros, “mais radicais” ainda, consideram que tudo o que se produziu no movimento operário no século XIX e XX não serve, e voltam a Rousseau. E ainda chamam de “jurássicos” os que continuam se reivindicando marxistas-leninistas, ou os que defendem a revolução e a destruição do Estado Burguês!

NOTAS

¹ Ubiratan de Souza foi Coordenador geral do Gabinete de Planejamento (GAPLAN) da Prefeitura de Porto Alegre na gestão Tarso Genro (1993-96) e na gestão Raul Pont (1997-98). É coordenador geral de Orçamento e Finanças do Orçamento Participativo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul na gestão Olívio Dutra (1999-2002). A definição é extraída do livro *“Orçamento Participativo – A experiência de Porto Alegre”* – de Tarso Genro e Ubiratan de Souza – Editora Fundação Perseu Abramo.

² Pesquisa realizada pelo GAPLAN em parceria com a ONG Cidade

³ *Orçamento Participativo – “A experiência de Porto Alegre”* – Tarso Genro e Ubiratan de Souza – Editora Fundação Perseu Abramo.

⁴ FARSUL – Federação Agrária do Rio Grande do Sul, na qual se organizam os grandes proprietários de terras, os latifundiários.

⁵ Trechos da carta de Jorge Santos Buchabqui, advogado e militante petista, ex-Secretário da Administração do Governo Olívio Dutra., publicada no jornal *Esquerda Socialista* em janeiro/2001

⁶ CEPERS – Sindicato – é o Sindicato dos Professores do Estado do RGS.

⁷ FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do RGS.

⁸ RBS- Principal conglomerado de mídia do RGS, dona do principal canal de Televisão (repetidora da Globo), e do *Jornal Zero Hora*.

⁹ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MARROCOS: O FIM DAS ILUSÕES

HASSÁN EL HADJ

Integrante da Associação de Profissionais Desempregados de Rabat

Nos últimos dias, a repressão disparou no Marrocos e surgiu uma mancha na famosa abertura política celebrada pelos meios de comunicação e pela oposição. A abertura é desmascarada: não passa de uma hábil farsa tramada com o intuito de assegurar a transição sem grandes comoções da sucessão real, apoiando-se para isto numa integração total da classe política nas instituições e numa “paz social” construída pelas organizações sociais e ONGs. Durante muito tempo tentou-se esta mesma manobra que, uma vez realizada, levou a uma acumulação de poder na monarquia como nunca antes na história, deixando cair a máscara e pondo a nu o fato de que nada mudou.

Tanto é assim que três jornais independentes (*Le Journal*, *Demain* e *Assabifa* (1)) foram definitivamente proibidos pelo primeiro-ministro socialista, Youssfi, sob o pretexto de que atentavam contra a abertura democrática e as bases institucionais do país. Tudo isso por terem revelado uma carta de um antigo dirigente histórico da oposição, que sugere estar este último implicado indiretamente nos preparativos de um golpe de estado organizado por Oufkir (2), em 1973. O general Oufkir esteve implicado no assassinato de Ben Barka (3) e combateu todos os que se rebelaram contra a tirania do rei. De fato, o que se pretende com o fechamento desses jornais é impedir o desenvolvimento de um imprensa nem mesmo pró-governamental e que no curso dos últimos anos sustentou uma visão crítica sobre a política do governo, distante do consenso imposto, da autocensura e dos balanços auto-satisfatórios constantemente usados.

Recorde-se também que Youssfi proibiu o jornal da juventude do seu próprio partido. Mas não foi esta a primeira atuação desorbitada que protagonizou desde que está no cargo: já organizou um culto em homenagem a Driss Basri (4), ex-primeiro-ministro, verdugo e torturador durante os “anos de chumbo”, e vem exigindo, com muito empenho, a submissão política e social aos seus planos, bloqueando toda “reforma” que não tenha o aval e o impulso da monarquia. Ao mesmo tempo, dirige com mão de ferro seu próprio partido político.

Por trás destas proibições revela-se a realidade da mudança da situação política: a abertura concedida às elites voltou a fechar-se, e isto se faz em um país onde as relações de dominação tradicionais, o aparato repressivo e os mecanismos de vassalagem ao poder, permanecem intactos.

Alguns dias depois desta ofensiva contra a liberdade de expressão, foi a banda de Yassine (5), o movimento fundamentalista radical, que sofreu um duro golpe. Dezenas de seus membros e dirigentes foram presos e vão ser julgados por organizar uma concentração contra a proibição de seu jornal. Tudo

isso depois da morte de Hassán II, quando esta corrente tentou obter sua legalização e mostrou-se disposta, ainda que não sem polêmicas internas, a fazer concessões ao novo reinado.

Em 9 de dezembro, foi a vez dos militantes da Associação Marroquina dos Direitos Humanos (AMDH) (6), violentamente dispersados durante uma tentativa de manifestação, sendo detidos 36 deles, sobre os quais pesam graves penas. A AMDH exige a condenação dos torturadores e responsáveis pela repressão durante os anos mais duros, os quais, na maior parte, ocupam atualmente postos de responsabilidade no aparato do Estado e do Exército.

É evidente que a satisfação dessas reivindicações questionaria o conjunto do sistema político, e não só seu aparato repressivo, que tem como principal peça a monarquia, mas também os partidos da esquerda parlamentar que se acomodaram durante anos a esta situação para participar no jogo institucional. Esta situação se mantém sob a única desculpa de que têm postos ministeriais no governo: na mesma noite em que ocorreram estes fatos, difundiu-se pelos meios de comunicação um informe do Ministério do Interior impondo a proibição de manifestações em todo o país!

Em 11 de dezembro, a Associação Nacional dos Profissionais Desempregados do Marrocos (ANDCM) (7) organizava uma marcha nacional em Rabat, uma ação planejada há muito tempo em repúdio à repressão que sofrem em todas as ações reivindicativas e para exigir o direito ao trabalho. Esta marcha foi reprimida pela polícia e dispersada por toda a cidade. A ANDCM, que aglutina um setor de massas da juventude, serve de catalisador na nova onda de radicalização que ocorre nas organizações sociais e pode, pagando um alto preço por isto, apesar do isolamento, manter uma orientação combativa.

As “razões” da repressão

Diante desses fatos, pergunta-se o porquê desse “giro repressivo”. Há duas grandes razões para isso. Neste último período (depois de 1998), houve um despertar social difuso, que se expressa

em diferentes formas de luta por várias questões (moradia, emprego, educação, condições de trabalho, direitos democráticos etc.).

Essas lutas raramente terminaram em vitórias, em função da decadência e da divisão das direções sindicais, que conseguiram desviá-las. Mas essas lutas parecem atingir camadas cada vez mais amplas da sociedade, inclusive em zonas rurais, “reserva privada” tradicional do poder, onde não existia qualquer expressão de contestação. Os trabalhadores não ficaram para trás. Greves selvagens, ocupações de fábrica e manifestações de rua são cada vez mais frequentes e alcançam setores que ainda não estavam organizados. As lutas dos setores têxteis, das indústrias de confecção e no seio do proletariado da pesca (8) são significativas.

O risco de uma explosão social é real e, frente a isso, a política governamental, longe de negociar concessões ao movimento de massas, busca generalizar e acelerar as reformas neoliberais (privatização do ensino, desmantelamento dos serviços públicos, institucionalização da flexibilidade trabalhista) aprofundando a degradação das condições de vida e de trabalho. Isso acontece num momento em que a taxa de desemprego chega a 30% e o salário mínimo interprofissional desceu ao nível da pobreza.

Por outro lado, é necessário assinalar os pesados custos de adaptação (cujos efeitos são palpáveis) de se pôr em prática os acordos de estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio com a União Européia, e as duras conseqüências sociais que isso traz: desmantelamento de grande parte do aparato produtivo, marginalização de regiões inteiras e asfixia da agricultura tradicional. Todos esses fenômenos se dão num contexto de agudização dos conflitos sociais de todo tipo, e no marco de uma perda de legitimidade do governo atual em razão de sua submissão sem reservas ao poder e ao liberalismo. Agrava-se também a crise de confiança nos partidos políticos, que alcança suas próprias bases sociais e a ilusão de uma mudança a partir de cima.

A monarquia, ávida de operações simbólicas e discursos “modernistas”, sabe que na situação

atual a “paz social” é impossível e que um vazio político se aproxima cada vez mais. Cada vez fica mais claro que não há um espaço de credibilidade que se interponha entre a sociedade e a monarquia. Ainda que não haja um confronto político de massas, uma situação de maior crise pode desencadear-se rapidamente e desmascarar a debilidade da base política e social do poder.

Neste contexto, a repressão se converte no principal meio para evitar que se abram brechas e que se criem as condições políticas para a aceleração das reformas liberais. Esta repressão visa, em primeiro lugar, a golpear as forças alternativas potenciais: a esquerda radical, o movimento social independente e, no outro lado do tabuleiro político, o movimento integrista (fundamentalista). O governo, “dirigido” pelos socialistas, assume abertamente a forma de um governo contra os trabalhadores e as massas populares. Trata-se, nem mais nem menos, de anestesiar todas as formas de luta direta e evitar a união entre as lutas sociais e as lutas democráticas. A imprensa oficial anuncia que será colocada em marcha uma reforma das leis que regulam as liberdades públicas. Pode-se adivinhar qual será o conteúdo desta reforma.

Por isso, é urgente organizar a solidariedade contra a repressão das liberdades públicas e ajudar o movimento democrático e popular a superar esta ofensiva e marcará, durante um longo período, as relações de força no futuro próximo.



NOTAS

1 - Le *Journal e Demain* são jornais semanais independentes que começam a tratar os temas antes proibidos (a repressão contra os Saharaouis, as torturas e seqüestros de ativistas por agentes da polícia política, a corrupção nos altos cargos públicos etc...). Assahifa é o jornal semanal das Juventudes do partido socialista marroquino (denominado no Marruecos, a União Socialista de Forças Populares, USFP), que tradicionalmente se situam à esquerda da direção oficial e que praticamente atuam como porta-voz da esquerda do partido, hoje ameaçada de expulsão pelo primeiro-ministro Youssfi.

2 - Oufkir, general do exército marroquino, famoso por afogar em sangue a insurreição popular de Casablanca em 23 de março de 1965, convertido depois disso em Chefe de Segurança e, depois, em Ministro do Interior, responsável pela repressão política contra a oposição política e sindical, conspirou depois contra Hassán II, organizando um atentado frustrado contra sua vida em 1972, sendo detido e assassinado por ordem do Rei ao qual servia e havia tentado assassinar.

3 - Mehdi Ben Barka, dirigente nacionalista partidário da independência marroquina, participou da fundação do Partido Istiqlal (Independência), organizando depois aí dentro um racha pela esquerda (a União Nacional de Forças Populares, da qual em seguida sairia a social-

democracia marroquina). Presidente do comitê organizador da Tricontinental, era partidário de uma aliança com a monarquia para alcançar o socialismo no Marrocos, mas foi obrigado a exilar-se no Cairo em 1963, acusado de organizar um complô contra a monarquia, sendo condenado por isso à pena de morte à revelia. Em 1965, foi assassinado em Paris por agentes da polícia política sob as ordens de Oufkir que, por sua vez, segue as ordens de Hassán II.

4- Abderraham -Yousfi, atual secretário geral da USFP e primeiro-ministro do governo marroquino. Dirigente socialista, foi condenado a 10 anos de prisão em 1963 por participar em um suposto golpe de estado. Esteve exiliado na França durante outros 10 anos, e voltou ao Marrocos para cuidar dos jornais da USFP (Liberation. em francês, e Ittihad Itchiraki, em árabe), posicionando-se no centro do partido frente à direita social-democrata tradicional (Mohammed El Yazgi) e a ala esquerda do partido (as juventudes, o Faqih el Basri e Mohammed Sassi.) Foi o máximo defensor da participação governamental em março de 1999 no chamado "Governo da Alternância" (governo frente-populista).

5 - Driss Basri, ministro do interior até dezembro de 1999; ficou 20 anos no cargo, foi exonerado pelo rei Mohammed VI por ter declarado sua oposição ao referendun do Saara Ocidental. Chegou ao cargo de ministro de interior quando o rei Hassán II assassinou seus antecessores, primeiro Oufkir e depois Dlimi, já que ambos cometeram o erro de acreditar que podiam conspirar contra o rei em base ao poder que lhes dava o controle sobre a polícia política marroquina. Driss Basri começou sua carreira de polícia vigiando os estudantes da Universidade de Casablanca, sendo catapultado ao lado do Trono devido a seu papel destacado na repressão da insurreição de 19 de junho de 1981 em Casablanca devido a greve geral convocada pelos socialistas contra a política econômica governamental. Atualmente, no Marrocos, detém, depois do rei, a maior fortuna do país, é um dos máximos representantes do Mazhen (poder real e da oligarquia que o rodeia), e entre seus negócios está o controle sobre a produção e tráfico de hatchís (narcotráfico).

6 - "Os anos de chumbo" - É uma expressão com a qual se designa no Marrocos o período em que a repressão política e social foi mais forte (similar à que ocorreu no Chile durante o regime pinochetista, depois do golpe) aberto no início de 70, quando as correntes maoístas conseguiram a hegemonia entre os estudantes secundaristas e na universidade, e os trabalhadores começaram uma onda de greves. Entre os militares havia descontentamento, e eles protagonizaram várias tentativas de golpe de estado. Essa etapa encerrou-se com a Marcha Verde, organizada pelo Rei, que consistia na ocupação do Saara Ocidental, que ainda estava em mãos dos colonialistas espanhóis e serviu de alibi para a capitulação de todas as correntes políticas de esquerda em uma "União Sagrada" em benefício da anexação do Saara, a constituição de um gabinete de unidade nacional e o isolamento das lutas operárias e populares e sua repressão, com o pretexto da luta contra os separatistas do Saara.

7 - Abdesalam Yassine- fundador do partido islamista "Justiça e Caridade", durante quinze anos ficou submetido a prisão domiciliar em um bairro residencial de Salé; foi liberado pelo Rei Mohammed VI, e se mantém na ilegalidade, construindo grupos de choque que atacam os militantes de esquerda. Em março de 2000, organizou uma manifestação de mais de 500 mil pessoas, saindo da marginalidade sob a direção de sua sinistra filha Nadia Yassine, e postula transformar-se no partido islâmico radical do Marrocos, para capitalizar o descontentamento social sob a égide da burguesia tradicional e reacionária.

8 - AMDH- Organização fundada em 1979 pelos socialistas. Devido às sucessivas rupturas da USFP, agora vem sendo controlada por organizações do que no Marrocos se denomina a "esquerda radical", substituindo a anterior política institucionalista pela mobilização de rua. Sua legalidade a converte em um referente para amplos setores da vanguarda marroquina.

9 - ANDCM- Organização nascida em 26 de outubro de 1991, que afirma ter 30 mil membros organizados. Declarada ilegal, ainda que atue publicamente em grande parte dos locais da União Marroquina do Trabalho (UMT) e que está agitando a velha burocracia desse sindicato, que começa a restringir sua ação no interior de seus locais. As reivindicações básicas dessa organização são: abolição da dívida externa marroquina, contra a privatização e a reforma do Código de Trabalho, plano econômico público para dar trabalho público aos diplomados desempregados e que satisfaça as necessidades sociais da população (moradia, educação, saúde...), redução dos salários dos altos cargos governamentais, julgamento e castigo dos responsáveis por cargos fictícios no Estado para seus familiares (mais de 30 mil), reconhecimento legal da ANDCM e investigação e castigo do assassinato do militante da organização martir Mustafá Hamzaoui, perpetrado pela polícia marroquina.

10 - As lutas do setor têxtil- Desde 1994 vem ocorrendo um ascenso nas lutas do setor têxtil, expandindo-se os sindicatos a setores antes não organizados, surgindo destas fábricas uma nova camada de ativistas (a maioria mulheres, já que mais de 80% da mão-de-obra do setor é feminina) que não só questionam as velhas direções sindicais, como começam a manifestar a necessidade de uma organização política que expresse os interesses dos trabalhadores. Esta é a base militante que permite que uma das maiores federações do principal sindicato (UMT), a de Rabat, seja dirigida pela "esquerda radical".

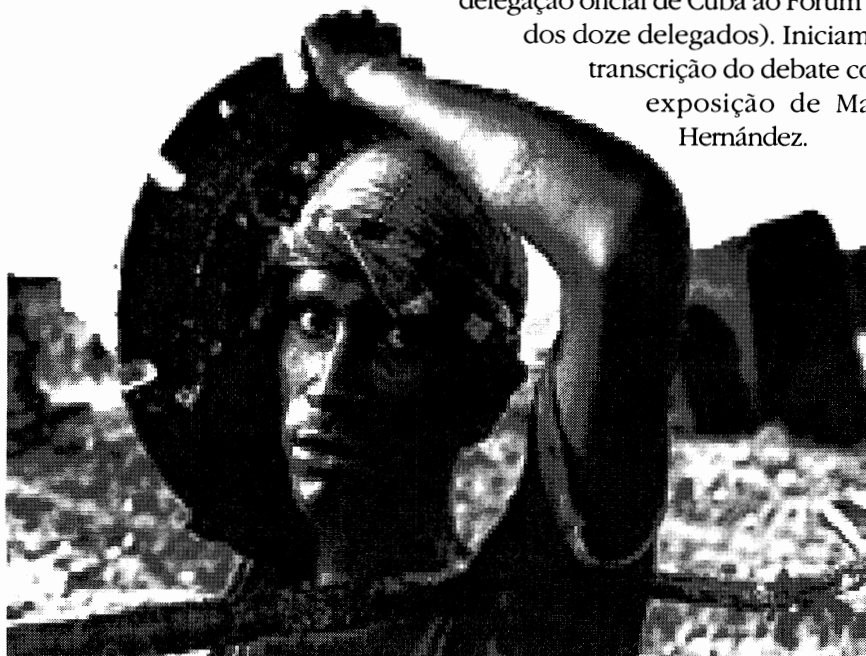
11 - As greves de pescadores- Em 1997, um pescador Abdelallah Mounacir, militante trotskista autodidata organizou o Sindicato de Pescadores de Agadir (UMT), que dirigiu duas greves vitoriosas, conseguindo dobrar o governo do rei e a patronal, e conquistando reivindicações básicas, como descanso semanal de um dia e meio, antes inexistente, aumentos salariais, reconhecimento do sindicato, etc. No entanto, isso custou-lhe a vida e a derrota da última greve de pescadores, com a prisão de dirigentes sindicais, sendo que um deles, Omar Bougzi, continua preso.



Debate entre a LIT-QI e a delegação cubana ao Fórum de Porto Alegre

Reproduzimos neste dossiê os momentos mais significativos do debate realizado no Fórum Social Mundial em Porto Alegre na oficina sobre “A restauração do capitalismo em Cuba”. Este debate teve uma importante repercussão no Fórum. Entre as mais de quatrocentas oficinas realizadas naquele evento, a de Cuba foi uma das três que receberam mais público (cerca de 200 pessoas). Sem dúvida, isto se deve ao interesse que o tema desperta, mas também ao fato de que esta oficina foi precedida por uma polêmica pública entre Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional de Cuba, e Martín Hernández, o palestrante. Alarcón declarou à imprensa, entre outras coisas, que em Cuba “não privatizamos nada”, ao que Hernández respondeu que “isso não é verdadeiro”, e depois de dar vários dados, conduziu: *“O governo de Castro tem dois discursos: faz declarações a favor do socialismo mas toma medidas de restauração do capitalismo”*. Ambas as declarações foram publicadas com grande destaque em *Zero Hora*, o principal jornal de Porto Alegre, no mesmo dia da realização da oficina.

Participaram dessa oficina, além de Martín Hernández, mais de vinte representantes de diversos países e organizações, num acalorado debate. É preciso destacar que entre os participantes estava a metade da delegação oficial de Cuba ao Fórum (seis dos doze delegados). Iniciamos a transcrição do debate com a exposição de Martín Hernández.



POLÊMICA SOBRE A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA EM CUBA

“Este é um tema importante e, por isso, creio que foi um erro dos organizadores deste Fórum não ter abordado a questão de Cuba, em toda a sua profundidade, nas conferências centrais. Digo isso por várias razões. Em primeiro lugar, porque temos o privilégio de contar com a presença neste Fórum de vários dirigentes do Estado Cubano, como é o caso de Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Nacional de Cuba, e de outros companheiros. Era uma oportunidade ímpar para que as centenas de companheiros que estão participando deste evento fizessem uma discussão profunda sobre Cuba. É o que estamos fazendo nesta oficina, mas não é o suficiente.

Mas por que era tão importante que aqui se discutisse Cuba? Porque este Fórum Social Mundial tem a preocupação de responder a uma série de temas que preocupam os militantes sociais, políticos e sindicais. São temas como a fome, a violência, a questão da moradia, o desemprego, a exploração. São temas dramáticos porque todos estamos vendo como populações inteiras são destruídas. E o Fórum justamente se reúne para dar, ou tentar dar uma resposta a esses problemas que a humanidade enfrenta e, nesse sentido, o exemplo de Cuba não podia deixar de ser analisado.

A resolução dos problemas que nos afligem

Cuba era um dos países mais pobres, mais miseráveis da América Latina. No entanto, a revolução cubana mostrou que esses problemas, que não puderam ser solucionados pelos países da região e, inclusive, vários deles não puderam ser solucionados nem mesmo pelas grandes potências, como é o caso do desemprego, pude-

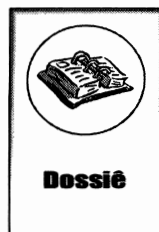
ram ser solucionados com a revolução.

Em Cuba, com a revolução, o desemprego desapareceu! Em Cuba, com a revolução, os problemas de saúde desapareceram! Em Cuba conquistou-se o atendimento médico que todos nós queremos ter, que é o atendimento médico para toda a população e não somente para os privilegiados. Além disso, foram feitos avanços impressionantes no terreno da investigação médica e da farmacologia. Também nos terrenos da moradia e da educação foram feitas grandes conquistas.

E tudo isso refletiu em outros aspectos da vida, como é o caso do esporte. Cuba, depois da revolução, tornou-se uma potência esportiva mundial. Muitos dizem que isso se deve a que o Estado cubano seleciona os atletas, dá a eles uma preparação física intensiva, aplica todo tipo de drogas e assim consegue fazer com que esses atletas disputem de igual para igual com os EUA. Bem, se fosse assim tão fácil, por que o Brasil não faz o mesmo? Ganharia montões de medalhas olímpicas. E por que a França não faz o mesmo? Por que Cuba é uma potência esportiva muito mais forte que a França, a Espanha ou a Inglaterra?

Também poderíamos falar do analfabetismo. Vimos nos últimos cinquenta anos o crescimento da ignorância. Do analfabetismo generalizado. Países que quase não tinham analfabetismo, como a Argentina, hoje estão com centenas de milhares de analfabetos. Em Cuba ocorreu o contrário: era um dos países com os mais altos índices de analfabetismo, e hoje este problema praticamente já não existe.

Por isso, Cuba merecia ser um dos grandes temas deste Fórum. Porque conseguiu tudo isso, e não por milagre, mas como consequência de uma revolução. De uma revolução que não se



conformou em derrotar a ditadura de Batista, mas foi além. Rompeu com o imperialismo, rompeu com o capitalismo. Os expropriou e, assim, colocou o conjunto da economia a serviço do país. Adotou uma economia estatal e planejada e isso é o que explica esse aparente “milagre”.

O interessante é que a maioria dos que dirigem este Fórum nos dizem: “Hoje em dia, pretender fazer o que fez Cuba na década de 60 é uma utopia”. Bem, discutamos. Eu acho que em qualquer país, tentar fazer o que se fez em Cuba a partir de 1959 é uma tarefa difícil. Ninguém pode pensar que acabar com a fome e o desemprego é uma tarefa fácil. Fazer a revolução socialista não é uma tarefa fácil. Mas por que utópica? A realidade demonstrou que se pode fazer. O que considero utópico é pensar que democratizando as Nações Unidas, uma organização mundial controlada pelo imperialismo, será possível chegar à solução desses problemas.

Se diz, por exemplo, que democratizando as Nações Unidas todos os países teriam igualdade de condições. É uma idéia fantástica. Por que? Porque os países oprimidos do mundo são a grande maioria, enquanto que os países opressores são uma minoria. Quantas são as potências imperialistas? Sete ou oito, enquanto que os países oprimidos são mais de cem. Então, pensar em uma ONU democrática é pensar que a maioria dos países oprimidos imporá suas condições às nações opressoras. Seria fantástico. Mas isso é impossível! Nenhuma potência imperialista renunciará a seus interesses, e, nesse marco, por mais que se vote “democraticamente” o que se quiser, o imperialismo não vai aceitar nenhuma condição. Essas Nações Unidas “democráticas” podem votar a dissolução do FMI. Mas será que o FMI será dissolvido? Podem votar que os EUA não explorem nem agredem nenhuma povo. Podem votar. Mas será que os EUA vão aceitar essa votação? Impossível. Por isso, é completamente utópico. Nunca ocorreu e não há nada que indique que vai ocorrer. Qual país imperialista deixou de sê-lo a partir de uma votação?

Pelo contrário, dar a perspectiva de Cuba não tem nada de utópico. É uma tarefa difícil, muito difícil. Mas há outro caminho para acabar com a fome e o desemprego? Que país capitalista, ou quais as grandes potências, com os EUA à frente, foi capaz de acabar com o desemprego? Nenhum. Porque o desemprego é inerente ao capitalismo. Enquanto haja capitalismo haverá desemprego. Então, eu afirmo: se defender a revolução cubana e a atualidade dessa experiência é ser utópico, então eu sou um utópico. No entanto, creio que não é assim. Defender a revolução cubana é ser realista. Muito realista.

Ocorreu uma mudança muito profunda em Cuba

Mas o que vemos é que ocorreu uma mudança muito grande em Cuba, e esse é o tema deste debate. Essas conquistas tremendas que mencionamos, e que ocorreram graças à revolução, à expropriação do imperialismo e do capitalismo, hoje em dia estão se perdendo. Muitas já se perderam. Outras estão se perdendo. Por exemplo, o pleno emprego, que existia em Cuba, hoje já não existe mais. Dados de 1994 indicavam que já havia 160 mil desempregados e mais de 400 mil trabalhadores seriam realocizados. Há uma deterioração acele-

rada tanto da saúde como da educação, duas áreas que eram orgulho dos cubanos e também de todos os revolucionários que defendiam e defendem a revolução cubana. Há situações dramáticas hoje em Cuba e que entristecem os revolucionários que visitam a ilha, como a volta, em grande escala, da prostituição.

Por que digo que nos entristece? Porque essa chaga do capitalismo e de todas as sociedades de classe, que é a prostituição, esse drama das mulheres e homens que se vêem obrigados a vender seu corpo diante da necessidade de sobreviver, era uma das características mais típicas de Cuba antes da revolução. Creio que todos aqui sabem que Cuba era conhecida, na época de Batista, como o prostíbulo dos EUA. Os grandes magnatas norte-americanos praticavam em Cuba algo que agora está se desenvolvendo muito no Brasil, que é o turismo sexual. A revolução cubana havia acabado com isso. Não porque fuzilou as prostitutas, mas porque as milhares de mulheres que se prostituíam não precisaram mais prostituir-se. Pois bem, esse problema, que havia desaparecido com a revolução, hoje está reaparecendo em Cuba com muita força, a tal ponto que o próprio governo cubano, reiteradamente, fala das prostitutas, conhecidas como “jineteras”

O que explica esta nova situação em Cuba? Sobre estas questões que mencionei, não há muitas discussões. Estes dados não são polêmicos. Quero fazer um esclarecimento. Todos os dados que apresento, sem exceção, foram extraídos dos informes do governo cubano ou de organismos cubanos que respaldam o governo. Então, não há polêmica sobre eles. A polêmica surge quando se tenta explicar sua ocorrência.

As justificativas do governo cubano

O governo cubano e seus defensores têm dois argumentos para explicar esta nova situação que se vive em Cuba. O primeiro é o bloqueio por parte dos EUA e as novas leis para reforçar o bloqueio, como a Lei Torricelli e a Lei Helms Burton. O segundo argumento, que

na verdade complementa o anterior, é a dissolução da ex-URSS, fato que teria afetado, terrivelmente, a economia cubana, tanto em relação às importações como às exportações. Isto teria provocado uma queda espetacular do PIB, ou seja, da produção geral do país. Estes dois argumentos, em minha opinião, são parcialmente corretos. Ambos afetaram de forma considerável a economia cubana. No entanto, estes argumentos são apenas “meias verdades”, e por isso não explicam a situação atual de Cuba.

Em primeiro lugar, porque é certo que o bloqueio existe e ele sempre teve um objetivo claro de acabar com a revolução cubana. Por isso, não foi só o bloqueio. Foi também a invasão da “Baía dos Porcos”, as tentativas, por parte da CIA, de matar Fidel Castro.

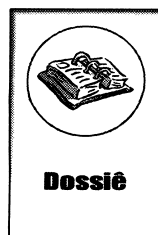
Mas por que afirmo que se trata de uma meia verdade? Porque o bloqueio já dura 40 anos e foi durante todo esse tempo, e apesar de existir o bloqueio, que Cuba foi capaz de fazer todos aqueles “milagres” aos quais já me referi. O bloqueio não apareceu nos últimos sete ou oito anos.

Quanto à dissolução da ex-URSS, sem dúvida afetou a economia cubana a tal ponto que a partir daí o PIB de Cuba começou a cair em média 18% ao ano. Portanto, seria lógico, sobretudo em uma economia planificada, que o conjunto da população fosse afetada por esta situação, perdendo muitas de suas conquistas.

Mas por que digo que isto também é uma meia verdade? Porque essa queda do PIB, que explicaria a atual situação cubana, parou há tempos. Nos últimos cinco anos ocorreu um crescimento sustentado da economia. Eis alguns números. Em 1995, a economia voltou a crescer na ordem de 2,5%; em 1997, o crescimento chegou a 8%; em 1999 chegou a 6,2%.

Então, aqui começa a discussão. Se a economia cubana cresce, por que continua piorando a economia popular, a economia do lar, do trabalhador? Em um país capitalista, isto não seria surpresa. No Brasil, por exemplo, poderia haver um grande crescimento da economia e os ideólogos da burguesia diriam: como estamos bem!! Como cresce a economia!!, como ocorreu na época do

“milagre”. Mas o operário olha para seu bolso e diz: Onde a economia está crescendo? Em um estado como o cubano, era lógico que caísse a economia popular quando caísse a economia de conjunto do país, mas o lógico seria que também ocorresse o contrário. Quando cresce a economia geral, quando cresce o PIB, teria de iniciar-se o processo de recuperação das conquistas, e isso não está ocorrendo. Isso é o que temos de discutir. É preciso explicar esse fato objetivo.



O papel do capital estrangeiro

Qual é a explicação, do meu ponto de vista? Vou documentar minha posição lendo uma série de disposições que existem em Cuba nos últimos anos. O governo cubano, em 1995, aprovou a chamada Lei de Inversões Estrangeiras. Seu artigo 10 estabelece o seguinte: “...*podem ser autorizadas inversões estrangeiras em todos os setores, com exceção dos serviços de saúde e educação da população e as instituições armadas* ...” Volto a repetir: há uma lei que permite investimentos estrangeiros em todos os setores. Em que condições? O artigo 3 diz: “*As inversões estrangeiras, dentro do território nacional, gozam de plena proteção e segurança, e não podem ser expropriadas, salvo que essa ação se dê por motivos de utilidade pública ou interesse social.*” Nesse caso, no caso em que fosse necessário expropriá-las, a lei estabelece que às empresas será paga “*uma indenização em moeda livremente conversível por seu valor comercial estabelecido de mútuo acordo.*”

E agora vem um terceiro problema, que me parece mais grave. No artigo 8, essa lei diz que: “*O estado garante ao investidor estrangeiro a livre transferência ao exterior, em moeda livremente conversível, sem pagamento de impostos ou qualquer outra taxa... das utilidades netas ou dividendos que obtenham pela exploração da inversão.*” Ou seja, esta lei garante que todos os lucros obtidos pelas empresas estrangeiras possam ser enviados ao exterior sem qualquer tipo de imposto e sem nenhuma obrigação de reinvestir no país.

Pior ainda. No artigo 29 fica estabelecido que os investidores estrangeiros “*... têm direito, de acordo com as disposições estabelecidas para esse fim, a exportar sua produção diretamente e a importar, também diretamente, o necessário para seus fins.*” Que quer dizer isto? Antigamente existia, por parte do estado cubano, o monopólio do comércio exterior. Era o estado que exportava e importava, e por essa via, se fazia o controle das divisas. Com esta nova lei, isso acabou. Agora, qualquer empresa tem direito a importar e exportar, de forma independente do estado.

Mas, por que citei esses artigos? Porque se esta lei vem sendo aplicada, está aí a explicação de porquê o crescimento da economia não reduz a economia popular. Diz-se que este tipo de medidas, para incentivar as inversões estrangeiras, estariam justificadas a partir da dissolução da ex-URSS. Até aqui, tudo seria coerente. No entanto, há um problema. Estas medidas começaram a ser tomadas dez anos antes da dissolução da URSS. A dissolução da URSS se dá a partir de 1992, e em Cuba, a primeira lei de inversões estrangeiras é de 1982, e esta lei que cito aqui de 1995, não passa de um aperfeiçoamento do decreto 50 de 1982, que apontava no mesmo sentido. Essa lei de 1982, volto a repetir, foi aprovada dez anos antes da dissolução da URSS e inclusive cinco anos antes da Perestroika.

Esse decreto 50, de 1982, teve como objetivo incentivar as inversões es-

trangeiras em um setor estratégico para Cuba, o turismo. A partir de 1992, ampliou-se para outras áreas, entre elas a farmacêutica. E aqui quero colocar outra questão. O presidente da Assembléia Nacional de Cuba, Ricardo Alarcón, que ontem expôs em plenário, disse que em Cuba não havia nenhuma privatização, no entanto, os fatos demonstram outra coisa. A própria Assembléia Nacional que ele dirige, em 1992, aprovou a reforma da Constituição. Essa reforma tinha um objetivo central: incluir o direito à propriedade privada dos meios de produção de tal forma que em 1993 se abre a possibilidade de entrada de bancos estrangeiros no país. Em 1994 se estabelece que nenhum setor produtivo, salvo a saúde e a educação, ficava isento da possibilidade de receber investimentos estrangeiros. Nesse mesmo ano se determina o fim do monopólio do comércio exterior.

Voltando a 1993. Nesse ano começa a existir um novo tipo de economia no campo cubano, as famosas UBPC - Unidades Básicas de Produção Cooperativada. Qual é a mudança? Antigamente, o estado era dono da terra de tal forma que os camponeses entregavam sua produção para o estado que, em base à planificação, passava a distribuir o que era produzido. Essas unidades básicas de produção significam que o estado continua sendo dono das terras, mas as entrega, em concessão, a produtores particulares que são donos da produção. Como vocês sabem, Cuba é um país baseado no monocultivo da cana de açúcar. Pois bem, já em 1994, cerca de 80% das terras destinadas à produção de cana de açúcar faziam parte das UBPC. Ou seja, 80% das terras eram exploradas com critérios capitalistas, já que não só a produção é propriedade de particulares, se não que uma importante parcela da mesma vai para os novos Mercados Agropecuários, que determinam o preço dos produtos em base à lei da oferta e da procura.

Anteriormente, nós polemizávamos entre as diferentes correntes marxistas sobre o caráter do estado cubano. Por exemplo, eu faço parte de uma corrente que opina que o estado cubano era um estado operário, outros diziam

que era uma economia popular. Outros, um estado socialista. São opiniões diferentes, no entanto, todas têm em comum a idéia de que esse estado é completamente diferente dos estados capitalistas. Por que existia essa “unidade” na esquerda ao afirmar que Cuba não era um estado capitalista? Porque todos concordávamos em que os meios de produção, as fábricas, a terra etc. não eram propriedade de uma classe social, da burguesia; eram propriedade do estado. Mas, além disso, havia um instrumento, que também existia em todos os estados que expropriaram a burguesia, que era a planificação econômica central. Em Cuba havia também um organismo de planificação que era a Junta Central de Planificação, responsável por planificar o que se produzia, como se produzia e como se distribuía. E, o terceiro fator, como já mencionei antes, é o monopólio do comércio exterior.

O que existe em Cuba é a restauração do capitalismo

Pois bem, companheiros, estes números que estou apresentando foram divulgados pelo próprio governo, por economistas que trabalham com o governo, e esses informes dizem que essas três coisas não existem mais. Não existe mais a economia planificada. Não existe mais o monopólio do comércio exterior. E não existe mais a economia estatizada. Existe só em parte e cada vez existe menos. Então, em minha opinião, o que ocorre em Cuba, ao contrário do que disse ontem Alarcón, é a restauração do capitalismo. Uma restauração que não está sendo feita a partir da invasão dos “gusanos”, mas a partir do próprio governo cubano.

Claro, existe uma contradição. Toda a direção cubana diz exatamente o contrário. Que *“nunca abandonaremos o socialismo”*. Mas este tipo de afirmação não corresponde à realidade dos fatos, e isso não me surpreende, porque em todos os países onde se restaurou o capitalismo, isso foi feito em nome do socialismo. Por exemplo, Gorbachov, na ex-URSS, quando começou com a Perestroika, dizia o mesmo que diz hoje

Fidel Castro. Em seu livro *“Perestroika, novas idéias para meu país e o mundo”*, ele afirma: *“Nosso objetivo é fortalecer o socialismo... O que o Ocidente nos oferece, em termos de economia, é inaceitável para nós”*. Enquanto dizia isso, estava restaurando o capitalismo.

Eu acho que o que ocorre em Cuba é a restauração do capitalismo, mas é claro, este é um tema muito polêmico, no entanto, os que opinam o contrário têm que dizer se isto não é restauração, então o que é? Por exemplo, alguns companheiros, que estudam seriamente este tema, dizem que o que está acontecendo em Cuba é algo similar ao que ocorreu nos primeiros anos da revolução russa, na época de Lenin, com a NEP (a Nova Política Econômica). Esta é uma discussão muito importante. Não vou ter tempo de aprofundar, mas quero dizer algo sobre esta questão.

A NEP significou (e isso foi dito pela direção bolchevique) concessões ao capitalismo para desenvolver determinadas áreas nas quais o novo estado operário estava tendo dificuldades. Isto foi assim. Mas qual é a diferença qualitativa com o que está ocorrendo em Cuba? A diferença está em que essas concessões foram feitas no marco da planificação econômica central, que nunca foi abandonada, e no marco do monopólio do comércio exterior. O que se fez foi utilizar mecanismos capitalistas a serviço do desenvolvimento do novo estado operário. Os resultados mostraram isso. Poderíamos mostrar estatísticas. Por exemplo, apesar das concessões ao capitalismo, no período da NEP o que mais se desenvolveu foi a propriedade estatal. Então, a diferença entre aquela experiência e esta é qualitativa.

Por que o bloqueio se mantém?

Outra grande polêmica. Em conferências anteriores, várias pessoas me fizeram o seguinte questionamento: se fosse certo que em Cuba se está restaurando o capitalismo, por que continua o bloqueio e mais, se aprova a lei Helms Burton? Sobre esta questão há duas coisas que temos de discutir. É certo que o imperialismo continua atacando e querendo acabar com o estado cubano? Isso também é uma meia verdade. É certo que o bloqueio americano continua. Isso é verdade. Mas os Estados Unidos não são a única potência imperialista. O imperialismo europeu não está atacando o estado cubano. A Espanha, por exemplo, é o primeiro investidor em Cuba. Pode-se dizer que a Espanha está atacando o estado cubano? Pode-se dizer que a União Européia está atacando o estado cubano? Pode-se dizer que os governos capitalistas da América Latina estão atacando o estado cubano? Pode-se dizer que as burguesias venezuelana e mexicana o estão fazendo?

Claro que sobre isto surge, necessariamente, outra discussão. Alguns companheiros dizem: uma coisa é o imperialismo americano, e outra são os governos europeus. Para mim, não. O imperialismo europeu, Espanha, França, Inglaterra, Alemanha, podem dar algum benefício a Cuba? A entrada do capitalismo europeu pode ser mais progressiva para Cuba do que a entrada do capitalismo americano? Para mim, não. O imperialismo europeu está querendo recolonizar Cuba e, para ver o futuro que está reservado a Cuba, se isto se concretiza, basta ver como eles trataram suas colônias. Perguntemos aos companheiros da Índia



como viviam quando eram colônia dos ingleses. Perguntemos aos companheiros do norte da África ou, para não ir tão longe, a nossos irmãos latino-americanos, qual foi o papel da Espanha na América Latina. Perguntemos às ex-colônias portuguesas, o Brasil inclusive, qual foi sua experiência.

Segundo problema. É correto dizer que os EUA continuam com sua mesma política, como se nada tivesse mudado? Não. Existe uma poderosa burguesia americana, que está batalhando para acabar com o bloqueio e poder fazer, assim, bons negócios com Cuba. Formou-se inclusive o Conselho Comercial EUA-Cuba, controlado por setores da burguesia americana, que luta contra o bloqueio. E por que não se acaba com o bloqueio? Por que há uma contradição nos EUA, com a velha burguesia gusana, a burguesia contra-revolucionária, que fugiu depois da revolução, e que está contra que se acabe o bloqueio. Por que? Porque a este setor não interessa somente a restauração do capitalismo. O que mais interessa é recuperar suas propriedades, e por isso conseguiram aprovar a lei Helms Burton.

A burguesia cubana residente na Flórida, e que é parte da burguesia americana, quer recuperar suas antigas propriedades em Cuba. Por isso, entra em contradição com outros setores da burguesia americana, que está querendo fazer negócios em Cuba, como é o caso da poderosa indústria farmacêutica que, recentemente, com a autorização de Clinton, organizou uma feira em Cuba, preparando-se para o fim do bloqueio.

A questão da democracia em Cuba

Por último, companheiros, quero me referir à questão da democracia em Cuba. Quando falo de democracia, não estou falando dos calendários eleitorais. Estou falando de outra coisa. Estou falando da democracia entre os que defendem a revolução. Dos que lutam contra a burguesia e o imperialismo.

Eu participei, neste Fórum, de uma conferência na qual um representante da Esquerda Unida, da Espanha, Manuel Monereo, expressou a seguinte posição sobre Cuba: *“Eu não vou fazer*

nenhuma crítica a Cuba enquanto Cuba continuar sendo atacada pelo imperialismo”. Eu não posso concordar com o critério de que quando um determinado país é atacado, ninguém pode criticar sua direção. Esse tipo de raciocínio é terrível.

Cuba, e não só ela, mas também a Polônia e a Rússia, desde o momento em que expropriaram a burguesia, começaram a ser atacadas. Cuba foi atacada nos últimos 40 anos. A ex-URSS tem sido atacada desde 1917. Se se estabelece o critério de que quando um país é atacado, não se pode questionar a direção, esse país está condenado à derrota. Não é este o problema meu, se posso ou não fazer críticas. É um problema desse país. Digo isto porque o que está ocorrendo em Cuba deveria estar sendo discutido não só neste Fórum mas, em primeiro lugar, dentro de Cuba. Eu quero saber se é possível fazer uma discussão deste tipo em Cuba, em qualquer lugar do país. É possível? Não estou falando dos gusanos, mas dos que defendem a revolução, certos ou errados.

Ainda sobre a questão da democracia. Hoje se diz, com razão, que Cuba ficou isolada. O problema é por que ficou isolada se a seu redor se desatou a revolução centro-americana? Sobre isso, é preciso dizer as coisas como elas são. O governo cubano batalhou com a direção sandinista para que a Nicarágua não fosse uma nova Cuba. Claro que o governo tinha seus argumentos para defender sua posição Mas ocorreu um debate democrático a respeito? Discutiu-se a velha posição de Che Guevara a respeito? Porque ele tinha a posição oposta. Ele sempre dizia que para defender a revolução cubana era preciso fazer a revolução latino-americana. Daí saiu sua célebre bandeira: “por dois, por três, por muitos mais Vietnãs”.

Não foi uma causalidade que Che Guevara tenha morrido na Bolívia. Então, repito a pergunta: os operários e lutadores cubanos, frente a estes acontecimentos, tiveram oportunidade de discutir duas ou três alternativas? E a mesma pergunta cabe fazer no momento atual. Hoje em dia, entre os que defendem a revolução cubana, dentro de Cuba, há quem diga exatamente o mesmo que eu. Mas volto a perguntar: exis-

te em Cuba a possibilidade de fazer um Fórum para discutir, com toda liberdade, os caminhos de Cuba?”



Paola González (*Economista argentina*)- “Eu também gosto muito de estudar a economia cubana. Em primeiro lugar, o que distingue uma sociedade capitalista de uma sociedade socialista é a propriedade privada, a lei de herança, a livre contratação de mão de obra assalariada. Em Cuba não existe lei de herança. Se eu compro uma casa ou um carro, não posso deixar a meu filho como herança. Não posso contratar empregados. Se monto um empresa, não posso ter empregados. O estado cubano controla da contratação de mão de obra. Então, a mais-valia, o lucro que supostamente se tira da mão de obra assalariada, está controlada pelo estado cubano, e não por empresas privadas. Estas, para contratar, têm que recorrer ao estado.

Por outro lado, antes de falar do bloqueio e antes de falar da dissolução do campo socialista, temos que compreender que Cuba é uma ilha, que não tem água potável, não tem petróleo, não tem terras cultiváveis, não tem luz elétrica e não tem tudo o que o Brasil tem. Certa vez um dirigente da revolução me disse: oxalá tivéssemos feito a revolução na Argentina ou no Brasil, porque aqui não temos absolutamente nada, e quando falamos de Cuba temos que dizer que lá vive gente, vivem pessoas, e essas pessoas precisam ter o que comer, ter água, luz, gás. Se não temos luz, gás, petróleo, é preciso fazer alguma coisa.

Houve uma crise muito grande, uma grande mobilização em 1994, a crise dos balseiros, quando o povo cubano se reuniu na praça e fez uma mobilização impressionante, e o governo cubano “antidemocrático” não reprimiu. Não botou o exército na rua. Não atirou contra eles, coisa a que nós estamos acostumados. Esse governo “autoritário” não usou de violência contra a população cubana. Isso está documentado em toda a imprensa, todo mundo sabe. Por outro lado, quem diz que Gorbachov e Fidel Castro são a mesma coisa não está falando a verdade. Todos sabemos que Gorbachov anda dando conferências por todos os lados e Fidel Castro continua defendendo as conquistas da revolução em Cuba.

É importante ter claro as características da economia cubana, com o que se conta para poder alimentar toda essa população. Todos sabemos e temos muita clareza sobre o poder que têm as massas quando não querem um governo, e assim como se mobilizaram em 94, depois decidiram que queriam continuar lutando, e queriam continuar defendendo esse Comitê Central e Fidel Castro. Aqui citaram Che Guevara, e isso me indignou porque sou argentina. Pobre Che Guevara, morreu e não pode falar, enquanto que Fidel Castro está vivo. Eu acho que essa é uma atitude muito fácil hoje ser guevarista, porque Che Guevara está morto. Mas é muito difícil ser castrista porque Fidel Castro está vivo e é o único referente revolucionário que existe na América Latina”.

Carlos (*Médico brasileiro*) - “Quero recordar que em 1991 eu fui a Cuba duas vezes, em outubro e em dezembro. Eu já havia estado lá em 1979. Nessa época estava na Universidade de Harvard fazendo um curso de saúde pública e passei quase um mês junto com um grupo, conhecendo o sistema de saúde

cubano. Depois participei de um congresso de pediatria em 1984 e voltei diversas vezes, e pude acompanhar durante todo esse tempo a sociedade cubana.

O que aconteceu em 1991 não existe nenhum país do mundo que o suportaria. Nenhuma outra sociedade. Porque o PIB caiu 35% do dia para a noite. Aqui no Brasil cai 1% e já é o caos. Várias fábricas fecharam porque não tinham como funcionar. Também a energia elétrica. Eles dependem do petróleo. Então, como fazer funcionar as fábricas, ou podiam importar matéria prima? Eles não podiam fabricar nem sabão, nem pasta de dente. Foi uma situação dramática e, apesar disso, o povo cubano continuou apoiando a revolução cubana e sua direção. Apesar de que os EUA, em 93, fizeram uma campanha fortíssima para que nas eleições as pessoas não votassem ou votassem em branco, só houve 7% de votos nulos e brancos; em La Habana foram 14%. Em 97, novamente, quando houve eleições quase desapareceram os votos nulos e brancos.

O que pode justificar tudo isso? É o processo democrático e o debate que se faz em Cuba sobre seu destino. Eu vi, inclusive pela televisão, inúmeros congressos realizados em Cuba, com Fidel presente em todos eles, inclusive com os pioneiros, para debater a dramática situação que existia e quais eram as propostas para o “período especial”. Essas propostas eram debatidas em todos os lugares, nos sindicatos, nos bairros, até que finalmente se transformaram em lei; só depois de terem sido discutidas em toda a base, é que se adotaram as medidas a serem tomadas para enfrentar o período especial.

Quero recordar duas coisas interessantes, essa que ocorreu em 1994, quando por força de uma provocação da gusanada começou a haver um tremendo tumulto em uma praça e Fidel se dirigiu, com apenas nove pessoas, e não permitiu que ninguém usasse armas, e bastou a sua presença para que o povo se juntasse a ele e saísse em manifestação em defesa da revolução cubana. Outro fato ocorreu estes dias. Na semana passada, o governo cubano

preendeu um bando de checos, entre eles um deputado e um ministro com dinheiro da contra-revolução dos EUA para fomentar, dentro de Cuba, a contra-revolução. A partir daí começaram os protestos em todo o mundo, principalmente na embaixada checa. Pois agora, antes de ontem, mais de um milhão de cubanos desfilaram, com Fidel à frente. A marcha passou diante da embaixada e foram horas de marcha, diante da embaixada checa, para mostrar o apoio do povo cubano às medidas de seu governo.

Quando nós discutimos a revolução cubana, a primeira coisa que temos que entender é ela jamais vai se suicidar, e se tomou essas medidas, como inversões estrangeiras, isso era absolutamente fundamental na busca de capital, de tecnologia e de mercado”.

Leonel - (*Instituto de Agronomia - Membro da delegação cubana ao Fórum*) - “Sem dúvida, é importante que o Fórum Social Mundial discuta os problemas da agenda, e é bom que se analise a situação de Cuba, mas em sua luta contra o neoliberalismo, em sua luta por uma ordem justa e superior. Não para analisar imperfeições de determinados aspectos da economia cubana, de determinado aspecto de nossa vida política. Realmente, não posso dar dados porque não é o mais interessante. Simplesmente vou desmistificar um pouco algumas idéias colocadas pelo companheiro Hernández. E penso que é importante porque há má interpretação, ou desconhecimento.

Em nosso país, a lei de Inversões Estrangeiras, aprovada em 1982, não foi colocada em prática até 96, porque não fez falta, mas nosso parlamento, constituído em 76, o parlamento atual, avaliou a conveniência econômica e política de que Cuba se abrisse potencialmente ao capital estrangeiro, mas nesse momento éramos apoiados pela União Soviética, existia o Conselho de Ajuda Mútua Econômica, havia uma ajuda concreta da República Popular da China, mas além disso havia ajuda alemã, da RDA, que nos enviava todo o leite em pó para nossa população. Vinha ajuda da Polônia, que nos dava todos

os produtos químicos para a agricultura, aviões para fumigação. Todo o parque automotor de ônibus era húngaro, porque era o acordo que tínhamos com o Conselho de Ajuda Mútua Econômica. Entregar-lhes açúcar e cítricos, e em troca viriam ônibus da Hungria, mas a Hungria desapareceu e a República Democrática Alemã também.

Quando invadiram a Checoslováquia em 1968, nosso comandante em chefe, o mesmo de hoje, perguntou aos soviéticos: O que fariam com o Vietnã? o mesmo? Quero dizer com isso que Cuba jamais foi um satélite da União Soviética. Às vezes me preocupa por que se levanta Stalin da tumba. A revolução cubana não tem nada a ver com esse companheiro, nasceu e atacou o Moncada quando ele morria.

Respeitamos todas as colocações teóricas e a contribuição importante feita pelo camarada Trotsky à revolução russa. O respeitamos, como revolucionário, como fundador do Exército Vermelho, como membro do Partido Comunista, naquela etapa tão complexa, de guerra ou revolução permanente, ou socialismo em um só país. Esteve com Lenin e este o considerou o homem mais capaz de todo o Comitê Central. Um dos homens mais inteligentes do Comitê Central. Portanto, não estamos colocando nada disso em discussão. Pelo menos eu, que venho das Ciências Sociais e fui professor da Universidade de La Habana. Estudei suas idéias e não tenho nada contra elas.

Mas nós tivemos uma queda de 34,5% do PIB, e não em 92, mas a partir de 1989, que foi quando começou a queda. Quando os soviéticos, em meados do ano, o mesmo senhor Gorbachov, que se tentou aqui igualar a Fidel, nos disse que não viria mais petróleo, quando a Hungria deixou de nos dar os ônibus, quando os alemães não compraram mais laranjas ou outro cítrico. Quando não chegaram mais aviões de fumigação da Polônia. Quando a União Soviética caiu, e ficamos sem o petróleo. Então, a lei de inversões estrangeiras teve de ser atualizada, buscando capital, tecnologia e mercado. Porque nossa tecnologia era soviética, era búlgara. E as centrais açucareiras tinham tecnologia soviética e nossos aviões eram russos, de 1962, porque não tínhamos dinheiro para comprar DC 10.

Mas nós não entregamos ao capital estrangeiro nossas propriedades. Em Cuba, a empresa telefônica é estatal. Com 51% de capital cubano, e apenas trabalhadores cubanos. Sem empresários estrangeiros. O mesmo ocorre na região de onde se extrai petróleo, que possibilitou que hoje não haja cortes de luz em La Habana. Porque a companhia canadense empregou capital, tecnologia e nossos engenheiros, que são tão capazes como eles, formados em Cuba e não em Harvard, estão preparados para enfrentar isso.

Cuba é um país onde não há seqüestros, não há bombas, não há explosivos, não há drogas. Há algumas prostitutas, é certo, mas não desamparadas. Prostitutas com filhos e com jardins de infância, com boa saúde, que vão durar 76 anos de idade, porque essa é a expectativa de vida em nosso país. Prostitutas com escola. Prostitutas que se ficam doentes do coração, são operadas gratuitamente. Portanto, são prostitutas por shampu e jeans, e não são como diz o companheiro, um caso “dramático.”

Nós não entregamos nenhuma terra e o sistema bancário é cubano. Por que



se fala em bancos estrangeiros? Aqui pode ser uma confusão do companheiro Hernández. Creio que ele tem seus critérios, os analisou e expôs de forma decente aqui. Creio que é correto debater assim. Mas há um erro. Os bancos que temos em Cuba existem, entre outras coisas, para nos dar capital para podermos implantar tecnologia e buscar mercado. Cuba não pode fazer transações em dólares, tem de fazer em liras, yens, pesetas, e então é preciso trazer bancos que nos apoiem, bancos estrangeiros. Em Cuba não há hotéis estrangeiros. A cadeia Sol Meliá é espanhola e entra com capital. Nós colocamos o pessoal cubano. Três diretores espanhóis administram isso por dez anos. Levam todos os seus lucros e nos deixam tecnologia, cultura gastronômica, cultura em relação ao turismo e, além do mais, um hotel cinco estrelas, mas esse terreno é nosso.

Quem diz que perdemos? Nossa revolução não é idílica. Ela tem muitas imperfeições, mas nosso maior inimigo são os Estados Unidos. Há nove dias tomou posse um presidente que possivelmente seja agressivo com Cuba. Não podemos estar debatendo na sociedade cubana algo que não seja a soberania, como educar nossos filhos, como levar a cultura a todos, manter uma taxa de mortalidade infantil pequena, evitar as prostitutas, controlar esse turista sexual que pode chegar.

Para terminar quero lhes assegurar três coisas. Primeiro, e o sabe o companheiro marxista, leninista, trotskista e revolucionário que falou aqui. Em Cuba se tem o poder sobre os meios de produção. Nenhum meio de produção está em mãos de estrangeiros. Temos o poder político, que a Perestroika e a Glasnost entregaram. Portanto, não há nenhuma comparação, e ele sabe disso. Terceiro, não se preocupem com a idade de Fidel, porque ele está são; é certo que está chegando a uma idade perigosa e todo mundo morre, mas em Cuba a revolução terá continuidade. Como tiveram outras revoluções, e as que não tiveram foi porque começaram a debater questões esotéricas, utópicas e abstratas de uma realidade. O presidente de nosso parlamento, Ricardo Alarcón, tinha 21 anos quando a re-

volução triunfou. Hoje tem 63 e é dos velhos dirigentes que ficam no país. Nosso primeiro ministro tem 49 anos. Todos os governadores de províncias são homens de 50 anos. Nossos ministros nasceram com a revolução. A revolução terá continuidade. Agradecemos e lhes dizemos que não queremos revoluções abstratas. As revoluções são na Terra e contra os ianques. Muito obrigado”.

Martín Hernández (*LIT-QI-Brasil*)-

“Eu entendo e respeito a opinião dos companheiros que, diante de minhas críticas, responderam com um apoio incondicional a Fidel e à condução do estado cubano. Por que entendo? Porque a história mostra que quando uma revolução tão profunda, que provocou tantas transformações, como a cubana, e tanto impacto causou em todo o planeta, em especial na América Latina, muitas vezes a resposta natural frente às críticas é sair na defesa incondicional desse processo, independentemente do que esteja ocorrendo. Mas creio que aqui se comete um erro. Se confunde defesa da revolução cubana, coisa que aqui não está em discussão, com defesa da direção, o que, sim, está em discussão.

Dizem que o que estou dizendo não é verdadeiro e que, no essencial, nada mudou em Cuba. A revolução continua. Agora, pergunto: o monopólio do comércio exterior continua? Os companheiros dizem que não estamos frente a uma revolução idílica, e têm razão. Quem pensa que pode haver uma revolução sem contradições está completamente enganado. São tantas as contradições que na Rússia, nos primeiros anos da revolução, existiu a NEP, a Nova Política Econômica, que significou fazer enormes concessões ao capitalismo. Não há revoluções cor de rosa, mas camaradas, eu não estou falando de revoluções rosas. Estou a favor de que em um determinado momento, e talvez esse fosse o momento da revolução cubana, em que se veja a necessidade de pedir ajuda externa, de pedir empréstimos, investimentos etc. Isso é assim na vida. Qualquer trabalhador que esteja passando necessidade vai

a um banco e tenta conseguir um empréstimo. Não porque esteja a favor do banco, mas porque precisa do dinheiro.

Mas não é isso que estou discutindo em relação a Cuba. Não estou criticando o fato de Cuba, frente à necessidade, ter pedido ajuda ao exterior. O que digo é que a lei de inversões estrangeiras é uma lei de entrega do país ao capital estrangeiro. A máxima expressão disso é o fato de o estado não ter mais o monopólio do comércio exterior, e isso está dito na lei, não é invenção minha.

Então, pergunto: isso é certo ou é uma calúnia? Porque eu estou lendo o texto da lei que compramos em La Habana e não uma interpretação da lei. Então, de nada vale, companheiros, em um debate deste tipo, querer ganhar a discussão no grito. Volto à pergunta anterior: o monopólio do comércio exterior, não a questão de comercializar com o exterior, está em mãos do estado ou das empresas? O que diz a lei, o que existe na realidade hoje?

A companheira Paola, da Argentina, fez uma descrição de Cuba que não corresponde à realidade. Cuba viveu sempre uma situação muito difícil, desde o momento da revolução. Justamente por isso, seus avanços são extraordinários. Mas não sei de onde a companheira tirou esses dados que apresentou. O que ela disse, que Cuba não tem terras para cultivar, não tem água, não tem petróleo, não é certo. Cuba tem tantas terras para cultivar que é um dos maiores produtores de cana de açúcar. E Cuba tem petróleo. O problema é que o petróleo está sendo entregue a companhias canadenses. É um país que tem reservas extraordinárias, como de níquel.

Hoje a economia cubana se assenta no monocultivo do açúcar, mas não porque não tenha outros recursos, se não pelo aspecto negativo da ajuda soviética, que apoiava Cuba mas mantinha o país no monocultivo. Não se desenvolveu o projeto original de Che Guevara, de incentivar a industrialização.

Por outro lado, a companheira dizia que não há restauração do capitalismo porque as empresas não contratam os empregados, e sim o estado. Mas isso não diz nada em relação à restauração. Tampouco diz nada em relação à restauração do capitalismo, se há maior ou menor número de empresas estatais. Por exemplo, na Venezuela, que é um típico país capitalista, 58 % da produção provém de empresas estatais. Isso não define o caráter de classe do estado. O que define é o tipo de propriedade e de relações de produção que esse estado protege e defende. Por isso dei o exemplo da NEP na União Soviética. A NEP significou enormes concessões ao capitalismo, a ponto de que quase 80% das terras ficaram em mãos privadas. E por que continuava sendo um estado operário? Porque esse estado tinha como estratégia desenvolver a propriedade estatal e as relações de produção não capitalistas. Por isso, durante o período da NEP, foram estas as que mais se desenvolveram.

Os que me criticam têm de deixar de lado os gritos e a indignação, que não ajudam o debate, e dizer a quem favorece essa lei de inversões estrangeiras que citei e, nesse marco, dizer qual é a política para Cuba da burguesia espanhola, da canadense, da União Européia em seu conjunto e qual deve ser a resposta dos que defendem a revolução cubana em relação a essa política. Faço esta pergunta porque em minha opinião, o imperialismo europeu, com a Espanha à frente, muitas vezes como testa de ferro de capitais alemães e americanos, está querendo recolonizar Cuba. Não sou só eu quem diz isso. Em um folheto para empre-



sários que circula em toda a Europa se faz um chamado a ir para Cuba, porque dizem que Cuba é um “paraíso fiscal” e agregam, em relação à mão de obra, algo similar ao que disse a companheira argentina, só que dizem do ponto de vista dos empresários. Dizem que o estado cubano é extraordinário porque garante educação de alto nível, saúde e moradia. Quem diz isso são os imperialistas, não eu, e por isso vão para Cuba.

Então, o que estou discutindo não é se deviam ou não buscar empréstimos ou investimentos no exterior. O que estou dizendo é que a abertura em Cuba significou acabar com a planificação central da economia e o monopólio do comércio exterior.

A companheira argentina diz que não está voltando a propriedade privada dos meios de produção; então, pergunto: por que em 1992 se reformou a Constituição para introduzir justamente esse tema, o da propriedade privada dos meios de produção?”

Valentín Sosa - (*Doutor em Ciências Econômicas. Dirigente da Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba. Membro da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Integrante da delegação cubana ao Fórum*) - “Em primeiro lugar, queremos agradecer, em nome da delegação cubana, a oportunidade de haver participado neste primeiro Forum Social Mundial anti-Davos, não anti-Cuba. Em segundo lugar, reconhecer que, como cubanos, nos sentimos muito orgulhosos de ter nascido na terra que Cristóvão Colombo denominou a terra mais linda que os olhos humanos já viram, a terra do General Antonio Macedo, nosso “Titã de bronze”, a terra de Carlos Manuel de Céspedes, o pai da pátria, a terra de José Martí, nosso herói nacional e a terra de nosso querido comandante Fidel Castro.

Quero começar com a última coisa que o colega palestrante disse, e dar uma informação muito importante para o mundo. Precisamente hoje em Cuba, de 29 de janeiro a 2 de fevereiro, ocorre o Terceiro Encontro Internacional de Economistas sobre globalização e problemas do

desenvolvimento. Este é um dos maiores eventos do mundo. Primeiro, por ser um dos mais democráticos. Nesse evento participam mais de quinze organismos e organizações internacionais. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, cientistas sociais, investigadores e todos aqueles que queiram abordar as temáticas relacionadas com a economia mundial, seu impacto sócio-econômico, os fluxos financeiros, a integração da América Latina e outros temas que têm a ver com o desenvolvimento da região e da América Latina, o Caribe e o mundo inteiro. Este é um evento que tem uma característica muito interessante, que é o fato de Cuba convocar o mundo para falar. Ou seja, todo mundo vai a Cuba para expressar as diversas opiniões; participam não somente neoliberais, mas também marxistas, neokeynesianos, estruturalistas, logicamente, para resolver os problemas do mundo, então eu lhes peço calma, como cubano, como marxista, para expressar algumas considerações. Nós fazemos esse evento, que é muito importante e para o qual os convidamos. Talvez em janeiro do próximo ano seja o quarto encontro. Acho que é importante que vocês tenham a oportunidade de conhecer a realidade da economia cubana e, ao mesmo tempo, conhecer Cuba em seu próprio território.

Quero fazer algumas precisões porque foi muito interessante a exposição do companheiro, mas a Associação de Economistas e a CEPAL têm um alto nível de atualização em cifras que é necessário levar em conta.

Primeiro, depois da derrubada do campo socialista europeu e a desintegração da União Soviética, a economia cubana começou a enfrentar, em 1990, uma das mais profundas crises de sua história. Isso não é segredo. Acrescentada pelo oportunista recrudescimento do bloqueio econômico dos Estados Unidos desde 1962. No início dos anos 90 se agudizaram os efeitos desse período especial. Já desde 1986, no congresso do partido, a direção previu que os cubanos tinham de ser capazes de resolver aqueles problemas internos, econômicos, que havíamos herdado, porque logicamente não temos um sistema perfeito, herdamos do sistema socialista e

cometemos alguns erros. Isto tampouco é um segredo. Este processo teve características excepcionais.

As primeiras medidas adotadas visavam obter uma abertura externa e, com isso, a reinserção de Cuba no novo panorama da economia internacional. Mas é preciso lembrar que anteriormente tínhamos entre 80 e 85% do comércio com os países socialistas. A decisão de abrir a economia com capital estrangeiro, fundamentalmente por meio da criação de empresas mistas, com um controle majoritário da parte cubana, foi legislada em 1982 e atingiu a maioria com a nova Lei de Inversões Estrangeiras. O objetivo primordial dessa lei era ganhar acesso ao financiamento internacional, tecnologias e mercados, compensando assim as perdas dos vínculos com o antigo campo socialista. Logicamente, ao perder tudo, era preciso buscar tecnologias e mercados. Cuba tem a honra de dizer que tem uma força de trabalho qualificada. Foi produto de um investimento que o estado teve presente desde a vitória da revolução.

Outra decisão importante foi estabelecer os princípios de equidade que precederiam o ajuste que consiste em tratar de preservar o emprego, os salários dos trabalhadores, manter os níveis de saúde, educação e segurança social, que são conquistas importantes e, apesar da crise, esses valores foram preservados, como ocorre em poucos lugares do mundo.

No campo da política econômica, os esforços se concentraram no desenvolvimento das atividades econômicas capazes de gerar os mais dinâmicos ingressos em divisas, em turismo e em setores prioritários da economia.

Em julho de 1992, a Assembléia Nacional aprovou mudanças na Constituição para avançar no processo de transformações. Entre outras questões, se reconheceu a possibilidade de incorporar bens de Estado a favor de empresas mistas, e se aprovou essa forma de propriedade. Também se eliminou o monopólio do estado na realização de operações de comércio exterior. Creio que isso é importante. Além disso, foram feitas importantes mudanças políticas, como a eleição direta e por voto secreto de deputados à Assembléia Nacional. É um sistema democrático muito justo. Além do mais, a postulação dos candidatos, diretamente, pela população. Isso é muito mais importante. Também se aperfeiçoou o sistema de governo, com a criação dos Conselhos Populares, que constituem as instâncias de base para melhor conhecimento das decisões que têm a ver com os problemas que afetam a comunidade.

Em um sentido geral, creio que nós podemos dizer que em matéria de abertura externa as decisões mais importantes foram a aprovação de uma nova lei de minas, que atualiza a legislação existente e incorpora as normas internacionais nessa esfera, e a promulgação de uma nova lei de inversões estrangeiras com este fim que acabo de explicar. Esta última lei suscitou grande interesse internacional, pois se oferecem garantias aos investidores iguais aos que normalmente são concedidas no exterior. Assim, poderão vender ou transmitir sua participação, total ou parcial, em moeda livremente conversível, e solicitar prorrogação para o término de suas operações.

Até hoje, o nível de investimentos em Cuba chega a 4.100 milhões de dólares. Os aportes dos investidores podem ser em moeda livremente conversível, maquinarias, equipamentos e outros bens tangíveis, direitos de propriedade intelectual. A lei também inclui o estabelecimento de zonas francas, para que se



instalem indústrias, com regime especial de matéria aduaneira, de cambio e tributária, com o objetivo de estimular as exportações e o comércio internacional.

Nós pensamos que Cuba, sem aplicar modelos neoliberais e receitas impostas desde o exterior, reativa alguns dos principais setores produtivos e aqui quero dar algumas cifras que não foram mencionadas neste plenário. Não se detiveram as inversões mais importantes para nosso desenvolvimento e isso mostra, também, como um país pequeno e bloqueado pode sair adiante sem renunciar aos benefícios sociais alcançados em mais de quatro décadas de revolução. A tendência positiva da economia cubana começou a se manifestar a partir de 1995, quando a economia começa a crescer 2,5% do Produto Interno Bruto. Se pode afirmar que a partir de 1996 se consolidam os fatores que impulsionam a dinâmica do desenvolvimento, as transformações econômicas mostram a orientação gradual da economia cubana rumo às condições de eficiência e competitividade da economia internacional. Esse é um elemento importante. Os indicadores sociais básicos se mantiveram, apesar das enormes carências sofridas nestes anos. A taxa de mortalidade infantil chega a 7,1 por mil nascidos vivos, a mais baixa de toda a história da revolução. Nenhuma escola foi fechada e os pensionistas receberam suas prestações durante todo o período especial e na atualidade.

Apesar da continuidade do bloqueio, o Informe sobre o Desenvolvimento Humano reconhece que Cuba ocupa o segundo lugar, entre os países de mais baixo nível de pobreza humana na categoria dos subdesenvolvidos. É uma conquista inegável. Apesar de todas as limitações e todas as restrições.

Para terminar, quero dizer que nós, os cubanos, realmente nos sentimos muito otimistas com nosso modelo de desenvolvimento econômico. Não recomendamos nosso modelo a ninguém. Mas nos sentimos muito satisfeitos com o trabalho que estamos fazendo. Por três motivos. Primeiro, porque o mais importante é o povo, o mais importante é o homem. Segundo, porque o papel do estado está encaminhado a pre-

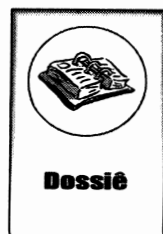
servar as conquistas fundamentais do operário, do povo, de nossos intelectuais, e, terceiro, porque se demonstrou que quando o povo está unido, jamais pode ser vencido. Nós temos o exemplo do menino Elián González, que o povo de Cuba, durante seis meses e com toda a unidade, demonstrou que tinha de regressar a Cuba. Isso mostra o que somos quando queremos enfrentar a batalha diante de qualquer adversidade.

Estamos convencidos de que o neo-liberalismo tem como objetivo fundamental incrementar a desigualdade e opressão dos povos. Estamos certos de que o socialismo é a palavra fundamental que defende as bases sociais e a justiça social dos povos. Muito obrigado”.

David (Brasil)- “O caráter da discussão que está sendo feita aqui, e que já foi bem exposta pelo companheiro Hernández, é o caráter do Estado. Isso é o primordial que nós devemos discutir aqui. A companheira economista argentina colocou uma série de situações, uma série de elementos em relação a Cuba mas simplesmente esqueceu de dizer que a mais-valia não deixa de existir em um estado, ainda que esse estado seja socialista, ela continua existindo, onde é que se está realizando esses 49% das empresas mistas que estão em poder do capital estrangeiro?. Onde essa mais-valia está se realizando, vai para a classe trabalhadora cubana ou para setores do imperialismo? Está se realizando em função de trazer melhoria e avanços para a sociedade cubana, ou engordando os lucros do imperialismo que está se estabelecendo na sociedade cubana?

Há um livro e um filme que, creio que a maioria dos presentes conhece, que se chama *A Revolução na Granja*, onde os porcos que fizeram a revolução socialista iam alterando os mandamentos socialistas na medida em que iam fazendo acordos com o imperialismo, e assim se chegou à derrota do sistema socialista, por causa das concessões feitas ao imperialismo.

É óbvio que, como disse o companheiro Hernández, defendemos a revolução cubana, de-



fendemos a revolução socialista na União Soviética da mesma maneira que defendemos todas as revoluções socialistas, que foram derrubadas por direções que estavam estabelecidas e que os povos acreditavam cegamente que estavam orientadas ao desenvolvimento, ao fim do estado e à globalização do socialismo. No entanto, o que vimos? O que ocorreu com as revoluções do leste europeu? Será que as massas, liberadas de suas cadeias, foram às ruas gritar pela revolução política que nós defendíamos, que era o fim do estado burocrático, que era o fim daqueles que estavam lá usurpando a riqueza produzida em uma sociedade socialista, ou correram para os braços do imperialismo, pensando que nele estaria a salvação e a solução? Companheiros, essas direções atrasaram o processo revolucionário mundial

Em relação ao que disse o companheiro que foi a Cuba e viu como o povo discutia. Eu pergunto: quantos cubanos foram às urnas defender que a mais-valia produzida em Cuba foi retirada do povo cubano e entregue ao imperialismo? Será que essa consulta foi feita democraticamente aos companheiros cubanos? Será que o povo cubano está consciente disso?"

Leandro Paixão (*Membro do PSTU-Brasil*)- "Eu sou militante do movimento homossexual e resolvi entrar no PSTU e na LIT porque vi no PSTU e na LIT isso que temos em nossa bandeira, diversidade, respeito às críticas e vi isso dentro do partido. Há espaço dentro do partido.

Aqui eu tive o direito de dizer o que disse, mas se eu estivesse em Cuba, não teria tido esse direito. Em Cuba se considera a homossexualidade uma degeneração do capitalismo e eu não me considero assim. Eu acho que vocês também não pensam isso. Eu acho que vocês respeitam os irmãos, irmãs, amigos que são gays ou lésbicas e pensam que eles têm direito à vida e não ir para a cadeia, porque em Cuba, quando foi feita a revolução, os homossexuais foram presos, e na Rússia não. Quando triunfou a revolução russa, a primeira coisa que fizeram foi abolir todas as leis contra a homossexualidade, que depois o stalinismo destruiu. Por isso digo que ou a revolução é uma revolução completa ou não é uma verdadeira revolução".

Mário Moreira (*Subdirector da ONG Associação para Unidade de Nossa América. Integrante da delegação cubana ao Fórum*)- "Eu quero, em primeiro lugar, respaldar o critério da delegação cubana de respeitar as diversas opiniões que existem aqui e agradecer o apoio que tivemos neste grande Fórum que ocorre pela primeira vez.

Estou muito de acordo com o companheiro Hernández de que é uma pena que não tenha havido uma presença cubana de especialistas que pudessem dar conferências, e talvez esclarecer muitas dúvidas. Aqui foram apresentados muitos dados estatísticos sobre postos de trabalho nos primeiros anos da década de 90, que logicamente afetaram a sociedade, mas não se disse aqui que o salário dessas pessoas foi mantido em 60%. Não há nenhum país do mundo onde uma pessoa que esteja fora de seu posto de trabalho receba por isso. O estado cubano garantiu 60% do salário a essas pessoas que ficaram sem trabalho. No entanto, já a partir de 1997 (é uma pena que não tenha essas cifras) já se incorporaram ao

trabalho milhares de trabalhadores e trabalhadoras cubanas. É uma pena que não se utilizem esses dados da Internet para que estejam mais atualizados na informação econômica, porque não é o mesmo o que diz a imprensa sensacionalista e o que de fato existe em Cuba.

Eu insisto para que visitem Cuba, para que possam ver que a realidade é outra. Não é o mesmo visitar Cuba em 1991 que agora. Há uma mudança, não em direção ao capitalismo, para deixar bem claro, mas para defender as conquistas sociais. Poderão ocorrer outras mudanças a nível social. Cuba caminha em direção à transformação social, mas defende muitas conquistas, e as defendeu sempre, e essas conquistas infelizmente, não são mostradas para o mundo. Se falava sobre os serviços de saúde, que há um deterioro. Que povo do mundo com deterioro na saúde pode manter uma mortalidade infantil da ordem de 7,2 por mil durante vários anos, e a expectativa de vida em 76 anos? Que país, com um deterioro em seus serviços de saúde, pode dar-se esse luxo?

Realmente agradecemos, por parte da delegação cubana, que somos exclusivamente doze pessoas, onde há estudantes, operários, organizações não governamentais e dirigentes do estado. É uma pena que na palestra com o presidente da Assembléia Nacional de Cuba não se tenham feito muitas das perguntas que aqui foram feitas, porque teriam recebido a resposta correta. E vejam se não foi democrático: uma jornalista francesa, por duas vezes o interrompeu intempestivamente; no entanto, ele foi gentil e respondeu realmente o que tinha de responder.

Agradecemos aos organizadores do Fórum e esperamos que Porto Alegre continue sendo a capital do II Fórum Social Mundial, e onde o comitê organizador, se me permite esse direito, convoque uma maior presença cubana para mostrar a realidade de nosso país”.

Giovani (*Dirigente da Federação Estudantil Universitária. Integrante da delegação cubana ao Fórum*)
“Represento uma federação estudantil universitária que durante mais de 78 anos esteve com-

prometida com seu povo na defesa dos interesses do verdadeiro povo. Quando a revolução triunfou, em 1959, minha federação estudantil, e eu digo “minha federação estudantil”, com um orgulho tremendo, e o digo com sentimento de fazer parte dela, com um sentimento de nacionalismo extraordinário. Minha federação estudantil universitária continuou sendo essa organização de massas que representa os interesses da comunidade estudantil universitária de nosso país, com a única diferença que, antes de 1959, minha FEU, minha Federação Estudantil Universitária, só tinha expressão nas únicas três universidades cubanas burguesas de elite e, graças à essa revolução socialista cubana, liderada por nosso comandante em chefe, tem presença nas 78 universidades, centros de educação superior, dessa ilhinha bloqueada, dessa ilhinha do Caribe, com 78 centros de educação superior.

Falo também em nome dos estudantes latino-americanos, porque tenho o direito e a representação, porque represento uma organização latino-americana de estudantes, presidida pela FEU, de Cuba, e não por casualidade, mas por esse orgulho que os estudantes latino-americanos sentem pelos estudantes cubanos.

Falo também como cubano, e sem auto-suficiência, para agradecer a meu país por essa maravilhosa escola de ciências médicas. Essa escola latino-americana de ciências médicas de La Habana. Nesse país, bloqueado pelos Estados Unidos, esse país que está em guerra permanente há 42 anos. Que governo latino-americano, que governo do mundo, abriu uma escola para mais de dois mil jovens latino-americanos, para que se fornecem gratuitamente e voltem a seus países para exercer o sagrado exercício da medicina?

Não sou economista, mas se minha professora de economia política estivesse aqui, teria tido um infarto, teria morrido. Não sou economista e muito menos aprendi com os cubanólogos. Vocês sabem quem são os cubanólogos? São esses intelectualóides, esses políticos que desde Miami falam da realidade de meu país. Não sou cubanólogo, sou cubano, nascido com a revolução. Não tive a sorte de estar com Fidel no *Granma*,

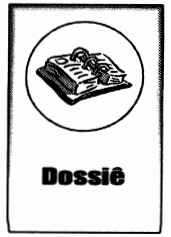
de ir ao Moncada ou subir a Sierra Maestra.

Olhem esta barriga, para tê-la gorda, para alimentá-la é preciso dar comida ao povo, e se Cuba, em 89 ou 92, não tivesse visto a necessidade de se abrir e fazer essa abertura econômica, hoje nós, os estudantes universitários, não estaríamos aqui e muito menos estaríamos lá. Minha geração – eu tenho 28 anos – é a geração da bicicleta, porque quando o petróleo acabou, os ônibus não puderam ir mais aos centros universitários. Mas minha geração também é como a sua, que viu professores como você, politólogos como você, teóricos como você, como todos os que aqui estão. Minha geração é a que viu esses professores universitários tirarem a gravata, o paletó e subirem numa bicicleta e estar todas as manhãs às sete em ponto, em nossas universidades cubanas, para continuar ministrando aulas, para continuar nos ensinando a pensar, porque em Cuba, é verdade, há inversão de capitais estrangeiros; em Cuba, é verdade, há certos níveis de prostituição. Isso não é mentira, mas em Cuba temos uma juventude e um povo instruídos, em Cuba temos educação. Prestem atenção. Um país bloqueado, um país assediado pelos Estados Unidos, mas um país que abre um canal de televisão para que todo o povo, operário, camponês, mulheres, negros, todos possam ter livre acesso ao conhecimento.

Claro que há homossexuais e lésbicas em Cuba. Como nação, Cuba tem seus defeitos, tem suas virtudes, tem suas grandes glórias, mas, mais que isso, o que caracteriza o cubano, o que caracteriza a revolução e o que esses cubanólogos não perdoam é essa rebeldia intrínseca no sangue latino-americano.

Aqui tampouco se falou da solidariedade de Cuba para com o restante da América Latina em meio ao período especial. Não se falou dos médicos cubanos que estão hoje na América Central. Não se falou que Cuba perdoou a dívida externa dos países da América Central atingidos pelo furacão Mish. Não se falou dos “tanques pensantes” Vocês sabem quem são os “tanques pensantes”? São os teóricos norte-americanos, os desse único partido norte-americano. Porque dizem que em Cuba há um só partido. Os Estados Unidos, esse país elite da democracia, é que tem um só partido. Os tanques pensantes são os que agora estão quebrando a cabeça para saber o que vai acontecer em Cuba quando Fidel Castro deixar de existir. A preocupação de minha geração não é o que vai acontecer em Cuba depois da era Castro. Porque em Cuba nunca vai haver era pós-Castro. Em Cuba estamos nos preparando para a era pós-império, pós-imperialismo, e este Fórum Social tem de se projetar, e essa era a alternativa, esse era o otimismo e essa é ainda a fé e a confiança que temos. Este Fórum tem que ser essa alternativa para que todos, absolutamente todos, nos preparemos para lutar, não para a era pós-Castro, não para a era pós-revolucionária. E nisso Cuba é um referente mundial, porque com nossos defeitos e nossas virtudes, ninguém pode negar que Cuba é o farol que ilumina a América, o farol que ilumina a esquerda mundial.

Que revolução, que governo, fez tanto por seu povo em um período de 42 anos? E você, que é historiador, sabe que 42 anos, em um período histórico, não é nada. Absolutamente nada. Que povo, que país fez tanto por sua nação, por sua gente como fez Cuba com o companheiro Fidel? Aqui se mencionava o caso de Elián. Como foram estúpidos os que vivem em Miami. Reter esse menino, jogar com essa consciência. Nos uniram mais. Saímos fortalecidos.



Estamos fortalecidos do ponto de vista ideológico, e aqui não importa a economia, o que importa é a ideologia, os valores, a cultura. Nossa cultura. Por isso, como cubano, diversos, amplos, plurais, respeitamos muito os que nos respeitam. Os que analisam Cuba a partir de Cuba. Aos cubanos, de Cuba. Ao cubano, a partir do cubano. Não a partir dos satélites. Porque nós somos um povo muito respeitoso. Nossa revolução, como aqui se disse, não é cópia de ninguém, não foi satélite de ninguém, porque se tivesse sido cópia, mesmo que em papel carbono, estaria velha. Se tivesse sido satélite, as antenas já teriam caído, porque não há recursos para pagar as antenas. Simplesmente somos um projeto próprio, e como tal temos de ser entendidos, também quero recordar aqui, a partir de uma visão revolucionária, o que sumo pontífice João Paulo II recomendou a toda a comunidade mundial quando esteve em La Havana. Ele disse que Cuba tinha de se abrir ao mundo, mas era necessário que o mundo se abrisse a Cuba e, como cubanos, não temos medo de nos abrir a esse mundo.

Os estudantes, em abril, tiveram a possibilidade, que ninguém tem, que um governante como o companheiro Fidel recebesse 6.014 estudantes provenientes de 38 países em um congresso latino-americano, para discutir o corte no orçamento, já que os governos não dão 6% para a educação. Esses temas não são discutidos em minha universidade. Os estudantes cubanos não têm que estar enfrentando essa discussão de orçamento. Nossa discussão é no campo da cultura, das idéias, do aperfeiçoamento dessa obra feita por humanos e, como humanos, estamos também condicionados aos erros. Martí dizia que os mal-agraçados vêem mais as manchas do sol. Eu sou agradecido e observo mais os raios, como aqui em Porto Alegre. Por que? Porque agradeço a Porto Alegre por ter me recebido, e a esse sol que está me iluminando”.

Jussara Cony (*Deputada brasileira e membro do CC do PC do B*) - “Concordo com o companheiro Hernández quando diz que um debate como este teria que estar sendo feito em um

auditório, com a possibilidade de mais gente participar, porque acho que este debate, além de delimitar uma discussão decisiva para este Fórum Social Mundial, é uma lição. É uma lição para nós na atual etapa da luta de classes. Eu sou membro do CC do Partido Comunista do Brasil e fiz questão de intervir para trazer aqui, com toda a calma revolucionária que temos, algumas contribuições para este debate. É uma lição para nós, porque dependendo de como se enfoca e como se interpreta questões decisivas, não apenas para a Cuba revolucionária, mas para a luta e a aprendizagem revolucionária da humanidade, podemos patrocinar atitudes revolucionárias ou contra-revolucionárias.

Uma das questões que se discute aqui é a da democracia. Creio que nós temos a obrigação, como brasileiros, como latino-americanos, se temos uma visão internacionalista, de aprofundar esta questão da democracia. Porque democracia para mim, e para meu partido, é democracia sobre a ótica de classe e isso pressupõe vigilância revolucionária contra atitudes contra-revolucionárias quando se quer construir uma nova estrutura de sociedade que garanta a verdadeira emancipação, política, econômica, social e espiritual dos povos, porque a contra-revolução está em todo momento para que nós não consigamos nossa emancipação. Do ponto de vista da vigilância revolucionária, o povo cubano, com seus dirigentes, dirigidos hoje por Fidel e dirigidos no futuro por aqueles que se formaram no processo revolucionário, nos estão ensinando o significado da vigilância revolucionária.

Eu fui a Cuba participar do 7º Seminário Internacional de Atenção Primária à Saúde e do Seminário sobre Plantas Mediciniais. Mas antes de continuar com a experiência que tive lá, queria explicar o que quero dizer quando falo sobre como se podem gerar atitudes contra-revolucionárias ou revolucionárias. Acho que uma coisa é chamar uma discussão para discutir problemas de Cuba, do ponto de vista do internacionalismo proletário, da solidariedade internacional, para discutir os problemas com uma visão crítica. Outra coisa é transformar uma oficina como esta em uma discussão sobre a



restauração do capitalismo em Cuba. Essa é uma atitude contra-revolucionária.

Nós temos que ter calma, fundamentalmente quando está ocorrendo uma disputa de hegemonia em relação à ótica ideológica sobre o que nós queremos para a classe operária no mundo inteiro. Eu quero dizer que em Cuba vi uma nação aprendendo e sentindo o espírito da solidariedade. Uma coisa nova, inacabada, que é realizada por seres humanos, porque as experiências dos povos têm sua dinâmica relacionada por múltiplos fatores subjetivos e objetivos, e quem não entende isso, e não entende isso a partir do que Cuba está fazendo, com todo sentimento de minha militância política e dos compromissos de meu partido, gestas atitudes anti-revolucionárias.

Ricardo (*Dirigente do Partido do Trabalho, do México*) – “Com a queda do bloco soviético, e como todo partido que tem um projeto socialista, nós nos preocupamos em ver os erros que foram cometidos na União Soviética; o que não devemos fazer quando construímos o socialismo. Com esta preocupação, participamos como sede em um seminário para fazer um balanço da construção do socialismo, para analisar o que ocorreu na União Soviética e porque em Cuba, Coreia do Norte, Vietnã, China continuam com um projeto socialista.

Creio que temos que ter a humildade, antes de tirar conclusões apressadas, de primeiro aprender com esses povos que conseguiram avançar no projeto socialista e tiveram importantes vitórias. Creio que devemos deixar de lado o dogmatismo. Modelos socialistas podem haver vários. Quando se fala do monopólio do comércio exterior como condição básica para a construção do socialismo, pode não ser assim. Talvez se possa construir um socialismo sem necessidade de monopólios, com mais sociedade, talvez, sem tanto estatismo. Acho que temos muito a aprender. Estamos nos primeiros ensaios de construção do socialismo, e creio que temos que estar abertos a aprender as lições que o povo cubano nos dá, também o povo coreano, o povo vietnamita, o povo chinês, o povo líbio, que também se autodenominam socialistas. Há muito que aprender, e creio que este tipo de seminário, tirando um pouco do nervosismo, pode servir para isso.

A memória dos seminários que temos realizado no México estão à disposição dos interessados. Ali se sintetizam algumas experiências. Os companheiros de Cuba participaram. Também os companheiros vietnamitas, coreanos, e surgiram opiniões divergentes, que são naturais. Havia, por exemplo, companheiros acadêmicos cubanos que diziam que em Cuba não se podia afirmar que estavam no socialismo, mas na construção do socialismo, e não no socialismo. Companheiros que diziam que sim, estavam no socialismo. Mas eu acho que houve um debate importante em torno desse tema.

Acho que o principal objetivo é ver os erros que se cometeram para não voltarmos a cometê-los, e nos apoiar mutuamente, porque creio que o que não podemos permitir é que a busca dos erros nos divida. Devemos manter a discussão ideológica, mas sempre a unidade contra o imperialismo e a favor de nossos povos.

Por isso, acho que este debate, ainda que não o terminemos, nem cheguemos a muitas conclusões, não deve nos impedir que ao menos na política continuemos unidos, mesmo que no plano ideológico mantenhamos um debate que deve ser produtivo e não apaixonado, já que a paixão a devemos levar para a política. Nos

planos ideológico, científico e acadêmico, devemos ser frios para poder entender as posições daquele com quem debatemos, e para poder aprender mais, com uma mente aberta, que nos permita cometer a menor quantidade possível de erros no futuro”.

Breno Altman (*Jornalista brasileiro*) – “Antes de mais nada, eu queria saudar os companheiros cubanos pela enorme paciência que têm ao tratar os temas que aqui foram expostos. Uma paciência que, confesso, eu não tenho, e não tenho por causa de um elemento importante que está no próprio tema deste debate, e que explica um pouco a reação de vários companheiros.

Se nós extraímos todas as conclusões desta análise de que houve em Cuba a restauração do capitalismo, os laços de solidariedade com o estado, oriundo da revolução cubana e com aquela direção política, já foram desfeitos, porque nós não podemos ter nenhuma solidariedade com um estado capitalista e muito menos com uma direção que desempenhou um papel, segundo esta análise, contra-revolucionário, sobretudo em se tratando da mesma direção que fez a revolução.

A conclusão política que se extrai desta análise é que a direção do Partido Comunista Cubano, encabeçada por Fidel Castro, é uma direção contra-revolucionária, que não merece nenhuma solidariedade. Se recordamos que a esquerda na América Latina se construiu, em boa parte, em base aos valores e à experiência da revolução cubana, isso significa, do ponto de vista do imaginário da esquerda e de seu estômago, uma trombada na cara. Por isso é normal que as pessoas respondam com indignação.

A exposição do companheiro Hernández é a velha história daquela pessoa que em vez de comprar um sapato do tamanho do pé, tenta fazer com que o pé seja do tamanho do sapato. Se escraviza a uma certa matriz de raciocínio e precisa encontrar os conceitos de tal forma que preservem aquela antiga matriz. Uma conclusão extremamente importante que precisa ser discutida, depois de 70 anos de experiência socialista e de colapso do mundo socialista, é a velha idéia, que funcionou como uma bandeira do raciocínio

de Trotsky, de que não era possível o socialismo em um só país. Como isso não era possível, muitas vezes se abordou as experiências socialistas em curso com conceitos que tentavam comprovar essa tese. Uma delas é esta. Dizer que em Cuba, como não é possível o socialismo em um só país, Cuba não podia ser socialista. Então, o que houve em Cuba foi a restauração capitalista. Uma restauração capitalista sem os ingredientes essenciais dessa restauração capitalista. Porque ali não houve a formação de uma nova burguesia, não houve a reapropriação da propriedade em mãos capitalistas. Cuba vive um drama histórico que coube ao movimento revolucionário e socialista, que foi o fato de a revolução ter triunfado em países pobres. Quando a Rússia fez sua revolução em 1917, ela se enfrentou com esse problema. Não tinha uma acumulação primitiva de capital e riquezas para avançar em direção ao socialismo, e ficou em uma situação de isolamento extremo. Nessa situação, recorreu à NEP, cujo lema, durante um bom tempo foi: “*camponeses, enriqueçam*”, porque havia necessidade de alimentar o povo russo depois da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil. O elemento essencial da NEP, do ponto de vista estatístico, foi a enorme progressão da produção camponesa privada, a ponto de no final dos anos 20 ter gerado a “crise das tesouras”, porque os camponeses retinham os alimentos e ameaçavam dessa forma a classe operária.

Cuba viveu uma situação na qual perdeu um terço de seu produto bruto interno e teve que recorrer a uma situação chamada de “período especial”, que foi abertamente assumida pela direção cubana. A frase de Fidel, em um discurso de 1989, foi: “*Nós temos que defender as conquistas da revolução, mesmo que isso signifique vários passos atrás na construção do socialismo e a adoção de políticas que permitissem a Cuba voltar a acumular as condições de riquezas para retomar a luta pelo novo sistema*”.

Creio que devemos evitar tratar de impor nossos modelos aos outros países. Da mesma forma que era equivocado querer importar os modelos de outros países. O fato de que aqui no Brasil funcionam as assembleias operárias com várias tendências, com vários partidos, isso não é uma ques-

tão de princípios da democracia operária. O fato de que haja um só partido não fere, por si só, o princípio da democracia operária. Creio que os companheiros cubanos têm esse direito de escolher, por sua própria experiência, o modelo de construção de seu regime político”.

Miguel (*Dirigente da CTC-Central de Trabalhadores Cubanos- Integrante da delegação cubana ao Fórum*) – “O primeiro que se respira neste debate, nesta sala, é o reconhecimento e o amor à revolução cubana, coisa que nós agradecemos, porque desse amor, desse reconhecimento, da solidariedade que a revolução cubana recebeu, o povo de meu país se alimentou sobretudo nos tempos mais difíceis, da década de 90. Aqui há opiniões de todo tipo. Umas mais compreensíveis da realidade cubana e outras menos. Outras que demonstram não saber nada da revolução cubana, mas o mundo é assim, existe de tudo um pouco. Mas eu creio que prima esse sentimento. Há uma mensagem que sempre dizemos aos amigos, que se algo nos ajuda, ao povo cubano, é que não nos idealizem.

Nós somos um povo em cores; nossa sociedade não é em branco e preto. Tem todo tipo de matizes. É verdade que não temos o paraíso que queríamos ter, mas não vivemos no inferno que dizem. Para compreender realmente a problemática cubana, é preciso conhecer o que foi a revolução cubana. Quais são suas raízes. Elas não estão na revolução de Outubro, estão no século passado, no ideário de Martí; é o ideário martiniano que nos vem animando e também, claro, abraçamos as idéias das causas mais justas e identificadas com o processo de justiça social.

Hoje se fala aqui de restauração, de qual é o caminho. Olhem, em Cuba ocorreu uma coisa muito simples. Há um velho provérbio chinês que diz: quando você está com calor, abra as janelas para que entre ar. E nós tínhamos calor, mas ocorre que junto com o ar também entram os bichos. Nós tivemos que fazer isso. Abrir as janelas para que entrasse ar, porque do contrário nos mantínhamos puros, mas morreríamos, mesmo que morrêssemos quimicamente puros. O destino era esse, não era outro. Sabíamos que entravam os bichos e é verdade que apareceram figuras sociais que eram praticamente desconhecidas, como o tema da prostituição. Houve corrupção, enfim, outras manifestações também negativas para a sociedade que em minha geração eram desconhecidas. O problema está em como nós nos apropriamos de nossos próprios inseticidas para acabar com os bichos, porque o que não houve em todas estas expressões foi impunidade.

Houve uma vontade, do ponto de vista do planejamento social, de resolver e enfrentar o desafio que tudo isto significava. Nesta etapa houve determinados preços que tivemos de pagar. E o sabíamos. No plano social e no plano político. Houve aqueles que afrouxaram as pernas diante das dificuldades, e isso nós sabíamos que haveria. Ocorre que o povo cubano tem uma história, e custo muita sangue fazer a revolução. Dói saber que há inclusive amigos que, sem más intenções, em qualquer lugar do mundo, criticam a revolução cubana, e não digo que seja este o caso. Qual o país do mundo que já resiste 40 anos, como nós? Primeiro, é uma revolução feita a 90 milhas dos Estados Unidos; ninguém fez isso. Nós fizemos. Mas depois a sustentamos por mais de 40 anos, em meio a um tenaz bloqueio. Porque aqui se diz que o bloqueio era uma meia



verdade. Não é, o bloqueio é uma verdade absoluta. Uma verdade absoluta porque com o desaparecimento do campo socialista surgem, em primeiro lugar, a lei Torricelli e a lei Helms Burton, expressões de recrudescimento e reafirmação da vontade do governo norte-americano de afogar a revolução cubana. Não é casual. Não é uma coincidência puramente cronológica este problema.

Então, eu digo, bom, ninguém fez isso: sustentar a revolução por 40 anos. Mas em última instância, o que ocorre em Cuba hoje tem a ver com a vontade dos cubanos. Somos assim porque queremos. E defendemos nossos desejos de sermos assim. Alguém dizia, e eu concordo, que não pretendamos que façam como nós. Vão se dar mal. Nós não copiamos ninguém, por isso nos damos bem, porque esta é uma revolução autenticamente cubana. Por isso ficamos atrás, como se diz no beisebol, das bolas más.

Assim, companheiros, em nome do movimento sindical cubano, o que me resta é agradecer a vocês o desejo de que nossa revolução continue sendo uma revolução socialista. Nós, cubanos, estamos seguros de qual é a responsabilidade para com a história que assumimos do ponto de vista de ser uma referência revolucionária que hoje, infelizmente, restam poucas, mas estejam certos de que o povo cubano não vai trair-se a si mesmo, nem a humanidade nestes tempos. Muito obrigado”.

Martín Hernández – “Vários dos presentes aqui me criticam duramente, dizendo que eu tenho “um desconhecimento completo do que acontece em Cuba”. Então, peço que esqueçam todos os dados que mencionei e levem em conta somente os que foram mencionados pelo companheiro Valentín, de Cuba.

O que fez Valentín foi dar uma descrição objetiva do que está acontecendo em Cuba. Eu disse exatamente o mesmo que ele. Todos os dados que dei coincidem com os de Valentín porque, como dizia anteriormente, foram extraídos da mesma fonte. São dados

do governo cubano, e os que não são do governo cubano, são do CEA (Centro de Estudos sobre a América), de La Habana, que seguramente o companheiro Valentín conhece. Então repito, só levem em conta a intervenção de Valentín.

Esta é uma discussão profunda, todos os revolucionários estamos frente a um desafio, que tem a ver com os destinos de Cuba, que é também o destino da América Latina e da revolução mundial. Então, esses desafios que temos pela frente não se resolvem com gritos, prepotência ou falta de “paciência”. Temos de ter muita paciência. Todos nós temos de ter muita paciência.

Qual é a discussão sobre Cuba? É se precisamos fazer concessões ao capitalismo? Não, essa não é a discussão. Volto a repetir, se é preciso, pedimos empréstimos. Se é preciso trazer capitais, às vezes é necessário fazer concessões. Se não temos condi-



determinada tecnologia, imprescindível, e o imperialismo a tem, é preciso ver como se traz essa tecnologia, mesmo com o risco de fazer concessões ao capitalismo. Sendo conscientes, em primeiro lugar, de que estão sendo feitas concessões ao capitalismo.

A discussão na União Soviética, no início dos anos 20, foi essa, mas foi uma discussão democrática, que levou um ano e meio para decidir se fazia ou não concessões ao capitalismo, e Lenin estava completamente contra fazê-las. Foi Trotsky quem defendeu isso. Trotsky defendia a NEP (a Nova Política Econômica), ou seja, fazer concessões ao capitalismo, “abrir as janelas” para recuperar uma economia que estava muito mais destruída que a cubana, qualitativamente mais destruída que a cubana, porque a Rússia passou não só pela Primeira Guerra Mundial como pela guerra civil contra-revolucionária. Uma guerra civil que destruiu não só as fábricas, como a classe operária.

O grosso dos militantes operários do Partido Bolchevique morreram na guerra civil e frente a isso Trotsky disse: para recuperar a economia, temos que fazer concessões ao capitalismo e, por isso, deu a batalha no Comitê Central. Ficou isolado durante mais de um ano. Quase ninguém o apoiava. Lenin estava completamente contra; temia que as concessões pudessem levar à restauração do capitalismo.

Agora o companheiro Breno diz que a linha da NEP era “camponeses, enriqueçam”. Essa era a linha dos restauracionistas. Era a linha de abrir todas as janelas. Essa era a linha de Bujarin, da direita do CC do Partido Bolchevique.

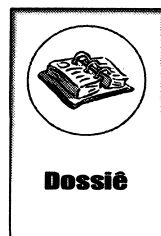
Durante mais de um ano esses temas foram discutidos, e ninguém disse: “estou cansado desta discussão”, “não tenho paciência”, porque eram as épocas da democracia operária. Mas não era só o Partido Bolchevique que discutia. A Terceira Internacional discutia.

Voltando à NEP. Todo o comitê central, com Lenin à cabeça, acabou adotando a política da NEP que foi discutida nos soviets, e foram feitas concessões ao capitalismo. Mas que concessões? Até onde? E isto tem a ver com o que dizia o companheiro Miguel, da CTC de Cuba. Ele diz: “abramos as janelas, mesmo que entrem bichos”. O problema é o tipo e o tamanho dos bichos que entram, porque ao abrir uma janela podem entrar mosquitos, mas também leões e tigres. O problema é até quando as janelas ficam abertas. Essa é toda a discussão. O que se discutiu na NEP? O Partido Bolchevique discutiu que as concessões ao capitalismo não poderiam afetar a planificação econômica nem o monopólio do comércio exterior por parte do estado. Discutiu também que isso seria equivalente a decretar o fim da revolução. Essa foi a postura dos bolcheviques.

Os companheiros cubanos dizem outra coisa, que o que tentam manter não é o monopólio do comércio exterior, nem a planificação econômica, mas as “conquistas sociais”.

Por outro lado, é preciso fazer uma reflexão. Com todas essas concessões ao imperialismo europeu, ao qual ninguém, nesta reunião, se refere, os companheiros crêem que vão recuperar a economia e continuar sendo independentes do imperialismo. Eu acho que isso é impossível. Fico feliz com o entusiasmo revolucionário, mas só isso não basta. É preciso ir à realidade, e ver o papel do governo.

Antes de terminar, quero reivindicar aos companheiros cubanos que parti-



cuparam deste debate. Primeiro, porque para nós é um motivo de orgulho que eles, pelo que representam, tenham se disposto a participar desta discussão. Segundo, pelo que Breno não comparte: a enorme paciência que demonstraram para discutir diferentes opiniões”.

Valentín Sosa – “Eu queria fazer uma pergunta. Em base a quais fatores você afirma que em Cuba não existe mais a planificação econômica? Você confundiu a existência da planificação com o monopólio do comércio exterior. No ano passado, em Cuba se cumpriu o 40º aniversário da planificação econômica, e o pilar fundamental do socialismo é a planificação. Ocorre que em Cuba, nos primeiros anos, se planificava em base a balanços materiais. Nós recebíamos a maioria das matérias primas do campo socialista. Quando o campo socialista e a União Soviética se derrubaram, a planificação jogou um elemento diferente, porque entram os elementos financeiros que não estavam presentes na planificação anterior. Isso quer dizer que o socialismo sem planificação não é socialismo e em Cuba sempre existiu a planificação. Foi preciso reorientar o comércio exterior porque do contrário, perecíamos.

Há outra coisa sobre a qual você não falou: a despenalização do dólar. Isso nós fizemos involuntariamente. Contra nossa posição. Sabendo dos riscos que trazia do ponto de vista social. Planificamos as principais restrições do estado. É preciso mencionar isto, porque em Cuba se planificou para sobreviver em condições totalmente diferentes. Se planificou em duas direções. Para sobreviver diante do bloqueio econômico, diante de um ataque militar, e para sobreviver no período especial em tempos de paz. Sem essa planificação não teríamos sobrevivido. Isto é importante porque pode ficar alguma confusão. Nós estamos a favor de tudo Lenin disse, mas são momentos históricos diferentes. Tudo o que foi feito em Cuba foi imposto pela vida. Por isso falamos de conquistas sociais. No começo o mundo estava preocupado porque dizia que Cuba não se abria para o mundo. Cuba começa a abrir-se para o mundo porque a vida

assim o impôs, e porque as condições mudaram. Por isso, todo o mundo começa a preocupar-se com a abertura cubana.


A associação de economistas à qual pertencemos tem 35 mil associados em todo o país, e a tarefa fundamental é participar ativamente de todo o processo de transformação da economia cubana. Creio que o socialismo sem planificação não pode existir. Ocorre que as condições mudaram totalmente, e acho que o exemplo de Cuba é vivo.

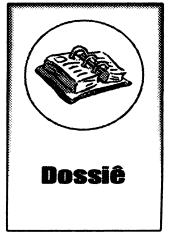
Na medida em que a economia cubana se vá recuperando, vão sendo eliminadas muitas dessas transformações. Primeiro, estamos empenhados em recuperar o peso cubano. É uma tarefa fundamental, e, na medida que o comércio exterior se vá reorientando, teremos que ir mudando a sua cobertura, porque logicamente antes não havia Banco Mundial. Antes não havia Fundo Monetário Internacional. O intercâmbio comercial era a preços vantajosos dentro do campo socialista. Por isso, creio que é importante e sempre há que ter em mente que existirá a planificação e todas as transformações e aberturas ocorreram por problemas conjunturais, porque as condições históricas concretas são totalmente diferentes. O Che viu muitas coisas. Previu muitas coisas, mas a vida é muito mais rica, e as condições mudaram. Nós nos sentimos muito orgulhosos da revolução. O dia em que Fidel morra, ele não vai morrer para nós. Vamos sentir isso como cubanos, como seres humanos, mas suas idéias vão se multiplicar, como se multiplicam as idéias do Che, as idéias de Martí, de Bolívar, na América Latina. Por isso, quero dizer que cometemos alguns erros. Nos demos conta disso a tempo, mas jamais nos esquecemos da planificação, porque ela é a base fundamental do socialismo”.

Martín Hernández – “Por que digo que em Cuba não existe mais economia planificada, ainda que, por falta de tempo, não vou poder aprofundar este tema? Em Cuba, como em qualquer país, existem planos econômicos, mas agora, ao contrário de um passado recente, não exis-

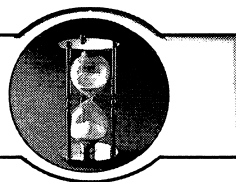
te mais uma economia planificada. Se não, você tem de explicar por que, no último período, se dissolveu a Junta Central de Planificação?

Existe uma relação íntima entre o monopólio do comércio exterior por parte do estado e a planificação econômica. Ninguém discute que em Cuba se acabou com o monopólio do comércio exterior por parte do Estado; você mesmo colocou isso. Atualmente em Cuba todas as empresas, sejam estatais, mistas, estrangeiras ou nacionais, podem exportar e importar o que queiram; portanto, essas empresas não produzem em função de um plano central, e sim de seus próprios interesses e necessidades. Então, de que economia planificada estamos falando?

Antes de terminar queria agradecer, mais uma vez, a presença de tantos companheiros neste debate. Em especial, gostaria de agradecer aos que manifestaram divergências com minhas opiniões e que vieram a este debate justamente porque tinham divergências. Muito obrigado". 



Isto é História



 **CECÍLIA TOLEDO**

Israel: Cinco décadas de pilhagem e limpeza étnica **64**



ISRAEL: CINCO DÉCADAS DE PILHAGEM E LIMPEZA ÉTNICA

CECÍLIA TOLEDO

Jornalista e membro do PSTU-Brasil

“Foi para uma *terra sem povo* que lentamente, no final do século passado, começou a se encaminhar um *povo sem terra*”.¹ Essa história, que desde a fundação de Israel em 1948 vem sendo martelada na cabeça dos povos do mundo inteiro, começa a ruir. E já não mais apenas por obra dos marxistas revolucionários, mas dos próprios israelenses. Tom Segev, um dos mais destacados historiadores de Israel da atualidade, entrevistado recentemente pelo jornal *Folha de S.Paulo*², demonstra essa falácia. Autor do livro *1949– Os Primeiros Israelenses*, Segev se baseia no diário do pai-fundador de Israel, David Ben Gurion, no qual ele descreve sua política para forçar a saída dos árabes do recém-criado país. O livro, antes repudiado por mostrar que a versão oficial, em voga até então, era fantasiosa e que os árabes não deixaram Israel por vontade própria, mas foram expulsos com requintes de crueldade, já está inclusive sendo adotado nas escolas.

Esse “reconhecimento” por parte da história oficial é um tanto quanto tardio se levamos em conta que outros autores, em especial os marxistas, já haviam, exaustivamente, contado a história real do sionismo e desmascarado uma das mais monumentais falsificações históricas já feitas até hoje. Entre esses historiadores marxistas destacam-se o militante revolucionário Abraham Leon, morto nas câmaras de gás de Auschwitz aos 26 anos, e autor do importante livro *Concepção Materialista da Questão Judaica*, e Ralh Schoenman, que escreveu a *História Oculta do Sionismo*, um relato detalhado e que não deixa dúvidas sobre a ocupação judia da Palestina. No entanto, esse reconhecimento é mais uma demonstração de que a situação é tão grave e o avanço da Intifada tão forte que até importantes historiadores israelenses já estão admitindo que a ideologia “da terra sem povo” é pura invenção, e negam a torrente de mentiras que os sionistas vêm pregando há décadas e que serviram para iludir muita gente.

Judeus: um povo-classe nas sociedades pre-capitalistas

Abraham León parte da proposta de Marx para demonstrar que a suposta originalidade do povo judeu tem causas materiais e históricas, sem qualquer relação com Jeová ou uma pseudo “essência” racial imutável, como supõem tanto os anti-semitas quanto os sionistas. Segundo Marx, para entender a questão judia, “não devemos buscar o segredo do judeu em sua religião, mas o segredo da religião no judeu real”³. Partir da religião, como normalmente se



costuma fazer, não explica a questão judia; para entendê-la é preciso entender o judeu em seu papel econômico e social.

León vai em busca das origens do povo judeu e chega à importante e rica noção de *povo-classe*. Nas sociedades pre-capitalistas, os judeus foram uma classe social, um *povo-classe*⁴, como são, entre outros povos, os ciganos. Os judeus representavam as formas “pré-históricas” do capital, tanto no mundo antigo como no mundo feudal. No feudalismo, as transações com dinheiro ocorriam relativamente à margem do modo de produção, já que essas sociedades eram produtoras de valores de uso e não de troca. Por ser uma atividade marginal, era exercida por “estrangeiros”, por povos-comerciantes, como os fenícios, os judeus e os lombardos. Esses eram povos-classe que, como dizia Marx, existiam *nos poros* da sociedade produtora de valores de uso. Assim, os judeus são a sobrevivência de uma velha classe mercantil e financeira pre-capitalista.

Sobre essas relações materiais dos judeus se assentava uma superestrutura institucional e ideológica: autoridades comunitárias, uma religião “especial” e o mito de considerar-se descendentes do primitivo povo hebreu que habitava a Palestina no início de nossa era. Essa superestrutura ajudava a manter a coesão do povo-classe mas, ao mesmo tempo, falsificava a verdadeira natureza de sua existência. É o fenômeno da falsa consciência, comum a todas as ideologias. E explica porque não há unidade racial entre os judeus. Oculto sob esse manto ideológico-religioso, ocorria o fenômeno da incorporação de indivíduos ou grupos inteiros ao povo-classe. Isso explica que tenha existido judeus de “raça” mongólica no Daghestão, judeus negros (os falasha) na Etiópia, judeus árabes no Islã e judeus de origem eslava na Europa Oriental. Isso prova que a descendência comum de Abraham ou dos habitantes da Palestina no início de nossa era é puro mito.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a velha classe comercial pre-capitalista judia foi perdendo as bases materiais de sua existência como povo-classe. Na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra, os judeus começam a

assimilar-se de forma natural. Mas antes que esse processo atingisse a Europa Oriental, de capitalismo mais atrasado, entramos na etapa imperialista do capitalismo, de decomposição no mundo todo.

Os judeus, tanto na Europa Ocidental quanto Oriental, passaram a enfrentar uma situação dramática. Ao colocar a solução do problema judeu nos termos da luta pelo socialismo, o marxismo começou a exercer uma grande atração sobre as massas judias. Seu caminho era fundir-se com a classe trabalhadora em suas lutas contra o capitalismo, porque para as massas judias miseráveis de Varsóvia ou de Kiev, o caminho seguido por seus correligionários mais afortunados da Inglaterra ou da França, da assimilação como burgueses nos marcos do capitalismo, já estava fechado. Na Rússia, enquanto o império zarista alentava os choques entre russos e polacos ou ucranianos, ou destes contra os judeus, e enquanto o Império Austro-Húngaro fazia o mesmo no mosaico de povos que dominava, os marxistas revolucionários chamavam a unidade de todos os trabalhadores (de qualquer língua, nacionalidade ou “raça”) para lutar contra esses regimes e contra toda a burguesia imperialista européia.

Por isso, muitos operários, estudantes e intelectuais de origem judia ingressaram nas fileiras socialistas e se assimilaram aos trabalhadores de seus países. Mas o velho povo-classe, nas condições do capitalismo moderno, era cada vez menos homogêneo. E assim também famílias ricas, como os Rothschild e outros milionários se ligaram à burguesia imperialista dos diversos países europeus. E, entre as saídas burguesas para o problema judeu apontadas por esses setores, a mais importante é o sionismo. Outra saída reformista foi proposta por aqueles que ficaram conhecidos como bundistas.

O que foi o bundismo

Os bundistas eram membros do Bund, a União Geral de Operários Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia, fundada em 1897. Surgiram na Rússia como um setor da social-democracia, tanto que, no início, o Bund fez parte do Parti-

do Operário Social-Democrata Russo, mas quando este se dividiu, o Bund se colocou contra os bolcheviques⁵.

A base social do Bund era constituída por setores de artesãos, semiproletários ou operários de pequenas oficinas, especialmente da indústria de vestuário. Era um vasto setor com um pé no velho gueto e outro no proletariado industrial moderno. Isto se refletia na ideologia do Bund que, por um lado se reivindicava marxista e revolucionário e, de outro, negava o internacionalismo ao levantar barreiras entre os operários de distintas nacionalidades. Com a bandeira de defender a cultura nacional, pregava que os operários judeus deviam organizar-se de forma separada dos operários russos, poloneses etc. Assim, acabava por fazer o jogo da burguesia, ao dividir os trabalhadores de cada fábrica ou cidade segundo sua origem nacional ou “racial”.

Esse caráter contraditório, reflexo de uma contradição real de sua base social, determinava que, apesar de sua capitulação ao nacionalismo burguês, o Bund não propunha que os trabalhadores judeus se separassem da luta de classes e se unissem à burguesia judia para ir colonizar a Palestina ou algum outro território. Quem fez isso foram os sionistas.

O surgimento do sionismo

Também em 1897, quando surgiu o Bund, realizou-se em Basiléia, Suíça, o Congresso de Fundação da Organização Sionista⁶. O pano de fundo da irrupção do movimento sionista foi a rápida capitalização da economia russa depois da reforma de 1863, que tornou insustentável a situação das massas judias das pequenas cidades. No Ocidente, as classes médias, trituradas pela concentração capitalista, começam a se voltar contra o elemento judeu, cuja competição agrava sua situação.⁷

Em meio a esse clima, surge na Rússia a Associação dos *Amantes de Sion* e é publicado o livro de León Pinsker, *A Auto-emancipação*, preconizando o retorno à Palestina como única solução possível para os judeus. Logo depois, um jornalista judeu de Budapeste, Theodor Herzl, escreve *O Estado Judeu*, que até hoje é considerado o evangelho do movimento sionista, segundo Abraham Leon.⁸ Na França, o barão de Rothschild, junto com outros magnatas judeus, se opõe à chegada em massa de imigrantes judeus nos países ocidentais e começa a apoiar a obra de colonização judia da Palestina. “*A seus ‘irmãos desafortunados’ a voltar ao país de seus ‘antepassados’, ou seja, a ir o mais longe possível, nada tinha de desagradável para a burguesia judia do Ocidente, que temia, com razão, o crescimento do anti-semitismo*”, diz León. Assim, ainda que a Organização Sionista passasse a disputar a mesma clientela que o Bund e inclusive o socialismo revolucionário, seu caráter de classe era marcadamente distinto: aparecia como o programa de um setor da grande burguesia judia, que terminaria sendo dominante dentro dela.

No princípio, o sionismo aparece como uma reação da pequena burguesia judia, duramente golpeada pela crescente onda de anti-semitismo, tendo que se bandear de um país a outro, e querendo atingir a Terra Prometida a todo custo para livrar-se dessa situação. No entanto, o sionismo procura assentar-se em uma explicação religiosa para justificar sua existência. No ano 70 da era cristã, os judeus teriam sido expulsos de Jerusalém, ocupada pelos invasores romanos. Já na Bíblia, Jerusalém era considerada a pátria dos judeus, eles teriam sido



expatriados; foi a famosa Diáspora, que espalhou os judeus pelos quatro cantos do mundo.

Voltando a Marx, para entender a questão judia é preciso partir das condições materiais de vida do judeu e não da religião, das fantasias e ideologias criadas ao longo da história. “Enquanto que o sionismo é, realmente, produto da última fase do capitalismo, ou seja, do capitalismo que começa a se descompor, se vangloria de ter sua origem em um passado mais que bimilenário. E se bem o sionismo é essencialmente uma reação contra a crise do judaísmo gerada pela combinação do desmoronamento do feudalismo com a decadência do capitalismo, afirma ser uma reação contra a situação existente desde a queda de Jerusalém, no ano 70 da era cristã”, diz A.León.

Mas o próprio surgimento do movimento sionista refuta essas pretensões. “Como crer que o remédio a um mal existente há dois mil anos só tenha sido encontrado no final do século XIX? O sionismo vê a queda de Jerusalém como causa da dispersão e por conseguinte, a origem de todos os males dos judeus no passado, no presente e no futuro. *“A fonte de todas as desgraças do povo judeu está na perda de sua pátria histórica e sua dispersão em todos os países”*, declara a delegação “marxista” do Poalé-Sión no Comitê holandoesquandino⁹.

Essa história dos judeus, como é contada pelos sionistas, trata de criar o pano de fundo para justificar a ocupação da Palestina. Assim, depois da violenta dispersão dos judeus por obra dos romanos, os judeus não quiseram assimilar-se. Imbuídos de sua “coesão nacional”, “de um sentimento ético superior” e de “uma indestrutível crença em um Deus único”, teriam resistido a todas as tentativas de assimilação.¹⁰ O que não é verdade, já que, como vimos anteriormente, houve ao longo desses dois mil anos inúmeros casos de assimilação. Mas, de acordo com a histórica construída pelos sionistas, isso jamais teria ocorrido; a única esperança dos judeus durante esses dias sombrios que duraram dois mil anos era retornar à antiga pátria.

Segundo A.León, nunca o sionismo havia se colocado essa questão de forma séria. Por que, pergunta, durante esses dois mil anos jamais ten-

taram voltar realmente a essa pátria? Por que foi necessário esperar até o fim do século XIX para que Herzl os convencesse dessa necessidade? Por que todos os seus predecessores eram tratados como falsos messias? Para responder a essas incômodas perguntas, o sionismo recorre aos mitos. “Enquanto as massas acreditaram que deviam esperar na Diáspora até a chegada do Messias, foi preciso sofrer em silêncio”, diz Zitlovski.¹¹ No entanto, como diz León, essa explicação não explica nada. *Se trata precisamente de saber porque as massas judias acreditavam que deviam esperar o Messias para poder ‘regressar à sua pátria’*. Como a religião é um reflexo ideológico dos interesses sociais, a partir do final do século XIX ela começou a deixar de ser um obstáculo para o avanço do sionismo e a se transformar numa cortina de fumaça para seu expansionismo, servindo para encobrir e justificar todas as suas mazelas.

Essas concepções idealistas do sionismo são inseparáveis do dogma do anti-semitismo eterno, ou seja, de que passe o que passe, os judeus serão sempre perseguidos. Dessa forma, o sionismo transpõe o anti-semitismo moderno para toda a história, economizando o trabalho de investigar as diversas formas de anti-semitismo e suas causas, e inclusive omitindo o fato de que em diversas épocas históricas os judeus não foram oprimidos, mas opressores, como membros da classe dominante.

“Na verdade, a ideologia sionista, como toda ideologia, não é senão o reflexo desfigurado dos interesses de uma classe. É a ideologia da pequena burguesia judia, oprimida entre o feudalismo em ruínas e o capitalismo em decadência, sintetiza A.León. Ele ressalta um fato justo, ou seja, que a refutação das fantasias ideológicas do sionismo não refuta, naturalmente, as necessidades reais que o fizeram nascer. É o moderno anti-semitismo e não o mítico anti-semitismo “eterno” o melhor agitador em favor do sionismo. Assim a questão fundamental é saber em que medida o sionismo é capaz de resolver não “o eterno problema judeu” mas a questão judaica na época da decadência capitalista.

O defensores do sionismo o comparam com

os demais movimentos nacionais. Mas o movimento nacional da burguesia europeia é consequência do desenvolvimento capitalista; reflete a vontade da burguesia de criar as bases nacionais da produção, de abolir os resquícios feudais. Mas no século XIX, época de florescimento dos nacionalismos, a burguesia judia, longe de ser sionista, era profundamente assimilacionista. O processo econômico que fez surgir as nações modernas lançava as bases para a integração da burguesia judia na nação burguesa. Só quando o processo de formação das nações chega ao fim, quando as forças produtivas deixam de crescer, premidas pelas fronteiras nacionais, surge o processo de expulsão dos judeus da sociedade capitalista e o moderno anti-semitismo. A eliminação do judaísmo acompanha a decadência do capitalismo. Longe de ser um produto do desenvolvimento das forças produtivas, o sionismo é justamente a consequência da total paralisia desse desenvolvimento, da petrificação do capitalismo, nas palavras de A Leon. Assim, enquanto o movimento nacional é um produto do período ascendente do capitalismo, o sionismo é fruto da era imperialista. A tragédia judia do século XX é uma consequência direta da decadência do capitalismo.¹²

Com toda razão, A. León lembra que justamente aí está o principal obstáculo para a realização do sionismo, a chave para se compreender a crise que vive a Palestina desde a fundação do Estado de Israel. *A decadência capitalista, base do crescimento do sionismo, é também a causa da impossibilidade de sua realização.* A burguesia judia se vê obrigada a criar um Estado nacional e assegurar as condições para o desenvolvimento de suas forças produtivas justamente na época em que as condições para isso desapareceram há muito tempo. A decadência do capitalismo, se por um lado colocou de forma tão aguda a questão judaica, por outro torna impossível sua solução pela via sionista. *En não há nada de assombroso nisso, diz Leon. Não se pode suprimir um mal sem destruir suas causas. O sionismo quer resolver a questão judia sem destruir o capitalismo, principal fonte dos sofrimentos dos judeus*".¹³

Isso remarca, como ferro em brasa, o caráter de classe do movimento sionista. É certo que os pioneiros da colonização da Palestina eram artesãos, pequenos comerciantes pobres, pessoas sem grandes posses. Dessa forma, tratou-se de criar uma imagem "plebéia" e até "operária" e "socialista" do sionismo. Seus defensores, principalmente os que se dizem de esquerda, aceitam a idéia de que o movimento sionista não era um fator progressivo na política europeia, mas argumentam que isso era secundário frente a um fato essencial: o sionismo seria o movimento de liberação nacional do povo judeu. E do "povo mais pobre", daí ser uma "causa justa".

É claro que não estava nos planos de Rothschild e da grande burguesia judia irem pessoalmente à Palestina cultivar a terra. O que fizeram um impulsionar um movimento para confinar os judeus mais pobres na Terra Santa e, com isso, afastá-los da luta de classes na Europa e dos partidos de esquerda, e, por outro lado, livrarem-se, eles em primeiro lugar, da fúria antisemita que crescia a olhos vistos. Outro objetivo desse movimento impulsionado pela burguesia judia era transferir essas massas para fora da Europa para constituir um Estado Judeu num ponto estratégico, em meio à maiores reservas de petróleo do mundo, ameaçadas pelo ascenso das massas árabes. Por isso, o Estado de Israel se tornou um enclave do imperialismo na região, o gendarme do mundo árabe.



Uma região “vazia”

Segundo os sionistas, a Palestina era uma região praticamente vazia. “*Vastas regiões do país permaneciam inexploradas e pertenciam a senhores feudais ausentes. Estavam infestadas de malária e, além de algumas barracas de beduínos dispersas, estavam desabitadas e, por isso, disponíveis*”.¹⁴ *Nas vizinhanças da Terra Santa havia apenas alguns núcleos heterogêneos, muçulmanos, chequizes, maronitas, cristãos e gregos ortodoxos. Foi para uma terra sem povo que lentamente, no final do século passado, se começou a encaminhar um povo sem terra*”.¹⁵

Vive-se a época da expansão colonial da Europa na Ásia e África. É nesse marco histórico que se inicia o sionismo. E a Palestina, longe de ser uma terra vazia e sem dono, estava ocupada por outro povo, o povo árabe. Isso era um problema para a burguesia judia européia, tanto que Herzl nem menciona a palavra “árabe” em seu livro, apesar de saber, obviamente, da existência dos árabes. Essa falsificação, escondida durante tantos anos, não resiste mais à evidência dos fatos e, principalmente, ao recrudescimento da luta palestina, obrigando até mesmo os historiadores oficiais de Israel a reconhecer que aquela “não era uma terra sem povo”.

Esse foi o papel reservado aos desesperados judeus da Europa Oriental: servir de ponta de lança dos planos colonizadores da burguesia imperialista, em especial os Estados Unidos, interessados em instalar um gendarme no Oriente Médio. Com um discurso filantrópico, a expansão colonial usava as massas miseráveis de judeus para seus fins nada louváveis. Quem poderia se opor a que os pobres judeus saíssem da escuridão dos guetos para o sol da Palestina? Infelizmente, essa troca, por mais benéfica que tivesse sido para eles, foi feita às custas dos árabes, massacrados e, estes sim, expulsos de sua terra de fato, e não por obra e graça de uma história bíblica.

Declaração Balfour: a segunda etapa do sionismo

A política de Theodor Herzl, o pai do sionismo, e seus sucessores foi a de aproveitar-se

do processo de expansão colonial imperialista para ocupar a Palestina. Para isso, precisavam que alguma potência imperialista abraçasse a causa sionista. Assim, sua atividade principal foram as gestões perante as diversas potências européias, buscando inserir o sionismo como parte de sua política colonial. Esse apoio veio, em primeiro lugar, da Inglaterra, um império que, desde meados do século, se expandia a todo vapor.

As gestões de Herzl em Londres foram bem acolhidas, mas havia um problema objetivo: a Palestina estava em mãos da Turquia. A Inglaterra então oferece a Herzl colonizar a Uganda ou o Sinai egípcio, mas essa possibilidade não se concretiza. Havia um segundo problema objetivo: o sionismo não era muito forte entre as massas judias. Os que queriam emigrar, o faziam massivamente para a América; tanto que uma das opções discutidas foi a constituição do Estado sionista na Argentina. Pouquíssimos judeus iam para a Palestina. E uma boa parte dos que ficavam eram antisionistas, ou estavam sob a influência dos partidos de esquerda.

Com a I Guerra Mundial, chegara a hora da repartição da Turquia. Para apressá-la, a Inglaterra se serve do movimento nacional dos árabes que havia começado a despertar. E, por outro lado, firma um acordo com a França, de repartição da zona, além de assinar a chamada *Declaração Balfour* (2/11/1917), que ficou conhecida como a “aliança de casamento” entre o sionismo e o imperialismo inglês.

Assim começava a segunda etapa do sionismo, que culminaria com a criação do Estado de Israel. Além de dar aos ingleses um valioso auxiliar para estabelecer um futuro protetorado na Palestina, a Declaração Balfour colocava em mãos inglesas uma poderosa arma para liquidar o movimento nacional árabe, fortalecer a política de guerra do imperialismo britânico e sua luta contra a Revolução Russa.

O caminho em direção a Israel estava sendo traçado com as seguintes características: 1) por uma declaração unilateral de uma grande potência imperialista; 2) essa declaração impunha o destino de uma região da Ásia que jamais

havia pertencido à Inglaterra, que dava de presente a Lorde Rothschild o território de uma nação alheia; 3) não levava em conta os desejos do povo palestino, que era 93% árabe em 1917. Esses 93% eram reduzidos à condição de não-judeus, confinados em um “lar nacional judeu”, ou seja, tratados como estrangeiros em sua própria terra.



O mandato britânico (1918-1948)

No final da I Guerra Mundial, os Aliados (Inglaterra, França, Itália e EUA) criaram a Sociedade das Nações, antecessora da atual ONU, que “outorgou” à Inglaterra o mandato sobre a Palestina. Mas naqueles tempos as coisas não corriam muito tranquilas para o imperialismo. Havia surgido, pela primeira vez na história, um Estado Operário, a URSS, que se opunha à expansão colonialista e em todo o mundo colonial começava uma grande onda de lutas antiimperialistas.

Dentro do mundo árabe, o Oriente Médio concentrou as lutas mais importantes contra os imperialismos inglês e francês. A Palestina foi o eixo dessa luta, especialmente durante a insurreição de 1936/39, que começou com uma greve geral que durou seis meses e, para ser sufocada, exigiu a metade dos efetivos de todo o exército britânico, um dos mais poderosos do mundo nesse momento. Centenas e centenas de palestinos foram mortos, detidos e condenados à força ou a longas penas de prisão. Em 1939, o povo palestino estava derrotado. Essa é a chave para entender a relativa facilidade com que em 1947/48 foi instalado aí o Estado de Israel.¹⁶

A ocupação, explica Jon Rothschild, se deu em base a três pilares do movimento sionista: *kibush hakarka* (conquista da terra), *kibush haavoda* (conquista do trabalho) e *t'ozteret haaretz* (produto da terra)¹⁷. “Detrás dessas sonoras palavras havia uma dura realidade. *Conquista da terra* significava que toda a terra possível fosse adquirida (legalmente ou não) dos árabes, e que nenhuma terra de judeus fosse vendida ou de alguma maneira retornasse aos árabes. *Conquista do trabalho* significava que nas fábricas e terras de judeus dava-se preferência aos trabalhadores judeus. O trabalhador árabe era boicotado. De fato, a Histadrut, que hoje se diz a Central Operária de Israel, foi criada para impor o boicote aos trabalhadores árabes. *Produto da terra* significava praticar o boicote à produção árabe por parte dos colonizadores judeus, e manter somente a compra de produtos das terras ou negócios judeus”.¹⁸

Essa política de ocupação – da qual os sionistas faziam propaganda dizendo que era uma política “socialista”, que visava ajudar os trabalhadores e pobres judeus – significou a desgraça para o povo palestino, porque foi imposta sobre a terra que eles ocupavam. Apesar de serem minoria no início (depois cresceram muito), os sionistas tinham um poder econômico muito maior que os árabes, além de contar com o apoio do imperialismo. Isso lhes deu força para cair arrasando sobre o povo árabe da Palestina, que ficam reduzidos a trabalhadores sem trabalho e camponeses sem terra. Muito estranho esse tipo de socialismo, que ataca os trabalhadores. O árabes eram expulsos ou boicotados nas empresas de propriedade sionista ou de capital estrangeiro (concessões), que geralmente eram administradas por gerentes sionistas. Cerca de 53% das empresas eram concessões e 40% de propriedade sionista, sendo que apenas 6% eram de propriedade de árabes (dados de 1939). Assim, ficava um mercado de trabalho

super-reduzido para os trabalhadores árabes.

Outro tanto ocorria com o *t'ozteret haaretz* (produto da terra), uma política que significava o boicote à força, praticado por bandos armados da Histadrut, de todo produto árabe, uma repressão que não poupava nem mesmo os judeus que ousassem adquirir algum alimento produzido por mãos árabes.

Alijados da terra, do trabalho e da possibilidade de comercializar seus produtos, os palestinos se tornaram uma massa marginalizada e pronta para ser expulsa de suas terras. A resistência palestina, em forma de guerrilha, é praticamente esmagada em 1939 pelo Exército Britânico e a Haganá, o exército extra-oficial formado pelo sionismo, num ataque conjunto para mostrar “quem manda na Palestina”. Nessa época, tinha início a Segunda Guerra Mundial e os sionistas estavam preocupados com o destino da Inglaterra, seu imperialismo protetor, diante de uma nova repartição do mundo em zonas de influência. Queriam garantir para a Palestina a proteção imperialista, já que tudo indicava que os EUA e não mais a Inglaterra seriam daí em diante o grande senhor do mundo. A suposta luta antiimperialista alardeada pelo sionismo era, simplesmente, o desejo de passar de um sócio menos forte para outro mais poderoso. Isso foi expresso com clareza por Ben Gurion:

*“Nossa maior preocupação era a sorte que seria reservada à Palestina depois da guerra. Já estava claro que os ingleses não conservariam seu Mandato. Se se tinha todas as razões para crer que Hitler seria vencido, era evidente que a Grã Bretanha, mesmo vitoriosa, sairia muito debilitada do conflito. Por isso, eu não tinha dúvidas de que o centro de gravidade de nossas forças deveria passar do Reino Unido para a América do Norte, que estava em vias de assumir o primeiro lugar no mundo”.*¹⁹

Sob a órbita norte-americana, o sionismo começou a dar passos largos em direção à criação do Estado de Israel. Ao final da guerra, as grandes potências, através da ONU, não só fizeram vistas grossas à ocupação e massacre do povo palestino, como deram o status legal à situação colonial criada durante a dominação britânica. Em base a uma proposta de partilha da Palestina fei-

ta durante o Mandato inglês²⁰ e que incendiou a revolta em todo o mundo árabe, em 29 de novembro de 1947 vota-se a divisão do país em dois Estados: um sionista e outro árabe. Novamente, sem qualquer consulta ao povo palestino e com o aval da burocracia soviética, que enviou armas e aviões para ajudar o imperialismo a massacrar os árabes. Afogada em um banho de sangue a resistência palestina, é proclamado o Estado de Israel, em maio de 1948.

Israel: a tragédia palestina

Em 1947 havia 630 mil judeus e um milhão e trezentos mil árabes palestinos²¹. Assim, no momento em que as Nações Unidas dividem a Palestina, os judeus eram minoria (31% da população). Essa divisão, promovida pelas principais potências imperialista com o apoio de Stalin, deu 54% da terra fértil ao movimento sionista. Mas, antes de que se formasse o Estado de Israel, o Irgun e as Haganah (organizações paramilitares israelenses) já haviam se apoderado das três quartas partes da terra e expulsado seus habitantes. Assim, dos 475 povoados palestinos que havia em 1948, 385 foram completamente arrasados, reduzidos a cinzas e os 90 que ficaram tiveram suas terras confiscadas. Esse processo ficou conhecido como a “judaização” da Palestina.

Raphael Eitan, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas israelenses, não podia ser mais claro quando disse que “*Declaramos abertamente que os árabes não têm qualquer direito a um só centímetro de Eretz Israel. Os de bom coração, os moderados, devem saber que as câmaras de gás de Adolf Hitler serão como brincadeira de criança. O único que entendem e entenderão é a força. Utilizaremos a força mais decisiva, até que os palestinos se aproximem de nós de joelhos*”.²²

David Ben Gurion, em um discurso pronunciado em 13 de outubro de 1936, formulava assim a estratégia sionista: “*Quando nos tornemos uma força com peso depois da criação do Estado, aboliremos a partição e nos expandiremos a toda Palestina. O Estado será somente uma etapa na realização do sionismo, e sua tarefa é preparar o terreno para nossa expansão. O esta-*

do terá que preservar a ordem, não com palavras, mas com metralhadoras”²³

E, de fato, assim foi feito. Entre 29 de novembro de 1947, data da divisão da Palestina pela ONU e 15 de maio de 1948, quando foi formalmente proclamado o Estado de Israel, o exército sionista e as milícias paramilitares se apoderaram de 75% da Palestina, expulsando do país 780 mil árabes. Os que ficaram foram vítimas de perseguições selvagens e uma carnificina só comparada ao holocausto nazista.

Assim começou a tragédia palestina, que dura até hoje.

Roubo, puro e simples, das terras e dos negócios dos árabes

É preciso entender o alcance e as conseqüências dessa política assassina por parte do sionismo. No território ocupado por Israel depois da partilha havia 950 mil árabes palestinos, vivendo em cerca de 500 povoados e em todas as grandes cidades, entre elas Tiberíades, Safed, Nasaré, Shafa Amr, Acre, Haifa, Yaffa, Lidda, Ramle, Jerusalém, Majdal (Ashqelon), Isdud (Ashdod) e Beersheba. Em menos de seis meses sobraram apenas 138 mil pessoas. A grande maioria dos palestinos haviam sido assassinados, expulsos pela força ou fugido aterrorizados diante dos bandos assassinos das unidades do exército israelense.

Em discurso pronunciado para uma platéia de estudantes do Instituto de Tecnologia de Israel, Moshe Dayan, herói da “guerra dos seis dias”, não se preocupou em esconder o fato de que Israel fora fundada sobre uma tenebrosa falsificação histórica: *“Viemos aqui, a um país que estava povoado por árabes, e estamos construindo aqui um estado hebreu, judeu. No lugar dos povoados árabes levantamos povoados judeus. Vocês nem sequer sabem os nomes desses povoados, e não os reprovoo por isso, porque esses livros de geografia já não existem. Nem os livros, nem os povos existem mais. Nabalal surgiu no lugar ocupado antes por Mahalul, Gevat no lugar de Jibta, Sarid no lugar de Hanifas e Kafir Yébousbu’a no lugar de Tel Shamam. Não há um só assentamento que não tenha sido construído no lugar que um antigo povoado árabe”²⁴*

Com isso, grandes extensões de terra foram confiscadas ao amparo da Lei de Propriedades de Ausentes, ditada em 1950 em Israel. Até 1947, os judeus possuíam 6% da terra da Palestina. Quando surge formalmente o Estado de Israel, o Fundo Nacional Judeu calcula que tenha se apoderado de 90% da terra. O valor das propriedades roubadas aos árabes era superior a 300 milhões de dólares, em cálculos da época. Se multiplicamos essa cifra pelo valor atual do dólar, cai a máscara: Israel tem pouco a ver com Jeová ou a terra santa, e muito a ver com a pirataria e a pilhagem.

A ocupação das propriedades palestinas era indispensável para que o Estado de Israel fosse viável. Entre 1948 e 1953 foram criados 370 povoados e assentamentos judeus, sendo 350 deles em propriedades de “ausentes”. Em 1954, calculava-se que 35% dos judeus de Israel viviam em propriedades confiscadas de “ausentes” e 250 mil novos imigrantes se haviam estabelecido em áreas urbanas das quais os palestinos haviam sido expulsos.

Dez mil empresas e comércios foram entregues a colonos judeus. Se na zona urbana, o saque foi generalizado, no campo a usurpação corria solta. Todas as plantações de limão dos palestinos foram confiscadas; cobriam mais de 240 mil dunums (correspondentes a 21.200 hectares). Até 1951, um milhão de



caixas de limões colhidos de propriedades arrebatadas dos árabes – o que correspondia a 10% de todas as divisas de exportação – estavam em mãos israelenses. Nesse mesmo ano, 95% das plantações de oliveiras de Israel eram feitas em terra palestina ocupada. As azeitonas que produziam representavam o terceiro produto mais exportado por Israel, depois dos limões e dos diamantes. Um terço da produção de pedra provinha de 52 pedreiras palestinas usurpadas. As terras confiscadas dos árabes iam parar num Fundo Nacional Judeu, criado em 1954 pelo governo israelense.

Como lembra Schoenman, a mitologia sionista pretende passar a idéia de que o espírito de sacrifício, de abnegação no trabalho e de perícia dos judeus transformaram a terra desértica, descurada por seus anteriores guardiães árabes – nômades e primitivos – fazendo florescer o deserto. As plantações palestinas, a indústria, a madeira, as fábricas, casas e fazendas foram espoliadas e saqueadas depois de uma conquista sangrenta: *“o barco do Estado é um barco pirata, a bandeira que carrega é a caveira com dois ossos cruzados.”*²⁵

Racismo contra o trabalhador árabe

Mas Israel não é só isso. A sua é uma história que começou com uma grande espoliação e isso obrigou o país a continuá-la, mais e mais. O barco da espoliação nunca encontrou um porto seguro. Essa viagem macabra continuou em frente, espoliando também o mercado de trabalho dos árabes, tanto no campo quanto nas cidades. Esse processo de judaização do trabalho se assentou em uma ideologia racista contra o trabalhador árabe.

No campo, qualquer relação do homem com a terra era regida por uma lei racista: *“O arrendatário deve ser judeu e tem de aceitar realizar todas as atividades relacionadas com o cultivo da terra somente com mão-de-obra judia.”*²⁶ Portanto, a terra não pode ser arrendada por um não-judeu, nem subarrendada, vendida, hipotecada, dada ou cedida a um não-judeu. Os não-judeus não podem ser empregados na terra e nem em qualquer tra-

balho relacionado com o cultivo.

Em Israel, as terras estatais, que estão nas mãos do Fundo Nacional Judeu, são consideradas “terra nacional”, o que significa terra judia. A contratação de trabalhadores não-judeus é ilegal. Devido a escassez de operários agrícolas judeus, e dado que os palestinos ganham um salário menor que os trabalhadores judeus, alguns agricultores judeus (como Ariel Sharon) contratam mão-de-obra árabe, violando explicitamente a lei.

Schoenman ressalta que Israel emprega todas as expressões normais em um sentido racista. *O “povo” significa somente os judeus. Um “imigrante” ou um “colono” só pode ser um judeu. Um assentamento significa um assentamento só para judeus. A terra nacional significa terra judia, não terra israelense.*²⁷ Dessa maneira, a lei e os direitos, as garantias e o direito ao trabalho ou à propriedade correspondem somente aos judeus. A cidadania ou nacionalidade israelense corresponde estritamente aos judeus em todas as aplicações específicas de seu significado e jurisdição. Como a definição de judeu se baseia inteiramente num preceito religioso ortodoxo, ter de ascendência materna judia é o pré-requisito para gozar do direito de propriedade, de emprego e de proteção legal. Atualmente, 93% da terra do chamado Estado de Israel é administrada pelo Fundo Nacional Judeu, sendo que para ter o direito a viver na terra, arrendá-la ou trabalhar nela, a pessoa tem de demonstrar que tem pelo menos três gerações de ascendência materna judia.

O sionismo, o fascismo e os judeus

Se é importante que a história oficial comece a reconhecer que a Palestina não era uma terra sem povo, é preciso também esclarecer outro aspecto tão sórdido quanto esse que envolve a criação do Estado de Israel. Trata-se da relação do sionismo com os próprios judeus e com o nazi-fascismo.

O caráter racista do movimento sionista tem sua face mais abominável na relação que sempre manteve com os próprios judeus. Ralph

Schoenman lembra que “os fundadores do sionismo estavam desesperados por combater o anti-semitismo e, paradoxalmente, consideravam os próprios anti-semitas como aliados, porque compartilhavam o desejo de arrancar os judeus dos países em que viviam. Passo a passo, assimilaram os valores do ódio aos judeus e o anti-semitismo, chegando, o movimento sionista, a olhar os próprios anti-semitas como seus mais fiéis padrinhos e protetores”.²⁸ Ele cita inclusive uma carta que Theodor Herzl enviou ao Conde Von Plehve, autor dos piores pogroms na Rússia – os pogroms de Kishinev – com a seguinte proposta: “Ajude-me a conseguir o quanto antes a terra (Palestina) e a revolta (contra a dominação zarista) acabará. Von Plehve concordou e começou a financiar o movimento sionista.

Trata-se, na verdade, de um pedido de colaboração entre a burguesia sionista e as classes dominantes de outros países para combater os judeus de esquerda, que se incorporavam aos partidos revolucionários. Nesse sentido, o sionismo, em sua colaboração com o fascismo, cumpriu um papel sórdido, pois jogava com os sentimentos religiosos dos judeus para massacrar os que fossem de esquerda. O movimento juvenil sionista Betar serviu de bucha de canhão para Mussolini, formando esquadrões com camisas negras. Quando Menajem Beguin se tornou chefe do Betar, trocou suas camisas negras pelas beges, como usavam os bandos de Hitler; era o uniforme que Beguin e os membros do Betar usavam em todas as assembleias e concentrações.

A estratégia do sionismo foi recrutar os europeus que odiavam os judeus e alinhar-se com os movimentos e regimes mais perversos, para que apoiassem a criação de uma colônia sionista na Palestina. E essa estratégia incluiu o nazismo. A Federação Sionista da Alemanha enviou um memorando de apoio ao Partido Nazista em 21 de junho de 1933. Dizia: “... *um renascimento da vida nacional como o que ocorre na vida alemã... deve ocorrer também no grupo nacional judeu. Sobre as bases de um novo Estado (nazi) que estabeleceu o princípio da raça, desejamos enquadrar nossa comunidade na estrutura de conjunto de maneira que também para nós, na esfera a nós designada, possa desenvolver uma atividade frutífera pela Pátria...*”²⁹

Longe de repudiar essa política, o Congresso da Organização Sionista Mundial de 1933 derrotou por 240 votos contra 43 uma resolução que chamava a atuar contra Hitler. Durante esse mesmo congresso, Hitler anunciou um acordo comercial com o Banco Anglopalestino da Organização Sionista Mundial (OSM), que significava o rompimento do boicote judeu ao regime nazista em um momento em que a economia alemã era extremamente crítica. A OSM rompeu o boicote judeu e se tornou a principal distribuidora de produtos nazis em todo o Oriente Médio e Norte da Europa. Fundaram na Palestina o Ha'avara, banco destinado a receber dinheiro da burguesia judia-alemã, com o qual se adquiriu grande quantidade de produtos nazis.

Traindo a Resistência

Um dos reflexos mais sórdidos dessa política foi a ação do sionismo em relação à resistência judaica contra os massacres de judeus na Europa. Em julho de 1944, o dirigente judeu eslovaco, rabino Dov Michael Weissmandel, escreveu aos funcionários sionistas encarregados das “organizações de resgate”, propondo uma série de medidas para salvar os judeus de Auschwitz. Ofereceu mapas exatos das ferrovias e planejou o bombardeio das linhas que levavam aos



crematórios. Pediu que bombardeassem os fornos de Auschwitz, que lançassem de pára-que-das munição para 80 mil presos e bombas para explodir o campo e pôr fim à cremação de 13 mil judeus por dia.

Caso os aliados se recusassem a colaborar, Weissmandel propunha que os sionistas, que dispunham de fundos e organização, comprassem aviões, recrutassem voluntários e fizessem a operação.

Weissmandel não era o único a pedir isso. Durante os anos 40, porta-vozes judeus da Europa pediram socorro, campanhas públicas, resistência organizada, manifestações para obrigar os governos aliados a colaborar. Mas sempre se deparavam com o silêncio sionista ou mesmo com sua sabotagem ativa.

O rabino Weissmandel, em julho de 1944, um ano antes de terminar a guerra, enviou aos sionistas uma carta de protesto, publicada em parte em *História Oculta do Sionismo*, de Schoenman: *“Por que não fizeram nada até agora? Quem é o culpado por esta terrível negligência? Não são vocês os culpados, irmãos judeus, que têm a maior sorte do mundo, a liberdade? Enviamos a vocês esta mensagem especial: informamos que ontem os alemães iniciaram a deportação de judeus da Hungria. Os que foram para Auschwitz serão mortos com gás cianido. Essa é a ordem do dia de Auschwitz desde ontem: A cada dia serão asfixiados doze mil judeus— homens, mulheres e crianças, anciãos, crianças de peito, doentes ou não.*

E vocês, nossos irmãos aí na Palestina, e de todos os países livres, e vocês, ministros de todos os reinos, por que mantêm silêncio diante desse grande assassinato? Silenciam enquanto assassinam milhares, já são seis milhões de judeus? Silenciam agora, quando dezenas de milhares estão sendo assassinados ou esperam na fila da morte? Seus corações destroçados pedem socorro, choram por uma crueldade.


São brutais, vocês também são assassinos, pelo sangue frio do silêncio com que olham, porque estão sentados com os braços cruzados sem fazer nada, apesar de que nesse mesmo instante poderiam deter ou postergar o assassinato de judeus.

Vocês, nossos irmãos, filhos de Israel, estão loucos? Não sabem o inferno que nos rodeia? Para quem guardam seu dinheiro? Assassinos! Loucos! Quem faz

caridade aqui, vocês, que soltam uns centavos daí, de suas casas seguras, ou nós, que entregamos nosso sangue neste inferno?”

Nenhum dirigente sionista apoiou esta petição, nem os governos ocidentais bombardearam um único campo de concentração.

A colaboração entre o sionismo e o fascismo fez com que o primeiro traísse a resistência e voltasse as costas para o operativo que resultou na morte de pelo menos 6 milhões de judeus. Hoje, quando se lembra mais um aniversário do holocausto, é preciso dizer com toda clareza que o sionismo não lutou de fato para impedi-lo. E, mesmo assim, o utiliza como álibi para massacrar os palestinos. Algo tão indignante que a jornalista israelense Amira Hass, do jornal *Haaretz*, chegou a exortar os sobreviventes do Holocausto e seus descendentes a não interpretarem o assassinato de seu povo e o de suas famílias na Europa como um eterno aval para suprimir e expropriar o povo palestino e para apresentá-lo como o inimigo que substituiu os alemães ³⁰.

De fato. Está na hora de Israel deixar de usar o holocausto como justificativa para oprimir e perseguir os palestinos, fazendo com eles o mesmo que os alemães fizeram com os judeus. 

NOTAS

¹ Frase do livro de Dov Barnir, *Os Judeus, O Sionismo e o Progresso*, p.486, citada em *Revista de América*, n.12.

² A entrevista com Tom Segev está na edição da *Folha de S. Paulo* de 4 de fevereiro de 2001.

³ *A Questão Judaica*.

⁴ Abraham León foi um dos máximos dirigentes do sionismo de esquerda europeu até as vésperas da Segunda Guerra mundial. Escreveu *Concepção Materialista da Questão Judaica*, um dos mais importantes estudos marxistas sobre o tema. León, que chegou a romper totalmente com o sionismo

e ingressar nas fileiras da IV Internacional, foi assassinado no campo de concentração de Auschwitz pelas tropas nazistas.

⁵ Em 1917, o Bund apoiou Kerensky contra Lenin e Trotsky e, até a II Guerra Mundial, manteve grande força na Polônia.

⁶ O termo *sionismo* deriva da palavra Sion (Tzion, em hebraico), que é o nome de um monte em Jerusalém. Na Bíblia, esse nome era usado tanto para designar a Terra de Israel como “sua capital nacional e espiritual”, Jerusalém. Ao longo de toda a história judaica, Sion foi sinônimo de Israel, e a expressão “retorno a Sion” a bandeira do movimento sionista.

⁷ *A Questão Judaica*, p.150.

⁸ Idem, p. 151.

⁹ Idem, p.151.

¹⁰ Idem, p.152.

¹¹ Em *Le Materialisme et la Question nationale*, ditado por A León, in op.cit. p.152.

¹² *A Questão Judaica*, p. 154.

¹³ Idem, p.154.

¹⁴ Dov Barnir, “Os Judeus, o Sionismo e o Progresso”, Inova, Portugal, 1968.

¹⁵ Ephraim Tari, *O Significado de Israel*.

¹⁶ *Revista de América*, p.16.

¹⁷ Jon Rothschild, “How the Arabs Were Driven Out of Palestine”, citado em *Revista de América* nº 12.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Michael Bar-Zohar, em *The Armed Prophet: A Biography of Ben Gurion*. Citado por *Revista de América*, p.24.

²⁰ Proposta da Comissão Peel, de 1937, aceita por Ben Gurión.

²¹ Em 1917 havia na Palestina 56 mil judeus e 644 mil árabes palestinos. Em 1922 havia 83.794 judeus e 663 mil árabes. Em 1931 havia 174.616 judeus e 750 mil árabes. (Schoenman, p.34)

²² Citado por Schoenman, p.40.

²³ Citado por Schoenman, p.41.

²⁴ Citado por Schoenman, p. 48,

²⁵ *História Oculta do Sionismo*, p. 50.

²⁶ Citado por Schoenman, p. 50.

²⁷ *História Oculta do Sionismo*, p.51.

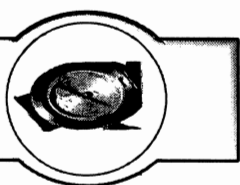
²⁸ Idem, p.53.

²⁹ Citado em *História Oculta do Sionismo*, p.54.

³⁰ Publicado pelo *Jornal do Brasil* de 22/4/01.



Pontos de Vista



 **ANGEL LUIS PARRAS SEN E JOSEPH WEIL**

A encruzilhada palestina:
Dois Estados ou uma Palestina laica, democrática e não-racista **78**

 **GEOFF PILLING**

Desenterrando Karl Marx (Parte 2) **91**

 **BILL HUNTER**

A Revolução Russa não foi um golpe **103**



A ENCRUZILHADA PALESTINA: DOIS ESTADOS OU UMA PALESTINA LAICA, DEMOCRÁTICA E NÃO-RACISTA?

ANGEL LUIS PARRAS SEN

Membro do PRT (Espanha) e Comitê Executivo da LIT-OJ

JOSEPH WEIL

Dirigente do PSTU (Brasil), ex-membro da juventude sionista e participante de visita a campos de refugiados palestinos na Síria em 1992

Quando escrevíamos este artigo, a situação na Palestina já estava evoluindo para uma guerra aberta entre Israel e o povo palestino, segundo Robert Fisk, repórter inglês presente em Ramallah, na Cisjordânia. Qual a saída para um aparente impasse 'sem solução'? Como toda situação aguda, a nova Intifada e a guerra civil colocam questões programáticas profundas. Dentro da esquerda a discussão sobre a Intifada e o futuro da região e Israel tem caído no beco sem saída em torno à armadilha dos Planos de Paz. Parafraseando Clausewitz, se poderia dizer que estudam com afinco a tática, porém, raras vezes a estratégia e praticamente nunca a guerra.

Discute-se apenas se os planos de paz devem ser mudados, se deve ou não haver uma intervenção externa, da ONU, para impor a paz e não a natureza em si desses planos, de sua íntima ligação com a aceitação do status quo de Israel como colonizador e opressor dos povos da região, em particular dos palestinos. É possível haver paz entre o colonizador e os colonizados? É possível apontar uma solução, a partir de dois Estados, um judeu e outro palestino? Do nosso ponto de vista, é necessário voltar às questões de fundo para indicar uma saída para a revolução palestina.

A chave do problema está na natureza do Estado de Israel

A Intifada de Al-Aqsa colocou na ordem do dia uma realidade que vinha sendo encoberta enquanto durou o intervalo dado pela implementação inicial dos Acordos de Oslo: que é impossível uma paz entre palestinos e judeus mantendo-se o caráter sionista do Estado de Israel. O problema está na natureza mesma e na origem desse Estado. Israel é um Estado artificial, um enclave militar do imperialismo norte-americano, constituído sobre a base de desalojar à força os legítimos habitantes do território, o povo palestino.¹

Baseado nas idéias sionistas, Israel tem como definição ser o Estado de



uma raça, um estado teocrático, constituído em base a um critério religioso. Israel foi fundado e se expandiu baseado na dupla ideologia do povo eleito que ocupa uma terra 'sem povo'. Mais ainda, seus dirigentes têm, desde sua fundação, insistido que os outros povos da região não têm identidade própria. É impossível haver paz com um Estado que se apoia na colonização e na exclusão do povo que vivia no local em que se instalou.

Os fundadores do sionismo eram claros nisso. Herzl, em seu livro *O Estado Judeu*, dizia: “*Será um bastião adiantado da civilização ocidental frente à barbárie oriental*”. Nenhuma das correntes presentes no movimento sionistas e que governaram o estado fogem dessas definições básicas: que o estado judeu é excludente dos demais povos, que uma política de exclusão deve ser aplicada aos árabes que habitavam a terra prometida antes. Por isso, até a central sindical Histadrut, seguindo os ditames do Poalei Zion (que daria origem ao Mapai, antecessor e um dos componentes do Partido Trabalhista de Barak e Peres) e de seu líder, Aaron D. Gordon, não somente excluía de suas fileiras os trabalhadores não-judeus, como fazia campanhas para que os empregadores só contratassem trabalhadores e despedissem os árabes. “*Avodá ivrit*” (trabalho para os judeus) é o lema da Histadrut.

Apesar de o financiamento de Israel ser um elemento revelador da natureza desse Estado, nenhuma das correntes sionistas tem vergonha de reconhecer que desde o início foi financiado pelos EUA e os poderosos lobbies de milionários judeus. Já nos primeiros anos de sua fundação, entre 1949 e 1966, Israel recebeu 7 bilhões de dólares. Para avaliar o significado dessa cifra, basta recordar que o Plano Marshal, feito para a Europa Ocidental de 1949 a 1954, chegou a 13 bilhões de dólares. Israel, na época com pouco menos de 2 milhões de habitantes, recebeu – é certo que em mais tempo - mais da metade do que receberam 200 milhões de europeus. Em outras palavras, Israel recebeu do imperialismo norte-americano cinco vezes mais por cabeça que o ambicioso plano de reconstrução europeia.

Uma cifra que define com certa clareza a

natureza do Estado israelense é que já nos anos 70-80 o total da ajuda norte-americana – sem contar a ajuda da Diáspora ou dos empréstimos - representava mil dólares por habitante/ano, o que por si só equivalia a mais de três vezes o Produto Interno Bruto por habitante do Egito e da maioria dos países africanos. É superconhecido o dado de que os EUA entregam a Israel uma ajuda direta no valor de 5 bilhões de dólares por ano.

A ajuda incondicional e ilimitada recebida nestes 52 anos de existência é o preço pelo serviço que o Estado sionista presta, é “o preço de custo” para que esse Estado garanta e desenvolva sem travas sua função essencial: levar judeus para a Palestina a qualquer preço; expulsar os árabes da Palestina; desempenhar o papel de “bastião adiantado da civilização ocidental”.

As correntes que governam Israel estão de acordo na estratégia

As correntes sionistas têm em comum uma compreensão e uma estratégia para os palestinos que poderíamos resumir nas palavras de Edward W. Said²: “*o sionismo sempre quis mais terra e menos árabes: desde Ben Gurion a Sharon, passando por Rabin, Shamir, Netanyahu e Barak, há uma continuidade ideológica ininterrupta na qual o povo palestino é visto como uma ausência desejada pela qual se combate*.”³ As correntes sionistas dizem que os judeus têm todos os direitos à “terra de Israel”, então qualquer não-judeu que esteja aí não possui qualquer direito. “*Até Simon Peres, que às vezes parece falar uma linguagem humana, nunca se deixa levar a ponto de considerar os palestinos sequer como merecedores de um tratamento como iguais. Os judeus devem seguir sendo uma maioria, possuir toda a terra, definir as leis tanto para judeus como para os não-judeus, garantir a imigração e a repatriação somente para judeus*.” (Said)

As definições da corrente fascista originada nos Revisionistas de Vladimir Jabotinsky, admiradora de Mussolini e Hitler, que teve continuidade no Likud de Begin, Netanyahu e Sharon foram e são mais diretas nessa direção.

O livro *The Iron Wall* (A muralha de ferro) de Lenni Brenner reproduz o pensamento ra-



cista e fascista desse fundador do sionismo. *“É impossível que alguém se assimile a pessoas que tenham sangue distinto ao seu. Para se assimilar, tem que mudar seu corpo, tem que converter-se em um deles no sangue. Não pode haver assimilação. Nunca haveremos de permitir coisas como o matrimônio misto porque a preservação da integridade nacional somente é possível mediante a pureza racial e, para isso, haveremos de ter esse território em que nosso povo constituirá os habitantes racialmente puros.”*

Assim como os afrikaners da África do Sul, esses racistas nazis consideram os palestinos como seres humanos inferiores, um não-povo; por isso, seus seguidores nas colônias em territórios palestinos ainda hoje repetem sem maiores problemas esse discurso, “não se pode chamá-los de povo”⁴.

Os dois padrinhos e antecessores de Sharon, Menachem Begin e Itzhak Shamir têm uma trajetória que coloca na prática essa concepção fascista em relação à ‘questão palestina’. Em 1988, Shamir dizia sobre a Intifada: *“Temos de criar a barreira e conseguir que os árabes dessas zonas voltem a ter medo da morte...”* Qualquer semelhança com a atual política de Ariel Sharon não é mera coincidência!

Todavia os Laboristas, apesar da retórica diferente do Likud, têm a mesma estratégia: a prática é o critério da verdade. Os dados sobre a ocupação de territórios durante os últimos anos mostram a mesma política, apenas com ênfases e discursos às vezes distintos. Em 1936, Ben Gurion dizia (se referindo à aceitação da partilha da Palestina): *“Um Estado judeu parcial não é o objetivo final, mas sim apenas o princípio. Estou convencido de que ninguém pode nos impedir de nos estabelecer em outras partes do país e da região”*. E agregava mais tarde: *“o Estado será somente um estágio na realização do sionismo e sua tarefa é preparar o terreno para nossa expansão. O Estado terá que preservar a ordem, não predicando, mas com metralhadoras.”*

Já em 1948, segundo seu biógrafo Bar Zohar, em sua primeira visita à cidade de Nazaré haveria dito: *“porque há tantos árabes, porque não os expulsaram?”*⁵

Moshe Dayan, ministro da Defesa do governo trabalhista em 1967, declarava: *“Somos uma geração de colonizadores e sem os capacetes de aço e o canhão não sabemos plantar uma árvore ou construir uma casa. Não retrocederemos ante o ódio de centenas de milhares de árabes em torno a nós, não desviaremos nossas cabeças para que nossas mãos não tremam de medo. Este é o destino de nossa geração. Estar preparados e armados”*⁶

Rabin, que depois ganhou o Nobel da Paz, era ministro da Defesa de Shamir em 1988 e tinha como política para enfrentar a primeira Intifada, segundo o insuspeito Jerusalem Post: *“a prioridade absoluta é o uso da violência, o emprego da força, as surras... Consideram isso mais eficaz que as prisões (porque) depois destas podem voltar a atirar pedras nos soldados. Porém, se as tropas quebram suas mãos, já não podem reincidir...”* (New York Times, 21/1/88).

O último governo de maioria trabalhista, o de Ehud Barak, foi o maior instalador de colônias desde 1992 nos territórios de Gaza e Cisjordânia ocupados em 1967. Um artigo de Nadav Shragai no Haaretz de 27/2/01 relatava: *“O governo começou a construção de 1943 unidades habitacionais nos territórios ano passado – o maior número desde 1992, de acordo aos dados apresentados ontem pelo parlamentar Mussi Raz (Meretz).”*

Por isso, não deveria surpreender tanto que o ‘pomba’ Simon Peres possa facilmente aceitar ser parte de um governo Sharon. A organização israelense Gush Shalom, que luta pela retirada das colônias nos territórios ocupados através do boicote aos seus produtos, publicou no jornal Haaretz de 16/2/01: *“Dez*

dias atrás o Partido Trabalhista declarou que Sharon iria causar um banho de sangue e a guerra. Agora os líderes trabalhistas correm para integrar o governo Sharon, prontos para fornecer o alibi que ele necessita para o banho de sangue e a guerra”.

A resposta à pergunta sobre o que leva correntes aparentemente adversárias como Likud e Trabalhistas a formarem governos de ‘unidade’ está no acordo estratégico sobre a natureza do Estado colonizador que leva a uma aliança histórica entre essas correntes, apesar das diferenças táticas. Por exemplo, levou a que se dividissem sobre a aceitação da partilha da Palestina em 1947, mas não em relação ao que fazer com os árabes residentes. O pensamento de Ben Gurion, Dayan, Rabin, Peres, Barak tem na matriz a idéia chave de um Estado judeu e de que é necessário construir as bases para isso às custas da expulsão da população árabe. Todas as negociações de paz são para assegurar esse marco e buscar que os palestinos aceitem viver nos guetos que lhes foram reservados.

A expansão como tarefa essencial do Estado sionista

Quem defende como possível solução a conformação de dois Estados, um judeu e outro Palestino, parece apoiar-se, em primeiro lugar, em um critério “racional” e “equitativo”. Suponhamos que alguém tenha a casa invadida, parte de sua família assassinada, e outra parte expulsa, e a que fica está confinada em um pequeno quarto da casa. A partir daí, toda a sua vida, trabalhar, comer, educar-se, movimentar-se de um lugar a outro passa a depender dos acordos que chegue com um ocupante que, além do mais, continua trazendo mais gente a esse espaço que considera como sua casa.

Nessa situação, em quê consiste o critério “racional” e “equitativo” dos dois Estados? Em legitimar essa atropelo? Em legalizar a ocupação? Mas suponhamos que se aceita como um imperativo essa decisão. Os Acordos de Oslo, como os diversos planos de paz, têm em essência esse fundamento dos dois Estados, e a história se mostrou inapelável com esse racio-

ínio: em meio à miséria crescente e a expulsão dos palestinos, o curso expansionista do sionismo tem sido permanente.

Na medida em que a razão de ser do Estado sionista é trazer o “povo sem terra” à “terra sem povo”, a expansão é intrínseca à sua própria natureza. A Palestina histórica tem uma extensão de 27.242 km², Israel ocupa já mais de 22.000 km², ou seja, mais de 80% do território.

A conquista de território por parte do exército israelita foi acompanhada pelo assentamento de colonos judeus. Já no primeiro ano de vigência dos acordos de paz de Oslo, Israel confiscou 670 km² de terrenos palestinos para ampliar as colônias e abrir novas estradas entre elas, depredando, de passagem, mais de 14 mil árvores frutíferas. Nesse mesmo período, o número de colonos na Cisjordânia (sem contar Jerusalém) passou de 125 mil para 136 mil. Em dez anos de negociações de paz, o número de colonos judeus duplicou.

Alguns buscam no Likud ou nos “extremistas judeus” a razão pela qual a expansão dos assentamentos judeus continua, e se apoiam no fato, correto, de que surgiram em determinados momentos tensões entre colonos e o governo sionista de turno. Mas esse fato não absolve o Estado, nem o exime de forma alguma dessa política expansionista, e tampouco disfarça o fato irrefutável de que a expansão continuou, tanto sob governos do Likud como do Partido Trabalhista.

Simon Peres afirmava, já em 1995, que “os colonos não eram um obstáculo para a paz; que poderiam ficar na Cisjordânia e na Faixa de Gaza depois do fim do processo de paz”. (entrevista a Der Spiegel, 5/3/1995). Basta ver as atuais facilidades para a colonização, indicando que não há nenhum plano real de descolonização e nisso existe acordo entre os Trabalhistas e o Likud. Pode-se apelar a muitos exemplos, como em Maalé Alunin⁷, onde é extremamente vantajoso para um judeu se instalar. Mas para ver o papel do Estado basta dizer que em Hebrón, para proteger 350 colonos situados no próprio centro da cidade, há 700 soldados; na Faixa de Gaza, no enclave de Netzarum, há um batalhão inteiro para custodiar



53 famílias judias.

Jerusalém concentra, por diversas razões, boa parte do conflito, e não por casualidade foi o cenário da explosão da nova Intifada. Os defensores dos planos de paz e da “solução dos dois Estados” deveriam prestar especial atenção ao processo de Jerusalém.

É em base à teoria da convivência dos dois Estados que Jerusalém foi dividida artificialmente em duas partes em 1948, por resolução da ONU. A parte ocidental, ocupada por Israel, estava povoada em sua maioria por árabes. 60 mil palestinos dos bairros ocidentais de Jerusalém e dos povos vizinhos tiveram de abandonar, por terror, suas casas. Em 22 de junho de 1967, Israel anexa militarmente a parte oriental, que estava sob controle jordaniano. Durante as décadas de 60 e 70, Israel expande a presença judia mediante a expropriação de propriedades árabes. Durante a década de 80, colonos judeus vinculados aos setores mais fascistas, com o apoio do Ministério da Moradia, então dirigido por Ariel Sharon, se instalam no bairro árabe do centro da cidade, nas proximidades de Haram al Sharif⁸.

Durante os últimos governos trabalhistas e do Likud, foi criado o projeto da Grande Jerusalém reservada apenas para os judeus. Entre 1996 e 1999, somaram-se a essa expansão 42 colônias “selvagens”. E em 21 de junho de 1998, o governo israelense dá o aval formal ao plano da Grande Jerusalém com algumas medidas, entre outras, a que retirava as permissões de residência aos árabes que figurassem no censo da Autoridade Nacional Palestina ou tivessem casa nos territórios administrados pela ANP.

O plano se baseou no objetivo declarado de manter um equilíbrio demográfico de sete judeus por cada três palestinos, em ir isolando a cidade do restante da Palestina, impossibilitando o crescimento dos bairros árabes e estabelecendo assim uma área de expansão populacional judia na Cisjordânia. Mediante a anexação de terras, expropriações ilegais de municípios próximos a Jerusalém (Ramallah, Belém, Beir Sahur) foi sendo criado – como diz o expert holandês Jan de Jong - um sistema de dois anéis concêntricos de assentamentos judeus que rodeiam Jerusalém por completo. Como diz o prefeito palestino de Hebrón, “*não querem viver a nosso lado, mas em nosso lugar*”.

O “Estado” da miséria palestina

Independente da retórica, na hipótese de que se reconhecesse os dois Estados, a verdade é que só a cegueira completa ou um cinismo sem limites permitiria chamar “Estado Palestino” aqueles guetos de miséria cercados por colonos e militares sionistas, com franca supremacia econômica, política e militar.

O expansionismo sionista vai associado a dois fatos inseparáveis da vida palestina: a diáspora de quase quatro milhões de palestinos, de uma população total que não chega a oito milhões, e a miséria mais completa dos quase três milhões de palestinos que vivem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

A expansão sionista arruinou a agricultura palestina. Mediante o confisco de terras, a imposição de quotas para as exportações ao mercado israelense, o controle de importação de ferramentas agrícolas ou o envio, a preços muito competitivos, do excedente agrícola israelense aos territórios ocupados, acabou se reduzindo a extensão dos cultivos, limitando o número de peões nas granjas

e empurrando os habitantes de várias aldeias para o mercado de trabalho israelense. Nesse plano, não faltou a proibição aos agricultores palestinos de exportar produtos agrícolas para a Jordânia; zonas inteiras de oliveiras e árvores frutíferas foram destruídas.

Sem dúvida, uma arma poderosa em mãos dos militares sionistas é a água. Os recursos hidráulicos, devido à escassez, tornaram-se um dos pontos estratégicos no Oriente Médio, e por isso zonas como as Colinas de Golã foram fonte constante de disputa. Durante anos as ordens militares sionistas incluíram a destruição de poços de água palestinos, a proibição de que cavassem a mais de 120 metros de profundidade (os colonos sionistas tinham autorização para cavar até 800 metros de profundidade), a expropriação de poços de proprietários “ausentes” etc. Desde 1982, todo o sistema hidráulico está sob administração da “Rede Nacional Israelense”. Os habitantes palestinos de Gaza e Cisjordânia dispõem de 115 milhões de metros cúbicos de água por ano, o que representa 19% dos recursos de seu país. A economia israelense e os assentamentos judeus dispõem de 485 milhões de metros cúbicos.

Em termos de infra-estrutura, só 2% das localidades da Cisjordânia têm rede de esgotos; apenas 21% dos habitantes conta com sistema de coleta de lixo; apenas 44% das localidades cisjordanas dispõem de fornecimento permanente de energia elétrica e apenas 20% dos habitantes estão conectados à rede telefônica.

Em um estudo realizado no início dos anos 90¹⁰, em uma situação “melhor” que a atual, os dados em matéria de saúde eram relevantes. Dos 830 milhões de dólares de impostos nos territórios ocupados recolhidos pelas autoridades militares israelenses, somente 300 foram invertidos em projetos de saúde, educação e assistência social. Nesse período, os gastos da administração civil em matéria de saúde pública passaram de 40 a 18,3 dólares per capita, enquanto que na Jordânia a cobertura era de 140 dólares e em Israel chegava a 370 dólares per capita. Portanto, não é de estranhar a falta de camas e medicamentos nos hospitais palestinos.

Carentes de recursos “500 escolas, oito universidades e mais 11 mil empregados do setor educativo nos Territórios Ocupados padecem sem o menor financiamento ou diretriz...” (Edward W. Said)

A economia palestina vive em fase de completa pauperização sobretudo desde 1967, quando as autoridades jordanianas terminaram de descapitalizar toda a margem oriental para favorecer a industrialização da antiga Transjordânia. O papel da economia palestina na “divisão do trabalho” está determinada pelos projetos do ocupante. Assim, em um informe de 1970 do Ministério de Defesa israelense se afirma: “por um lado, os territórios ocupados constituem um mercado suplementar para as exportações israelenses e as empresas pertencentes ao setor terciário e, por outro, é provável que acabem convertendo-se em um canteiro de mão de obra não qualificada”.¹¹ Já em 1987, mais de 92% das importações de Gaza e Cisjordânia procediam de Israel.

Como cifra comparativa, tem-se que em 1992-1993 o PIB de Israel subia para 63 bilhões de dólares, o da Jordânia a 4.100 milhões e o dos territórios ocupados foi de 2.200 milhões de dólares, sendo que um terço desses ingressos procede da mão de obra empregada em Israel, dos 600 mil palestinos que dependem do mercado de trabalho israelense.

O fechamento dos territórios decretado pelo governo israelense só aumentou a asfixia desse quadro de pauperização. As taxas de desemprego dispararam de 23 para 50% da população ativa, e se calcula que nos últimos anos o poder aquisitivo da população de Gaza e Cisjordânia caiu 46%.

Como se fosse pouco, os acordos de paz obrigam a Autoridade Nacional Palestina a “uma mesma política de importação” que Israel, deixando-lhe como “margem” importar determinados produtos de países árabes, em quantidades limitadas e a preços acertados previamente com Israel.

Cabe então perguntar qual é a viabilidade de um Estado sem recursos hidráulicos, sem indústrias, com a agricultura destruída, sem infra-estrutura de moradia, saneamento, educação ou transporte, e sem independência, sequer formal, para estabelecer relações comerciais exteriores?

Em tais condições de coexistência entre os dois Estados, o chamado “Estado Palestino” não seria mais que a Administração de um Gueto, gerente de um Batustam, cujos ínfimos recursos econômicos dependeriam da “ajuda exterior”, essa que chega a conta-gotas, dependendo do quanto o doador goste das medidas adotadas.



Acordos de paz que trazem Batustans

Já em 1988, o ex-subsecretário de Estado George Ball (administrações de Kennedy e Johnson) em seu artigo A paz de Israel depende de um estado-apêndice dos palestinos afirmava: “*A preocupação de Israel por segurança poderia ser satisfeita em boa medida redigindo um tratado formal com salvaguardas vinculadas e executáveis que impeçam o novo estado palestino ter qualquer força armada própria e limitem o número e tipo de armas que pode usar sua polícia. Como salvaguarda adicional, o acordo poderia incluir a instalação de postos de vigilância mais amplos numerosos e efetivos que os que atualmente funcionam no Sinai a partir do acordo de paz de Israel com o Egito.*”¹²

A assinatura, em setembro de 1993, dos chamados Acordos de Oslo, negociados em segredo entre o governo israelense e a direção de Arafat, está em sintonia com essa proposta antiga dos funcionários do governo dos EUA. Mas esses acordos também devem ser explicados pela mudança na estratégia palestina que teve início em dezembro 1988 com a decisão da maioria do Congresso Nacional Palestino, dirigido por Arafat, de reconhecer o Estado de Israel. Essa mudança punha no centro da estratégia palestina a negociação sobre a base do reconhecimento de dois Estados.

Os Acordos de Oslo eram a máxima expressão dessa estratégia, e foram seguidos por uma enorme difusão, que não poupou elogios e cumprimentos. A declaração mesma começava com a solene afirmação dos assinantes de que havia “*chegado o momento de pôr fim a decênios de confrontações e conflitos, de reconhecer reciprocamente seus direitos legítimos e políticos, de esforçar-se por viverem coexistência pacífica, a dignidade e a segurança mútua...*”. Os direitos legítimos e a dignidade para os palestinos se resumem em uma “*autonomia*” carente de recursos próprios, guetos de miséria cercados pelas FFAA israelenses. Em troca, a direção de Arafat renunciou não só à autodeterminação, como também a Jerusalém e aos direitos dos refugiados, ou seja, aos direitos de 55% da população palestina. Mas além de fracionar a negociação (o tema do regresso dos refugiados ficava de fora), Arafat se empenhou em fracionar a resistência palestina. Edward Said definiu os Acordos de Oslo como um “*instrumento de submissão*”, como a “*capitulação*”. “*Israel obteve dos árabes a aceitação, o reconhecimento e a legitimidade, sem ser obrigado a renunciar à soberania sobre os territórios árabes ocupados, entre eles, Jerusalém Oriental*” (Edward W. Said). Os acordos estão em sintonia com a manutenção de Israel enquanto Estado sionista. Se impõe, com a rubrica de Arafat, essa visão racista e teocrática, que repete soluções anteriormente impostas pelo imperialismo em suas colônias nos séculos XIX e XX.

Uma definição dada por Edward Said ilustra esses antecedentes e permite dar um marco histórico ao status atual que dá o marco das negociações sobre a região:

“Os acordos de autonomia com os quais os palestinos (excluimos os 4 milhões de refugiados cuja sorte foi jogada para a nebulosa situação do ‘estatuto final’) tem que conviver são uma curiosa amálgama de três soluções, historicamente descartadas, e idealizadas por colo-

nizadores brancos para o problema dos povos antigos da África e Américas do século XIX. Uma delas se baseava na idéia de que os nativos podiam ser convertidos em irrelevantes seres exóticos privados de suas terras e mantidos em tais condições de vida que lhes reduzissem a ser trabalhadores braçais temporários ou agricultores pré-modernos. Este é o modelo índio-americano. A segunda consistia na divisão de suas terras (reservas) em *Batustões* descontínuos, e no estabelecimento de uma política de apartheid que dava privilégios especiais aos colonos brancos (hoje os israelenses), enquanto se permitia aos nativos viver em seus guetos miseráveis; assim, estes eram responsáveis dos assuntos municipais sem deixar de estar submetidos ao controle do branco (de novo Israel). Este é o modelo sul-africano. Finalmente, a necessidade de que estas medidas gozassem de certo grau de aceitação requeria que um chefe nativo assinasse na parte inferior da página. Este chefe obtinha temporariamente um estatuto mais elevado do que aquele que dispunha antes, recebia apoio dos brancos, um título, um par de privilégios, e talvez, uma força de polícia nativa, de tal maneira que todo o mundo pudesse apreciar sem dificuldade que se havia feito o melhor para esse povo. Esse é o modelo seguido pelos franceses e britânicos na África do século XIX. Arafat é o equivalente do século XX dos dirigentes africanos.”¹³

O giro na estratégia dos dois Estados é a política e a orientação da direção de Arafat. É impossível entender a Intifada sem esse cerco de miséria, asfixia e terror imposto pelo Estado sionista, mas é pertinente dizer que a Intifada também é um protesto contra essa política, que legitima o sionismo enquanto condena o povo palestino à fome e ao desemprego.

Sobre alguns argumentos da esquerda a favor dos dois Estados

Excede os limites de espaço deste artigo e seu objetivo responder os diversos argumentos daqueles que, na esquerda, defendem como saída para o conflito uma solução pacífica baseada na conformação de dois Estados. Por exemplo, é um argumento dos que defendem a solução ‘realista’ afirmar que Israel já é uma realidade após 50 anos de existência. A validade desse argumento seria o mesmo que afirmar, anos

atrás, que o apartheid sul-africano era uma ‘realidade’ após décadas e devia ser aceito pelos negros com algumas reformas. Tão progressista como exigir a San Martín que fosse realista diante do fato evidente de mais de três séculos de presença espanhola na América Latina.

Queremos nos referir, particularmente, a uma corrente de esquerda que advoga pela solução dos dois Estados e a retomada das negociações de paz: o Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU). Michel Warshawski, dirigente de seu grupo israelense e especialista no tema, sobre o qual escreve artigos para o jornal Rouge da LCR, seção francesa do SU, advoga por uma ‘verdadeira paz’ e a coexistência entre dois Estados, sob auspícios da ONU”.

Segundo Michel Warshawski: *“Para deter a loucura assassina em curso, é necessária uma intervenção internacional, decidida a impor ao menos a retirada das forças militares israelenses e a redefinição de um marco de negociações que possa pôr fim ao dilata israel-americano. Os palestinos pedem uma proteção internacional e este chamamento deve ser retomado com vigor pelo movimento de solidariedade que começa a se reorganizar em todo o mundo, depois de sete anos de confusão mantida pelos acordos de paz.”*¹⁴

*“Uma força de interposição internacional seria, sem dúvida alguma, a solução menos custosa. É o que pedem os palestinos. É também o que pode acelerar o reinício das negociações, que o governo de Barak, mais isolado que renuncia e incapaz de tomar a menor decisão, a não ser a de golpear, sabe inevitável. Neste sentido, uma intervenção internacional não serviria somente para evitar o massacre dos palestinos, mas também para limitar o número de vítimas do lado de Israel, que não vai parar de aumentar, como confirma o último atentado de Gaza.”*¹⁵

Ou seja, diante de tal ofensiva, impossível de ser derrotada por causa da desproporção de forças, o “realista” e o “revolucionário” é apelar para a boa vontade de uma intervenção internacional para, nada mais nada menos, que impor a retirada das tropas israelenses!?! Os dirigentes do SU adotaram esse hábito político de exigir a intervenção da ONU frente a qualquer conflito que se dê no mundo (Bósnia, Kosovo, Timor, Chechênia). Curioso pacifismo este que encontra



na exigência de intervenções militares da chamada “comunidade internacional” a solução para todos os problemas. Curioso antimilitarismo este que converte os exércitos da ONU nos instrumentos políticos de todas as soluções. E infeliz e lamentável política que chama as massas permanentemente a confiar em instituições como a ONU, como se esta fosse neutra ou alheia ao problema, como se a ONU ou os exércitos que intervenham em seu nome estivessem acima dos grandes Estados, acima das classes, como se não fossem serviçais do imperialismo, em particular do norte-americano.

Para Warshawski, parece que “a comunidade internacional”, ou a ONU tivessem outra política, qualitativamente diferente, sobre o conflito, distinta dos “planos de paz” que vêm sendo aplicados. Como se junto com a intervenção militar da ONU chegassem os planos de paz ‘verdadeiros’, nos quais seriam reconhecidas as legítimas reivindicações palestinas.

Não se lembra que foi a ONU que repartiu a Palestina para permitir, primeiro, que se formasse e depois desse legitimidade internacional ao Estado sionista? Não se lembra que foi a ONU que aprovou perseguir militarmente todos os que se levantaram em armas contra sua resolução de repartir a Palestina? E não foi sob o auspício da ONU que se negociaram, primeiro em segredo, depois se assinaram os vergonhosos Acordos de Oslo que tantos sofrimentos trouxeram aos palestinos e contra os quais luta hoje a Intifada?

Michel Warshawski sabe perfeitamente que dentre todas as organizações da esquerda mundial, só a IV Internacional levantou, em 1948, sua voz contra a constituição do Estado de Israel. *“Abaixo a divisão da Palestina!, Abaixo a intervenção imperialista na Palestina!, Fora do país todas as tropas estrangeiras, os “mediadores” e “observadores” das Nações Unidas!”*, dizia a declaração da IV Internacional¹⁶. Warshawski deveria reconhecer ao menos que a defesa de ‘ambos os Estados’, da coexistência entre eles e o pedido insistente de intervenção da ONU feito pelo SU hoje é uma posição oposta pelo vértice à declaração programática da IV Internacional.

Warshawski exige “uma força de interposição internacional” que, se se concretiza, obviamente estará obrigada a se interpor entre o exército israelense e os jovens palestinos que protagonizam la Intifada. E se os jovens palestinos não aceitar parar de atirar pedras, se se negam a ficar quietos à espera de novos “planos de paz”? A solução proposta por Warshawski só é possível com a condição de parar la Intifada, porque do contrário os jovens palestinos terão de enfrentar o exército israelense e o da ONU.

Warshawski afirma que essa intervenção “é o que pedem os palestinos”. Deveria dizer, com mais precisão, que isso é o que pede Arafat! Não precisar isso é a forma de confundir a defesa dos palestinos e sua Intifada com a defesa de Arafat e sua política. Arafat clama pela ONU, para negociar com Israel e para acabar uma Intifada que surgiu apesar dele e em boa medida, contra ele.

Propor como solução pedir a intervenção da ONU, independentemente da vontade que acompanhe essa proposta, acaba se convertendo no apoio à permanência do Estado de Israel, o apoio à política de Arafat, em outras palavras, é o posto ao apoio incondicional à Intifada.

Retomar a defesa de uma Palestina laica, democrática e não-racista

A fortaleza do Estado de Israel, sua existência por mais de 50 anos, não se explica por seu poderio militar, nem sequer contando com todo o arsenal norte-americano. Como em toda guerra, é a política e não os meios técnicos militares – apesar de serem importantes – o elemento determinante. É difícil, na história dos Estados, encontrar um que, enquanto mantém sua dominação a ferro e fogo, expulsa, saqueia e assassina, seja apresentado como a “pobre vítima sitiada”, “cercada de inimigos”, a quem “não se deixa viver em paz”.

O sionismo conta com o auxílio da TV e da imprensa mundial, com o apoio dos Estados mais poderosos e influentes, além das inúmeras emissoras de TV, jornais, clubes das poderosas comunidades sionistas no mundo e os grandes lobbies milionários. Conta também com inúmeras organizações políticas, sindicais, culturais, incluindo boa parte da esquerda, que acabam fazendo parte da canalhescas manobra de capitalizar para o sionismo o sofrimento do povo judeu com o Holocausto (vide artigo de Cecília Toledo), de confundir deliberadamente judeus com sionistas, de atemperar, justificar ou minimizar o terror de todo um Estado.

O giro de uma parte da direção palestina, a que é dirigida por Arafat, e sua estratégia dos dois Estados é, acima de tudo, um triunfo do sionismo, porque legitima o direito de existir de um Estado sionista. A partir daí, qualquer negociação só pode levar, mais cedo ou mais tarde, ao retrocesso sistemático, ao gueto e a miséria.

Como afirma Ralph Schoenman, trotskista judeu norte-americano em seu livro *A História Oculta do Sionismo*, “Na realidade, os supostos defensores dos direitos palestinos que exigem a aceitação e o reconhecimento do Estado de Israel, seja como for que se disfarçam, estão atuando como advogados do Estado colonial estabelecido na Palestina. Utilizam a cobertura pseudo-esquerdista da autodeterminação para ‘ambos os povos’, mas essa sofisticada utilização do princípio da autodeterminação, equivale a um chamamento encoberto a uma anistia a Israel”¹⁷.

Esse giro estratégico da direção da Al Fatah teve e tem como destinatário o governo norte-americano e as burguesias européias. Trata-se de mostrar “sentido comum” e agradar os possíveis doadores. ¡Agora sim! a OLP defende uma política “integradora”, “não excludente”, de “convivência entre árabes e judeus”, repetem reiteradamente os defensores do giro estratégico. Até nesse aspecto tão crucial de toda luta, como a batalha ideológica, o giro parece um certo reconhecimento tácito dos reiterados e reacionários tópicos que o sionismo sempre agitou: “os palestinos querem acabar com os judeus”, “querem atirá-los ao mar”, “acabar com o Estado de Israel é anti-semitismo, perseguição aos judeus”.

Que outro programa, a não ser o programa fundacional da OLP, propunha a convivência entre árabes e judeus em um só e mesmo Estado? A proposta de uma Palestina democrática, laica e não-racista defendida pelo programa da OLP aprovado em 1969, marcou toda uma perspectiva de emancipação, que buscava a convergência entre árabes e judeus, sobre a base da eliminação do colonialismo sionista. Uma Palestina na qual os judeus que não faziam parte da invasão sionista eram “considerados como palestinos” Esse programa afirmava: “O movimento de libertação nacional palestino não luta contra os judeus enquanto comunidade étnica e religiosa. Luta contra Israel, expressão de uma colonização e baseada em um sistema teocrático racista e expansionista, expressão do sionismo e do colonialismo.”¹⁸.

Apontava assim uma estratégia para revolução palestina, atraindo el apoio de massas na Palestina e no resto do mundo árabe assim como de parcelas das massas mais pobres prejudicada pelo predomínio sionista e das camadas da juventude judia cansadas de servir de bucha de canhão em uma guerra sem fim para garantir os objetivos colonialistas insaciáveis de Sharon, Peres e companhia. Um programa e uma estratégia que punham ênfase especial em não confundir de forma alguma os judeus com os sionistas.¹⁹

O então recém nomeado presidente, Yasser Arafat, explicando o programa fundacional da OLP, dizia: “Como presidente da OLP, conclamo os judeus, a cada um individualmente, a reconsiderar sua opinião sobre o caminho para o abismo pelo qual o sionismo e os dirigentes israelenses os conduzem (...) Fazemos a




vocês o mais generoso dos apelos para que vivamos efetivamente uma paz justa, juntos em nossa Palestina democrática”.

A Intifada de 1988 a 92 abriu pela primeira vez a necessidade de que Israel, com apoio dos EUA, tivesse que negociar, e permitiu a sobrevivência da direção da Al Fatah. E Arafat se pôs à cabeça da negociação, nos moldes do imperialismo norte-americano, para chamar a paz e trair os heróicos combatentes das pedras. Qual é a avaliação, depois de mais de uma década, desse giro? Arafat é hoje o presidente de um batustã de miséria e sofrimento, cercado de questionamentos quanto à sua autoridade, em meio a denúncias de corrupção e torturas e da divisão da resistência palestina.

A nova Intifada não apenas repete as cenas de heroísmo do povo palestino e renova, com sua juventude, o compromisso com a luta, mas é também um questionamento objetivo, de cima abaixo, desse giro estratégico, da política dos dois Estados e os “acordos de paz”.

Edward W. Said diz que em defesa da Intifada se trata de abrir “*uma segunda frente*”. É certo, porque defender hoje a causa palestina, apoiar a Intifada exige, a nosso ver, redobrar esforços para explicar, explicar e explicar em todos os lugares do planeta as razões da luta palestina, contradizer os argumentos falaciosos do sionismo, quebrando o cerco que se quer levantar sobre a Palestina e rodeando assim de solidariedade a heróica Intifada.

Quando se fala dos planos de paz como “*saída para o conflito*” e se renuncia à batalha estratégica pela Palestina democrática, laica e não-racista em nome de um suposto realismo diante da “força do inimigo”, convinha dizer-lhes que não se trata de menosprezar nem um milímetro da força do sionismo e do imperialismo, mas é bom lembrar que recentemente os combatentes do Líbano conseguiram a retirada das tropas de Israel, para o que colaborou a mobilização das mães dos soldados judeus que não aguentavam mais a perda de seus filhos em uma guerra sem sentido.

Desde o Líbano começaram a aparecer os sintomas de exaustão da juventude judaica com os anos de guerra em prol do colonialismo. Já existem grupos de ação contra a ocupação dos territórios ocupados dentro de Israel (Gush Shalom) e soldados como Noam Kuzar, que se recusam a servir neles, orientados por grupos como o Yesh Gvul. Seria impensável há alguns anos que, como em 2001, no dia da comemoração da fundação de Israel haja uma contramanifestação desses grupos reunindo judeus e palestinos em Jerusalém. A resistência palestina e árabe ao colonialismo sionista permitiu que se abrissem as primeiras brechas na antes considerada invencível força armada israelense. E hoje a coragem dos ativistas da Intifada não se abate apesar dos assassinatos, tiros e ameaças do exército sionista. Em suas mentes, corações e ações repousa a esperança e o futuro do povo palestino e de sua revolução. 

NOTAS

1 Ver artículo de Cecilia Toledo

2 Edward W. Said es un prestigioso intelectual palestino tenaz opositor a Arafat y a los Acuerdos de Oslo. Está exiliado y hasta 1991 fue miembro del Consejo Nacional Palestino.

3 do artigo: “Palestina temo que abra segunda frente”, publicado em *Rebelión*, 15/4/01, traduzido de Al-Ahram Weekly On-line

4 *Le Monde Diplomatique*, set. 2000

HAMAS: DO ESTADO SIONISTA AO ESTADO ISLÂMICO

"Em Nome de Alá, o Misericordioso, o Clemente

Vós sois a melhor comunidade que já surgiu para a humanidade. Vós impondes a conduta correta e proibis a indecência; e vós credes em Alá.

Ese o Povo da Escritura tivesse acreditado, teria sido melhor para eles. Alguns deles são crentes; mas a maioria deles são praticantes do mal. Eles não irão vos prejudicar salvo uma leve ferida, e se eles lutarem contra vocês eles terão de retroceder e fugir. E depois de tudo eles não serão socorridos. Ignomínia será sua porção onde quer que eles se achem salvos [onde eles se agarrem a] uma corda de Alá e a uma corda do homem. Eles incorreram no ódio do seu Senhor, e miséria será jogada sobre eles. Isso é assim porque eles se acostumaram ao descrédito nas revelações de Alá, e atacaram os Profetas erroneamente. Isso é assim porque eles eram rebeldes e se acostumaram a transgredir." Surat Al-Imran (III), versos 109-111.... Israel irá crescer e permanecer ereto até que o Islã o elimine assim como ele tem eliminado seus predecessores.

Artigo Oito

Alá é seu objetivo, o Profeta seu modelo, O Corão sua Constituição, a Jihad seu caminho e a morte pela causa de Alá sua mais sublime crença."¹

O parágrafo citado corresponde a carta de constituição do HAMAS. Essa sua postura fundamentalista é tomada pela propaganda sionista para afirmar su repetido eslogan de que os 'árabes querem jogar os judeus ao mar', que são todos 'fanáticos' etc.

Desde a primeira Intifada, um movimento anti-sionista de caráter religioso muçulmano tem se fortalecido: o HAMAS. A força que adquiriu esse movimento tem a ver essencialmente com o giro da direção da OLP, reconhecendo o Estado sionista, identificando-se com os Acordos de Oslo e se submetendo aos ditames do imperialismo norte-americano. As forças tradicionalmente de esquerda dentro da OLP, como a FPLP e a FDPLP, embora tenham criticado as posições de Arafat, não se constituíram até agora como alternativa real de direção às posições da Autoridade Nacional Palestina (ANP). Com isso, deixam um espaço vazio para que aqueles que aparecem como radicalmente anti-Israel, como os que mantêm o repúdio à própria existência do Estado sionista e lutam por sua destruição. Somente se se entende esse espaço vazio e o desespero que acompanha a situação de cerco, miséria e repressão em que vivem os palestinos, se pode entender a força alcançada pelo HAMAS.

5 Schoenman, R., p. 41.

6 Citado em Rotschild, Jon "How the arabs were driven out of Palestine". Intercontinental Press, n°38, New York, 1973 e também em artigo de Uri Avnery, líder pacifista israelense de 12/01

7 El Mundo, 8/4/01

8 Es el recinto sagrado musulmán.

9 Le Monde Diplomatique, edición española, Enero 2001

10 Citado en "Palestina: el volcán". Adrián Mac Liman

11 Idem

12 Los Angeles Times, 10/1/88, apud SCHOENMAN, Ralph. *Historia Oculta del Sionismo*, Barcelona, Marxismo y Acción, 1988, p.119. É só olhar para os postos de

vigilância israelenses em Gaza e Cisjordânia responsáveis por muitas das mortes de palestinos na nova Intifada, para ver que esse modelo prosperou.

13 idem, p.15

14 Michel Warshawski: *Crisis palestino-israelí, Ruido de Botas em Rouge*, outubro de 2000 .

15 Michel Warshawski, *Bombas sobre Gaza Publicado em Rouge*, novembro 2000

16 Quatriéme Internationale, junio 1948

17 Schoenman, R., op.cit., pp.117-118.

18 Garaudy, R. *Palestina, terra de los mensajes divinos* Madrid, Fundamentos, 1986, p.403.

19 *Declaración política de Al Fatah* 1.01.1969

20 Extraídas da *Charter of HAMAS*.



Muito longe da propaganda feita pelo sionismo e seus aliados, a Palestina era a região do Oriente Médio onde a influência política das correntes religiosas era comparativamente das menores de la zona. Basta ver que a formação da OLP era por amplíssima maioria de natureza laica, o que se reflete na plataforma de 1969 acima citada. El peso adquirido por movimientos como Hamas o Jihad está diretamente vinculado al desgaste da direção da ANP. Para ter sua autoridade implantada em um pequeno trecho de território, Arafat cedeu e aceitou a manutenção do estado sionista, elogiando os políticos trabalhistas israelenses e abandonando questões chave como a dos refugiados e das terras usurpadas, al tiempo que volvia la represión contra las propias filas palestinas. Apelando a uma política de atos de terrorismo individual e enfatizando seu caráter religioso com apelos à *Jihad* e ao mártírio, o Hamas então apareceu como alternativa intransigente de combate a Israel, ganhando peso na juventude a partir da primeira Intifada.

Mas o projeto de Estado **islâmico** é o oposto ao projeto fundacional da resistência palestina. O projeto islâmico acaba dando argumentos ao sionismo e unificando ao seu redor ou paralisando os duvidosos, ao mesmo tempo que não ajuda nem um pouco a romper o cerco imposto à luta palestina. A razão essencial é que o objetivo do Hamas é substituir um Estado teocrático, o sionista, por outro Estado teocrático, o islamita. Significa, em essência, abandonar a perspectiva de um Estado laico e democrático como estava na carta da OLP de 1969. É o simétrico do sionismo, no lado árabe, no aspecto religioso e de concepção de Estado. Significa também a perspectiva de uma ditadura teocrática sobre os povos da região.

A grande revolução iraniana de 1979 foi desviada para o beco sem saída da ordem burguesa e enclausurada na armadilha da ditadura dos aiatolás pela direção de Khomeini. Este implantou a República Islâmica, um Estado de natureza religiosa. Os iranianos já padecem há mais de 20 anos o significado dessa proposta, com a exclusão dos direitos básicos para todas as mulheres e as proibições à ação da esquerda. Hoje, quando os iranianos questionam essa ditadura, a República Islâmica mostra sua verdadeira face, por meio da política repressiva do aiatolá Khamenei contra os protestos democráticos dos jovens iranianos e contra os sindicatos independentes e os conflitos trabalhistas.

A nosso ver, a luta de liberação nacional e social palestina exige, além da disputa com a direção colaboracionista de Arafat, uma disputa permanente com as correntes fundamentalistas. E a melhor forma de fazê-lo é manter o apoio à luta contra o Estado sionista, o apoio hoje incondicional à Intifada, defendendo como solução a constituição de uma Palestina laica, democrática e não-racista, como parte da luta socialista em todo Oriente Médio. 🌐

ALP e JW

DESENTERRANDO KARL MARX

PARTE 2

GEOFF PILLING

**Dirigente do WRP (Workers Revolutionary Party) da Inglaterra,
falecido em 20 de agosto de 1997**

Antes de chegar a alguns pontos específicos, passarei a fundamentar a seguinte acusação: que nosso autor está tergiversando, às vezes, de propósito, a verdadeira história do movimento marxista – vale a pena notar toda a atitude de Smith diante da história e o que isto implica.

Não há dúvida de que todos os indivíduos que enfoca tinham as suas debilidades (quem não as tem?). E, seguramente, algumas dessas debilidades eram mais graves que as outras. Mas é necessário colocá-las no devido contexto histórico. Só se pode entender as falhas de Plekanov, Kautsky e outros (incluindo o próprio Bernstein, a quem Engels, depois de tudo, nomeou o seu testamenteiro literário) se tomamos em conta que eles viveram o período de transição de uma fase relativamente pacífica do capitalismo “clássico” até a do imperialismo. Os “pobrezinhos” foram incapazes de dar o salto gigantesco por cima de duas épocas. Alguns casos se complicaram por longos anos de exílio e, também, de relativo isolamento das lutas cotidianas no movimento operário.

É preciso destacar esse ponto na história da Quarta Internacional. Não se pode compreender o problema da Quarta Internacional somente – ou nem sequer essencialmente – pela ótica de examinar com que grau de exatidão seus dirigentes chegaram a compreender a obra de Marx. Esta “compreensão” e o seu nível devem estar inseridos num marco histórico concreto, devem ser estudados em relação ao desenvolvimento

Aqui continuamos publicando a crítica de Geoff Pilling ao livro *Marx no Milênio* de Cyril Smith, iniciada no número anterior de nossa revista.

contraditório da luta de classes. Os longos anos durante os quais o movimento se viu marginalizado, os duros anos durante os quais os seus principais dirigentes foram assassinados pelos esquadrões stalinistas da morte, anos em que nos vimos obrigados a defender a herança do marxismo contra os gângsteres do stalinismo, estando relativamente isolados da classe trabalhadora, deixaram, obviamente, a sua marca, não só entre os marxistas, mas também no movimento operário de conjunto. Mas o essencial é que se conservou a continuidade do movimento. O stalinismo não conseguiu separar o marxismo da classe trabalhadora, por mais danos que haja infligido, tanto ao marxismo como à classe. Se há algo de surpreendente é o fato de que o marxismo sobreviveu a esse período (como disse o Dr. Johnson de seu cachorro: não me estranha que não possa caminhar completamente bem sobre suas patas traseiras; o que me estranha é que possa caminhar sobre elas.) Esta obra, que se levou a cabo contra o stalinismo durante aqueles longos e difíceis anos, apesar de todos os seus pontos fracos, resulta indispensável para preparar as tarefas de hoje e de amanhã. (e eu certamente incluiria os trabalhos de Cyril Smith como parte desse aporte do passado. Ao menos ao autor desta crítica lhe ensinou muito).

Em resumo: os problemas do movimento não se originam simplesmente, e nem sequer predominantemente, no fato de que Kautsky haja mal-interpretado Marx. Se este fosse o caso, teríamos



uma história pálida e livresca, parecida com a que nos apresenta nas páginas do livro em questão, quando a muitos – bom, ao menos a C. Smith – lhes resulta muito fácil ser sábio fora do tempo. E isso porque se trata de um livro repleto das mais severas repreensões contra o materialismo mecânico e um chamado à “objetividade desapiedada” em questões de teoria!

Compare-se a atitude de Lenin para com Plekanov que, não nos esqueçamos, se passou ao campo do imperialismo desde 1914, com esta atitude insossa que Smith quer que adotemos frente à sua coleção de pobres velhos “marxistas”. Lenin não só converteu seu principal discurso em uma homenagem no funeral de Plekanov (1919), mas instigou calorosamente os jovens militantes a estudar em detalhes o conjunto dos volumes escritos por Plekanov. Sem isso, não tinham possibilidade de chegar a ser verdadeiros comunistas, não poderiam assimilar os tesouros do passado, para os quais Plekanov, em seu melhor momento, havia contribuído tanto. Disse Lenin: “Permitam-me agregar, entre parênteses, para que me escutem os jovens militantes do partido, que não se pode ter esperanças de converter-se em um verdadeiro comunista sem estudar – digo bem: estudar – todos os escritos filosóficos de Plekanov, porque em nenhuma parte do mundo se escreveu melhor sobre o marxismo.”

Creio que isto nada tem que ver com a incapacidade de Lenin de reconhecer as limitações de Plekanov no campo da filosofia. Tampouco se tratava de um arroubo de sentimentalismo nos dias imediatamente posteriores ao falecimento de Plekanov. O que sim nos indica é que Lenin tinha plena consciência de que estava tratando com um movimento real e vivo, e não com um que se pudesse reduzir simplesmente a “textos”, a um intercâmbio de ‘posições’. Plekanov continua sendo um dos grandes de sua geração, o que ganhava para a causa da classe trabalhadora, o que deu uma contribuição decisiva para a fundação do marxismo em solo russo, aquele que – apesar do que pode haver sido a sua evolução posterior – deu uma contribuição imprescindível ao marxismo e à causa da classe trabalhadora, contribuição essa que continua vigente até nossos dias.

Ao comentar a atitude de Lenin frente a Plekanov, Smith só vê a prova de que “Lenin era incapaz de falar de filosofia sem invocar o nome de Plekanov” (página 48). Mas tão cativado estava Lenin que até chegou a propor que se editassem as obras de Plekanov. Parece-me que há pouco materialismo numa atitude tão fria, e esta escassez é acompanhada com o pouco sentimento humano. Com toda certeza, não foi esta a atitude de Trotsky frente a Plekanov.

As perguntas que aqui se colocam não questionam apenas o nosso enfoque da história. Só podemos compreender a transcendência do período no qual nos encontramos se tentamos compreender o problema do movimento do ponto de vista do desenvolvimento da luta de classes, e não a partir do ponto de vista das debilidades, inclusive as mais graves, de tal ou qual indivíduo. O colapso da burocracia stalinista acarretou uma nova situação na luta de classes que, apesar de contraditória, é favorável para a classe trabalhadora. É uma situação que, por tornar possível o desenvolvimento do marxismo, o torna imprescindível, e este processo seguramente irá envolver as lutas para sobrepor-se às limitações e, inclusive, aos erros do passado.



Lenin antes de “Materialismo e Empiriocriticismo”

O que diz o livro sobre a relação entre Lenin e Plekanov me parece pouco sincero, porque Cyril Smith desvenda certos traços dessa relação que poderiam dar outra visão do tema. Insiste em vender o velho conto: em 1908, quando escrevia *Materialismo e Empiriocriticismo*, Lenin era materialista mecânico, filosoficamente falando, ainda estava com Karl Kautsky e com G.V. Plekanov. Durante a Primeira Guerra Mundial, quando estava estudando Hegel (na realidade, estava voltando a estudar)¹¹³¹, Lenin começou a romper com a suas posições mecanicistas (infelizmente não foi conseqüente) e até certo ponto com a tutela de Plekanov. Isso é pura fantasia.

Vejamos rapidamente dois pontos iniciais: primeiro, a relação entre “filosofia” e a “luta interior”, e, segundo, como se deve encarar a questão das diferenças sobre a filosofia no partido. Quanto ao primeiro ponto, Cyril Smith, como muitos antes dele, gosta de retratar Lenin como alguém que “usava” a filosofia pragmaticamente para exagerar suas diferenças com os oponentes. Neste caso, Smith quer dar a entender que Lenin adotava posições extremas em filosofia para legitimar suas credenciais radicais (veja-se, por exemplo, o comentário que faz sobre o seu livro (p.43) em relação à teoria dos “hieroglifos” em *Materialismo e Empiriocriticismo*.) A verdade é que neste tema, como em todos os demais, Lenin era escrupulosamente objetivo. Quando chegou a atacar Bogdanov e outros, estava disposto a cerrar fileiras com Plekanov em defesa do marxismo, apesar de que a) nesse momento, Plekanov era o dirigente de fato dos mencheviques, e b) Lenin já se dava conta perfeitamente que havia sérias limitações à defesa do marxismo por parte de Plekanov. Lenin era totalmente contra todos aqueles que estavam dispostos a rechaçar até o que, em matéria filosófica, Plekanov havia acertado, pelo simples fato de que agora ele estava girando rapidamente para o oportunismo. Pouco antes de aparecer *Materialismo e Empiriocriticismo*,

Lenin disse o seguinte:

“O único marxista no movimento internacional social-democrata que criticou, desde as posições do materialismo dialético, as incriveis vulgaridades do revisionismo foi Plekanov. Há que destacar isto com tanto mais ênfase já que nestes dias há tentativas profundamente errôneas de contrabandear a velha sujeira reacionária disfarçada de crítica ao oportunismo tático de Plekanov.”

Passando ao segundo ponto: ao estudarmos a história do movimento, corremos o risco de considerar este tipo de assunto levando em conta a comparação de “texto” e de esquecermos que o desenvolvimento do marxismo está inseparavelmente ligado à vida concreta e ao desenvolvimento da classe trabalhadora. Creio que Cyril Smith incorreu precisamente nesse erro. Apresenta a história do movimento marxista quase como se só tivesse a ver com disputas sobre questões filosóficas. É impossível analisar a obra de Lenin compreendida entre 1908 e a época em que empreendeu um retorno ao estudo de Hegel (após o início da Primeira Guerra Mundial) sem levar em consideração que durante esse período ele viveu uma das experiências mais ricas de sua vida, que culminou com o choque da traição da classe trabalhadora por parte de quase todos os mais destacados dirigentes da Segunda Internacional.

Da mesma maneira, não podemos passar por cima do fato de que Lenin imprimiu aos seus escritos contra os empiriocriticistas uma riqueza de lutas teóricas em defesa do marxismo que abarcarvam tudo o que existiu até os anos 1890, quando, pela primeira vez, ingressou nas filas do movimento. Seria um erro dizer que antes de 1908, quando pela primeira vez se ocupou com as formas mais recentes do positivismo, Lenin tenha se limitado a uma série de trabalhos estritamente socio-econômicos. Suas primeiras lutas contra os narodniki incluíam um aprofundamento das primeiras polêmicas de Marx e Engels para deixar claro que a única classe conseqüentemente revolucionária era a classe operária. Isto obrigava a regressar a outra das primeiras contribuições de Marx e Engels – contra a idéia de que a sociedade se dividia em “heróis” e “populacho”, uma divisão que

Discurso de Lenin por ocasião da morte de Plekanov

Camaradas! Vivemos numa época em que a vida de um homem em particular em nada se distingue, ou em quase nada, neste turbilhão de acontecimentos. Durante a guerra, morreram milhões; centenas de milhares morreram durante a revolução. Em meio a um movimento de tal envergadura, em uma luta de massas humanas de tais dimensões, uma individualidade torna-se insignificante. Entretanto, inclusive nos períodos de maior ascenso de massas, existem aqueles cuja morte não nos permite continuar em silêncio. Assim é com a morte de Plekanov.

Plekanov pertence àquela geração da Revolução Russa e àquela etapa de seu desenvolvimento quando só pequenos grupos de intelectuais se haviam somado à luta revolucionária...

Foi ele que, 34 anos antes de Outubro, comprovou que a Revolução Russa só poderia triunfar como um movimento revolucionário dos trabalhadores. Lutou por colocar o movimento proletário revolucionário na raiz da primeira luta do primeiro círculo de intelectuais. Isto é o que dele aprendemos e este é o substrato não só da atividade de Plekanov, mas também de toda a nossa atividade revolucionária. É a isso que permanecemos fiéis até hoje. Nas etapas posteriores da Revolução, Plekanov abandonou a classe que com tanta maestria serviu durante o período mais obscuro da reação. Mas agora que o fato de Plekanov já não estar entre os vivos penetrou nossa consciência, muito dentro de nós podemos sentir, junto com essa hostilidade revolucionária a todos os que se opõem ao caminho da classe trabalhadora, suficiente amplitude ideológica para recordar Plekanov, não como aquele contra quem lutamos com toda a firmeza, mas como aquele de quem aprendemos nosso ABC do marxismo revolucionário.

Plekanov não pôs nas mãos dos trabalhadores nenhuma espada que não estivesse bem afiada, nenhuma flecha que não se dirigisse certamente ao seu alvo. Continuaremos a melhor parte do legado que Plekanov nos deixou. Ele morreu, mas as idéias que forjou no melhor de sua vida são imortais, porque imortal é a revolução proletária. Ele morreu, mas nós, seus discípulos, continuamos vivos e lutando sob as bandeiras do marxismo, sob as bandeiras da revolução proletária. E antes de voltarmos à luta atual contra a opressão e a exploração, contra a difamação e as mentiras, chamo-vos a porem-se de pé em silêncio para render uma solene homenagem à memória de Plekanov.

se apoiava na diferença entre pessoas de “mentalidade crítica” e as massas trabalhadoras. Estas primeiras polêmicas contra os narodniki são, entre outras coisas, brilhantes exemplos de um estudo concreto da relação entre a “liberdade” e a “necessidade”. No tempo em que insistia que a sociedade estava sujeita a leis independentes da vontade e da consciência, Lenin rechaçava a acusação dos narodniki no sentido de que o marxismo era “materialismo econômico”, quer dizer, fatalismo:

“A idéia do determinismo que postula que os fatos humanos surgem da necessidade e rechaça a absurda fábula sobre o livre arbítrio não destrói de forma alguma os raciocínios humanos de consciência



**Pontos
de
Vista**

ou avaliação de suas ações. Pelo contrário: só o enfoque determinista possibilita uma avaliação estrita e correta em vez de atribuir tudo o que dê na telha ao livre arbítrio”.

Foi sobre a base de sua luta contra os narodniki que Lenin pôde enfrentar o surgimento do “bersteinismo” no movimento. Na Rússia, este se viu refletido no “marxismo legal” de Strove, Tugan-Baranovsky e outros. Era uma tendência que, opondo-se aos narodniki, insistia no caráter “positivo” do capitalismo, e tentava convencer os trabalhadores de que seus interesses deviam subordinar-se totalmente aos da burguesia. O que devemos destacar aqui é que isto impeliu Lenin a um repúdio sistemático ao “objetivismo”, que sustenta que a história se desenvolve automaticamente por fora de toda consciência ou intervenção humana. Digo que devemos destacar isto porque o que Cyril Smith diz é que foi precisamente esta posição objetivista que dominou totalmente a vida da Segunda Internacional. Lenin mostrou com maior profundidade a união entre a luta contra o objetivismo e a luta por abraçar a posição da classe trabalhadora. Assim, lemos:

“O objetivista fala da necessidade de um processo histórico dado; o materialista de um quadro exato de uma formação sócio-econômica dada e das relações antagônicas a que esta dá origem. Quando demonstra a necessidade de uma série determinada de fatos, o objetivista sempre corre o risco de fazer apologia destes fatos; o materialista descobre as contradições de classe e, ao fazê-lo, define o seu ponto de vista. Deste modo, por um lado, o objetivista é mais coerente que o materialista, e dá um sentido mais profundo e mais pleno a seu objetivismo. Por outro lado, o materialismo inclui partidarismo, para dizer de alguma forma, e significa uma adoção alberta e direta da postura de um grupo social definido na avaliação dos acontecimentos.”

Tampouco a tão criticada obra de Lenin, *Que Fazer?*, tinha a ver somente com as táticas e estratégias políticas. Inclui um estudo profundo das relações entre o elemento espontâneo na luta pelo socialismo e a luta consciente pela perspectiva mundial marxista. Frequentemente se fala desta obra como daquela na qual Lenin estava excessivamente ansioso por destacar o elemento consciente da luta pelo socialismo, em detrimento da devida atenção ao movimento

espontâneo da classe trabalhadora. Cyril Smith a apresenta deste modo familiar, ainda que falso; no entanto, inclusive deixando margem para as circunstâncias concretas nas quais esta obra foi escrita, tal interpretação é insustentável.

Por mais que tenha exagerado em tal ou qual direção, Lenin não traçou nenhum muro intransponível entre o “espontaneísmo” e a consciência, como muitos querem fazer crer. E mais: especificamente rechaçou a noção de que o “espontâneo” é algo que ocorre por fora da consciência humana e independente dela, uma força que atua cegamente. Em sua opinião, o “elemento espontâneo” era nem mais nem menos que a consciência em “forma embrionária”. É um fato bastante conhecido que Lenin opinava que a teoria do socialismo surgiu “de modo totalmente independente do crescimento espontâneo do movimento da classe trabalhadora, surgiu como um resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais socialistas revolucionários”.

Mas Lenin também sabia que o surgimento da perspectiva mundial do marxismo, uma perspectiva mundial baseada na negação de todas as principais conquistas do pensamento burguês, tinha em seu centro uma compreensão do papel histórico da classe trabalhadora moderna como a única classe capaz de libertar a humanidade da exploração. De modo que, ainda que a teoria do socialismo pudesse ter surgido inicialmente de forma independente das lutas espontâneas da classe trabalhadora, seu desenvolvimento posterior estava inseparavelmente ligado à lutas e ao destino da classe trabalhadora. Quer dizer: o mesmo vir-a-ser do marxismo envolvia a transformação da relação entre a “teoria” e a “prática”, coisa que Marx e Engels sabiam muito bem.

Em sua obra *A Dialética Leninista e a Metafísica do Positivismo*, V. V. Ilyenko esboça um quadro um tanto quanto distinto da relação entre o trabalho de Lenin e Plekanov do que oferece Cyril Smith. No que segue, me apoio bastante no relato de Ilyenko. Naturalmente, o jovem Lenin estava muito influenciado pela



obra de Plekanov em filosofia, e normalmente divergia dele neste campo. Não há nada de estranho, e muito menos de sinistro, nesta situação. Tem a ver, entre outras coisas, com a questão das gerações no partido.

Mas, com o renascimento do positivismo no Partido Bolchevique, Lenin opinou que era necessário fazer um estudo independente de algumas questões novas, especialmente do uso que os positivistas estavam fazendo dos “últimos acontecimentos” na ciência, particularmente na física. Em sua opinião, a resposta de Plekanov aos positivistas era deficiente nesta área. Plekanov, com sua enorme erudição, pôde mostrar em detalhe que este novo positivismo (aparecia com uma quantidade de nomes pretensiosos, inclusive “empiriocriticismo” e “empiriomonismo”), na realidade, significava um retrocesso até o idealismo de George Berkley ou ao escepticismo de David Hume. E Plekanov o fez de um modo mordaz e desdenhoso. Por mais que Lenin estivesse de acordo com o que Plekanov dizia, sabia que era insuficiente, sobretudo quando seus adversários lhe contestavam: e que há com isso? E continuavam enfrentando Plekanov dizendo: os maiores cientistas do mundo, como Ernesto Mach, Poincaré e outros, estão aderindo a uma ou outra variante do empiriocriticismo. Acima de tudo, eles são grandes cientistas, e se a ciência se guia por esta “nova filosofia”, quem somos nós, humildes não-cientistas, para questioná-lo? Se isso fosse pouco, agregavam: o marxismo não é um dogma, dando a entender que Marx teria sido o primeiro a dar-se conta de que, frente a estes acontecimentos nas ciências naturais e na “filosofia da ciência”, deveria esquecer-se do “velho materialismo”, para não dizer do materialismo de conjunto. Com isto, davam um jeito de desmerecer os comentários de Plekanov que, diga-se de passagem, eram muito certos.

A principal crítica de Lenin neste sentido era a de que ele não havia prestado suficiente atenção ao desenvolvimento da física, à qual Bogdanov e outros tanto recorriam. Fica claro que Lenin dava muita importância a isso, tanto é assim que – sem ser um especialista em ciências naturais – embarcou num estudo da “crise da física” tão profundo quanto o seu acesso à literatura sobre o tema o permitia. De fato, o que fez foi voltar o argumento contra os “fazedores de Deus” no Partido Bolchevique, demonstrando que o que eles consideravam que era o seu ponto forte – que os últimos avanços da ciência levavam à inelutável conclusão de que o materialismo era algo fora de moda – era na realidade o seu ponto débil.

Aqui Lenin destacava dois pontos: a) que os avanços na ciência, especialmente na física, longe de demonstrar o antiquado do materialismo, destacavam ainda mais o fato de que um materialismo puramente mecânico era supérfluo. Em resumo, os avanços da ciência revelavam o fato de que o único materialismo coerente era um materialismo realmente dialético. Aqui estava o significado do descobrimento de que o átomo não era a “última” partícula da matéria mas que – como a natureza inteira – era infinito. b) Lenin se propôs a demonstrar não apenas que, com cada avanço das ciências naturais, o “materialismo tinha que mudar de forma”. (Cyril Smith não ressalta este ponto). Havia outra coisa que também queria deixar clara: a forma que a física ia tomando sentava as

bases para que surgissem novas formas de filosofia idealistas das ciências entre alguns dos mais destacados cientistas. Referia-se à crescente matematização da física, pela qual esta última trabalhava cada vez mais com símbolos e fórmulas, cuja conexão com o mundo material não se fazia notar de forma imediata. Era por isto que alguns destacados cientistas se confundiam quando a questão se colocava em termos filosóficos, porque tomavam os símbolos como a “única realidade”. Anunciaram que a matéria havia “desaparecido”. Lenin comentou ironicamente que essas pessoas eram freqüentemente brilhantes cientistas, mas como filósofos eram um tanto menos brilhantes.

É aqui onde vemos o dialético Lenin em plena forma. Não ficava satisfeito com simplesmente “defender” a “velha ortodoxia” (se me permite esta frase). Não ficava satisfeito com a demonstração feita por Plekanov de que aquilo que Bogdanov e companhia diziam não estava de acordo com o que Marx e Engels haviam escrito sobre as questões filosóficas, por mais correta que fosse a postura do “pai do marxismo russo”. Lenin se propôs a demonstrar que as novas formas de idealismo que apareciam entre os cientistas – e entre elementos dentro do Partido Bolchevique depois da derrota da Revolução de 1905 – foram arquitetadas pelo próprio desenvolvimento da ciência, em particular por suas formas em transformação. Em outras palavras, se propôs a desenvolver “a dialética materialista”, e não simplesmente a defender o “materialismo”, que era a preocupação de Plekanov. É por isso que, ao reler Hegel em 1915, Lenin chamou atenção para o fato de que na ampla produção filosófica de Plekanov faltava algo escrito sobre a dialética. Não se tratava de uma crítica inteiramente nova – ainda que não caiba dúvida de que, nesse momento, Lenin via as coisas com maior clareza e atribuiu mais importância a esta lacuna do que numa etapa anterior.

Com toda segurança, é com este mesmo espírito que devemos tomar o comentário de Lenin em meio à Primeira Guerra Mundial: “Meio século mais tarde, nenhum marxista en-

tendia Marx!”. Ele não queria dizer, como nos dá a entender Smith, que os marxistas desses dias estavam totalmente equivocados na interpretação de tudo o que Marx havia escrito. (Cyril, naturalmente, dada a sua tese inicial sobre Marx e o “marxismo”, vê-se obrigado a ir nesta direção tão tonta) Tal interpretação seria infantil.

Lenin queria dizer algo diferente, algo muito mais importante: que as condições da guerra tornaram necessário que se reexaminasse muitas questões “velhas” e, ao mesmo tempo, tornou imprescindível não só defender o marxismo, concebido como um conjunto de conhecimentos, mas de avançar o marxismo. Suas diferenças com Plekanov e outros se localizavam aí – e tampouco começam em 1914.

A crítica à Economia Política

Antes de chegar onde as escavações de Smith nos levam, tenho a impressão que sua insistência em comentar sobre a economia política e a crítica de Marx à mesma exige certa atenção. É que não me parece que sejam um indício de que haja compreendido a relação entre os esforços teóricos de Marx e a natureza e as tarefas da classe trabalhadora. Começemos por uma pequena confusão. Chamo a atenção a isto porque provém de um homem que sempre se pronuncia em termos severos sobre a necessidade de coisas como a obrigatoriedade de observar-se a mais “desapiedada objetividade” e que acusa a todos os “marxistas” de terem se equivocado em quase tudo. Ao marcar a diferença entre os economistas clássicos e os que os seguiram, membros de uma escola vulgar, nos diz que enquanto estes últimos eram “tontos”, “[Adam] Smith, Ricardo e James Mill foram tremendamente úteis” (p. 76) para Marx, porque “ao contrário dos seus sucessores, tentaram encontrar uma explicação objetiva para os grandes fatos sociais e econômicos que se desenvolviam na Europa em seus dias”. (p. 76)

Mas resulta totalmente imperdoável juntar James Mill (pai de J.S.Mill) com Smith e Ricardo. Os dois últimos eram membros destacados da escola clássica. James Mill, um amigo íntimo de

Ricardo, também foi seu grande divulgador. Mas quando estava escrevendo (em princípios dos anos 1820, mais ou menos na época da morte de Ricardo), a classe trabalhadora recém estava surgindo. Foi este surgimento que ocasionou uma série de contradições no trabalho de Ricardo, que não estavam localizadas em seus pensamentos, mas que eram o reflexo de contradições objetivas. De um modo muito particular, Ricardo tinha cada vez mais dúvidas sobre a posição que defendia na primeira edição de seus *Princípios* (1817): que o desenvolvimento da produção de máquinas automaticamente beneficiaria à jovem classe trabalhadora. Levantando estas suas contradições, seu divulgador, James Mill, tentou superá-las de um modo puramente verbal, através da redefinição de termos e outras coisas pelo estilo. Foi assim que, com Mill, começou realmente a “desintegração” da economia política científica, disse Marx.

Tampouco é correto dizer que a economia vulgar era simplesmente “tonta”. Ao referir-se à economia vulgar, Marx tinha em mente a obra dos economistas que simplesmente limitavam-se a analisar de que forma as relações sociais do capital apareciam diretamente na superfície da sociedade. Tomaram esta aparência como a essência do tema. Marx os fustigou por fazê-lo e comparou seu trabalho ao de Ricardo (“o mestre”), que buscou penetrar a “anatomia econômica” das relações de classe antagônicas da sociedade atual. Mas Marx reconhecia que, ao tratar das “aparências” da sociedade burguesa, os economistas estavam tratando de coisas reais, “malditamente reais”, conforme se expressou. Se as relações sociais apareciam como relações entre coisas (dinheiro etc.) era precisamente porque sob o capitalismo era isso que elas eram. Em outras palavras, não havia “ilusão” ali da qual um crítico pudesse se desfazer, por mais crítico que fosse.

A tarefa da ciência era encontrar aquela força que na vida, na prática, pudesse superar, destruir, realmente “fazer em pedaços”, como Marx o expressara em uma carta a Engels, estas aparências, que pudesse demonstrar na realidade que eram formas historicamente limitadas de aparência e de nenhum modo “natural”, como sustentava o pensamento vulgar. E Marx descobriu que era no campo da luta de classes que este “fazer em pedaços” teria lugar.

É assim que:

“Afim, chegamos às formas das aparências que servem como ponto de partida na concepção vulgar... Mas do nosso ponto de vista a coisa se vê distinta agora. O movimento aparente está explicado... Então – todo o movimento se dá nesta forma de aparência. Finalmente, já estes três elementos – salário, arrendamento da terra e lucro – constituem as respectivas fontes de ingresso para os três tipos – assalariados, fazendeiros e capitalistas; assim temos, em conclusão, a luta de classes na qual todo o movimento se resolve.”

Este não é o ponto de vista de Cyril Smith. Ele nos informa que:

“O objetivo de Marx na “crítica da economia política” é denunciar e questionar a idéia, comum a todas as escolas de economia, que tem que haver formas sociais como estas (quer dizer, capital) diferente de e em oposição às vidas das pessoas que vivem dentro delas.” Mas Marx não foi nem de longe o primeiro a compreender que as atuais relações sociais de produção não eram as únicas possíveis. Socialistas utópicos, como Robert Owen, viam que a grande

quantidade de riqueza acumulada durante a revolução industrial continha a possibilidade de uma sociedade livre de classes e da exploração. Sobre esta base tentou, na prática, sobrepor-se às relações do capital em várias comunidades que Owen e outros criaram. O que Owen e os outros utópicos não puderam compreender (viveram muito cedo) foi a força que ia poder causar esta transformação, quer dizer, a classe trabalhadora. É por isso que os utópicos se viam a si mesmos como os educadores do conjunto da sociedade. Mas, como os educadores iriam se educar? Esta pergunta estava fora do seu alcance.

Marx viu esta nova classe como aquele que, na vida real, por uma necessidade interna, se veria obrigada a “criticar” o capital e a sua economia política. Sua tarefa não era a que disse Cyril Smith, mas outra: dar uma expressão teórica, consciente, a esta luta inconsciente da classe trabalhadora, demonstrar cientificamente que na luta entre a classe trabalhadora e os donos do capital estavam concentradas todas as contradições do sistema capitalista. É por isso que Trotsky (*Em Defesa do Marxismo*) tinha razão quando denominava o marxismo como “a expressão consciente de um processo inconsciente”.

Se Cyril Smith se equivocou ao falar da economia vulgar, se equivocou também quando falou de Ricardo e dos clássicos. Diz (p. 129) que Ricardo e Adam Smith estavam obrigados a “manter a história de que as relações da sociedade burguesa são a expressão da ‘natureza humana’ e que o intercâmbio de bens equivalentes é necessário para a liberdade humana”. “É por isso que Marx valorizava tanto a obra desses escritores”, acrescenta.

Mas Marx não valorizava Ricardo e os clássicos pelo fato de equipararem a natureza humana produzida sob o capitalismo com alguma suposta natureza humana universal. (De todos os modos, não havia nada particularmente novo neste pensamento, comum a todas as formas de ideologia burguesa.) Pelo contrário, até um estudante recém iniciado sabe que Marx assinalava que esta era a limitação mais séria do trabalho

desses homens. O que sim valorizava era que esta obra marcava uma etapa decisiva no caminho até a compreensão científica das relações da sociedade burguesa. Havia uma profunda objetividade em seu trabalho – este foi possível porque a investigação se deu quando a classe capitalista ainda detinha as rédeas da verdadeira liderança em suas mãos, e a luta contra o resto da ordem feudal e a aristocracia latifundiária exigia a compreensão das leis da sociedade moderna. Com suas limitações, foi esse o legado de Smith, Ricardo e outros. Seu trabalho se adiantava um passo ao mercantilismo, tanto como à fisiocracia francesa, como o trabalho dessas duas escolas marcava um avanço com respeito ao pensamento econômico da Idade Média (*The Schoolmen etc.*). Sem isso o marxismo haveria sido impossível.

Outro ponto relativo à economia política. Durante todo o seu livro, Cyril Smith insiste que as relações do capital estão “loucas” (desaprova [p. 76] a tradução anterior da palavra alemã *verrückt* como “absurdas”). De fato, a mesma relação de intercâmbio, o fato de que a atividade humana possa ser trocada por “coisas”, é louca, diz. Opino que isto está errado, e uma vez mais é porque as coisas não se tomam historicamente e concretamente. O capital é uma relação social definida e historicamente formada que, embora seja mais antigo que o capitalismo, nem por aproximação é equivalente à existência humana. Talvez seja “marxismo antiquado”, mas, por um tempo importantíssimo de sua história, o capitalismo foi uma força social progressiva (o desenvolvimento da ciência, à qual se estimulava e que era necessária, o surgimento do humanismo, o Iluminismo de conjunto), se a compararmos com o obscurantismo medieval. Trouxe uma grande socialização da produção que, com o tempo, conduziu ao mercado mundial. O fato de que sob o domínio do capital, as relações pelas quais os humanos produzem as riquezas, não fossem diretas, mas se convertessem em uma relação mediatizada por coisas (dinheiro e outras coisas pelo estilo), não significou que tenha havido uma situação “louca”, mas outra coisa: que a produção das riquezas assumia um caráter ainda mais social.



As relações diretas, não mediatizadas, entre produtores (como nas comunidades primitivas ou, num nível mais alto, na forma de intercâmbio) são sempre medidas da estreiteza, pobreza, dessas relações. Vejamos, por exemplo, como Marx entendia a lei do valor. À medida que o capitalismo se desenvolvia, a lei do valor deixava de operar “diretamente”, como sucede no simples intercâmbio de mercadorias. O desenvolvimento desigual do capital – que se reflete, entre outras coisas, na crescente desigualdade da composição orgânica do capital – se vê refletido no fato de que o valor de uma mercadoria já não coincide, de forma imediata, com o seu preço. Este último será determinado pelo preço da produção. Mas este caráter cada vez mais indireto da operação da lei do valor significa que houve um desenvolvimento da socialização da produção. O mesmo acontece com a taxa de lucro. Na “Teorias da Mais Valia” e em outras partes, Marx explica que, devido à operação da lei do valor, a taxa de lucro se determina não pela quantidade do excedente que o capitalista extrai de seu próprio capital, mas pela relação entre o capital de conjunto e o trabalho assalariado de conjunto.

“Ao capitalista é indiferente se a sua mercadoria contém mais ou menos trabalho não-pago do que as demais mercadorias, se o seu preço contém tanto do estoque geral do trabalho não-pago, ou excedente de produção no qual se fixa, como qualquer quantidade igual do capital receberá deste estoque comum. Deste ponto de vista, os capitalistas são comunistas.”

Ao contrário de Cyril Smit, a Marx lhe interessava não tanto o absurdo (se me permite a expressão) do capital, mas as suas contradições, porque somente era possível encontrar a força capaz de levar a humanidade até mais além dos limites do capital na medida em que se pudesse descobrir estas contradições, e rastrear o seu crescimento e desenvolvimento. Marx e Engels encontraram esta força na moderna classe trabalhadora. É por isso que insisto que Cyril Smith não entendeu nada da relação entre a obra desenvolvida por Marx no *Capital* e o significado histórico do surgimento e a existência da classe trabalhadora.

De onde deve partir a luta pelo desenvolvimento do marxismo?

Façamos outra pergunta, que no meu entender, vai ao coração mesmo deste livro e de sua postura antimarxista. Se, seguindo o conselho de Cyril Smith, temos de separar rigidamente Marx daqueles que se esforçaram por defender e difundir o seu trabalho, de que posição poderemos começar nosso reexame da obra de Marx? Com uma “mente aberta” que realize a tarefa de uma “releitura” não problemática dos textos de Marx? Tal procedimento é, desde já, impossível. Todo reexame do passado, incluindo o passado do marxismo, começa com uns ou outros conceitos e não desde uma tabula rasa imaginária. A única pergunta é: são bons, baseados no máximo desenvolvimento do conhecimento? Ou, pelo contrário, são antiquados e, por isso, só preconceitos nas cabeças de indivíduos isolados? (Assim, este livro começa pela colocação de que tudo saiu mal, as gerações de marxistas confundiram a classe trabalhadora, e que isto é o que explica o lamentável estado de coisas no qual nos achamos).

Permitam-me começar por onde opino que a luta pela reconquista, pelo futuro desenvolvimento do marxismo deve começar, e a partir daí compará-lo com o ponto de arranque de Smith. Qualquer reexame das conquistas do marxismo hoje me parece, deve começar pelo que hoje é novo, ou o novo que está surgindo, na luta de classes e nas tarefas que coloca. Só assim, a partir das “posições do trabalho”, podem os marxistas orientar-se e evitar perder-se em divagações e desespero que enchem páginas inteiras de livros como este.

Desde esta postura, nossa primeira preocupação deve ser a crise global, estrutural do capital, que vem surgindo desde há aproximadamente duas décadas. A natureza desta crise e os novos traços que fez aparecer na superfície significam que não devemos, não podemos, simplesmente “voltar” ao *Capital* de Marx, mas, tomando-o como base, nos esforçamos para ir mais além, como dizia Istvan Mészáros. Porque é esta crise global-estrutural do capital o que está atrás do colapso da social-democracia e que se reflete na política e no papel do partido trabalhista na Grã-Bretanha e, de fato, na política da social-democracia em toda a Europa. Mas quero destacar algo que é tão decisivo como o outro, e isto vai contra a concepção de Smith: a tarefa de “ir mais além” de Marx, neste caso tentar compreender o que há de novo nesta crise do capital de hoje, deve apoiar-se solidamente não só na obra de Marx, mas também na de todos aqueles que tentaram, com maior ou menos êxito, desenvolvê-la, incluindo nomes como os de Lenin, Trotsky, Bukarin, Luxemburgo e Hildferding. Esses personagens se destacaram entre todos aqueles que se haviam proposto tirar os véus que cobriam as novas características do capital (na época do imperialismo), cujo começo coincide aproximadamente com o nascer deste século. Todo progresso na ciência, sem importar a que esfera de conhecimento se refere, só se dá através da crítica do que o precedeu, e os grandes do passado o sabiam (Hegel e Marx de forma muito especial). Por crítica se entende não uma mera objeção, mas uma verdadeira negação do passado que conserva tudo

quanto dele há de valor, enquanto descarta tudo aquilo que passou a ser – ou talvez tenha sempre sido – inadequado. Não podemos ter esperanças de conseguir algum desenvolvimento do marxismo, que esteja à altura das necessidades da classe trabalhadora, se partimos da premissa de que, desde os dias de Marx até esta data, quase tudo saiu mal e que devemos estabelecer um divórcio entre tudo o que passou neste ínterim e o trabalho de Marx.

Tomemos o capítulo de abertura deste livro, *Como vivemos hoje*. Ali se expõe algumas características do capital mundial hoje que são bastante óbvias, por exemplo o papel predominante do capital especulativo, parasitário. Mas onde se refere à Guerra do Golfo encontramos o seguinte:

“Foi analisada [a Guerra do Golfo] desde diversos pontos de vista, mas sempre usando termos não examinados do passado como ‘imperialismo’, ‘democracia’, ‘divisão norte-sul’ etc.”

Deixemos de lado o fato de que palavras ocas como “democracia” e “divisão norte-sul” – ocas porque foram despojadas de seu contexto social – estão juntas com “imperialismo”, que é um termo científico. É este último simplesmente uma “velha frase” tirada do passado? Bom, talvez o seja. Mas então há que demonstrá-lo e não só afirmá-lo de passagem, pois causaria bastante surpresa, posto que o livro clama sonoramente por “objetividade desapiedada” para com a obra dos “marxistas” do passado (p.26). De qualquer modo, sustento com firmeza que a análise da economia mundial feita por Lenin, junto com a Teoria da Revolução Permanente de Trotsky, continuam sendo ferramentas indispensáveis para a análise do capitalismo contemporâneo. Sem dúvida, não pareceria perfeitamente correto que um estudioso mais detalhista utilizasse a obra de Lenin cada vez que assim o desejasse, mas que em outras ocasiões, quando assim lhe resultasse mais conveniente, a tratasse como algo fora de moda. Porque foi Lenin, mais do que ninguém, que assinalou o capital deste

século como algo cada vez mais mortífero, cada vez mais dominado pela especulação e outras formas de parasitismo – e isso em uma polêmica com seu líder e guru filosófico, Kautsky! Que mundo tão estranho é este no qual vivemos. O que aponto aqui é que a atitude de Smith para com a obra dos marxistas do passado sobre o imperialismo é um bom exemplo de um método profundamente não dialético, e sem dúvida o que atravessa todo o livro é um chamado a rechaçar todo o materialismo mecânico.

Em segundo lugar, qualquer desenvolvimento do marxismo hoje deve começar por encarar as profundas implicações que têm para a classe trabalhadora o colapso da burocracia stalinista. (Isto, inclusive, não está separado do primeiro ponto, o aprofundamento da crise do capital mundial.) A política desta burocracia contra-revolucionária não só permitiu ao capitalismo sobreviver por um largo tempo depois de ter se esgotado o tempo previsto (com tudo o que isto significou para a vida de incontáveis pessoas); foi a burocracia stalinista a principal responsável pela degradação do marxismo depois de 1917, ainda que em seu violento ataque contra o marxismo ela tenha se nutrido de certas debilidades do “marxismo da Segunda Internacional” e assim tenha podido se construir. O desaparecimento desta burocracia contra-revolucionária marcou o fim da principal barreira entre a classe trabalhadora e o marxismo. Ao fazê-lo, abriu-se uma nova etapa para o trabalho dos marxistas. Mas sigamos com o ponto acima mencionado; os marxistas só poderão compreender quais são as novas tarefas que devem enfrentar junto à classe trabalhadora se puserem mãos à obra para voltar a trabalhar minuciosamente sobre a história da luta – política e teórica – contra a burocracia stalinista, tomando em consideração todas as deficiências, inclusive os erros, que esta luta envolveu. Ao pensar sobre a história concreta da luta contra o stalinismo, devemos analisar a fundo as experiências da classe trabalhadora, especialmente estes momentos decisivos como os anos que começam em 1953/56 e que culminaram com a Revolução Húngara e na Checoslováquia de 1958, que devem ser analisados desde o ponto de vista das tarefas de hoje. Mas dizer que foi impossível entender o marxismo exceto através das lentes deformadoras da burocracia stalinista é falso e reacionário. Dizê-lo equivale a declarar que a burocracia triunfou em sua luta por destruir o marxismo. Seria equivalente a admitir que a continuidade da luta pelo marxismo foi definitivamente comprometida e que a ideologia burguesa (porque o stalinismo foi precisamente um tipo de ideologia burguesa) conseguiu sua vitória final. Se isso foi assim, então o profundo pessimismo que se apoderou de uma boa parte da “esquerda” e que se reflete tão claramente neste livro estará bem fundamentado. 🌐



Leia no próximo número de *Marxismo Vivo*, a Parte 3 do artigo de Geoff Pilling.

A REVOLUÇÃO RUSSA NÃO FOI UM GOLPE

BILL HUNTER

Dirigente da ISL (Inglaterra) e da LIT-QI

É uma tarefa importante e necessária trazer à luz a história da Revolução Russa, do Partido Bolchevique e da luta da *Oposição de Esquerda* contra sua degeneração. Uma montanha de mentiras e distorções foram acumuladas sobre esta história, por historiadores defendendo as velhas classes dominantes contra os operários e camponeses, e por instituições stalinistas protegendo os privilégios da burocracia soviética. O stalinismo, para preservar a burocracia, tinha de destruir a lembrança do bolchevismo e a maioria dos seus dirigentes.

Isso também minou a consciência dos trabalhadores sobre as verdadeiras tradições dos soviets que foram construídos espontaneamente pelas massas populares na Revolução Russa de 1905-6 e que viveram em suas memórias até 1917, quando operários, camponeses e soldados se basearam em suas experiências com estas organizações flexíveis e sua democracia. A Revolução Russa foi uma grande e avançada Revolução que mostrou que os explorados podiam tomar o poder. Nossa tarefa é revelar ante as novas gerações que estão entrando agora na luta em todo o mundo, como isso foi possível, o que também será útil para entender a verdadeira natureza da degeneração stalinista. Temos que preservar e desenvolver os princípios e métodos daqueles que dirigiram a Revolução Russa.

Por mais de 50 anos, o terror stalinista e as instituições de tortura sob seus diversos nomes, GPU, NKVD etc., tentaram apagar completamente a verdadeira história da Revolução Russa, do bolchevismo e da União Soviética com

livros de história falsificados, julgamentos forjados, confissões forçadas. Eles procuraram provar que Stalin era o herdeiro de Lenin; que o stalinismo veio do bolchevismo.

Por seu lado, os propagandistas do capitalismo assumiram e utilizaram a alegação de que o leninismo e bolchevismo eram a fonte do stalinismo. Eles desconcertaram e confundiram um grande número de operários ao assinalar a repressão, a supressão das iniciativas dos trabalhadores e as barbaridades anti-internacionalistas da política externa stalinista.

As forças restauracionistas na antiga União Soviética nunca tiveram a ver com a verdade histórica, mas com o desenvolvimento do lucro capitalista e da dominação. Assim, eles têm repetido calúnias sobre os bolcheviques e a Revolução Russa. Aqueles que defenderam privilégios, os lucros e a voracidade na ex-URSS, hoje querem destruir sua história.

Portanto, uma razão muito importante para revelar a história real da Revolução Russa e a União Soviética é poder comparar a natureza dos arrivistas e restauracionistas capitalistas que subiram ao topo do poder no país hoje com a natureza principista e honesta da direção bolchevique.

Um número crescente de historiadores e jornalistas tem acusado Lenin de ser o dirigente de um golpe em 1917. Uma pesquisa objetiva de sua história mostra que a Revolução de Outubro foi uma ampla insurreição popular. O bolchevismo ganhou o apoio das massas porque refletiu a vontade do povo russo, que que-

ria defender as conquistas que tinham tido no princípio de 1917 com a Revolução de Fevereiro — o fim da monarquia czarista e o término de sua tirania no campo e nas fábricas.

Todos os outros partidos políticos desprezaram a oportunidade de dirigir os camponeses e operários que queriam acabar completamente com o barbarismo do regime czarista. Nenhum outro partido além do Bolchevique teve a coragem de basear suas ações nas necessidades das massas e tomar o clamor irresistível em 1917 por “Paz, Pão e Terra.”

A Rússia entrou na Primeira Guerra Mundial com o descontentamento entre as massas oprimidas (suspenso depois da Revolução de 1905) já fervendo novamente. Houve uma rebelião camponesa durante os dois anos antes da Primeira Guerra Mundial. Quinhentos grevistas foram assassinados nas minas do Lena em 1912 e houve uma onda de greves massivas. Essa guerra exacerbou todos os males e tiranias da sociedade russa. Os operários e camponeses russos iam para o front para serem tratados como gado. Eles eram pessimamente alimentados, cruelmente tratados e mal equipados — alguns sem rifles, esperando para que o homem ao lado caísse para que pudessem ficar com sua arma.

Em Fevereiro de 1917, as massas da Rússia explodiram. O regime selvagem e despótico entrou em colapso em face das massas nas ruas e sem que quase nenhum setor sáísse em sua defesa. Os operários e camponeses começaram a eleger seus comitês (soviets), apoiados nas tradições da Revolução de 1905. Neste momento, no entanto, eles a ampliaram, não somente nas vilas e no campo, mas também no Exército. O poder estava efetivamente nas mãos destes soviets, que elegeram socialistas moderados (Mencheviques e Social Revolucionários) como seus dirigentes.

Políticos liberais tinham montado um Governo Provisório essencialmente com os partidos dos proprietários capitalistas, os *cadetes*. Os socialistas moderados apoiaram o Governo Provisório e assim que assumiram a direção dos soviets, imediatamente passaram o poder aos ministros capitalistas. Estes tinham a fachada do poder: as velhas instituições czaristas, incluindo o comando das forças militares. O poder real, no entanto, estava nas mãos dos operários e camponeses armados, que tinham seus soviets em todo o país e nas frentes de guerra, um poder ameaçando as velhas instituições. Entretanto, eles ainda tinham que perceber seu potencial.

Quando Lenin retornou à Rússia, em abril de 1917, proclamou clara e energicamente que a única solução era que os operários e camponeses tomassem o poder por meio dos soviets que haviam construído. Ele declarou que os bolcheviques tinham de convencer a maioria dos soviets a tomar este rumo.

Longe de organizar um golpe, Lenin conduziu uma dura campanha contra o ‘blanquismo’ (a crença defendida por Auguste Blanqui, um revolucionário francês, de que os regimes e sociedades poderiam ser mudados por pequenos grupos de pessoas determinadas que tomassem o poder). Em suas *Teses de Abril*, Lenin declarou a seus camaradas que eles deveriam ganhar a maioria das massas por meio de uma explicação paciente.

Escrevendo em 9 de abril, ele atacou os mencheviques e social revolucionários, os quais, em vez de libertar o povo da influência burguesa, estavam *fortalecendo* essa influência, e perguntava: “Deveria o Governo Provisório ser



derrubado imediatamente?” e dava a seguinte resposta:

“(1) Ele deveria ser derrubado, pois é um governo oligárquico, burguês, e não um governo do povo, e é incapaz de garantir paz, pão e terra, ou liberdades plenas”.

“(2) Ele não pode ser derrubado agora, pois ainda é mantido no poder direto e indireto por um acordo formal e atual com os Soviets de Deputados Operários’, e em primeiro lugar com o principal soviets, o Soviet de Petrogrado”.

“(3) Em geral, ele não pode ser “derrubado” na forma mais comum, pois permanece devido ao ‘apoio’ dado à burguesia pelo *segundo* governo — os Soviets de Deputados Operários’ — este governo é o único governo revolucionário possível, que expressa diretamente a mente e a vontade da maioria dos operários e camponeses...

“para se transformar em poder, os operários com consciência de classe devem ganhar a maioria para o seu lado. Enquanto a violência não for usada contra o povo, não existe outro caminho para o poder. Não somos blanquistas; não estamos pela tomada do poder por uma minoria...”.

Os dirigentes mencheviques e social revolucionários manobram com os velhos políticos pelas costas da população insurgente. As políticas dos líderes dos partidos menchevique e social revolucionário eram centradas na colaboração com os proprietários de terras e capitalistas do velho regime. Mesmo o fim da monarquia foi imposta a eles pelas massas populares.

Enquanto as massas queriam o fim da guerra, esses dirigentes colaboravam com os planos para seu prosseguimento mais intenso. Eles condenaram o controle exercido pelos comitês de fábrica, que tratava de acabar com a corrupção e a má distribuição. Os camponeses tinham construído milhares de soviets de deputados camponeses e estavam exigindo e tomando terras. Depois de prometer a reforma, esses dirigentes conciliadores prevaricaram.

Em maio foi realizado um Congresso camponês com representantes de cem milhões de camponeses. O Congresso exigiu duas medidas imediatas: a suspensão de todas as vendas de terra e a transferência de terras totalmente para a administração dos Comitês

de terras locais. Chernov, um social revolucionário de direita, era o Ministro da Agricultura, mas o governo capitulava aos capitalistas liberais, que se recusavam a votar pela medida, e condenou a tomada generalizada de terras pelos camponeses explorados e famintos de terras.

Em fevereiro, os mencheviques e social revolucionários tinham a esmagadora maioria nos soviets; 95 por cento dos soldados, camponeses e operários então os apoiava. Naquele momento, a fração bolchevique constituía de um a dois por cento, na melhor das hipóteses, cinco por cento, dos delegados. Em nove meses, no entanto, os bolcheviques ganharam a maioria.

No começo de junho de 1917, o primeiro Congresso Pan-Russo dos Soviets ocorreu em Petrogrado, e elegeu um Comitê Executivo Central dos Soviets para toda a Rússia. A grande maioria dos delegados então pertencia aos moderados mencheviques e social revolucionários de direita que estavam em uma coalizão no Governo Provisório com ministros capitalistas. Depois da crítica dos bolcheviques e social revolucionários de esquerda, um dos ministros socialistas — o dirigente menchevique Tseretelli — defendeu a coalizão com a burguesia. Dizia: “Na Rússia, no momento atual, não existe nenhum partido político que diria, ‘Dê-nos o poder em nossas mãos’”. Lenin se levantou e afirmou que ele e seu partido estavam prontos. Os delegados de todos os lados riram e zombaram dele. Em quatro meses, no entanto, seu partido tomou o poder com apoio de uma maioria nos soviets.

As massas foram na direção dos bolcheviques em um processo com emoções terríveis à medida que sua consciência ia rompendo com as velhas lealdades e ilusões. Em julho de 1917 havia uma massa de camponeses e operários que ainda tinham de fazer o trajeto até chegar à consciência revolucionária da vanguarda dos operários. Trotsky descreve vividamente a tentativa desesperada dos dirigentes burgueses do Governo provisório e seus aliados mencheviques e social revolucionários de

utilizar esta massa em julho contra a vanguarda operária revolucionária. Nos capítulos sobre as “Jornadas de Julho: ‘Culminação e Confusão’, e ‘Podiam os bolcheviques ter tomado o Poder?’ (em sua *História da Revolução Russa*), ele explica o problema da tendência que os bolcheviques enfrentaram, abriram caminho em meio a ela, e por isso fortaleceram sua autoconfiança e coesão.



Trotsky salienta o paradoxo — a vanguarda de soldados e operários em Petrogrado estava à frente do restante do país e exigindo que os soviets tomassem o poder, e queriam uma manifestação armada em julho para colocar em marcha esta exigência. Nas condições de tensão social reinante, uma manifestação como essa poderia deflagrar uma insurreição.

“Os manifestantes de Julho queriam passar o poder aos soviets mas, para isto, os soviets tinham de concordar em tomá-lo. Mesmo na capital, no entanto, onde a maioria de operários e os elementos ativos da guarnição estavam já com os bolcheviques, a maioria no soviet —devido à lei de inércia que se aplica a todo sistema representativo — ainda pertencia àqueles partidos pequeno-burgueses que encaravam um ataque contra a burguesia como um ataque contra eles ... Derrubá-los pela violência teria significado dissolver os soviets em vez de passar-lhes o poder.”

Os bolcheviques se opuseram às manifestações de Julho por serem prematuras, mas não as evitaram, e participaram plenamente quando elas vieram e puderam controlá-la. No capítulo: “Podiam os bolcheviques ter tomado o poder?”, Trotsky dá uma resposta concreta de conjunto à pergunta feita na introdução do capítulo:

“O proletariado da capital, embora se inclinando na direção dos bolcheviques em sua esmagadora maioria, ainda não tinha rompido o cordão umbilical de Fevereiro que o atava aos conciliadores. Muitos ainda mantinham as ilusões de que tudo poderia ser obtido por palavras e manifestações — que assustando os mencheviques e social revolucionários eles poderiam obrigá-los a levar adiante uma política comum com os bolcheviques. Mesmo as parcelas avançadas da classe não tinham uma idéia clara por quais meios seria possível chegar ao poder.”

As manifestações de julho começaram espontaneamente, alcançando seu pico nos dias 16 e 17 de julho. Dezenas de milhares de operários e soldados armados saíram de suas fábricas e quartéis e tomaram de assalto as ruas de Petersburgo. Vinte mil marinheiros de Kronstadt marcharam sobre Petrogrado para unir-se à manifestação.

Em seguida às jornadas de julho, as forças contra-revolucionárias lançaram sua campanha para reprimir a vanguarda, que é descrita por Trotsky no capítulo de sua história, que ele deu o nome de “O Mês da Grande Calúnia”. Dirigentes bolcheviques foram caçados e presos e Lenin forçado a se esconder na Finlândia. Os bolcheviques foram submetidos à perseguição mais perversa, a calúnias e à repressão pelos partidos burgueses, pelos falsos partidos socialistas, pelo Estado, e pela imprensa.

“Enquanto isso, um processo diretamente oposto estava tendo lugar entre as massas. Quanto mais elas se desiludiam com os social patriotas, que traíam os interesses do povo para garantir a amizade com os *cadetes*, mais atentamente elas escutavam os discursos dos bolcheviques, e mais convencidas ficavam de sua correção. Para o trabalhador no local de trabalho, para o soldado

na trincheira, para o camponês faminto, foi ficando claro que os capitalistas e seus lacaios estavam caluniando os bolcheviques precisamente porque os bolcheviques estavam defendendo os interesses dos oprimidos. A indignação de ontem do soldado e do marinheiro contra os bolcheviques se transformou, remodelada, em devoção apaixonada a eles e disposição para segui-los até fim”.

A realidade é que aqueles que em 1917, acusavam Lenin e os bolcheviques de querer impor um golpe na Rússia, estavam eles mesmos procurando impor seu próprio governo à Rússia, pelas costas das massas. O general Kornilov, Chefe do Estado Maior russo, e seus conspiradores, decidiram, após as jornadas de julho, que havia chegado a hora de lançar-se à luta pelo poder. Ele recebeu os melhores incentivos dos militares franceses e britânicos, e suas embaixadas jogaram um papel ativo em mobilizar as forças contra-revolucionárias. O chefe da missão militar inglesa na Rússia, general Knox, repreendeu o coronel norte-americano Robbins por não apoiar Kornilov e declarou: “O que é necessário é uma forte ditadura. O que precisamos são os cossacos. Esta gente necessita da chibata!”

Foi a massa de operários e camponeses, organizados pelos soviets, com os bolcheviques na linha de frente, que reagiram tão massivamente a ponto de derrotar e dissipar a contra-revolução. A partir daí, depois do 3 de setembro, Lenin dirigiu-se repetidas vezes aos social revolucionários e aos mencheviques, via imprensa e nos seus discursos, dizendo: vocês compõem a maioria nos soviets; tomem o poder de Estado; nós os apoiaremos contra a burguesia. Garantam-nos completa liberdade de agitação e nós lhes asseguramos uma luta pacífica pela maioria dos soviets”.

Os mencheviques e social revolucionários recusaram o convite:

“Os mencheviques e os social revolucionários rejeitaram o compromisso, isto é, a nova oferta de uma frente única contra a burguesia. Nas mãos

dos bolcheviques, esta rejeição se tornou uma poderosa arma na preparação para a insurreição armada, que em sete semanas varreu os mencheviques e os social revolucionários.” (Lenin)

Por diversas vezes, de fato, durante esses meses entre Fevereiro e Outubro, os bolcheviques ofereceram aos mencheviques e social revolucionários uma frente única pelos interesses das massas populares, os camponeses e operários, para assegurar a liberdade e as possibilidades de construir o socialismo na Rússia. Devemos enfatizar aqui que é completamente estranho ao marxismo e sua teoria da história que grandes transformações na sociedade possam ser feitas por minorias e não pelo movimento das massas populares. As obras de Marx, Engels, Lenin e Trotsky estão salpicadas com polêmicas contra Bakunin, o anarquista, Blanqui e outros advogados de golpes conspirativos. A Revolução Russa surgiu do completo impasse a que a sociedade russa havia chegado.

No entanto, somente os bolcheviques tinham a confiança no programa e a vontade de enfrentar a tarefa de resgatar a sociedade da miséria, pobreza e degradação extrema que as velhas classes dominantes a haviam condenado. Foi por isso que a maioria de operários e camponeses se virou para eles, fazendo com que ganhassem a maioria nos soviets e o apoio para a Revolução de Outubro. 🌐

IRÃ: UMA REVOLUÇÃO BURGUESA OU REVOLUÇÃO PROLETÁRIA?



M. RAZI

Dirigente da IRSL (Liga dos Socialistas Revolucionários Iranianos)

As diversas tendências burguesas do Irã e seus aliados dentro da oposição de esquerda no exílio concentram suas atuais atividades intelectuais e suas preocupações em relação à propaganda nos choques internos das elites governantes. A maioria das publicações de circulação massiva e a imprensa interna do exílio prestam particular atenção às lutas entre os “reformadores” e os “absolutistas”. No meio de toda esta propaganda amplamente difundida não se menciona nem uma palavra sobre o papel e as posições dos trabalhadores do Irã dentro da sociedade. Como se esta classe social não existisse!

As publicações dos partidários internos e exilados da Frente Khondad estão cheias de material sobre a prisão de Shamsolvaezin (o editor de *Asr-e Azadegan*), Baghi, Safari e Asshkevari e outros críticos islâmicos. E, no entanto, não se fala dos trabalhadores que estiveram nas prisões durante muitos anos. Expressam sua preocupação pelos motivos de queixa que têm as famílias dos “reformadores”, que o contato telefônico com os prisioneiros foi interrompido durante duas semanas e que Tabarzadi foi golpeado. Porém, nem por acaso mencionam os jovens trabalhadores de Eslamshahr, que foram submetidos às torturas mais severas durante muito tempo.

Por que isso acontece? A resposta é simples. Essas tendências não se sentem gratificadas pelas lutas independentes dos trabalhadores, e com o objetivo de garantir a segurança do capital (em sua opinião, da democracia), eles também reprimiriam essas lutas “ilegais” se estivessem no poder. Isto é assim porque o perigo que uma greve operária coloca para os capitalistas é muito maior que os ataques do Hezbollah contra as manifestações pacíficas do Office for Consolidating Unity. Eles sabem perfeitamente que uma organização como o Ansar-e Hezbollah é, em última instância, controlável, porém uma greve de “simples” trabalhadores pode colocar em perigo os alicerces do sistema capitalista. É, portanto, compreensível porque os partidários das “reformas” e seus cupinchas da “ala esquerda” não prestam atenção à situação dos trabalhadores iranianos. Só aqueles que desejam romper com o regime e abolir totalmente o sistema capitalista dão conta da importância da classe trabalhadora e tomam medidas para apoiá-la.

O capitalismo tem um caráter progressivo?

Desde a Revolução Constitucional, especialmente depois da assim chamada “Revolução Branca” do Xá, o Estado capitalista no Irã foi imposto por meio da intervenção, e isso tem conseqüências negativas. Em primeiro lugar, no Irã se desenvolveu uma forma muito especial de capitalismo que, desde o início, foi incapaz de desenvolver as forças produtivas. Tanto nos tempos da monarquia como nos últimos vinte anos do atual regime, o capitalismo no Irã mostrou, na prática, sua incapacidade de tomar outras medidas que não fossem a intervenção no setor comercial (exportando produtos petrolíferos e outros) e a produção de mercadorias de consumo (por exemplo, manufatura de canos, calçados e fábricas de montagem). O capitalismo no Irã não tem ciclos econômicos alternando-se (“boom”, baixas e depressões) como o capitalismo ocidental. O que existe são crises, crises e mais crises. Inclusive, no momento mais destacado da chamada “Revolução Branca”, a qual, segundo o senhor Nixon, converteu o Irã em um país modelo do Terceiro Mundo, o desemprego, a pobreza e a corrupção reinavam por todo lado. E nisso residia uma das razões pelas quais o Xá foi derrubado. O descontentamento das massas nas vilas e nas cidades, a crescente pobreza urbana e a miséria no campo levaram Khomeini ao poder.

A integração do Irã na divisão internacional do trabalho levou à crise atual. É por isso que o “melhor” e o “mais eficiente” dos regimes capitalistas não é capaz de desenvolver as forças produtivas, levar a cabo uma “industrialização” satisfatória e dar um salto tecnológico. O imperialismo proibiu a produção dos meios de produção no Irã e em outros países do Terceiro Mundo. O capitalismo iraniano jamais terá o mesmo caráter que o capitalismo ocidental. Os diversos setores da burguesia iraniana rivalizam entre si (“absolutistas”, “reformistas”, monárquicos, democratas burgueses, republicanos, Mojahedin e grupos pequeno-burgueses) para convencer o imperialismo de que

eles são a alternativa para um futuro governo do Irã. Trata-se de esforços presunçosos que - a posteriori - levarão a regimes como o do Xá. No século XXI, a burguesia nos países como Irã não é capaz nem tampouco tem a autorização para intervir assim.

A crise econômica do regime atual

A crise atual no Irã não é só a herdeira de um sistema capitalista terceiromundista, corroído por crises, senão que, ademais, sofre suas próprias contradições internas. Uma delas centra-se no modo pelo qual um sistema capitalista moderno (como o do Xá) pode estabelecer-se. A atual tendência “reformista” que tem o capital industrial, tecnocratas de alto nível no aparato estatal, camadas de “intelectuais” orientados ao Ocidente e uma rica classe média urbana, exige que se forme um sistema de acordo com as normas internacionais da ordem capitalista mundial. Introduzindo expressões como “sociedade civil” durante os últimos três anos, essa tendência, representada por Khatami, vem tomando medidas para formar um Estado burguês moderno e unificado e estabelecer vínculos estreitos com os países imperialistas. Do ponto de vista dessa tendência, as garantias de segurança para o capital no Irã favorecem a longo prazo os interesses do capitalismo iraniano de conjunto. Melhoraria a sobrevivência do regime islâmico como um governo “moderado/razoável” e internacionalmente aceitável. Este é o motivo pelo qual a maior parte das forças da direita e da oposição “centrista” (monárquicos, republicanos, democratas, ex-membros do Partido Tudeh e a maioria de Fedaiin) estão na Frente Khondad e a apoiam. Esta “Frente”, na realidade, pretende estabelecer um sistema capitalista moderno, dependente dos países ocidentais, e desde já está preparando o terreno para ele. Em outras palavras, deseja um sistema centrado nos capitalistas, onde o papel e a intervenção do Estado nos investimentos de capital seja mínimo.

Por outro lado, a tendência conhecida como “absolutistas” deseja que o sistema islâmico pros-



siga (obviamente, aberto ao Ocidente). A principal base dessa tendência são os capitalistas “tradicionalistas” de Bazar (Mercado público). Os comerciantes Bazaari ignoram a perspectiva a longo prazo de investimentos de capitais e sacrificam os interesses do capitalismo como tal em função de seus interesses imediatos e da preservação do seu próprio poder. O programa “econômico” dessa tendência se limita à venda do petróleo e outros produtos, e a como encher os bolsos da burguesia Bazaari. Esta tendência se opõe à acumulação do capital e colocou a maioria das instituições sob controle do Estado. Segundo as estatísticas oficiais, as empresas e instituições do Estado, juntamente com suas subsidiárias, ainda controlam 86% da produção nacional iraniana. A exportação do petróleo está totalmente sob controle do Estado, assim como 37% das exportações não-petrolíferas. As empresas estatais e suas subsidiárias respondem por 95,5% das importações (*Iran Daily*, 13/9/00, citando a Oficina da Comissão para a Promoção do Comércio e Exportações).

As conseqüências econômicas dessa situação significam que os capitalistas modernos e industriais, orientados para o Ocidente, e os tecnocratas e capitalistas iranianos exilados não podem investir sem correr riscos. É que não têm nenhum controle e não existem instituições que garantam a segurança de seu capital. Os reformadores fizeram com que se adotasse uma lei que incentiva os capitalistas a investir em ações mais de 50% para poder neutralizar a política atual do Estado e os capitalistas (especialmente os que estão no exílio) recebam um estímulo. Porém, estas medidas são pouco realistas porque o poder do Estado está todavia concentrado nas mãos de uma camarilha absolutista e não há nenhuma maneira prática de resolver a crise do capitalismo que não seja distanciando-se das alavancas do poder.

Os reformadores não têm suficiente autoridade para enfrentar-se ao Hezbollah - como ficou demonstrado na reunião de Majles, em resposta à carta de Khamenei. Portanto, a contradição interna do sistema capitalista atual continuará como agora.

O papel revolucionário da classe trabalhadora na revolução que se aproxima

É óbvio que se este regime pudesse resolver a contradição atual e se estabelecesse uma sociedade capitalista moderna, não resolveria o problema fundamental da sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade de um salto tecnológico no Irã requerem uma série de soluções radicais para uma série de tarefas colocadas na sociedade. A industrialização do Irã não será possível se não se resolve a questão agrária, a questão nacional, a questão da mulher e outras tarefas democráticas. Se faz necessário resolver as tarefas democráticas ao mesmo tempo que as tarefas econômicas pois, do contrário, as questões democráticas ficarão sem resposta. Uma solução ampla e de fundo dos problemas econômicos, significa uma economia planificada de acordo com as necessidades sociais.

Durante o reinado do Xá e o governo de Khomeini (e as presidências de Rafsanjani e Khatami) a burguesia iraniana demonstrou com toda clareza não só sua incapacidade de resolver os problemas econômicos básicos como de

cumprir as tarefas burguesas democráticas (a questão nacional e agrária e a conformação de uma república). Estes regimes têm demonstrado com freqüência que só prolongam seu domínio apoiando-se na força e na repressão. Esta incapacidade de resolver os diversos problemas sociais levará inevitavelmente ao descontentamento e, logo depois, a protestos massivos aos quais não terão mais remédio que reprimir. A forma e a aparência do governo (coroadado, com turbante ou com gravata) não altera este fato.

A classe trabalhadora iraniana, atualmente dispersa e carente de uma preparação imediata para a tomada do poder, continua sendo a única força social que pode cumprir as tarefas pendentes da sociedade iraniana. Isto se deve a que o interesse a longo prazo da classe está no imediato cumprimento das tarefas democráticas (a questão agrária e nacional) juntamente com as tarefas socialistas (controle da produção e da distribuição e economia planificada). É óbvio que, para cumprir estas tarefas, a classe trabalhadora deve tomar o poder, e isso não se realizará pacificamente.

A burguesia iraniana de conjunto (todas as camarilhas da classe dominante, os monárquicos, os capitalistas exilados e seus serventes social democratas), com respaldo do imperialismo, se oporão à tomada do poder pela classe trabalhadora iraniana com toda a força de seu poderio militar e seus métodos ideológicos. A classe trabalhadora deve, portanto, preparar-se para a derrubada violenta do regime capitalista e seus aliados nacionais. E só pode preparar-se para a revolução que se avizinha se confia em suas próprias forças e se mantém independente de qualquer fração ou camarilha dentro ou fora do governo. Seria impossível organizar greves operárias tendentes à derrubada do regime sem que exista um partido operário e uma organização política da classe. Para que a classe ganhe confiança em si mesma, se fortaleça organizativamente e se prepare para a futura revolução, deve concentrar suas lutas atuais em torno a palavras de ordem como o **controle operário nas fábricas**. A experiência dos protestos e greves operárias na última década de-

monstrou que existem elementos organizativos básicos entre os trabalhadores. A formação de círculos de trabalhadores e sua expansão e ordenação foram condições favoráveis para a organização dos trabalhadores em células socialistas. Um passo decisivo para a preparação teórica e prática do processo revolucionário, no caminho de fundação de um partido revolucionário de vanguarda.

Nossas tarefas e palavras de ordem

Lutar pela derrubada do regime capitalista governante no Irã e destruição do domínio do capital por meio de uma greve geral política e a insurreição armada como forma de estabelecer uma ditadura revolucionária do proletariado e a democracia operária.

Fundar uma república soviética como meio de estabelecer o governo dos conselhos dos trabalhadores e dos camponeses pobres, único regime capaz de resolver os problemas da revolução.

Construir um partido revolucionário de vanguarda do proletariado junto com a vanguarda operária no Irã, por meio da formação e expansão de células socialistas e comitês de ação clandestinos nas principais unidades econômicas, industriais e rurais.

Criar conselhos de cidades, vilas e aldeias para a implementação da palavra de ordem de controle dos trabalhadores e dos camponeses pobres sobre a produção e distribuição, para realizar uma economia planificada sob controle dos trabalhadores.

Formar e expandir a organização independente dos trabalhadores sob a base da democracia operária.

Defender o direito à autodeterminação de todas as nacionalidades, inclusive o direito à separação e à formação de um Estado independente (formar uma república de trabalhadores e camponeses e lutar contra qualquer forma de desvio nacionalista é o dever dos comunistas das nacionalidades oprimidas).

Abolir a pena de morte e erradicar a discriminação.

minação baseada em crenças, sexo, raça ou filiação política.

Defender a formação de uma assembléia constituinte democrática, baseada em organismos de trabalhadores auto-organizados (no caso de ausência de atividade ampla de conselhos de trabalhadores e camponeses).

Construir um partido internacional revolucionário para a derrubada do capitalismo e do imperialismo mundial, e a formação de uma sociedade socialista, bem como a continuação da revolução até a fundação da sociedade comunista.

Armar os trabalhadores e os camponeses pobres até a fundação do socialismo e o desaparecimento de todo tipo de Estado.

Defender internacionalmente a luta revolucionária da classe trabalhadora.

Liga Revolucionária Socialista Iraniana

Julho 1999



IRÃ: DERRUBAR O REGIME OU PRESERVAR O STATUS QUO?

Na atual situação, com a crise social e econômica que vai ficando cada vez mais profunda na sociedade, com as rupturas entre as frações da elite governante, o debate sobre a derrubada do regime no Irã e outras formas alternativas de governo está na ordem do dia.

Há duas posições sobre o tema. Por um lado, as forças organizadas, leais à Constituição da República Islâmica e o Velaeat-e Faghih, consideram toda tentativa de derrubada do regime como contrária à religião e advertem o povo contra suas conseqüências destrutivas. Ambas as camarilhas governantes compartilham este ponto de vista. Em um discurso recente, Khatami disse: *“a bandeira claramente expressada e a necessidade do povo se manifestaram na fórmula de ‘República Islâmica’, e o sistema e a sociedade correm perigo, então a ameaça contra esta bandeira se consolidou”* (discurso proferido no início do novo ano acadêmico, 25 de setembro).

As diversas camarilhas do regime já demonstraram, em diversas oportunidades, que cada vez que o regime esteja ameaçado por qualquer motivo, o que está ameaçado é o “sistema”, e que então estarão dispostos a deixar de lado suas diferenças internas e unir-se em defesa da “República Islâmica”. O ataque “unificado” das camarilhas do regime contra a insurreição operária de Eslamshahr, contra os estudantes nas universidades de Teerã e Tabriz, demonstra que não somente as forças do Hezbollah, mas também todos os “reformadores” dentro do regime resistirão até o último minuto a qualquer tentativa de derrubar o “sistema”. Isto é assim porque “preservar o status quo” a qualquer custo é uma questão de vida ou morte para os que têm interesses materiais nessa sociedade. Os mercadores capitalistas do Irã estão interessados na preservação do regime e este tem sido um fiel representante dos capitalistas. Os capitalistas iranianos no exílio, após anos de espera e insegurança, terminaram por se render à “sociedade

civil” de Khatami e vêem como se abre uma nova oportunidade para suas esperanças destroçadas em um setor da elite governante. Também eles ingressaram na frente dos “reformadores”.

Por outro lado, as forças “centrífugas” que enfrentam as camarilhas do regime tomaram forma. Estas tendências sociais são as mesmas forças que são independentes das frações do regime. São forças que Khatami, em um recente discurso, classificou como “uma tesoura perigosa” que persegue “a negação da República Islâmica” como seu objetivo. Estas camadas sociais carecem de uma estrutura organizada, de recursos materiais, de unidade, experiência e tampouco têm uma perspectiva política clara. Mesmo assim, devido a suas ações combativas, tiveram de enfrentar tanto os “reformadores” como os “absolutistas”. Estremeceram as bases sociais do regime e formaram uma “Terceira Frente”. Apesar de que estas camadas sociais (estudantes universitários, mulheres e operários jovens) não têm por enquanto nenhum programa revolucionário definido, nem sua bandeira central seja a derrubada do regime, a lógica de sua luta potencialmente os leva até essa posição. Estas camadas sociais inconformadas irão aprendendo na prática que os “reformadores” são a mesma coisa que os “absolutistas”, e que os “absolutistas” são o mesmo que os “reformadores”, e que as diferenças entre eles são superficiais.

Evidentemente, a existência deste tipo de ações independentes na sociedade não levará por si só à derrubada do regime. Na ausência de uma organização política ampla (e enquanto a vanguarda dos trabalhadores não ocupe o centro da cena), com a ajuda do imperialismo e seus acólitos internos, o regime encontrará com o tempo “explicações” para os problemas e freará o processo que leva até a sua derrubada.

Organizar e preparar a “Terceira Frente” para a revolução

Nesta situação, o papel das forças revolucionárias é se relacionar com a “frente independente” do povo e fortalecê-la. Dentro da “oposição de esquerda” sempre houve dois desvios em relação aos acontecimentos no Irã, especial-

mente desde a eleição de Khatami.

Primeiro, as tendências “sectárias” se vêm como algo totalmente separado dos fatos e vêm tudo como uma conspiração, algo desvinculado dos problemas do movimento operário. Estes grupos crêem que é totalmente desnecessário intervir nos últimos acontecimentos, porque estes não se encaixam em suas teorias pré-fabricadas. Estes grupos limitam sua propaganda a umas quantas palavras de ordem gerais. Não compreendem que não basta somente apoiar-se em bandeiras como “Abaixo o Regime Islâmico” ou “Viva a república socialista”, sem levar em conta os movimentos objetivos na sociedade. Estas forças devem dar respostas a perguntas como: qual é o nexo entre a situação atual – e o atual nível de consciência do povo iraniano – e a formação de uma república operária soviética?

Em vez de fixar-se nestes pontos cruciais, eles se dedicam a uma série de generalidades e tarefas triviais desconexas, e finalmente convidam todo o mundo a ingressar em seu “partido” ou “organização”. É óbvio que esse método não somente não ajudará a “Terceira Frente”, como gerará desmoralização. A vanguarda e as forças militantes se encontram neste exato momento sob ameaças físicas por parte do Hezbollah e a propaganda dos “reformadores”. Querem soluções reais para se preparar para a revolução e não ingressar em “partidos” ou “organizações autoproclamadas”. O papel dos elementos revolucionários conscientes é ajudar a fortalecer a juventude de vanguarda do Irã em seus esforços por formar um partido que esteja em contato com a sociedade iraniana. O papel dos revolucionários não é impor aos jovens partidos fictícios no exílio.

Em segundo lugar, as tendências oportunistas, que constantemente dedicam especial atenção aos acontecimentos internos do regime, crêem que ao seguir atentamente as contradições internas, podem encontrar os elementos mais “radicais”, vincular-se a eles e, juntos, organizar a revolução. O que ignoram é que, ao se verem enfrentadas às lutas populares e ao movimento operário, as frações governantes mais radicais se unirão às mais reacionárias. Pareceria que

estas tendências não aprenderam nada das lições da última revolução iraniana – e nem das lições e da experiência histórica de outros países. São as mesmas tendências que apoiaram o assim chamado “clero militante”. São as mesmas tendências que, em cada etapa, durante os últimos vinte anos, se ligavam constantemente às frações internas do regime. Hoje ainda não aprenderam nada de sua amarga experiência, e continuam fazendo exatamente o mesmo.

Ao contrário destes dois desvios, as forças socialistas revolucionárias organizam sua atividade de acordo com os problemas objetivos e as exigências dos setores mais avançados da sociedade. Em vez de atuar como se fossem superiores, lançando partidos ou organizações desde as alturas, devem construir tal organização junto à vanguarda revolucionária. A experiência dos últimos meses da juventude de vanguarda nos mostra que uma de suas bandeiras centrais era a fundação de organizações independentes. Organizações que sejam capazes de reunir a maior parte das forças centrais e de converter suas lutas contra a ditadura em lutas anticapitalistas.

Criar e coordenar células socialistas pode servir para preparar o terreno para estruturar organizações independentes da juventude. Somente criando células socialistas na base se pode ter a esperança de desenvolver uma organização juvenil. Uma das principais tarefas das células socialistas no Irã é encontrar o método de vincular os organizadores juvenis aos organizadores operários.

Durante as últimas duas décadas foram se formando no Irã círculos operários cuja atividade, ainda que dispersa, teve um efeito significativo sobre a sociedade. Os vínculos entre os círculos de trabalhadores e os da juventude estabelecidos por meio das células socialistas podem constituir o fundamento para as células iniciais de um partido revolucionário de vanguarda. Quanto às nossas perspectivas políticas e as bandeiras para este momento, não podemos simplesmente declarar que é preciso derrubar o regime! Tampouco podemos criar ilusões a respeito das frações das elites governantes. É evidente que a única maneira de derrubar o regime e a mais estável de estabelecer um governo de trabalhadores é com a criação de conselhos de trabalhadores. As forças do socialismo revolucionário não participarão de nenhum governo onde os trabalhadores não tenham um papel decisivo. O único regime que pode resolver o problema da sociedade é a república soviética, a forma mais alta e mais democrática de governo da história.

No entanto, na situação atual, quando estes conselhos ainda não se formaram e o partido revolucionário de vanguarda ainda não foi construído, os socialistas revolucionários exigem a derrubada do regime e a formação de uma assembléia constituinte democrática e revolucionária. Uma assembléia constituinte que não aceite que nenhum organismo, entidade ou pessoa se coloque por cima dela e que esteja controlada pelas massas armadas e os verdadeiros representantes do povo por seu voto direto, universal, secreto e livre. Esta assembléia tomará as medidas para preparar as bases para uma futura constituição e a fundação de um governo futuro. O papel dos socialistas revolucionários nesta assembléia é lutar pela criação de um governo de trabalhadores.

Enquanto durar o exílio, a formação de comitês de solidariedade com as organizações independentes de trabalhadores pode criar vínculos entre os trabalhadores iranianos e outras forças internacionais progressivas e fortalecer a luta deste setor no Irã. **(M.R.)**



IRÃ: A CLASSE OPERÁRIA ENTRA EM CENA

No meio do “feudo familiar” das elites governantes que disputam o controle pleno do poder de Estado, e o apoio da oposição no exílio para o setor “radical” ou não tão radical dos “reformadores do regime”, as lutas anticapitalistas dos trabalhadores iranianos continuam. Isto é assim porque enquanto os acontecimentos não melhoram a situação econômica dos trabalhadores, são irrelevantes para o proletariado iraniano. Do ponto de vista dos trabalhadores, nem as camarilhas governantes nem a oposição “reformista” de fora do governo tomaram nenhuma medida para melhorar a situação dos trabalhadores. Os altos preços dos alimentos básicos e outros artigos de primeira necessidade, os baixos salários, os soldos e outras obrigações jamais liquidadas fazem com que os trabalhadores estejam em uma situação pior que nunca. Eles aprenderam, por meio de uma dura experiência, que as promessas de Khatami e seu círculo são vazias e carentes de fundamento. Tal é a pressão que sofrem e não têm outra alternativa a não ser tomar as coisas em suas próprias mãos.

As recentes lutas dos trabalhadores no Irã mostram o grau de seriedade que a situação econômica adquiriu. Por exemplo: durante os últimos dias, quase 1500 trabalhadores da fábrica têxtil Simin, em Isfahan, entraram em greve exigindo os salários atrasados de vários meses. No dia 15 de outubro, oito mil empregados da Empresa Nacional Escavadora do Irã entraram em greve, protestando contra a venda, pelo Ministério do Petróleo, das ações da empresa para o capital privado. Cento e quarenta trabalhadores da manutenção e reparação de fornos da empresa Alivaz Industrial protestaram na porta de entrada exigindo o pagamento de salários atrasados há 70 dias (2 de outubro). Também nas últimas semanas, os trabalhadores de Shabab Industrial, em Kermanshah Ocidental, os funcionários da fábrica de placas de madeira de Sari e os das fábricas de tecidos Nº 2 e Nº 3 protestaram. Também nestes últimos meses,

os trabalhadores da fábrica de cozinhas Aladdin, na estrada de Karaj; os da mina de ferro em Bafegh, os das usinas provinciais de Sistan e Baoucestan, os da fábrica Jamco e outros protestaram e entraram em greve pelo pagamento de salários atrasados.

É claro que o nível de organização e dos movimentos operários no Irã é embrionário e ele explode sem a devida preparação e organização. Porém, as bandeiras econômicas dos trabalhadores podem levar rapidamente a bandeiras políticas. O tema que a vanguarda operária no Irã deve encarar agora não é se apoia tal ou qual fração do regime. As assembleias e as organizações ligadas ao governo contam com que tal ou qual setor dos partidários das “reformas” possa resolver os problemas dos trabalhadores. A vanguarda operária sabe muito bem que, inclusive caso os reformadores obtenham uma vitória sobre as outras frações, e imponham no Irã um sistema capitalista intimamente ligado ao imperialismo, longe de tornar mais leve sua carga, sua exploração se tornará mais intensa.

É por isso que a luta pela construção de uma organização independente dos trabalhadores e por um sindicato independente está na ordem do dia. Os trabalhadores do Irã, independente de quais possam ser suas opiniões políticas ou crenças religiosas, podem ser membros de uma organização assim com uma única condição: que seja independente do Estado capitalista. Podem se unificar com seus companheiros para lutar contra o Estado capitalista em um movimento amplo e organizado para conseguir seus direitos e seus salários.

Para coordenar e trocar as experiências dos protestos e greves operárias, assim como avançar efetivamente em suas reivindicações, os trabalhadores necessitam de um sindicato independente. A luta por sua criação é uma das tarefas básicas da oposição de esquerda no exílio e seus aliados internacionais. **(M.R.)**

Comunicado 12, 18 de outubro de 2000

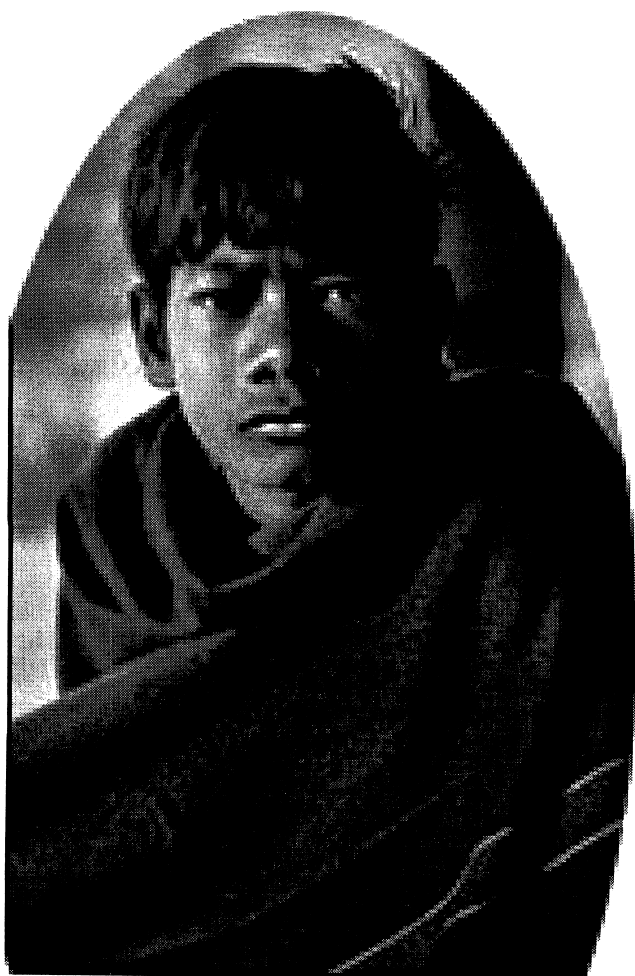
Natureza dos Estados



ALBERTO AIROLDI

**Crêterios para definir o caráter da forma o
sócio-econ mica cubana**

118



CRITÉRIOS PARA DEFINIR O CARÁTER DA FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA CUBANA

ALBERTO AIROLDI

Associação Marxista Revolucionária "Proposta" - Itália

O tema da transição ao capitalismo dos ex-países do CAME, de China e Coréia do Norte, é, sem dúvida, muito controvertido. Nesse debate, Cuba ocupa um lugar muito peculiar, que lhe outorga o privilégio de representar uma bandeira para todos os nostálgicos. Pode-se dizer, sem medo de exagerar, que as posições sobre Cuba cobrem todo o espectro compreendido entre os que pensam que o socialismo continua vigente e firme, e os que avaliam que o capitalismo foi restaurado da pior forma, a da colonização.

O que realmente preocupa neste debate é a falta de materialismo: faz-se amplo uso de elementos com caráter moralístico, emocional e, em geral, há uma tese e a realidade TEM de adaptar-se a ela.

Para responder à pergunta: o capitalismo foi restaurado em Cuba? é preciso ter bem claro que a restauração do capitalismo é um processo dialético. É preciso também ter claro que as formações econômicas e sociais que costumamos chamar "estados operários degenerados ou deformados" são formações onde convivem, em distintas proporções e de forma dialética, distintos modos de produção. Por isso, a sobrevivência de um setor de produção mercantil regido pelas leis de mercado não significa, por si mesmo, que o caráter dominante da formação sócio-econômica seja o caráter capitalista.

As características mais importantes para estabelecer, de um ponto de vista marxista, o caráter de uma formação sócio-econômica são: 1) A propriedade dos meios de produção; 2) A propriedade do sistema financeiro; 3) O monopólio do comércio exterior. Vamos analisar como se dão estas características no caso de Cuba.

Em Cuba existem distintas formas de propriedade:

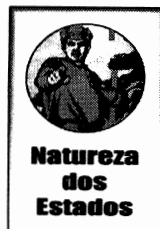
a propriedade do Estado: quase todas as empresas industriais, uma parte das granjas, a propriedade do solo;

a propriedade cooperativa: as UBPC, grandes cooperativas agropecuárias, que ocupam 57,6% do solo cultivado¹, têm um compromisso com o Estado e o que sobra podem vender nos mercados agropecuários a um preço de mercado; as CPA, pequenas cooperativas camponesas;

a propriedade individual ou familiar de pequenos meios de produção; são os famosos trabalhadores por conta própria (artesãos, transportadores etc.);

a propriedade privada das transnacionais que investiram em Cuba, cuja forma principal é a associação com a propriedade estatal (*joint ventures*).

Cabe destacar que Cuba é um dos países onde mais se avançou com a intervenção de até os pequenos meios de produção e das chama-



das profissões liberais. Em 1968, foram 5.650 atividades e em 1970 os trabalhadores por conta própria eram 30 mil, 2,7% da força de trabalho. Em 1987, essa porcentagem caiu para 1,2%. Isso acarretou alguns problemas, pois em contexto de baixo desenvolvimento das forças produtivas, a nacionalização das pequenas atividades produtivas e de serviços só faz impulsionar o mercado negro. De toda forma, pode-se dizer que em Cuba a pequena burguesia havia desaparecido. Nos anos 80 experimentou-se impulsionar a atividade dos camponeses particulares e foram criados mercados camponeses que, no entanto, foram fechados em 1986, com o processo de “retificação de erros e tendências negativas”.

Nos anos 90 ocorreu um processo de reformas mercantis e os mercados camponeses foram reabertos, legalizaram-se novas profissões no marco do trabalho por conta própria. Os trabalhadores por conta própria com registro chegaram a ser 205.500; mas, quando a lei se tornou mais estrita, a partir de 1996, se reduziram, e em 1997 eram 170 mil². No mesmo período se impulsionou as inversões estrangeiras, com fortes incentivos fiscais e deixando fora das possibilidades de inversão apenas os setores de defesa, saúde e educação. No entanto, no final de 1999, só 370 convênios haviam sido assinados. A presença dos capitais estrangeiros está principalmente no turismo, na companhia telefônica, na produção de níquel, cimento, sabão e petróleo.

Do ponto de vista da propriedade dos meios de produção, é preciso ter bem claro que a maioria dos trabalhadores por conta própria se dedicam a produções muito pequenas e pouco rentáveis: produção e venda de alimentos e bebidas, de roupa, de artesanato. As atividades mais rentáveis são os aluguéis de quartos para turistas, os restaurantes (com não mais de três mesas), o transporte de pessoas com caminhonetes. Os trabalhadores por conta própria não podem contratar empregados, o trabalho assalariado particular continua sendo ilegal.

Se as classes se formam em relação à propriedade dos meios de produção, em Cuba se encontram classes em formação: camponeses particulares e trabalhadores por conta própria. Há muitos limites a seu desenvolvimento (impostos muito altos, controles etc.), mas o limite mais importante é a impossibilidade de reprodução ampliada da atividade. Do ponto de vista do lucro, em muitos casos essas classes em formação ganham menos que os empregados no turismo (que podem ganhar muitas gorjetas) e das prostitutas (por acaso alguém pode pensar que esta seja a nova burguesia cubana?).

Ou seja, as classes em formação não coincidem com os mais privilegiados: possivelmente o que se encontra hoje em dia é o caldo de cultivo de uma nova classe que pudesse se desenvolver. Em Cuba, até agora, não há capitalistas cubanos.

1) O sistema financeiro cubano pertence integralmente ao Estado. É certo que nos últimos anos ocorreram muitas mudanças, relacionadas com a reorganização das empresas estatais e a formação das UBPC. A empresas cubanas terão de ser rentáveis, e essa rentabilidade se mede com categorias monetário-mercantis. O Estado vai cortar seus financiamentos e as empresas terão um alto nível de autonomia. É evidente que uma empresa rentável, em um contexto de eficiência financeira, pode ser vendida com menos problemas, mas até agora toda essa eficiência, medida com critérios capitalistas, diz respeito a empresas que permanecem nas mãos do Estado.

A reforma do sistema financeiro envolveu algumas mudanças, como por exemplo: “Em dezembro de 1999, o Comitê Executivo do Conselho de Ministros aprovou para as entidades estatais o uso das letras de cambio e os “pagarés”, títulos-valores que são – sobretudo os primeiros – instrumentos úteis para facilitar a execução de cobranças e pagamentos. A aceitação de uma letra de cambio implica o reconhecimento da dívida líquida que, no caso de não ser honrada no momento de seu vencimento, ou ser honrada apenas parcialmente, pode ser protestada pelo credor diante de um notário e levada imediatamente a processo judicial. O tribunal poderá ordenar, em benefício do demandante, o embargo de bens do devedor por um valor equivalente ao da dívida. Se se trata de uma entidade estatal, todos os seus ativos financeiros, incluindo contas bancárias e contas a cobrar, podem ser embargadas para cobrir a dívida. Outro mecanismo de facilitação das transações financeiras entre as empresas é a possibilidade que têm os vendedores de outorgar créditos comerciais a seus compradores mediante prévio acordo com o Banco Central, para fixar a taxa de juros máxima, assim como o direito de reclamar o pagamento de juro por mora. Além de rentabilizar suas contas bancárias, tanto as empresas que se vão incorporando ao sistema de aperfeiçoamento como as demais podem ter acesso a financiamentos de diversas formas, incluindo empréstimos e arrendamentos financeiros, e descontos de letras de cambio. Também estão sendo postas em prática novas modalidades de financiamento, nas quais os bancos não só outorgam o crédito, como intervêm na gestão do projeto e compartilham suas utilidades. A fórmula já obteve resultados positivos na atividade florestal e se trabalha em sua aplicação em outras atividades da agricultura e na indústria ligeira”.³

2) O Estado cubano já não tem mais o monopólio do comércio exterior. No entanto, as empresas que podem comercializar com o exterior sem passar pelo ministério são empresas estatais.

Algumas considerações sobre a posição da LIT-CI

A posição expressa no artigo “Cuba em Debate”⁴ não é diferente daquela que se pode encontrar no documento de 1997 na página do Koorkom⁵. Não é minha intenção fazer uma crítica ao conjunto dos argumentos desenvolvidos nos artigos. Todos eles têm o objetivo de respaldar a tese: “Em Cuba se restaurou o capitalismo”.

Segundo Hernández: “A partir de 1977 são feitas em Cuba várias concessões ao capitalismo” (cooperativas, mercados livres etc.), no entanto, quando em 1986 a política cubana toma outro rumo, se diz que “foi uma tentativa desesperada de retomar o controle da economia em crise (restringindo, para isso, o surgimento de uma burguesia nacional independente do Estado) para, a posteriori, pôr o país à venda ao capital estrangeiro”. Ou seja, Fidel Castro, pelo menos a partir de 1982, com a nova lei de inversões estrangeiras, tinha bem claro que sua tarefa era a entrega do país ao imperialismo. Segundo essa concepção, Fidel seria o mestre de Gorbachov, mas por uma ironia da história, o primeiro que quis entregar-se ao capitalismo foi o último que pôde fazê-lo.

Mais que as chamadas “concessões ao imperialismo” de 1977, seria interessante analisar a implementação do “Novo sistema de direção e planificação” (SDPE) inspirado na URSS em 1975. Esse método, introduzido na URSS nos primeiros anos da década de 60, outorga às empresas um elevado grau de autonomia e a possibilidade de comercializar como se fossem empresas privadas. Além disso, se expande a diferenciação salarial e os prêmios individuais.

Em 1986, Fidel Castro explicou como a introdução do SDPE trouxe consigo ineficiência e elementos capitalistas. Esses são os mesmos elementos que estão se desenvolvendo, num nível muito mais elevado hoje, com o chamado “aperfeiçoamento empresarial”. É importante ter bem claro que estamos falando de categorias monetário-mercantis que regem as relações econômicas entre entidades estatais: só os teóricos do “capitalismo de Estado” pensam que isso



quer dizer que nos encontramos em um modo capitalista de produção.

O artigo de Hernández dá a entender que a restauração se fez com a entrega do país ao imperialismo (hoje em dia europeu, em perspectiva, também norte-americano). No entanto, as provas de tamanha afirmação se individualizam em um guia de inversões para empresas estrangeiras e em alguns comentários de um jurista cubano sobre a Lei de Inversão Estrangeira de 1995. Qualquer um pode perceber o caráter propagandístico desse guia. Além do mais, todas as tentativas de encontrar uma informação sobre a presença de inversões estrangeiras em Cuba se frustram: se diz que "...mais de 1.000 empresas e firmas comerciais internacionais participaram da XIII Feira Internacional de La Habana", e que "... Hoje, Cuba mantém vínculos comerciais com cerca de 4.000 empresas de mais de 100 países".

No entanto, o problema não é com quantas empresas estrangeiras Cuba está comercializando atualmente, ou quantas participam nas feiras, mas quantas unidades de capital estrangeiro estão explorando os operários cubanos. Como já disse anteriormente, no final de 1999 só foram assinados 370 convênios. Em Cuba há algumas zonas francas, mas até agora não se deu nem o fenômeno das maquiladora, típico da América Latina, nem o das grandes concentrações, como na China: as zonas francas até agora tiveram um caráter quase exclusivamente comercial.

A sentença categórica é: "Em Cuba, o monopólio do comércio exterior foi abolido e os direitos do capital foram restabelecidos". Ao autor não importa que o monopólio do comércio exterior não tenha sido abolido para entregá-lo a capitalistas, e que não existem direitos para os capitalistas cubanos, simplesmente porque não existem capitalistas cubanos. No entanto, este último assunto parece preocupar Hernández, que fica comovido porque "Cuba é um país onde o capital estrangeiro pode montar o mais suntuoso dos hotéis (o fizeram e continuam fazendo) mas um cubano não pode montar um restaurante, a não ser que este não tenha mais de três mesas e doze cadeiras". Para ele, o governo cubano teria de dar também aos cubanos a oportunidade de se converter em proprietários dos meios de produção. Esta é uma idéia compartilhada com toda a oposição anti-castrista, pois é, sem dúvida, um argumento muito populista, mas creio que um comunista teria de se perguntar: quem manda em Cuba?, o capital externo?, uma burguesia cubana?, a burocracia cubana?. Para a classe operária cubana, seria vantagem passar do domínio da burocracia ao domínio de uma burguesia cubana? O que aconteceu na Europa do Leste parece representar uma resposta bastante clara.

Até agora vimos como o teorema de Hernández: "Cuba restaurou o capitalismo", tem um importante corolário: "Cuba começou a entregar-se ao imperialismo desde os primeiros anos da década de 80". Há outro e mais importante: "Se na China e em Cuba a restauração do capitalismo foi feita pela via das lentas e graduais reformas, e se nesses países seus governantes não fizeram concessões aos trabalhadores no terreno da propriedade dos meios de produção, isto se deveu ao fato de que nesses países seus governantes não tiveram de enfrentar as massas sublevadas (Cuba) ou as enfrentaram e derrotaram (China)". Quer dizer que a (suposta) restauração cubana, para Hernández, é pior que a (real) restauração na Rússia e na Europa do Leste. Cuba, com esse crité-

rio, vai se transformar em uma neocolônia do imperialismo por uma caminho muito mais direto e plano do que a Rússia e a China.

Hernández tenta explicar uma contradição: por que, se Cuba se entregou ao imperialismo, o bloqueio continua? Por que a lei Helms-Burton? Por que o caso Elián? Segundo ele, a contradição se dá entre o imperialismo norte-americano e o imperialismo europeu. Os EUA têm o problema do respaldo à burguesia cubana em Miami e foram partidários, até a administração Clinton, do modelo de restauração com restituição das propriedades ocupadas com a revolução. Estas são considerações muito importantes, e muito pouco levadas em conta no debate da esquerda (e dos supostos marxistas) sobre Cuba. No entanto, o problema da restituição e dos diversos interesses dos dois sistemas imperialistas não tem nada a ver com o caráter do sistema econômico-social cubano. Longe de demonstrar o teorema de Hernández, o problema da burguesia cubana exilada nos clarifica porque uma restauração como a que ocorreu no leste da Europa não se realizou em Cuba. Também os setores mais liquidacionistas da burocracia tinham bem claro o exemplo da Rússia e, por outro lado, da Nicarágua.

Se se mede a restauração com os critérios de Hernández, se pode chegar à conclusão de que Lenin restaurou o capitalismo na Rússia, já que lá a NEP foi muito mais à adiante do que em Cuba, com a propriedade dos meios de produção em mãos de capitalistas russos e do imperialismo.

Conclusões

Cuba continua sendo um Estado operário deformado. O poder está nas mãos da burocracia que, a partir dos anos 90, introduziu elementos mercantis e abriu as portas ao capital estrangeiro. Isso não foi fruto de um plano, de um projeto desenvolvido a partir dos anos 80, mas uma necessidade objetiva: com a queda do CAME, muitas áreas da economia cubana estavam paralisadas.

A burocracia cubana não é a fotocópia da burocracia russa ou chinesa. Não é simplesmente um problema de privilégios; os burocratas cubanos não têm nem remotamente os privilégios dos burocratas na URSS. A burocracia cubana sabe que uma restauração do capitalismo em Cuba quer dizer acabar com seus privilégios. A burguesia exilada em Miami não deixará que os burocratas se convertam em proprietários dos meios de produção, e além disso, os custos sociais da restauração do capitalismo em um país pobre como Cuba seriam imensos. A burocracia sabe que Cuba pode se tornar uma nova Nicarágua, e vai perder tudo. A burocracia cubana está dividida sobre o grau de abertura e o grau de introdução das medidas econômicas. Qualquer passo traz consigo um problema de controle.

O ano de 1996 começou com uma agitação de visitas de políticos democratas e republicanos, empresários, personalidades da cultura e do esporte, mas esse processo, que parecia conduzir à suspensão do bloqueio, conduziu à derrubada das duas avionetas dos contras de Miami, ao recrudescimento do bloqueio, a uma atitude mais prudente no processo de reformas mercantis. No entanto, até agora Fidel Castro e seu grupo representaram o ponto de mediação entre as diversas opções. A consequência foi uma lenta saída do abismo no qual Cuba estava submersa, às custas de um crescimento da desigualdade, de uma crise ideológica e de consenso. A desigualdade não produziu uma burguesia, mas um conjunto de privilegiados: trabalhadores do turismo que recebem gorjetas em dólares, camponeses particulares, intermediários entre a cidade e o campo, trabalhadores por conta própria, prostitutas, outros cidadãos que recebem remessas do exterior.


Apesar de ter havido tentativas de voltar ao marxismo (antes, no processo de retificação, ao marxismo do Che, depois a um "marxismo humanístico", como um suposto traço original da revolução cubana), o consenso nos anos 90 tomou outro rumo, ou seja, o nacionalismo

progressista e antiimperialista de Martí e o chamado “projeto social cubano”, que se resume na bandeira: “*Defender a pátria, a revolução e as principais conquistas do socialismo*”. As principais conquistas são: educação, saúde, aposentadoria, coisas que nenhum país dependente do imperialismo pôde assegurar e que, no entanto, mesmo afetadas pela crise, Cuba manteve.

A situação cubana parece sem saída; uma revolução política antiburocrática, que devolva o poder aos comitês de fábrica e de bairro, neste contexto internacional, não poderia desenvolver uma política de ruptura com os capitais estrangeiros e se exporia a uma agressão militar dos EUA. A democracia operária seria o melhor antídoto contra qualquer tentativa de restauração, e para superar os problemas políticos que Cuba enfrentaria ao desaparecer a figura carismática de Fidel Castro. Por outro lado, é impossível desenvolver as citadas reformas econômicas e, ao mesmo tempo, a democracia operária; esta é uma das posições de uma parte do SU, que pede mais reformas mercantis, mais democracia (até chegar ao pluripartidarismo).

O governo cubano parece se aproveitar de qualquer oportunidade para uma repolitização das massas (caso Elián, mesas redondas contra os crimes do imperialismo etc.), ainda que não seja na direção da democracia operária, enquanto o rumo da sociedade cubana anda por outra direção. Em Cuba não há possibilidade de organizar uma corrente marxista revolucionária; qualquer organização fora do PCC é vista como possível instrumento do imperialismo americano.

Por um lado, esse é um elemento objetivo: um partido de oposição sempre poderá contar com rios de dinheiro dos EUA; por outro, este argumento sempre pode ser utilizado para acabar com qualquer oposição de esquerda. A solução da crise cubana está fora de Cuba, em uma nova onda revolucionária na América Latina e no fortalecimento da luta de classes nos EUA. Na ausência desses fatores, Cuba vai continuar em um processo contraditório, que pode chegar à queda do governo cubano e à guerra civil, ou tomar um rumo mais decisivo em direção à restauração do capitalismo que, no entanto, só pode se dar intervindo sobre as três condições discutidas no primeiro parágrafo deste artigo.

Ainda que Cuba não seja nem remotamente o “último bastião” do socialismo, a queda do governo cubano representaria uma nova vitória do imperialismo e uma nova tragédia para todos os revolucionários. Infelizmente, como há nostálgicos que crêem no “último bastião”, há também uma atitude (por sorte minoritária) stalinofóbica, que não vê a hora de alegrar-se com a queda de Cuba. 

NOTAS

1 C. Mesa-Lago, “*The Cuban economy in 1997-98: performance and policies*”, *Cuba in transition*, 1998.

2 *Ibidem*

3 *El Economista, de Cuba ONLINE*, “*La banca se amplia y se diversifica*”, *La Habana*, 12/2000.

4 M. Hernández, “*Cuba em debate*”, 2000.

5 KORKOM, “*De los estados obreros a la restauración del capitalismo*”, 1997



Cultura



JOÃO LOPES

**A evolução da política cultural dos bolcheviques e a pintura na União Soviética:
da liberdade ao monolitismo do realismo socialista 125**



A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DOS BOLCHEVIQUES E A PINTURA NA UNIÃO SOVIÉTICA:

DA LIBERDADE AO MONOLITISMO DO REALISMO SOCIALISTA (1917-1934)

JOÃO LOPES

Dirigente da FER - FER-Ruptura, Portugal

A poderosa campanha das forças ideológicas do capitalismo contra a Revolução Russa e os bolcheviques sempre incluiu a questão da arte à guisa de algo que traria gravadas “ab ovo” as marcas da tentação totalitária. Ela estaria logo nas ideias estéticas de Lênine e a política cultural dos bolcheviques apenas teria sofrido mudanças de quantidade até ao aparecimento do realismo socialista em 1934 (1). Ainda há poucos anos uma monumental exposição de pintura sobre “A arte e a ditadura” tinha lugar em Viena e dava uma linha de continuidade à pintura soviética dos anos 20 e 30 à luz do realismo socialista, ignorando intencionalmente o importante papel das diferentes correntes da vanguarda russa no quadro da política libertária de Lunatcharsky. O historiador de arte Lionel Richard comentava então lucidamente a manobra dos organizadores dessa exposição: *“Por se querer provar a todo o custo que há traços permanentes durante todo o período do poder de Estaline entre 1924 e 1953, não se deforma apenas a história, deforma-se também a história da pintura. Com efeito, a unificação das associações de artistas e a reorganização da vida artística, implicando as palavras-de-ordem impostas e adequadas [pelo poder] data apenas de 1932. A invenção do realismo socialista dá-se em 1934. Portanto, teria sido mais compreensível mostrar o tipo de pintura que ainda era possível entre 1925 e 1934, e, a seguir, aquilo [isto é, o tipo de pintura académica e oficial do realismo socialista] que se iria impor. Um dogmatismo cego decidiu [organizar a exposição] de outra forma.”*(2)

No princípio da década de 30, a liberdade e a pluralidade de correntes pictóricas ainda se fazia sentir na União Soviética. O predomínio dos realistas do AkhRR (Associação dos Artistas da Rússia Revolucionária) ainda comportava, por um lado, cisões internas como o grupo Outubro e a RAPKh (Associação Russa de Artistas Proletários) mais propensas à variedade estilística da arte proletária, e, por outro lado, um amplo arco de grupos que se lhe opunha, como o OST e o Círculo (admissão do tratamento formal das temáticas hodiernas e revolucionárias), como a Sociedade das 4 Artes e a Sociedade dos Artistas de Moscovo (refractários à “ideiinos” - arte de tendência - e aos temas do realismo comprometido, e cultores das variantes formalistas do modernismo ocidental e russo) ou como Filonov e os seus discípulos (comprometimento integral com o refinado

esteticismo da vanguarda russa)(3). Todavia, o espaço já estava a encerrar-se perigosamente. Lunatcharsky, cabeça da política artística dos bolcheviques desde a Revolução de Outubro, demite-se em 1929 na sequência da pressão dos dogmáticos da AkhRR e dos quadros culturais do Partido Bolchevique. Os VkuLTelns (Alto Instituto Artístico-Técnicos) de Moscovo e Leninegrado, onde se concentrava a maior parte da vanguarda com Tatline e Malevitch à frente, são fechados em 1930. Malevitch, regressado recentemente de uma "tournée" a Berlim e Varsóvia, é detido durante três meses e interrogado sobre o formalismo da sua arte em 1930. A dissolução das correntes artísticas e o monolitismo do realismo socialista estavam prestes a sufocar as liberdades artísticas dos anos 20.

Conscientes de que, tal como o ser de Aristóteles, também a reescrita da revolução Russa se diz de muitas maneiras (desde o "*Livro Negro do Comunismo*" a exposições de pintura aparentemente inocentes e a livros sobre a política cultural dos bolcheviques), procuremos dar um pequeno e introdutório contributo para esclarecer a evolução dessa política cultural, sobretudo na sua relação com a pintura.

A Revolução de Outubro ou pintura em liberdade

Embora obrigados a restringir as liberdades democráticas e o pluripartidarismo soviético devido à guerra civil e à intervenção de vários exércitos dos países imperialistas em solo russo, os bolcheviques promoveram logo a liberdade cultural. Neste campo, a sua política foi essencialmente desenvolvida por Lunatcharsky, figura bastante querida nos meios revolucionários, ideologicamente eclética e dotada de uma formação artística que ia desde o realismo novecentista dos "itinerantes" ao radicalismo do "proletkult" e ao modernismo europeu (impressionismo-cubismo). futurismo...). A sua orientação foi pautada pela liberdade de criação e pela pluralidade de correntes, o que, ainda assim, lhe valeu ataques dos mais variados quadrantes ideológico-artísticos. Contra os futuristas, o "proletkult" e o próprio Malevitch, Lunatcharsky põe em prática

a protecção da herança artística do passado e recruta mesmo figuras conservadoras como Benois para lugares destacados. Contra os "comunistas-futuristas" e o "proletkult" que furiosamente se digladiavam e chamavam a si a orientação autoritária da vida artística do país, Lunatcharsky apoiava as mais variadas correntes e nem sequer discriminava os "itinerantes"(ala do realismo académico que chocara com a Revolução de Outubro, mas que iria progressivamente recuperar o seu papel a partir de 1922 e estará na origem do realismo socialista). Contra o conservadorismo artístico do próprio Lénine e os ataques de Zinoviev, Lunatcharsky defendeu o futurismo e outras tendências modernistas, colocando à frente da IZO (a secção de artes visuais do NARKOMPROS, ou seja, do Commissariado do Povo para a Educação) vanguardistas como Shterenberg e permitindo que iconoclastas como Malevitch, Tatline, Rodchenko ou Maiakovsky apresentassem as suas ousadas inovações às massas através dos posters e das decorações das grandes festas públicas. O próprio Lunatcharsky resumiu assim a política cultural dos bolcheviques: "*Declarei dezenas de vezes que o Commissariado Popular de Educação deve ser imparcial no que respeita às orientações particulares da vida artística. [...] O gosto do comissário do povo e de todos os representantes do regime não deve ser tomado em consideração. Há que facilitar o livre desenvolvimento de todos os indivíduos e grupos artísticos. Não se deve permitir que uma tendência artística elimine a outra valendo-se quer da glória tradicional adquirida, quer da moda.*"(4).

Neste contexto, a pintura vivia finalmente em liberdade. A vanguarda modernista vira a Escola de Pintura, de Escultura e de Arquitectura de Moscovo expulsar artistas como Tatline (futuro chefe-de-fila do construtivismo) ou Falk (grande mestre do cézannismo russo). Vira igualmente a sua ostracização pelos círculos artísticos da Rússia czarista. Agora a Revolução de Outubro trazia-lhe a desforra: Malevitch e a sua pintura suprematista "não pertenciam à terra", mas ele lá estava à frente do Instituto de Arte de Vitebsk (1918-1921) e do InKhuk de Leninegrado (1922-1926); Tatline e Rodchenko afirmavam-se como os grandes obreiros do construtivismo (abandono da pintura de cavalete, cruzamento da pintura

com a arquitectura e a escultura, afirmação da arte como produtivismo e funcionalidade), levando os ensinamentos dos “esquerdistas” ao InKhuk e ao VkuTeMas de Leninegrado; Kandinsky, figura de proa da arte abstracta, ajudava a fundar o Museu da Cultura Artística e o InKhuk, presidia à Academia Russa das Ciências Artísticas e estava na direcção do IZO; outros artistas como Falk ou Pavel Kuznetsov cultivavam o cézannismo ocidental ou o primitivismo russo, sendo logo seleccionados por Shterenberg para a direcção do IZO e indo ensinar nos prestigiados VkuTeMas (nos anos 30, ambos os pintores serão tomados como alvos da campanha anti-formalista do realismo socialista). Neste ambiente de liberdade e pluralismo, os “itinerantes” da AkhRR (1922) também conseguem encontrar o seu lugar, muito embora o seu anterior compromisso com a czarista Academia das Belas-Artes lhes tivesse inscrito posições artístico-políticas conservadoras que os levaram a uma cautelosa neutralidade inicial e o seu chefe-de-fila Répine se auto-exilasse. Deste grupo que começa logo a pregar a imperatividade dos temas da contemporaneidade revolucionária (Exército Vermelho, heróis do trabalho, as grandes obras industriais da construção do socialismo), a necessidade do estilo realista para as massas, a ofensiva contra o formalismo e a sujeição da arte à “*partiinost*” - o espírito do partido -, virá a sair o realismo socialista.

A política cultural dos bolcheviques trouxe ainda para a pintura: 1) os primeiros museus de arte moderna do mundo, acolhendo esses centenas de obras compradas à vanguarda russa e as grandes colecções de impressionistas e pós-impressionista europeus justamente expropriadas aos grandes coleccionadores capitalistas russos; 2) os Svomas, ateliers livres organizados pelo Estado, que estavam abertos a todos os cidadãos russos acima dos dez anos, que eram gratuitos, que funcionavam recorrentemente sem professores ou com professores eleitos pelos alunos, que acolhiam o ensino de todas as correntes e dos quais nasceriam os VkuTeMas de Moscovo e Leninegrado após a sua dissolução em 1921; 3) as célebres “exposições dos artistas de todas as tendências” que colocavam lado-a-lado obras dos “itinerantes” e dos suprematistas, dos cézannistas e dos primitivistas, dos construtivistas e dos simbolistas, as quais se prolongaram desde 1919 até à derradeira exposição “Quinze anos de arte russa” em Leninegrado no fim de 1932.

Rumo ao monolitismo do realismo socialista

Nos anos 20, a intervenção autoritária do partido bolchevique e do Estado soviético na vida artística foi reduzida ao mínimo. A glosada acção de Lénine contra o “proletkult” em dezembro de 1920 visava contrariar o absurdo objectivo do grupo na supressão da herança cultural do passado, obviar à sua tendência para guiar monoliticamente a arte do alto do seu eclectismo ideológico e centrar a educação artística dos jovens proletários no plano do marxismo. De modo algum, estava em causa a própria produção artística na sua liberdade e pluralidade. O conhecido decreto do Comité Central do Partido Bolchevique “Sobre a política do partido em matéria de literatura artística” de 16 de Junho de 1925, comumente considerado pela crítica burguesa como totalitário por apelar a uma “*forma compreensível e próxima para milhões de trabalhadores*”, afirma ainda taxativamente a pluralidade de correntes artísticas na esteira da visão de Lunatcharsky.

Não obstante a saída do libertário Shterenberg da direcção do IZO(1921),



da primeira vaga de emigração de pintores de vanguarda (em 1921-1922, Kandinsky, o construtivista Naum Gabo e Marc Chagall rumaram ao Ocidente, sobretudo em resultado das suas querelas com outras figuras da vanguarda russa e da penúria material do país) e do crescente peso do realismo da AkhRR no panorama artístico e na definição da própria política cultural dos bolcheviques, a liberdade ainda marca toda a década de 20. As correntes pictóricas diferenciadas, contraditórias e enfrentadas continuam a sua vida normalmente: fazem exposições públicas, recebem encomendas e digladiam-se em múltiplos manifestos. Os modernistas do início do século agrupam-se no Mundo da Arte, núcleo que acolhe parte da “direita” artística. Os diferentes matizes da modernidade e do futurismo juntam-se na União da Juventude, Malevitch e os seus seguidores suprematistas agrupam-se na UNOVIS, os construtivistas reúnem-se na Obmokhu, estando presentes nestes três grupos a maioria dos “esquerdistas”. Certas sociedades constituídas já em plena NEP como a Sociedade das 4 Artes e a OMKh (Sociedade dos Artistas de Moscovo) recebem artistas do “centro” e mesmo “direitistas” e “esquerdistas” nos seus trabalhos de cunho impressionista, fauvista, cubista e primitivista. Outras como O Círculo e a OST oscilam entre a linguagem formalista e as temáticas realistas hodiernas do país. Outras ainda como o Makovets, o Zorved e os Treze concentram-se essencialmente na pesquisa técnica e na qualidade espiritual da arte. Entretanto, a AKhRR vai ganhando cada vez mais influência, recebendo a maior parte das encomendas e dos apoios oficiais e chegando mesmo a acolher a chancela informal de Estaline aquando da sua visita a uma exposição do grupo em 1928, mas isso não a impede de conhecer importantes crises internas com o surgimento dos grupos Outubro (1928) e da RAPKh (1931), ambos virados para a rejeição do estilo realista como norma autoritária, para uma certa pluralidade estilística e para a recuperação de aspectos do “proletkult” e do construtivismo.

No contexto da brusca viragem económica

de 1928 e da intensificação da luta contra os “kulaks” e os “nepmen”, os sectores artístico-culturais claramente ligados à burocracia estalinista aproveitam a situação para iniciar o processo de homogeneização e depuração da vida artística. Para além das já mencionadas demissão de Lunatcharsky, dissolução dos principais centros de investigação da vanguarda e da prisão de Malevitch, o decreto do Comité Central do Partido Bolchevique “Sobre a reorganização dos grupos literários e artísticos” de 23 de Abril de 1932 é que viria determinar a dissolução obrigatória de todas as correntes e a recondução da anterior liberdade a uma arte oficial produzida ao abrigo das necessidades ideológicas do Estado e do partido dominados pelo estalinismo. Essa arte seria o realismo socialista, o qual foi oficialmente consagrado no I Congresso dos Escritores Soviéticos em Agosto de 1934. A sua estética normativa obrigava os artistas ao estilo realista, ao optimismo revolucionário, à redução dos temas e das personagens centrais ao mundo do trabalho e dos heróis da construção do socialismo, à “partiinost” e à glorificação do estalinismo. Zhdanov, novo homem-forte do partido para a área cultural, proclamava logo nesse I Congresso: *“O camarada Estaline chama aos nossos escritores engenheiros de almas. O que é que isso significa? Que obrigações é que isso vos impõe? Antes de mais, isso significa que devem conhecer a vida para poder representá-la, fielmente nas vossas obras, não escolarmente como um objecto morto, nem mesmo como uma realidade objectiva, mas representar a realidade na sua dinâmica revolucionária. Depois, em conformidade com o espírito do socialismo, devem combinar fidelidade e representação artística historicamente concreta com o trabalho de modelação ideológica e de educação dos trabalhadores. É este método de literatura e de crítica literária que constitui aquilo a que chamamos o método realista-socialista.”*(5).

Obviamente, esta nova política cultural passava uma sentença de morte para a liberdade e a pluralidade pictóricas saídas da Revolução de Outubro. Malevitch, Filonov, os construtivistas e o conjunto das tendências da vanguarda/formalismo estiveram pela última vez representados na exposição comemorativa “Quinze anos

de arte soviética” (Leninegrado, fins de 1932), sendo explicitamente retirados da apresentação moscovita dessa mesma exposição (Junho de 1933) - como referia então o jornal artístico oficial Iskoustvo: “*A exposição de Moscovo vê o formalismo como qualquer coisa que pertence a um passado sombrio que se arrasta, mas que já não está vivo no presente. . . Je que não tem nenhuma viabilidade no futuro.*”⁽⁶⁾. Culminando uma longa campanha anti-formalista comandada a partir do Iskoustvo, o próprio Pravda produziria uma série de artigos de Janeiro a Março de 1936 contra o pintor Lebedev, o encenador Meyerhold e o compositor Chostakovski, taxando as suas obras de reaccionárias e burguesas. Privados de encomendas oficiais, excluídos das exposições e ostracizados pelo “estabelecimento” cultural, a vanguarda eclipsou-se. Tatline e Rodchenko conservam um cauteloso “low profile”, Filonov continua a trabalhar clandestinamente nas suas pinturas analíticas, Labas acaba na miséria extrema e Malevitch (que morre logo em 1935) regressa ao figurativo. Outros são mesmo presos e executados no âmbito de uma infernal dinâmica de repressão que conjuga razões artísticas e políticas: Klutsis, Drevin e Veideman, vanguardistas e velhos bolcheviques lituanos são mortos; o famoso pintor muralista Boichuk e os seus discípulos que enraizavam o seu fazer artístico em elementos folclóricos ucranianos são igualmente executados; Tsirelson, Vyazmenski e Konnov, que se haviam destacado na cisão da AkhRR de 1931 sofreram o mesmo destino; certos membros do grupo Outubro como Gutnov foram detidos por supostas ligações residuais ao trotskismo e ao bukarinismo. As obras da vanguarda russa e da modernidade ocidental foram relegadas para os depósitos dos museus, havendo mesmo algumas que foram destruídas ou danificadas (os murais dos boichukistas foram completamente destruídos e até o famoso mural da Casa dos Pioneiros de Moscovo executado por Labas levou a mesma dose).

Este inventário da repressão contra a liberdade de criação artística é bastante sumário, mas, ainda assim, serve para ilustrar o modo como a política cultural do realismo socialista veio impor um monolitismo que acabou com as antigas liberdades e com as utopias vanguardistas que dominaram a cena pictórica do país de 1917 a 1932, mau-grado um certo ritmo declinante começado em meados dos anos 20 e o peso sempre crescente do realismo da AkhRR.


Conclusão

Ao contrário do que muitos estudiosos defendem, a política cultural do estalinismo não entronca no leninismo. Nos anos heróicos da Revolução Russa, a liberdade e a pluralidade trazem inclusive a chancela do NARKOMPROS e do IZO, organismos estatais que as defenderam das investidas autoritárias das próprias vanguardas artísticas em busca da sua entronização como arte oficial. A subida de Estaline a secretário-geral do PCUS (1924) não altera substancialmente esse rumo até ao fim dos anos 20, não obstante o já assinalado peso crescente da AkhRR em detrimento das correntes de vanguarda. Estas correntes como o suprematismo, o construtivismo, o cézannismo e o pós-impressionismo russos, o primitivismo ou a arte analítica sofriam já acentuada perda de influência sob os golpes da iminência da AkhRR com o aparelho estatal (excelentes relações com os chefes do Exército Vermelho e com outras instituições do mecenato oficial) e do reaparecimento dos mecenas privados ao abrigo da NEP,



mas ainda tinham figuras proeminentes no “estabelecimento” artístico, participavam livremente em exposições, recebiam encomendas e davam batalha pública pelas suas posições pictóricas. Aliás, as próprias cisões internas na AkhRR em 1928 e 1931 em prol da pluralidade estilística no âmbito da arte proletária constituíram ainda uma prova da relativa liberdade então possível. A política artística apenas ganha uma irresistível dinâmica totalitária com o decreto de Junho de 1932 e com a entronização do realismo socialista como arte oficial em 1934, ecoando assim esteticamente a súbita viragem económica de 1928 com a sua colectivização forçada e a sua planificação burocrática decididas por cima da cabeça da classe operária e dos camponeses.

Tal como a depuração dos “velhos bolcheviques” do Partido Comunista e do Exército Vermelho correspondia às necessidades estalinistas de mando único e de arregimentação político-militar da sociedade soviética, também o monolitismo do realismo socialista respondia às suas necessidades de enquadramento artístico-cultural em função de uma “partinost” optimista, ludibriante e dócil ao culto dos chefes. Mais a mais quando alguns progressos significativos no plano da produção industrial e no acesso das massas soviéticas a índices decentes na educação, na saúde e na habitação, vieram encontrar o reverso da medalha: internamente, nas desastrosas consequências da colectivização forçada (milhões de mortos devido ao desabastecimento, queda em flecha da produção agrícola, abate massivo de animais...), na perda do poder de compra da própria classe operária, na estratificação salarial e no reforço das desigualdades sociais; externamente, na catastrófica política do Komintern que abriu caminho à vitória de Hitler e ao esmagamento do KPD na Alemanha, e que já se revelara um fiasco na derrota da revolução chinesa. Ao pronunciar-se acerca do realismo socialista e da sua pintura, Trotsky escreveria estas elucidativas palavras: *“É impossível contemplar sem uma repulsa física, misturada com algum horror, a reprodução de quadros e esculturas soviéticas onde os funcionários armados com um pincel, sob a vigilância de funcionários armados com ‘mausers’,*

glorificam os “grandes” e “geniais” chefes, na verdade privados da menor centelha de génio e de grandeza. A arte da época estalinista entrará na história como a expressão mais evidente do profundo declínio da revolução proletária.”(7). Trotsky, que escrevera a sua esquecida *Literatura e Revolução* logo em 1923-1924, conhecia melhor do que ninguém a vil contradição entre esta ditadura cultural do estalinismo e a anterior política de liberdade cultural dos bolcheviques: *“Enquanto a ditadura teve o apoio das massas e diante de si a perspectiva da revolução mundial, não temia as experiências, as pesquisas, a luta de escolas, porque compreendia que uma nova fase da cultura não se podia preparar fora dessa via. Todas as fibras do gigante popular tremiam ainda: ele pensava em alta voz, pela primeira vez, desde há milénios. As melhores e as mais jovens forças da arte enchiam-se de vida. [...] Na luta conta a oposição no seio do partido, as escolas literárias, uma após outras, foram abafadas. E não se tratava só da própria literatura.”*(8) 

NOTAS

1 - “[...] acima de tudo, uma ideia caracterizava a visão leninista da arte[...]o princípio da “partinost”, a submissão às decisões do partido comunista”, “[...] as poucas intervenções de Lênine na vida cultural são muito significativas, na medida em que antecipam muito do que iria acontecer após a sua morte[...] A arte estalinista oficial foi um filho legítimo da revolução leninista.”(Mathew Cullerne Bown, *Art under Stalin*, Oxford, Phaidon, 1991, pp.25 e 20-21).

Igor Golomstock, *L'art totalitaire. Union soviétique-III Reich-Italie fasciste-Chine*, trad., Paris, Éditions Carré, 1991, também atribui a Lênine a paternidade das concepções totalitárias do estalinismo na arte. Cf. Pp. 41-47. Para uma visão contrária e para uma discussão aprofundada do artigo de Lênine “A organização de partido e a literatura de partido”, supostamente a peça fulcral da concepção leninista da arte e fonte da política cultural do estalinismo, cf. Jean-Michel Palmier, *Lênine, a arte e a revolução*, trad., Lisboa, Moraes, 1975, 1^o Vol., pp. 120-160.

2 - Lionel Richard, “Bric-à-brac totalitaire pour banaliser le nazisme”, *Manière de Voir* [trimestral do Le Monde Diplomatique], 26 (maio 1995), p. 34.

3 - Cf., p. ex., Mikhail Gueman, “Introduction” a *Soviet Art. 1920s-1930s*, Russian Museum, Leningrad, ed. Vladimir Leniashin, Moscow, Sovietyky Khudzhnik, 1988, pp. 13-14.

4 - Lunatcharsky, *As Artes Plásticas e a Política na URSS*, trad., Lisboa, Estampa, 1975, pp. 39-40.

5 - Citado “in” Golomstock, *idem*, pp.89-90.

6 - Citado “in” Golomstock, *idem*, p. 107.

7 - Trotsky, *Literatura e Revolução*, trad., Amadora, Editorial Fronteira, 1976, p. 166.

8 - Trotsky, *A Revolução Traída*, trad., Lisboa, Antídoto, 1977, pp.163-164.

Cartas



Publicamos aqui duas cartas enviadas à redação pelo companheiro Jaime M. Mantilla, do Equador. Ele tece comentários aos artigos publicados na edição anterior da revista sobre os últimos acontecimentos naquele país.



Sobre a “Reportagem ao pé do vulcão”, de Mariúcha Fontana e Antônio Ferreira, *Marxismo Vivo*, número 1 - junho/ setembro de 2000

“Trata-se de uma análise muito objetiva a respeito dos últimos acontecimentos no Equador. Destaca o avanço da organização popular e do desenvolvimento da consciência das maiorias exploradas. Neste aspecto, ressalta também o papel da CONAIE e da CMS como forças condutoras do processo, no marco de uma participação democrática ativa das bases.

A análise acerta também no que acontece no interior das Forças Armadas: de um lado, o caráter democrático e progressista da tropa e dos comandos médios, e sua ruptura com a cúpula do Alto Comando, representante incondicional do poder oligárquico, obediente às ordens do Pentágono. Por outro lado, a constatação de que a direita pró-imperialista não descansa e imediatamente começa a reorganizar as Forças Armadas segundo as ordens do “império”.

Mostra a ativa participação “imperial” nos acontecimentos, com a presença de altos funcionários do governo norte-americano, do Pentágono, da CIA e da DEA. Fato que frequentemente se oculta ou se trata apenas tangencialmente nas organizações populares, quando deveria constituir um elemento fundamental para traçar as táticas revolucionárias. A análise da reportagem percebe, corretamente, as causas do fracasso da insurreição de 21 de janeiro de 2000, basicamente no que se refere à ingenuidade de se ter confiado, além do admissível, na qualidade revolucionária dos militares insurretos e, mais ainda, em um general do Alto Comando. O que, acrescentamos, pode entender-se como uma dose de aventureirismo, por não contar com uma exaustiva análise da situação, prévia à insurreição. Análise que deveria incorporar a presença do “império” - o que praticamente foi ignorado -, que é quem toma verdadeiramente as decisões e cujas ordens as castas governantes acatam servilmente, inclusive, é claro, o Alto Comando das Forças Armadas.

A reportagem ressalta o valor do poder dual, ao conformar-se o Parlamento dos Povos. Fato que está sendo retomado pela CONAIE e CMS como uma tarefa urgente e necessária, após uma letargia devido a certos fatores de enfraquecimento que, basicamente, podem derivar de uma falta de compreensão, nos últimos meses, de sua importância; e também a posturas de destaque de alguns líderes e quadros atrasados, nesta instância, que desenvolvem rivalidades perniciosas. Além de uma possível penetração intencional, criadora de fissuras tanto teóricas como orgânicas.

A reportagem exhibe uma percepção otimista - ainda que objetiva em seu momento - do crescimento vertiginoso das organizações populares, especialmente da CMS. É necessário atualizar essa análise, já que as ações do poder econômico e dos partidos políticos conseguiram, de algum modo, neutralizar esse crescimento. A ponto de que o Parlamento dos Povos entrou em virtual recesso, fato que não haveria de acontecer se tivesse a força que mostrou nos meses da insurreição. Desde logo, uma autocrítica rigorosa da CONAIE, da CMS e PACHAKUTIK, esta assumindo com seriedade e responsabilidade o tema, a fim de atualizar e fortalecer o Parlamento e assinalar-lhe sua verdadeira função: assumir a sua natureza de poder alternativo, contrapartida do Parlamento Nacional, corrupto e inoperante, instrumento do poder oligárquico.

A reportagem conclui com uma interpretação sobre “Os limites do programa e da direção”. Esta interpretação considera inadequado o projeto político, contando com elementos da burguesia, o que, segundo a análise, pode conduzir a uma derrota similar à de 21 de



(Os conceitos apresentados neste artigo são fruto da reflexão do seu autor e não traduzem necessariamente a posição oficial da CMS)



janeiro. Equipara a ilusão que se teve a respeito de elementos do Alto Comando militar com a que se pode ter em relação a empresários que, no momento, se identificam com os objetivos de um movimento patriótico, antiimperialista, defensor da soberania nacional. É acertado o juízo sobre o risco que se corre de que o “império” e os seus servos criollos organizem melhor a contra-revolução; sem dúvida, consideramos que a contra-revolução só pode ser enfrentada com uma sólida organização, ampla em seu espectro de classe, tomando em conta que, agora, o inimigo é o imperialismo, no campo externo, e, no interno, seus aliados: a burguesia financeira, os grandes empresários importadores e exportadores, incapazes de impulsionar um verdadeiro desenvolvimento produtivo e carentes do sentido de Nação.

Acreditamos, finalmente, que os companheiros do PSTU constituem um fator muito importante no processo internacionalista; seu apoio aos processos revolucionários é fundamental e deve, nesta interpretação, desenvolver a iniciativa de coordenar os movimentos latino-americanos - e, ainda, de outros continentes - para a constituição de verdadeiras internacionais dos povos, como pólo que enfrente as forças da usura, do comércio, das finanças especulativas e da destruição da natureza; e para a construção de um projeto estratégico capaz de implantar uma nova ordem mundial, favorável ao bem-estar dos povos, à soberania das nações, como alternativa à globalização que o projeto “imperial” vem impondo ao planeta. Tudo isto respeitando as condições particulares do desenvolvimento revolucionário de cada nação e sem prejuízo da organização da Revolução Mundial”.

Jaime Muñoz Mantilla,

membro de base da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), Equador

Sobre o artigo “A Revolução”, de Jonas Potyguar, Marxismo Vivo, n.º 1, junho/setembro de 2000

“Esta é uma análise muito aprofundada do momento histórico que vive o Equador, particularmente a luta revolucionária de seu povo. Assinala o caráter qualitativamente superior do movimento revolucionário equatoriano, em comparação com o que acontece nos demais países latino-americanos. Destaca a agressão colonizadora do “império”, em que um dos sinais mais importantes foi a dolarização. Provavelmente, devido ao fato de que o Plano Colômbia ainda se encontra em gestação no momento da redação do artigo do companheiro Potyguar, este não se apercebe que essa arremetida “imperial” tem que ver, muito especialmente, com o projeto de envolver as Forças Armadas equatorianas, e o país em seu conjunto, na agressão ao povo colombiano, sob o pretexto do combate ao narcotráfico. É preciso que isso seja destacado para se compreender todo o embate contra as organizações indígenas, os movimentos sociais e, é claro, os sinais insurrecionais no interior das Forças Armadas, com as quais o “império” contou quando pressionou pela assinatura do acordo de paz com o Peru e que reorganizou e limpou dos elementos progressistas, depois da tentativa insurrecional de 21 de janeiro.

Na interpretação sobre a natureza das Forças Armadas equatorianas, o artigo critica, acertadamente, a reivindicação “de conjunto” que delas faz o Programa de Governo dos Movimentos Sociais. Mas, neste ponto, é preciso assinalar que o papel das Forças Armadas no Equador, desde a Revolução Liberal de 1895, não foi, na maioria dos casos, até o presente, igualmente repressivo contra o povo como o é na maior parte dos países latino-americanos. Desde há mais ou menos duas décadas, alguns oficiais com patente de general formularam, e levaram a cabo, ações sociais de serviço ao povo. Tal é o caso dos generais Carlomagno Andrade e N. Iturralde, mortos em sucessivos “acidentes aéreos”. Assim como

a defesa das empresas estatais e o rechaço aos processos de privatização que a política neoliberal do governo e do poder econômico impulsiona, posturas que nestes mesmos dias exibem oficiais tanto da ativa quanto da reserva. Caracterização que é preciso destacar para não esquematizar a natureza das Forças Armadas como a instituição chave, exclusivamente defensora do establishment. Essa especificidade das Forças Armadas equatorianas - cuja composição é "popular e indígena", como assinala o artigo Reportagem ao pé do vulcão, dos companheiros Mariucha Fontana e Antônio Ferreira - é que permite entender a rebelião de soldados e oficiais contra a própria hierarquia e contra o status quo na histórica insurreição de janeiro deste ano. Tal compreensão não é obstáculo para estarmos prevenidos - e atuar conseqüentemente - em relação ao papel que o Estado reacionário lhes aponta, como basicamente forças repressivas de qualquer impulso insurrecional. Como agora, com a participação na guerra colombiana, imposta pelo governo norte-americano.

Não é menos certo assinalar que as rupturas produzidas no seio das Forças Armadas pela ação das massas constituem um sinal de que o país atravessa um processo revolucionário.

Em todo caso, o mais importante - a respeito do enfoque sobre as Forças Armadas - é o parágrafo que alude à falta de democracia em seu funcionamento, sobretudo quanto ao fato de que as decisões no seu interior não sejam tomadas com o aporte e as opiniões da tropa, senão que respondem a uma estrutura piramidal. O que, em nosso critério, deve ser um elemento de juízo ineludível no momento de traçar projetos em que se astome em conta. As Forças Armadas, como toda instância de nossas sociedades, está atravessada pela luta de classes.

Sobre a Revolução Socialista. A afirmação do companheiro Jonas Potyguar de que "os que dirigem atualmente o Parlamento dos Povos vêem a revolução socialista como algo completamente utópico" é um fato que haverá de se discutir. Deduz-se que isso se depreende de que no Programa não se coloque essa tarefa. Cremos que a Revolução Socialista - com novos enfoques, depois da queda do "socialismo real" - não somente é uma necessidade histórica, senão que haverá de produzir-se inevitavelmente. No entanto, apreciamos também as formulações do marxismo de que não devemos saltar etapas históricas. Adicionalmente, é imprescindível contar com a participação de setores empresariais nacionalistas, antiimperialistas, capazes de contribuir com o desenvolvimento produtivo e ser parte de uma grande Frente capaz de transformar o Estado. Não acreditamos na possibilidade de levar adiante um processo revolucionários que não conte - neste momento - com essa participação e de outros setores, como as camadas médias da população, por certo agora drasticamente proletarianizadas.

Finalmente, acreditamos correta a colocação de que "é necessária uma dura batalha política para que seja o Parlamento dos Povos, como legítimo representante das massas em luta, que assuma o poder". Isto é possível com trabalho constante de militância, com a incorporação de mais e mais setores populares nas organizações populares, com a sua multiplicação, com a elevação da consciência política das massas, que permita desmascarar as mentiras e a demagogia do governo e dos partidos de direita - o PSC principalmente - e que conduza à retomada da convicção de que apenas um movimento revolucionário será capaz de levar à criação de um governo verdadeiramente democrático".

Jaime Muñoz Mantilla



O Fórum de Porto Alegre chegou a uma conclusão que não podemos deixar de compartilhar: “um outro mundo é possível”, mas o problema é como chegar a ele, com que programa. Com um programa de reformas do capitalismo ou com o programa da revolução socialista?

Marxismo Vivo